



Atitudes Face à Homoparentalidade: Uma Abordagem Centrada nas Dinâmicas Identitárias

Irene Maria dos Santos Gomes

Tese apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, para obtenção do grau de Doutor em Psicologia, sob orientação do Professor Doutor Rui Nuno Guedes Serôdio



Investigação financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do QREN – POPH – Tipologia 4.1 – Formação Avançada, com participação do Fundo Social Europeu e de fundos nacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, através de bolsa de doutoramento com a referência SFRH/BD/70818/2010.

Porto, 2016

Resumo

Mercê de um conjunto de mudanças sociais que têm ocorrido nas últimas décadas, e que colocaram na ordem do dia as questões da desigualdade associadas a minorias sexuais, a homoparentalidade tem vindo a assumir uma relevância crescente nas sociedades ocidentais. No entanto, apesar de assistirmos à emergência de um conjunto de evoluções legais relativas aos direitos civis das minorias sexuais, subsistem desigualdades sociais, resultantes da vigência de um modelo macrossocial heteronormativo.

Com o intuito de investigarmos as dinâmicas que sustentam essas desigualdades, situamos a nossa análise a partir do quadro teórico-conceptual da abordagem da identidade social e, para esse efeito, levamos a cabo um conjunto articulado de cinco estudos, em que analisamos a atitude face à homossexualidade e a atitude face à adoção e finalmente, a atitude face à homoparentalidade, esperando desta forma, alcançar uma compreensão mais alargada dos fenómenos envolvidos na atitude dirigida à homoparentalidade.

Os resultados parecem sugerir a existência de uma divisão de atitudes, em que os indivíduos tendem a concordar com a igualdade entre pessoas homossexuais e heterossexuais, mas não estendem essa concordância ao domínio familiar, continuando a demonstrar atitudes discriminatórias face às famílias homoparentais.

Também encontramos evidências que apoiam a existência de dois movimentos de mudança social: (1) um crescente individualismo, assumindo a dimensão pessoal de autodefinição da identidade uma maior relevância na determinação atitudinal dos indivíduos e (2) o posicionamento dos indivíduos numa situação de transição normativa, mais ou menos acentuada, face à emergência de uma norma social de não discriminação.

Face ao confronto de valores, próprio destes momentos de transição, diferentes indivíduos reagem ao modelo normativo emergente de forma diferenciada. Nalguns a norma social emergente parece encontrar-se já interiorizada, não conduzindo à manifestação de atitudes discriminatórias. Noutros, assiste-se à expressão do preconceito de formas mais subtis. Os resultados encontrados parecem também fornecer alguns indicadores, que sustentam a premissa acerca da existência de padrões de atitudes geracionalmente diferenciados, em que os indivíduos mais jovens tendem a reportar atitudes globalmente mais favoráveis, do que os indivíduos mais velhos.

Abstract

In virtue of a set of social changes that have occurred in recent decades, and that have put on the social agenda the inequality issues associated with sexual minorities, homoparenthood has become increasingly important in Western societies. However, despite the emergence of a set of legal developments concerning civil rights of sexual minorities, there are inequalities that still remain, resulting from the existence of a macrosocial heteronormative model.

In order to investigate the dynamics that sustain these inequalities, we situate our analysis from the theoretical and conceptual framework of social identity approach and, to this end, we carried out an articulated set of five studies, in which we analyze the attitude towards homosexuality, the attitude towards adoption and, finally, the attitude towards homoparenthood hoping, in this way, to achieve a broader understanding of the phenomena involved in the attitude towards homoparenthood.

The results seem to suggest the existence of a division in attitudes, where individuals tend to agree with equality between homosexual and heterosexual people, but do not extend this agreement to the family domain, continuing to demonstrate discriminatory attitudes towards homosexual families.

We also found some evidence that supports the existence of two movements of social change: (1) an increasing individualism, where personal dimension of self-definition of identity is taking a greater relevance in attitudinal determination of individuals and (2) the positioning of individuals in a more or less pronounced normative transition situation, given the emergence of a social norm of non-discrimination.

Given the confrontation of values, typical in these times of transition, different individuals react to the emerging normative model in different ways. In some, the emerging social norm seems to be already internalized, not leading them to the manifestation of discriminatory attitudes, while others express their prejudice in more subtle ways. The results also seem to provide some indicators that support the premise of the existence of differences in generational attitudes patterns, where younger individuals tend to globally report more favorable attitudes, than older individuals.

Resumé

Dû à un ensemble de changements sociaux ayant eu lieu au cours des dernières décennies et qui ont mis à l'ordre du jour les questions d'inégalité des minorités sexuelles, l'homoparentalité a acquis une importance accrue dans les sociétés occidentales. Cependant, bien que nous assistions à l'émergence d'un ensemble d'évolutions légales relatives aux droits civils des minorités sexuelles, des inégalités sociales subsistent résultant de la conservation d'un modèle macro-social hétéro-normatif.

Afin d'étudier les dynamiques qui entretiennent ces inégalités, nous avons basé notre analyse sur un cadre théorico-conceptuel de l'identité sociale. Pour ce faire, nous avons mené un ensemble de cinq études qui nous ont permis d'analyser les attitudes adoptées face à l'homosexualité, face à l'adoption et, enfin, face à l'homoparentalité et nous avons ainsi tenté de comprendre, de façon élargie, les phénomènes touchant à l'attitude adoptée face à l'homoparentalité.

Les résultats obtenus semblent suggérer l'existence d'une division des attitudes : les individus tendent à accepter l'égalité entre les personnes homosexuelles et hétérosexuelles mais n'appliquent pas cette égalité au domaine familial et continuent à présenter des attitudes discriminatoires quant aux familles homoparentales.

Nous avons aussi mis en évidence l'existence de deux mouvements de changement social : (1) un individualisme croissant où la dimension personnelle d'autodéfinition de l'identité prend une place plus importante dans la détermination attitudinale des individus et (2) la position des individus en situation de transition normative, plus ou moins accentuée, face à l'émergence d'une norme sociale de non-discrimination.

Face à la confrontation de valeurs, propre à ces moments de transition, certains individus réagissent au modèle normatif émergent de manière différenciée. Pour certains, la norme sociale émergente semble être intériorisée, et ne conduit donc pas à la manifestation d'attitudes discriminatoires. Pour d'autres, l'expression de préjugés apparaît de façon plus subtile. Les résultats obtenus semblent aussi mettre en évidence des indicateurs révélant l'existence de modèles d'attitudes différenciés selon les générations, les individus les plus jeunes tendant à adopter des attitudes généralement plus favorables que les individus les plus vieux.

Agradecimentos

“O agradecimento é a memória do coração”

(Tao Tse)

Agradeço aos meus pais, verdadeiros alicerces da minha vida, por todo o amor, apoio e compreensão, por estarem sempre disponíveis para escutar e por terem aligeirado o meu percurso, partilhando comigo os momentos mais difíceis.

Agradeço também, e em especial, ao Professor Doutor Rui Serôdio, pela sua orientação estimulante, crítica e cooperativa e por simplificar o complexo, com o entusiasmo que lhe é característico.

Agradeço à minha família, ao meu pai, à minha mãe, à minha querida irmã, ao meu cunhado e à minha sobrinha (e afilhada querida) e também aos meus amigos, a sua generosa disponibilidade afetiva e instrumental. Foi com eles que tantas e tantas vezes desafabei as minhas frustrações, dificuldades e preocupações, mas também conquistas e alegrias, ao longo destes últimos anos.

Um agradecimento sentido também ao Professor Doutor Albino Lima e Professora Doutora Alexandra Serra, por estarem sempre disponíveis para me ajudarem a arranjar participantes (tarefa que tantas vezes coloca desafios a quem faz investigação).

Agradeço aos meus colegas de doutoramento, em especial à Luísa Catita, e demais colegas de faculdade, pela partilha de experiências e conhecimentos.

Finalmente, um agradecimento especial a todas as pessoas que se disponibilizaram para serem participantes nos meus estudos. Sem elas, este trabalho não seria possível!

Índice Geral

	Página
Introdução	29
PRIMEIRA PARTE	37
Capítulo 1. Fundações teórico-conceituais deste projeto	39
1.1. Estereótipos e Preconceito – Abordagens Clássicas	41
1.1.1. A Centralidade do Estudo dos Estereótipos na Psicologia Social	42
1.1.2. Estereótipos Enquanto Cognações	43
1.1.2.1. Fatores psicossociais e a estruturação cognitiva dos estereótipos	44
1.1.3. As Funções Psicológicas dos Estereótipos e do Preconceito	48
1.1.4. Categorização Social e Estereotipia	48
1.1.5. Relação Entre Estereótipos e Preconceito	51
1.2. Preconceito e Discriminação – Perspetiva Histórica e Abordagens Clássicas	52
1.2.1. O Papel da Competição Social na Manifestação de Preconceito e Discriminação	54
1.3. Explicação do Preconceito e da Discriminação pela Abordagem da Identidade Social	57
1.3.1. Teoria da Identidade Social	57
1.3.1.1. Os pressupostos-base e o paradigma dos grupos mínimos	57
1.3.1.2. Identidade social: os grupos enquanto realidade psicológica	59
1.3.1.3. Identidade social e estrutura social	61
1.3.1.4. Teoria da autocategorização: a sustentação dos processos de construção sociocognitiva da identidade social	64
1.3.1.5. Comparação social	66

1.3.1.5.1. Comparação social, diferenciação intergrupal e promoção da autoestima	67
1.4. As Novas Formas de Preconceito: O Preconceito Enquanto Fenómeno Dinâmico e Multifacetado	69
1.5. Relação entre Preconceito, Atitudes e Normas Sociais	71
1.5.1. Inconsistência entre Atitudes e Comportamentos	72
1.5.2. A Influência das Pertencas Grupais na Inconsistência Atitude-Comportamento	75
1.5.3. Atitudes, Normas e Gestão da Identidade Social	76
1.6. Identidade Social a Autoconceito	80
1.6.1. Categorização Enquanto Distorção Cognitiva ou Significação da Realidade	81
1.6.1.1. Outputs do processo de categorização entendidos como distorções cognitivas – confluência com as abordagens clássicas (cognitivas) do preconceito	82
1.6.1.2. Outputs do processo de categorização entendidos como estratégias significadoras funcionais – o papel fundamental do contexto situacional, psicológico e social	84
1.6.2. O Coletivo Como Mais do que o Somatório dos Individuais	85
1.6.3. Uma Questão da Saliência – Prontidão Percetiva, Adequação Normativa e Adequação Comparativa	86
1.6.3.1. O modelo da dinâmica de grupos subjetiva	87
1.6.3.1.1. Normas descritivas e normas prescritivas no julgamento social	90
1.6.4. A Secundarização da Identidade Pessoal na Abordagem da Identidade Social	91
1.6.4.1. Self pessoal e self coletivo jogados no contexto	92
1.6.4.2. O self coletivo na modernidade	93
1.7. O Plano de Trabalho	95
SEGUNDA PARTE	99

Capítulo 2. Estudos Empíricos 1 e 2	101
2.1. Introdução	103
2.1.1. A Homofobia	103
2.1.2. Alguns Indicadores Relativos à Discriminação das Pessoas Homossexuais em Portugal	105
2.1.3. Identidade e Homofobia	106
2.2. Estudo 1	107
2.2.1. Método	108
2.2.1.1. Participantes	108
2.2.1.2. Procedimento	109
2.2.1.3. Medidas Dependentes	109
2.2.1.3.1. Características sociodemográficas	109
2.2.1.3.2. Valor atribuído aos níveis pessoal e social da identidade	109
2.2.1.3.3. Crenças morais, políticas e de orientação de papéis de género	109
2.2.1.3.4. Contacto interpessoal com pessoas homossexuais	110
2.2.1.3.5. Atitude em relação a pessoas homossexuais	110
2.2.1.3.6. Rejeição à proximidade com pessoas homossexuais	111
2.2.1.4. Plano do Estudo	111
2.2.2. Resultados	111
2.2.2.1. Estrutura Fatorial da Escala EIPS	112
2.2.2.2. Estrutura Fatorial da Moral Traditionalism Scale	114
2.2.2.3. Estrutura Fatorial da Political Tolerance Scale	114
2.2.2.4. Estrutura Fatorial da Escala de Orientação de Papéis de Género	115

2.2.2.5. Estrutura Fatorial da Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais	117
2.2.2.6. Estrutura Fatorial da Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais	119
2.2.2.7. Valor Atribuído aos Níveis Pessoal e Social da Identidade	121
2.2.2.8. Crenças Morais, Políticas e de Orientação de Papéis de Género	121
2.2.2.9. Contacto Interpessoal com Pessoas Homossexuais	122
2.2.2.10. Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais	122
2.2.2.11. Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais	124
2.2.2.12. Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais e Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais em Função de Sexo, Nível de Escolaridade, Grupo Etário e Medida de Preconceito Reportada	126
2.2.2.13. Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais e Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais em Função de Contacto Interpessoal com Pessoas Homossexuais	127
2.2.2.14. Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais e Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais em Função de Crenças Morais, Políticas e de Orientação de Papéis de Género	129
2.2.2.15. Análise de Preditores das Várias Medidas Dependentes	130
2.2.2.16. Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais e Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais em Função da Valorização dos Níveis de Autodefinição da Identidade	131
2.2.2.17. Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais e Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais em Função de Sexo, Grupo Etário, Nível de Escolaridade e Valorização dos Níveis de Autodefinição da Identidade	134
2.3. Estudo 2	136
2.3.1. Método	137
2.3.1.1. Participantes	137
2.3.1.2. Procedimento	138
2.3.1.3. Medidas Dependentes	139

2.3.1.3.1. Desconforto psicológico com a manipulação experimental	139
2.3.1.4. Plano do estudo	140
2.3.2. Resultados	140
2.3.2.1. Estrutura Fatorial da Escala EIPS	140
2.3.2.2. Estrutura Fatorial da Moral Traditionalism Scale	142
2.3.2.3. Estrutura Fatorial da Escala de Orientação de Papéis de Género	143
2.3.2.4. Estrutura Fatorial do Desconforto Psicológico com a Manipulação Experimental	144
2.3.2.5. Estrutura Fatorial da Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais	145
2.3.2.6. Estrutura Fatorial da Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais	146
2.3.2.7. Valor Atribuído aos Níveis Pessoal e Social da Identidade	147
2.3.2.8. Crenças Morais e de Orientação de Papéis de Género	148
2.3.2.9. Contacto Interpessoal com Pessoas Homossexuais	148
2.3.2.10. Desconforto Psicológico com a Manipulação Experimental	148
2.3.2.11. Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais	149
2.3.2.12. Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais	149
2.3.2.13. Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais e Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais em Função de Sexo, Nível de Escolaridade e Grupo Etário	150
2.3.2.14. Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais e Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais em Função de Contacto Interpessoal com Pessoas Homossexuais	151
2.3.2.15. Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais e Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais em Função de Crenças Morais e de Orientação de Papéis de Género	152
2.3.2.16. Análise de Preditores das Várias Medidas Dependentes	153

2.3.2.17. Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais e Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais em Função da Valorização dos Níveis de Autodefinição da Identidade e da Focalização nos Níveis de Autodefinição da Identidade	155
2.3.2.18. Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais e Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais em Função de Sexo, Grupo Etário, Nível de Escolaridade, Valorização dos Níveis de Autodefinição da Identidade e Focalização nos Níveis de Autodefinição da Identidade	158
2.4. Discussão Geral dos Estudos 1 e 2	161
2.4.1. O Padrão Global de Resultados	161
2.4.1.1. O efeito do contexto de comparação social	163
2.4.2. O Efeito da Valorização Relativa da Identidade Pessoal e da Identidade Social e da Focalização Num dos Dois Níveis de Autodefinição da Identidade	165
2.4.3. Algumas Limitações e Considerações	169
Capítulo 3. Estudos Empíricos 3, 4 e 5	171
3.1. Estudo 3 – Estudo Piloto	173
3.1.1. Método	173
3.1.1.1. Participantes	173
3.1.1.2. Procedimento	173
3.1.1.3. Medidas Dependentes	174
3.1.1.3.1. Frequência, correção e consequência do comportamento	174
3.1.1.4. Desenho Experimental	174
3.1.2. Resultados	174
3.1.2.1. Frequência, Correção, Consequência e Relação entre Correção e Consequência, dos Comportamentos-Alvo Normativos	175
3.1.2.2. Frequência, Correção, Consequência e Relação entre Correção e Consequência dos Comportamentos-Alvo Desviantes	176

3.1.2.3. Julgamentos dos Comportamentos-Alvo em Função do Sexo do Participante e do Grupo Sexual de Pertença do Alvo	178
3.1.2.4. Seleção de Comportamentos-Alvo Para os Estudos 4 e 5	178
3.2. Estudo 4	182
3.2.1. Parentalidade Adotiva	182
3.2.2. Identidade e Adoção	187
3.2.3. Método	189
3.2.3.1. Participantes	189
3.2.3.2. Procedimento e Plano do Estudo	190
3.2.3.3. Medidas Dependentes	191
3.2.3.3.1. Características sociodemográficas	191
3.2.3.3.2. Valor atribuído aos níveis pessoal e social da identidade	191
3.2.3.3.3. Avaliação do comportamento-alvo	191
3.2.3.3.4. Avaliação da criança-alvo	192
3.2.3.3.5. Questões de verificação experimental	192
3.2.4. Resultados	192
3.2.4.1. Estrutura Fatorial da Escala EIPS	193
3.2.4.2. Valor Atribuído aos Níveis Pessoal e Social da Identidade	195
3.2.4.3. Avaliação do Comportamento-Alvo	195
3.2.4.3.1. Comportamentos normativos	195
3.2.4.3.1.1. Avaliação conjunta dos dois comportamentos-alvo normativos	195
3.2.4.3.1.2. Avaliação separada de cada um dos dois comportamentos-alvo normativos	195
3.2.4.3.1.2.1. <i>Recusar um cigarro</i>	195
3.2.4.3.1.2.2. <i>Interromper uma briga</i>	196

3.2.4.3.1.3. Comparação entre os dois comportamentos-alvo normativos	196
3.2.4.3.2. Comportamentos desviantes	196
3.2.4.3.2.1. Avaliação conjunta dos dois comportamentos-alvo desviantes	196
3.2.4.3.2.2. Avaliação separada de cada um dos dois comportamentos-alvo desviantes	197
3.2.4.3.2.2.1. <i>Pintar o muro da escola</i>	197
3.2.4.3.2.2.2. <i>Saltar o portão da escola</i>	197
3.2.4.3.2.3. Comparação entre os dois comportamentos-alvo desviantes	197
3.2.4.4. Avaliação da Criança-Alvo	198
3.2.4.4.1. Crianças-alvo normativas	198
3.2.4.4.1.1. Avaliação média das duas crianças-alvo normativas	198
3.2.4.4.1.2. Avaliação separada das duas crianças-alvo normativas	198
3.2.4.4.1.2.1. <i>Criança-alvo 1 - recusar um cigarro</i>	198
3.2.4.4.1.2.2. <i>Criança-alvo 2 - interromper uma briga</i>	198
3.2.4.4.1.3. Comparação entre as duas crianças-alvo normativas	198
3.2.4.4.2. Crianças-alvo desviantes	199
3.2.4.4.2.1. Avaliação média das duas crianças-alvo desviantes	199
3.2.4.4.2.2. Avaliação separada das duas crianças-alvo desviantes	199
3.2.4.4.2.2.1. <i>Criança-alvo 1 - pintar o muro da escola</i>	199
3.2.4.4.2.2.2. <i>Criança-alvo 2 - saltar o portão da escola</i>	199
3.2.4.4.2.3. Comparação entre as duas crianças-alvo desviantes	199

3.2.4.5. Questões de Verificação Experimental	200
3.2.4.5.1. Nacionalidade da criança-alvo	200
3.2.4.5.1.1. Nacionalidade portuguesa	200
3.2.4.5.1.2. Nacionalidade espanhola	200
3.2.4.5.2. Filiação	200
3.2.4.5.2.1. <i>Filiação biológica</i>	200
3.2.4.5.2.2. <i>Filiação adotiva</i>	200
3.2.4.5.3. Tipo de comportamento	201
3.2.4.5.3.1. <i>Comportamento normativo</i>	201
3.2.4.5.3.2. <i>Comportamento desviante</i>	201
3.2.4.5.4. Sexo da criança-alvo	201
3.2.4.6. Avaliação do Comportamento-Alvo e da Criança-Alvo, em Função de Nacionalidade, Tipo de Filiação e Tipo de Comportamento	202
3.2.4.7. Avaliação do Comportamento-Alvo e da Criança-Alvo, em Função de Nacionalidade, Tipo de Filiação, Tipo de Comportamento e Valorização dos Níveis de Autodefinição da Identidade	203
3.2.4.8. Avaliação do Comportamento-Alvo e da Criança-Alvo, em Função de Nacionalidade, Tipo de Filiação, Tipo de Comportamento, Sexo e Grupo Etário	205
3.3. Estudo 5	208
3.3.1. Homoparentalidade	208
3.3.2. Identidade e Homoparentalidade	214
3.3.3. Método	217
3.3.3.1. Participantes	217
3.3.3.2. Procedimento e Plano do Estudo	217
3.3.3.3. Medidas Dependentes	218
3.3.3.3.1. Questões de verificação experimental	218

3.3.4. Resultados	218
3.3.4.1. Estrutura Fatorial da Escala EIPS	218
3.3.4.2. Valor Atribuído aos Níveis Pessoal e Social da Identidade	219
3.3.4.3. Avaliação do Comportamento-Alvo	220
3.3.4.3.1. Comportamentos normativos	220
3.3.4.3.1.1. Avaliação conjunta dos dois comportamentos-alvo normativos	220
3.3.4.3.1.2. Avaliação separada de cada um dos dois comportamentos-alvo normativos	220
3.3.4.3.1.2.1. <i>Fazer reciclagem do lixo na escola</i>	221
3.3.4.3.1.2.2. <i>Doar dinheiro a uma instituição</i>	221
3.3.4.3.1.3. Comparação entre os dois comportamentos-alvo normativos	221
3.3.4.3.2. Comportamentos desviantes	221
3.3.4.3.2.1. Avaliação conjunta dos dois comportamentos-alvo desviantes	221
3.3.4.3.2.3. Avaliação separada de cada um dos dois comportamentos-alvo desviantes	222
3.3.4.3.2.3.1. <i>Responder com um palavrão ao professor</i>	222
3.3.4.3.2.3.2. <i>Incendiar baldes do lixo</i>	222
3.3.4.3.2.3. Comparação entre os dois comportamentos-alvo desviantes	222
3.3.4.4. Avaliação da Criança-Alvo	223
3.3.4.4.1. Crianças-alvo normativas	223
3.3.4.4.1.1. Avaliação média das duas crianças-alvo normativas	223
3.3.4.4.1.2. Avaliação separada das duas crianças-alvo normativas	223

3.3.4.4.1.2.1. Criança-alvo 1 - fazer reciclagem do lixo na escola	223
3.3.4.4.1.2.2. Criança-alvo 2 - doar dinheiro a uma instituição	223
3.3.4.4.1.3. Comparação entre as duas crianças-alvo normativas	223
3.3.4.4.2. Crianças-alvo desviantes	223
3.3.4.4.2.1. Avaliação média das duas crianças-alvo desviantes	223
3.3.4.4.2.2. Avaliação separada das duas crianças-alvo desviantes	224
3.3.4.4.2.2.1. Criança-alvo 1 - responder com um palavrão ao professor	224
3.3.4.4.2.2.2. Criança-alvo 2 - incendiar baldes do lixo	224
3.3.4.4.2.3. Comparação entre as duas crianças-alvo desviantes	224
3.3.4.5. Questões de Verificação Experimental	224
3.3.4.5.1. Orientação sexual do casal	224
3.3.4.5.1.1. Heterossexual	224
3.3.4.5.1.2. Homossexual	225
3.3.4.5.2. Filiação	225
3.3.4.5.2.1. Filiação biológica	225
3.3.4.5.2.2. Filiação adotiva	225
3.3.4.5.3. Tipo de comportamento	226
3.3.4.5.3.1. Comportamento normativo	226
3.3.4.5.3.2. Comportamento desviante	226
3.3.4.5.4. Sexo da criança-alvo	226
3.3.4.6. Avaliação do Comportamento-Alvo e da Criança-Alvo, em Função de Orientação Sexual, Tipo de Filiação, Tipo de	226

Comportamento e Valorização Diferenciada dos Níveis de Autodefinição da Identidade	
3.3.4.6.1. Efeitos da valorização diferenciada do IP e do IS	228
3.3.4.7. Avaliação do Comportamento-Alvo e da Criança-Alvo, em Função de Orientação Sexual, Tipo de Filiação, Tipo de Comportamento, Sexo e Grupo Etário	230
3.3.4.7.1. Efeitos de sexo	230
3.3.4.7.2. Efeitos de grupo etário	231
3.4. Discussão Geral dos Estudos 4 e 5	233
3.4.1. O Padrão Global de Resultados	233
3.4.2. Atitudes Face à Nacionalidade, Adoção e Homoparentalidade	234
3.4.2.1. Potenciais efeitos de uma dupla categorização	235
3.4.2.2. O papel das expectativas na emissão dos julgamentos	236
3.4.3. Efeitos das Pertenças Categorias dos Participantes nos Julgamentos Efetuados	237
3.4.3.1. Quanto à filiação	237
3.4.3.1.1. Efeitos de grupo etário	237
3.4.3.1.2. Efeitos de sexo	238
3.4.3.2. Quanto à orientação sexual	239
3.4.4. Algumas Limitações e Considerações	240
TERCEIRA PARTE	241
Capítulo 4. Conclusão	243
4. Conclusão	245
4.1. O Predomínio da Identidade Pessoal	245
4.2. As Formas de Expressão de Preconceito	246
4.2.1. <i>Self-serving bias</i> e diferenciação interpessoal	246

4.2.2. Manifestações subtis de preconceito	247
4.2.3. A norma social de não discriminação	248
4.3. Identidade Pessoal e Identidade Social	253
4.3.1. O impacto do nível pessoal de autodefinição da identidade nos <i>outputs</i> das dinâmicas de grupo	253
4.3.2. Impacto diferenciado dos níveis de autodefinição da identidade nas manifestações atitudinais	255
4.3.3. O papel primordial do contexto na emissão de julgamentos	257
4.4. Adoção e Homoparentalidade	259
4.4.1. Atitudes face à adoção <i>per se</i>	260
4.4.2. Atitudes face à adoção em relação com a homoparentalidade	260
4.4.3. Pertenças categoriais do respondente e sua relação com as atitudes face à adoção e homoparentalidade	262
4.5. Elações Finais	263
4.6. Limitações, Contributos e Pistas para o Futuro	267
4.6.1. As limitações	267
4.6.2. Alguns contributos	271
4.6.3. Pistas para futura investigação	272
Referências Bibliográficas	275
Axexos	293

Índice de Quadros

	Página
Quadro 2.1. Valorização dos Níveis de Autodefinição da Identidade. Solução Fatorial, Após Rotação Varimax, Média e Desvio-Padrão	113
Quadro 2.2. Moral Traditionalism Scale. Solução Fatorial, Após Rotação Varimax, Média e Desvio-Padrão	114
Quadro 2.3. Political Tolerance Scale. Solução Fatorial, Após Rotação Varimax, Média e Desvio-Padrão	115
Quadro 2.4. Orientação de Papéis de Género. Solução Fatorial, Após Rotação Varimax, Média e Desvio-Padrão	116
Quadro 2.5. Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais. Solução Fatorial, Após Rotação Varimax, Média e Desvio-Padrão	118
Quadro 2.6. Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais. Solução Fatorial, Após Rotação Varimax, Média e Desvio-Padrão	120
Quadro 2.7. Valorização dos Níveis de Autodefinição da Identidade. Solução Fatorial, Após Rotação Varimax, Média e Desvio-Padrão	141
Quadro 2.8. Moral Traditionalism Scale. Solução Fatorial, Após Rotação Varimax, Média e Desvio-Padrão	142
Quadro 2.9. Orientação de Papéis de Género. Solução Fatorial, Após Rotação Varimax, Média e Desvio-Padrão	144
Quadro 2.10. Desconforto Psicológico com a Manipulação Experimental. Solução Fatorial, Após Rotação Varimax, Média e Desvio-Padrão	145
Quadro 2.11. Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais. Solução Fatorial, Após Rotação Varimax, Média e Desvio-Padrão	146
Quadro 2.12. Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais. Solução Fatorial, Após Rotação Varimax, Média e Desvio-Padrão	147

Quadro 2.13.	Médias e Desvios-Padrão para Atitude Desfavorável e Proximidade Distante, em Função de Focalização, Valorização Diferenciada IP e Valorização Diferenciada IS	156
Quadro 2.14.	Médias e Desvios-Padrão para Proximidade Distante e Proximidade Íntima, em Função de Focalização e Grupo Etário	159
Quadro 2.15.	Médias e Desvios-Padrão para Atitude Favorável, em Função de Valorização Diferenciada IS e Grupo Etário	160
Quadro 3.1.	Médias e Desvios-Padrão da Frequência, Correção e Consequência e Correlação entre Correção e Consequência, para cada Comportamento-Alvo Normativo	175
Quadro 3.2.	Médias e Desvios-Padrão da Frequência, Correção e Consequência e Correlação entre Correção e Consequência, para cada Comportamento-Alvo Desviante	177
Quadro 3.3.	Valorização dos Níveis de Autodefinição da Identidade. Solução Fatorial, Após Rotação Varimax, Média e Desvio-Padrão	194
Quadro 3.4.	Valorização dos Níveis de Autodefinição da Identidade. Solução Fatorial, Após Rotação Varimax, Média e Desvio-Padrão	219
Quadro 3.5.	Médias e Desvios-Padrão para Impressão Geral, em Função de Tipo de Filiação, Orientação Sexual e Tipo de Comportamento	228
Quadro 3.6.	Médias e Desvios-Padrão para Frequência, em Função de Tipo de Filiação, Orientação Sexual, Tipo de Comportamento e IPvsIS	228

Índice de Anexos

		Página
Anexo 1.	Questionário Estudo 1	295
Anexo 2.	Questionário Estudo 2	311
Anexo 3.	Questionário Estudo 3	337
Anexo 4..	Questionário Estudo 4	347
Anexo 5.	Questões de verificação experimental do Estudo 4	371
Anexo 6.	Questionário Estudo 5	375
Anexo 7.	Questões de verificação experimental do Estudo 5	397

Introdução

Categorização social e identidade social, estereótipos, atitudes, preconceito e discriminação têm íntimas conexões entre si e constituem o cerne do quadro teórico que utilizamos no conjunto dos estudos que conduzimos.

Nesta investigação pretendemos articular este quadro teórico-conceitual, com um conjunto de objetivos empíricos, decorrentes da elevada visibilidade e relevância social do tópico em estudo – a homoparentalidade. Assim, o cerne do conjunto das investigações realizadas é a análise das atitudes face à homoparentalidade, enquadradas a partir dos pressupostos básicos da abordagem da identidade social.

Mercê de um conjunto de mudanças sociais que têm ocorrido em Portugal (e não só), e que colocaram na ordem do dia as questões da desigualdade associadas a minorias sexuais e suas implicações sociais, institucionais e pessoais, a homoparentalidade tem vindo a assumir uma relevância crescente nas sociedades ocidentais, à medida que as pressões para a igualdade entre pessoas têm conseguido que grupos sociais desfavorecidos, vejam reconhecidos alguns importantes direitos sociais. No entanto, apesar de assistirmos à emergência de um conjunto de evoluções legais relativas aos direitos civis das minorias sexuais, como sejam, em 2001, a inclusão dos casais homossexuais na Lei das Uniões de Facto, ou a inclusão, em 2004 da orientação sexual no Princípio da Igualdade (artigo 13) da Constituição Portuguesa, ou ainda, a aprovação da possibilidade do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, através da Lei 9/2010, e, mais recentemente, em 2016, a Lei 2/2016, que eliminou as discriminações no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares, para casais do mesmo sexo, mantêm-se algumas desigualdades sociais, como por exemplo, continua a ser vedado a casais do mesmo sexo o acesso a técnicas de procriação medicamente assistida, ao contrário do que acontece com casais heterossexuais.

Nas palavras de Matias (2007) “(...) Verificando-se atualmente uma maior abertura relativamente às pessoas que se identificam como não sendo heterossexuais, podemos igualmente observar tentativas constantes e sub-reptícias de questionar os avanços sociais propostos por essa população, nomeadamente em questões de parentalidade ou de reconhecimento por parte da sociedade quanto às suas relações íntimas.”, como algumas investigações recentes comprovam (e.g.; Costa & Davies, 2012; Herek, 2007; Lacerda, Pereira & Camino, 2002; Moreno & Bondenhausen, 2001; Pereira, Torres, Pereira & Falcão, 2011).

É, por isso, importante entender que dinâmicas sustentam essas desigualdades, contribuindo para que as mudanças ao nível legislativo se façam acompanhar pelas necessárias mudanças de mentalidades.

A homossexualidade e seus correlatos, como a homoparentalidade, são percebidos, segundo os pressupostos da abordagem da identidade social, como um desvio à norma social dominante, segundo a qual a orientação sexual normativa é a heterossexual. Os indivíduos inseridos numa sociedade heteronormativa, reagem ao desvio relativamente à orientação sexual dominante, manifestando comportamentos e atitudes discriminatórios e derogatórios, face aos membros do grupo social desviante.

Dado que, em nosso entender, não é possível analisar as atitudes que envolvem a homoparentalidade, sem analisar também, por um lado, as questões que envolvem a atitude em relação às pessoas homossexuais e, por outro lado, a atitude em relação à adoção (em casais homossexuais, no mínimo metade dos progenitores estabelecerão, em virtude dos condicionalismos próprios deste tipo de estrutura de casal, vínculos parentais de natureza adotiva com o(s) filho(s) do casal), levamos a cabo um conjunto sequenciado de estudos que, de forma articulada e progressiva, conseguisse responder a um conjunto de questões de investigação, conducentes a uma compreensão alargada dos fenómenos envolvidos na atitude dirigida à homoparentalidade.

Na primeira parte desta tese (capítulo 1), apresentamos em detalhe os alicerces teóricos que sustentam as nossas investigações. Iniciamos o capítulo 1, falando dos estereótipos e da sua relação com os processos de categorização e com o preconceito, apresentando primeiramente as perspetivas históricas, clássicas e mais individualistas acerca do preconceito, para em seguida abordarmos o preconceito à luz da abordagem da identidade social.

Segundo esta abordagem, a discriminação e o conflito social são explicitamente reconhecidos como fenómenos de natureza grupal, surgindo a identidade social como a base motivacional destes fenómenos, que são percebidos como estratégias de diferenciação intergrupala positiva, conducentes a uma identidade social positiva.

Os grupos são entendidos enquanto realidades com significado psicológico, que não podem ser reduzidas ao somatório das realidades individuais e que despoletam um conjunto de processos psicológicos próprios e distintos daqueles que o sujeito utiliza enquanto ser individual.

Pertencer a um grupo é maioritariamente um estado psicológico distinto, que confere ao indivíduo uma identidade social, definida como uma representação coletiva partilhada acerca de quem se é e como é suposto comportarmo-nos. Desta identidade social decorrem processos psicológicos responsáveis por comportamentos grupais.

Portanto, a conceitualização da identidade social nesta abordagem, aborda os processos psicológicos envolvidos na tradução de categorias sociais em grupos humanos, ou seja, na criação de uma realidade psicológica, a partir de uma realidade social (Hogg & Abrams, 1992).

A sociedade é percebida como sendo composta por categorias sociais, que mantêm entre si relações assentes no poder e estatuto, sendo que os grupos dominantes têm o poder de impor a sua própria versão acerca da “natureza da sociedade”, *normatizando* a estrutura social, da forma que lhes seja mais favorável, legitimando e perpetuando o *status quo* (Hogg & Abrams, 1992).

Seguidamente abordamos as novas formas de preconceito, que surgem como estratégias para a expressão do preconceito, que os indivíduos utilizam para harmonizarem impulsos contrastantes e antagónicos, que começaram a surgir no pós-segunda guerra mundial, quando se começaram a fazer sentir pressões sociais normativas para a não discriminação e para o igualitarismo.

As discrepâncias entre normas, atitudes e comportamentos são também examinadas, analisando-se os processos de influência social na manifestação comportamental e atitudinal, bem com o papel desempenhado pelo protótipo grupal enquanto conceito aglutinador das normas grupais.

Neste contexto e quando a identidade social é uma componente saliente da autodefinição do indivíduo, atitudes normativamente suportadas, isto é, que são congruentes com a norma (protótipo) grupal, levam a um incremento na adesão do sujeito à manifestação de comportamentos que expressem essas atitudes, por duas ordens de fatores. Por um lado, ajudam a reduzir o grau de incerteza acerca da adequação desse comportamento e, por outro lado, contribuem para a validação, quer do estatuto enquanto membro desse grupo, quer do autoconceito do sujeito (Terry, Hogg & Blackwood, 2001).

A análise do papel da identidade social no comportamento remete-nos, em seguida, para a análise dos papéis distintos que os níveis de autodefinição da identidade podem ter no

comportamento e que influencia têm, na manifestação comportamental, as ideologias culturais, individualistas ou coletivistas.

A identidade social e a sua relação com o autoconceito são abordadas em seguida, retomando-se a análise do processo de categorização social, enquanto processo de base motivacional, que serve funções psicológicas fundamentais e adaptativas, de integração do sujeito no contexto e que explica um conjunto de comportamentos grupais, como o preconceito, a discriminação, o favoritismo endogrupal, a percepção estereotipada, a conformidade, entre outros.

De seguida apresentamos em traços gerais o modelo da dinâmica de grupos subjetiva, modelo que procura analisar a reação ao desvio no seio do grupo, no contexto de relações intergrupais e a sua relação com as bases motivacionais da identidade social.

Finalizamos este capítulo, apresentando as investigações e desenvolvimentos teóricos mais recentes, que realçam o papel do *self* individual na explicação de fenómenos de natureza grupal.

Na segunda e terceira partes desta tese, fazemos a articulação do referencial teórico, com os objetivos da investigação, para a qual elaborámos um conjunto de predições. A segunda parte está organizada em dois capítulos, que dizem respeito aos estudos empíricos que realizámos. Nestes capítulos são apresentados e discutidos os resultados dos cinco estudos empíricos realizados.

Concretamente, no capítulo 2, apresentamos os Estudos 1 e 2, cujo objetivo central foi o de traçar uma linha basal de atitudes dirigidas à categoria social das pessoas homossexuais, analisando essas atitudes a partir da abordagem abrangente da identidade social, incidindo nas dinâmicas em torno de aspetos identitários e relações intergrupais.

Nestes dois estudos os participantes reportaram a sua atitude e rejeição à proximidade face às pessoas homossexuais. No Estudo 1, onde os participantes reportaram a sua atitude (e a sua rejeição à proximidade) relativamente às pessoas homossexuais e atribuíram uma atitude (e uma rejeição à proximidade) em relação às pessoas homossexuais, às outras pessoas, constatámos que, embora a atitude (e rejeição à proximidade) globalmente reportada através das condições experimentais tenha sido favorável, quando o contexto de comparação se tornou saliente, assistiu-se à emergência de uma diferenciação bastante acentuada, sendo a atitude (e rejeição à proximidade) reportada significativamente mais favorável, do que a atitude (e rejeição à proximidade) atribuída aos outros (especialmente na

condição experimental onde o participante reportou a sua atitude (e a sua rejeição à proximidade), depois de ter reportado a atitude (e rejeição à proximidade) que atribuiu aos outros, situação onde a sua atitude (e a sua rejeição à proximidade) se tornou ainda mais favorável), isto é, assistiu-se à emergência de um *self-serving bias*.

No Estudo 2, onde manipulamos experimentalmente a focalização nos níveis de autodefinição da identidade, constatámos que, contrariamente às nossas previsões, nem a valorização do nível social de autodefinição, nem a focalização neste nível de autodefinição contribuiu para a manifestação de posicionamentos mais desfavoráveis em relação às pessoas homossexuais. Pelo contrário, entre os participantes que valorizaram mais fortemente o nível pessoal de autodefinição da identidade e que foram focalizados neste nível de autodefinição, a valorização simultânea do nível social de autodefinição conduziu à manifestação, quer de uma atitude menos desfavorável, quer de menor rejeição à proximidade distante.

Muito embora o padrão inicialmente previsto não tenha sido globalmente encontrado, constatámos que entre os participantes adultos, as nossas previsões iniciais se confirmaram, isto é, os participantes adultos focalizados na dimensão social da sua identidade manifestaram maior rejeição à proximidade, do que os adultos focalizados na dimensão pessoal da sua identidade e encontramos o padrão oposto junto dos participantes jovens, com os jovens focalizados na dimensão social da sua identidade a reportarem atitudes mais favoráveis, do que os jovens focalizados na dimensão pessoal da sua identidade.

Por seu turno, o capítulo 3 engloba a apresentação dos Estudos 3, 4 e 5. O Estudo 3 (estudo-piloto) serviu o propósito de avaliar e seleccionar os comportamentos-alvo a utilizar nos dois estudos subsequentes. Nos Estudos 4 e 5 os participantes julgaram membros do endogrupo e do exogrupo, normativos e desviantes, tendo sido manipuladas experimentalmente as pertenças grupais dos alvos em duas dimensões, bem como o comportamento a avaliar.

No Estudo 4, analisamos a atitude face à adoção e no Estudo 5, analisamos a atitude face à homoparentalidade.

Dos resultados do Estudo 4 realçamos aqueles que revelaram que a filiação despoletou o padrão derogatório preconizado pela abordagem da identidade social, tendo-se assistido à derrogação mais forte do desviante biológico.

No Estudo 5, encontramos alguns resultados que forneceram evidências acerca da existência de atitudes discriminatórias face à homoparentalidade, nomeadamente a emergência de um *efeito ovelha negra*. Concretamente, a impressão geral reportada relativamente à criança-alvo desviante, filha biológica de um casal heterossexual foi significativamente mais desfavorável, do que a reportada em relação à criança-alvo desviante, filha biológica de um homossexual.

Também não foram encontradas diferenças na avaliação dos comportamentos normativos e desviantes das crianças filhas adotivas de casais heterossexuais, comparativamente aos mesmos comportamentos exibidos por crianças filhas, quer biológicas, quer adotivas de casais homossexuais.

Estes resultados, vão de encontro aos pressupostos teóricos da abordagem da identidade social, segundo os quais, favorecemos os endogrupos relativamente a exogrupos, em quaisquer dimensões de comparação relevantes e que este “favoritismo endogrupal” assume a forma de derrogação de comportamentos desviantes endogrupais que sejam relevantes para a manutenção de uma identidade social positiva.

Finalmente, na terceira parte da tese, no capítulo 5 (da Conclusão), apresentamos uma reflexão (que pretendemos crítica) sobre os resultados que obtivemos, bem como, algumas inferências desta investigação.

Da evidência que encontramos, parece-nos que estão a ocorrer dois movimentos de mudança social. Um crescente individualismo, que se substitui às pertenças categoriais na definição identitária dos indivíduos e a emergência de uma norma social de não discriminação, que entrando em conflito com valores e normas sociais prévias, coloca os indivíduos numa situação de transição normativa, mais ou menos acentuada.

Face ao confronto de valores, próprio da sociedade em transição, diferentes indivíduos reagem ao modelo normativo emergente de forma diferenciada. Nalguns, a norma social emergente parece encontrar-se já interiorizada, enquanto noutros não. Nestes últimos, assiste-se à manifestação de atitudes preconceituosas mais subtis e socialmente legitimizadas, que lhes permita manter um certo estado de coerência interna.

Primeira Parte

Capítulo I

**Fundações teórico-conceituais deste
projeto**

1.1. Estereótipos e Preconceito – Abordagens Clássicas

Para se falar de preconceito e discriminação (tema central desta tese) é necessário, antes de mais, falar dos seus determinantes, entre eles os estereótipos (e.g. Stephan & Stephan, 1993, 2000).

No seu trabalho pioneiro de 1954, Allport definiu o preconceito como “(...) uma atitude aversiva ou hostil em relação a uma pessoa que pertence a um grupo, simplesmente porque pertence a esse grupo e se presume, portanto, que tem as qualidades censuráveis atribuídas a esse grupo” (Allport, 1979, p. 7, nossa tradução). As “qualidades censuráveis atribuídas a esse grupo” fazem parte do estereótipo atribuído a esse grupo. Ou seja, existe uma relação forte entre estereótipo e preconceito. O preconceito também é definido como uma tendência avaliativa negativa, relativamente a um grupo e aos seus membros, reportando-se à natureza afetiva da resposta relativamente a esse grupo e seus membros (Locke & Johnston, 2001).

Stangor (2009, p. 2) definiu os estereótipos como “(...) os traços que vêm rapidamente à mente quando pensamos acerca dos grupos”, realçando ainda a importância de, nas definições dos estereótipos, não se cair no erro de deixar de fora da definição algumas das características dos estereótipos que estão diretamente associadas à importância do seu estudo, como a sua inexatidão, negatividade e sobregeneralização. Segundo este autor, os estereótipos existem enquanto estruturas cognitivas, nomeadas de diversas formas, tais como esquemas, protótipos ou exemplares, não sendo, no entanto, estruturas rígidas e imutáveis, antes estruturas que fluem através dos contextos sociais.

Partindo do trabalho de Stangor e Lange (1994), Locke e Johnston (2001), nesta linha da cognição social, elaboram a conceção de estereótipos enquanto representações mentais dos grupos sociais e dos seus membros, num nível de detalhe mínimo e suficiente para se saber como são os membros desse grupo, sem nunca ter existido um encontro com eles. Estas representações mentais contêm atributos e traços, positivos e negativos, atribuídos ao grupo e aos seus membros, bem como expectativas comportamentais decorrentes desse conjunto de atributos. Ainda nesta linha, Hamilton, Sherman, Crump e Spencer-Rodgers (2009), acrescentaram que os estereótipos são sistemas de crenças acerca de grupos, que representam os atributos, características e padrões de comportamentos associados a esse grupo.

Bourhis, Turner e Gagnon (1997) referem que os estereótipos decorrem do funcionamento cognitivo individual, mas são simultaneamente um produto social da vida

em grupo. Estes corresponderão a representações coletivas e partilhadas acerca do próprio grupo e de outros grupos, sendo coletiva, tanto a sua origem - pois desenvolvem-se a partir de interações e influências intragrupais, para se tornarem crenças normativas partilhadas, consistentes com a ideologia e os valores do grupo - como o seu objeto, na medida em que representam as propriedades socialmente partilhadas dos membros do grupo, nas suas semelhanças intragrupais e diferenças intergrupais. Adicionalmente, os estereótipos sociais desempenham um papel ativo na orientação do comportamento intergrupais, ao explicarem, racionalizarem e justificarem as relações entre grupos, ao mesmo tempo que as representam e refletem. De facto, para Bourhis et al. (1997), os estereótipos correspondem à percepção intergrupais e têm por base os mesmos processos psicológicos que determinam o comportamento intergrupais.

1.1.1. A Centralidade do Estudo dos Estereótipos na Psicologia Social

Segundo Stangor e Jost (1997), o estudo dos estereótipos reveste-se de grande importância para os psicólogos sociais por vários motivos. Por exemplo, os atributos pessoais, tais como os traços, estão entre as formas mais utilizadas pelas pessoas para caracterizarem os outros. Os estereótipos são também parte integrante do estudo das relações intergrupais, tanto ao nível do preconceito, como das intenções discriminatórias. Os estereótipos têm ainda carácter funcional para as pessoas, sustentando a criação de uma identidade social, informando a realidade social, justificando a ordem social e simplificando o processamento da informação. Se, por um lado, Stangor (2009) refere que os estereótipos - as características associadas com as categorias sociais - representam uma relevante forma de conhecimento social, por outro, Haslam (1997) reforça que, o motivo pelo qual o estudo dos estereótipos se reveste de tanta importância reside no facto de serem amplamente partilhados e, portanto, terem um potencial de influência no comportamento muito abrangente.

No estudo dos estereótipos, duas abordagens dominaram a psicologia social nas últimas décadas. Por um lado, a abordagem da cognição social, que se baseou nos trabalhos iniciais de Gordon Allport e no princípio da economia cognitiva e, por outro lado, a abordagem da identidade social, baseada nos trabalhos de Henri Tajfel e no princípio da valorização da identidade. Embora estas duas abordagens tenham assentado em algumas diferenças básicas, ambas defendem que a identificação social e a categorização social desempenham papéis nucleares no estudo dos estereótipos e da vida grupal, nomeadamente,

atribuindo à categorização social um papel fundamental para as relações intergrupais e perspetivando-a como um antecedente necessário para o favoritismo grupal e a estereotipia social (Stangor & Jost, 1997). Haslam (1997), analisando a relação entre as abordagens cognitivistas e a teoria das representações sociais, refere também que existem alguns importantes aspetos partilhados por estas perspetivas, como sejam, a ênfase dada a mecanismos de comparação, categorização e classificação, que são utilizados pelo percipiente para organizar e simplificar o conjunto de estímulos do seu campo percetivo.

No entanto, ao contrário da abordagem cognitivista, que propugna que a criação dos estereótipos decorre de processos de aprendizagem social, eminentemente individualistas, as abordagens sociais dos estereótipos, atribuem um papel mais relevante à interação social na construção e emergência dos estereótipos.

Segundo Stangor e Jost (1997), ambas as abordagens se alimentaram do trabalho feito pela psicologia cognitiva e assentaram nos princípios gerais da perceção e do julgamento. Estes autores propõem que os estereótipos podem ser estudados pelo menos a três níveis: o individual, o grupal e o sistémico, com cada um destes níveis de análise a fornecer uma imagem parcial, que deve ser articulada com outras no sentido de uma compreensão mais alargada.¹

1.1.2. Estereótipos Enquanto Cognições

Segundo Locke e Johnston (2001), os estereótipos permitem um funcionamento cognitivo mais rápido e eficiente, ajudando a uma distribuição de energia mental por várias tarefas, mas acarretam, em consequência da generalização que exigem e da não contemplação de informação mais específica, consequências nem sempre positivas para os alvos dessas estereotipias. De facto, Spears e Haslam (1997) assinalam que nas abordagens cognitivistas os estereótipos são propostos como a “opção por defeito” para o julgamento social, à qual os indivíduos recorrem quando não dispõem de recursos para dedicarem atenção total à perceção social. De acordo com esta perspetiva, o percipiente social é visto como comprometendo a precisão em detrimento da quantidade, isto é, embora adaptativo, este tipo de processamento é propenso a erro sistemático não intencional. Finalmente, decorre também destes pressupostos, que se o percipiente tivesse a capacidade de processar

¹ Já em 1954, Allport no seu livro *The Nature of Prejudice*, numa tentativa de definição do termo preconceito, e referindo-se a algumas propostas de definição avançadas, defendia que um prejulgamento seria um preconceito, apenas se fosse eticamente desaprovado na sociedade. Este tipo de definição remete para o nível de análise sistémico, proposto por Stangor e Jost (1997). Também Stangor e Jost (1997) analisam o impacto do sistema social mais alargado, na formação dos estereótipos e do preconceito, tanto nos indivíduos, como nos grupos, como no próprio sistema social.

os estímulos sociais em termos mais individualizados e completos, então os erros associados aos estereótipos seriam evitados.

Tal como Oakes e Reynolds (1997) referem, perspetivar os estereótipos como decorrentes de uma necessidade de economia cognitiva, implica, por defeito, defini-los como inexatos, uma vez que o processo que os sustenta – a categorização - é visto como um mecanismo de compactação de informação, que serve o propósito de facilitar o processamento da imensidão de estímulos que rodeiam o indivíduo.

1.1.2.1. Fatores psicossociais e a estruturação cognitiva dos estereótipos.

Segundo Spears e Haslam (1997), numa abordagem dos estereótipos mais focada em processos psicossociais, como os que derivam da teoria da identidade social proposta por Tajfel, procura-se uma abordagem mais integradora e menos reducionista, baseada na forma como as relações intergrupais e outros fatores sociais, estruturam os aspetos cognitivos do processo de estereotipia, realçando-se tanto os aspetos funcionais, como os de significação. Nesta perspetiva, a categorização social não é vista como um mecanismo de redução da informação, mas antes como um mecanismo que permite ao percipiente ir para além da informação dada. Medin (1988, cit in Spears & Haslam, 1997) chega ao ponto de dizer que, contrariamente à perspetiva do categorizador como um avarento cognitivo (*cognitive miser*, no original em inglês), a categorização é, justamente, o processo que permite ao sujeito lidar com a escassez de informação presente em determinada situação social, de uma forma adaptativa e funcional.

Contestando uma perspetiva cognitivista dos estereótipos, enquanto dispositivos ao serviço de uma necessidade de economia cognitiva, Spears e Haslam (1997), apresentam argumentos que atribuem uma “carga cognitiva” idêntica, tanto ao processamento “individualizado” da informação, quanto ao processamento de categorização, referindo que a “carga cognitiva” está mais relacionada com a maior ou menor adequabilidade da estratégia de processamento utilizada no contexto específico em que esse processamento está a ocorrer. Isto é, num determinado contexto pode ser cognitivamente mais económico (adequado) utilizar uma estratégia de processamento da informação mais individualizada, enquanto num outro contexto pode ser cognitivamente mais económico utilizar uma estratégia de processamento mais categorial. Ao contrário de serem vistos como atalhos informacionais, os estereótipos pressupõem da parte do percipiente um esforço adicional no sentido de fazer sentido da situação-estímulo em que se encontra, de uma forma que seja contextualmente

adequada, tendo de escolher de entre um conjunto de categorizações alternativas, aquela que, naquele contexto em particular, é a que confere maior sentido à situação.

Estes autores sugerem que a “preguiça” e o concomitante viés tradicionalmente atribuídos ao processamento categorial da informação, decorre do facto das categorias serem tradicionalmente representadas como estruturas fixas. Se a categorização social for teorizada enquanto processo mais flexível de construção em contexto, então essa economia cognitiva deixa de ser tão indexada a um processamento categórico da informação.

Para Spears e Haslam (1997) existe de facto uma relação inversa entre carga cognitiva e capacidade de processamento de informação, tanto para um processamento mais individualizado, quanto para um processamento mais categórico, em que a uma maior carga corresponde um decréscimo na capacidade de processamento da informação. Contudo, consideram que pode existir uma certa vantagem em termos de solicitação mnésica, quando o processamento é categórico, uma vez que as categorias utilizadas neste tipo de processamento são mais inclusivas. Mais ainda, a respeito das limitações em termos do sistema de memória, referem que à incapacidade em processar a informação em termos mais individuais (devido a sobrecarga cognitiva) não corresponde inevitavelmente uma motivação para estereotipar.²

Ellemers e Van Knippenberg (1997) também fizeram uma análise que contesta o carácter relativamente estático atribuído aos estereótipos nas abordagens cognitivistas. Estes autores, na mesma linha de de Spears e Haslam (1997), defendem que os estereótipos têm uma natureza relativamente flexível. Segundo estes autores, há quatro fatores que influenciam a perceção de grupos sociais e que, em consequência, podem ter impacto tanto na manifestação de estereotipia, como no conteúdo estereotípico ativado. Isto é, são fatores que contribuem para a flexibilização do processo de estereotipia e dizem respeito aos seguintes processos: (1) a saliência das categorizações sociais, (2) o grau de envolvimento do percipiente, (3) as diferenças de estatuto social existentes entre os grupos e (4) a relevância das dimensões estereotípicas.

Segundo Ellemers e Van Knippenberg (1997), consoante a *saliência das categorizações sociais*, o mesmo grupo pode ser percecionado de forma diferente, dependendo da categorização mais saliente, nomeadamente quanto ao nível de categorização

² No entanto Spears e Haslam (1997) referem que esta economia mnésica deve ser vista mais como um aspeto incidental deste tipo de processamento, do que como a razão na base do mesmo, como preconizam as abordagens cognitivistas do *cognitive miser*.

mais saliente, quanto à saliência de categorizações alternativas no mesmo nível de abstração, ou quanto à saliência de uma categorização específica, dada a natureza e número de grupos de comparação disponíveis. O *grau de envolvimento do percipiente*, nomeadamente, a medida em que a sua identidade social está em jogo na situação, é também um importante fator a ter em conta. Percipientes pessoalmente envolvidos na situação tendem a manifestar maiores níveis de estereotipia e a ativar conteúdo estereotípico mais consistente com uma autoimagem mais positiva enquanto membro do grupo.

Segundo aqueles autores, as *diferenças socio-estatutárias existentes entre grupos* podem restringir as perceções acerca do que é consensualmente aceitável nos processos intra e intergrupais, nomeadamente nos processos de auto e de heteroestereotipia (tanto ao nível do conteúdo estereotípico, quanto ao nível da sua manifestação). Por exemplo, membros de grupos com um estatuto inferior podem, simultaneamente, estar motivados para a obtenção/manutenção de uma identidade social positiva, ao mesmo tempo que se inibem de manifestar (em presença de um exogrupo relevante e estatutariamente superior) os enviesamentos grupais necessários para a alcançarem, devido aos constrangimentos ao seu estatuto, impostos pela estrutura social onde os grupos se integram.

No entanto, segundo Ellemers e Van Knippenberg (1997), estas tensões entre motivações diferentes podem ser resolvidas de várias formas, as quais demonstram a *relevância das dimensões estereotípicas* (tanto no número, como no tipo de dimensões relevantes) na forma como os grupos são percecionados. Efetivamente, comparações unidimensionais tendem a tornar mais difícil o estabelecimento de um diferencial intergrupar positivo para o grupo de estatuto inferior. Por esta razão, uma estratégia mais “funcional” para este tipo de grupos é o recurso a comparações sociais multidimensionais, que incluam traços onde esse grupo possa ser visto como superior. Assim, dependendo das dimensões de comparação em jogo, os membros de grupos com estatuto inferior podem, simultaneamente, demonstrar que reconhecem as diferenças existentes entre os grupos (e que a estrutura social lhes impõe), ao mesmo tempo que, de forma criativa, se aproveitam da ambiguidade existente no contexto comparativo noutras dimensões de comparação.³ Para Ellemers e Van Knippenberg (1997) esta flexibilidade dos estereótipos é essencialmente adaptativa, servindo importantes funções, tanto individuais, como sociais.⁴

³ Mais adiante, na secção “Identidade social e estrutura social” (p. 61 e ss.), Hogg e Abrams (1992), apresentam mais em detalhe o tipo de estratégias que podem ser utilizadas para aumentarem a distintividade social intergrupar.

⁴ Ver adiante Tajfel (1981) e Hamilton, Sherman e Ruvolo (1990, cit in Oskamp, 2000), acerca das funções dos estereótipos.

A respeito da variabilidade inerente dos estereótipos, e contestando a perspectiva cognitivista que os descreve como um mero conjunto de traços associados a categorias sociais, Reicher, Hopkins e Condor (1997) concluíram que os estereótipos são, acima de tudo, explicações da realidade social e que a sua variabilidade é utilizada como uma estratégia de influência social. O conteúdo estereotípico associado a determinada identidade social, pode servir para influenciar os membros detentores dessa identidade social a comportarem-se de uma determinada forma, de acordo com determinados interesses. Isto é, não só o estereótipo pode servir para explicar determinado comportamento, como pode servir para eliciar determinado comportamento. Dito de outra forma, como aqueles autores sugerem, a relação entre contexto e categorias não é unívoca, antes recíproca, isto é, as categorias são criadas a partir do contexto (função explicativa), mas o contexto é, também ele, criado a partir das categorias (função de influência social).

Um outro aspeto estrutural dos estereótipos é a sua *natureza essencialmente partilhada*. Segundo Haslam (1997), muito embora o conteúdo estereotípico atribuído a determinado grupo possa variar ao longo do tempo (e possa variar também em função do grupo que estereotipa), existe, ainda, assim um considerável consenso acerca do conteúdo estereotípico atribuído a determinado grupo estereotipado, num dado contexto socio-temporal.

As abordagens cognitivistas dos estereótipos, dada a sua natureza individualista, embora contribuam de forma importante para a compreensão dos processos associados à criação dos estereótipos, não contemplam suficientemente os aspetos coletivos dos estereótipos. Nestas abordagens, o consenso estereotípico é explicado a partir da existência de experiências comuns, que os membros de determinado grupo experienciam e que geram informações similares que, através dos processos genéricos da cognição, são traduzidas nos estereótipos partilhados. No entanto, segundo Haslam (1997), esta explicação não dá resposta suficiente à questão do consenso, uma vez que são muitos os casos em que indivíduos atribuem significados distintos a experiências/informações semelhantes (situações de conflito bélico, por exemplo) e, por outro lado, os indivíduos têm alguns estereótipos, sem terem tido qualquer experiência relevante com o grupo alvo do estereótipo.

As abordagens sociais, como por exemplo, a teoria das representações sociais de Moscovici (1984, cit in Haslam, 1997), por outro lado e baseando-se nessa limitação das abordagens cognitivistas, propugnam que os sujeitos organizam a informação de forma semelhante se partilharem teorias explicativas da realidade. Segundo Augoustinos (1991, cit

in Haslam, 1997), não só teorias explicativas comuns contribuem para significações idênticas de informações, como essas mesmas representações sociais comuns servem importantes funções sociais, como por exemplo, a manutenção de uma identidade social positiva, que pode ser alcançada por membros de grupos diferentes, através da acentuação de distintos diferenciais.

Na designada abordagem da identidade social, a conceção destas funções sociais dos estereótipos, constitui-se como o cerne explicativo da emergência dos mesmos.

1.1.3. As Funções Psicológicas dos Estereótipos e do Preconceito

Numa das obras que estrutura o quadro conceptual da teoria da identidade social, Tajfel (1981), defende que os estereótipos servem quatro funções essenciais. Duas dessas funções são individuais: uma função cognitiva, enquanto estratégia de interpretar a informação proveniente do meio (i.e., estruturação cognitiva do meio) e outra função, enquanto instrumento que ajuda os indivíduos a defenderem e preservarem os seus sistemas de valores. As outras duas dessas funções são sociais: uma função de contribuição para a criação e preservação de ideologias de grupo e uma outra de criação ou preservação de diferenciações positivamente valorizadas de um grupo, em relação a outros grupos sociais.

Segundo Hamilton, Sherman e Ruvolo (1990), os estereótipos cumprem uma função sociocognitiva fundamental: servem de base para a construção de expectativas relativas ao comportamento dos membros do grupo estereotipado contribuindo, conseqüentemente, para um maior sentido de “previsibilidade” (in Oskamp, 2000). Claro que, se as expectativas forem negativas, os sujeitos antecipam interações negativas ou conflituosas com os membros desse grupo.

A abordagem da identidade social propõe que a vida grupal influi no processamento da informação, providenciando um significado partilhado às experiências individuais. Nesta abordagem, a estereotipagem é entendida como o processo decorrente da categorização social dos outros e da autocategorização do sujeito.

1.1.4. Categorização Social e Estereotipia

Numa das linhas de investigação iniciais, focada na análise de processos perceptivos de assimilação vs. diferenciação, Tajfel (e.g. Tajfel, 1969; Tajfel & Wilkes, 1963) constatou a existência de uma tendência dos sujeitos minimizarem diferenças efetivas no comprimento de linhas que pertenciam a uma mesma categoria, quando, efetivamente, a diferença de

comprimento entre as linhas era sempre a mesma, desde a mais curta até à mais comprida. Em contraste, na perceção das linhas da categoria “curtas” ou “compridas” verificou-se a sobrestimação da diferença do comprimento entre a linha mais comprida da categoria “curtas” e a linha mais curta, da categoria “compridas”. Esta evidência deu suporte empírico à existência dos designados processos de *acentuação perceptiva*. Em linha com estes trabalhos iniciais é proposto que o indivíduo tem a necessidade de maximizar a diferença entre membros pertencentes a categorias sociais diferentes, ao mesmo tempo que procura a máxima similitude entre membros de uma mesma categoria social (cf. Stangor, 2009). Tal necessidade pode acarretar distorções perceptivas e enviesamentos, que serão mais salientes em contextos que requerem o estabelecimento de diferenciações entre membros do endogrupo e do exogrupo. De facto, a identidade social é talvez a principal motivação por detrás do preconceito e discriminação: é a necessidade de categorizar, que conduz à criação dos estereótipos (idem).⁵

Existe um abrangente consenso teórico de que o processo de categorização social está criticamente implicado na estereotipagem social (cf. Oakes & Reynolds, 1997; Sherman et al., 2009), uma vez que é a partir da perceção diferenciada, decorrente da categorização, que se torna possível a estereotipagem. No quadro da teoria da autocategorização, Oakes e Reynolds (1997) propõem que o processo de autocategorização na ativação do estereótipo tem diferente impacto, consoante se processa ao nível pessoal ou social. Uma vez que os indivíduos podem agir tanto enquanto “pessoas individuais”, como enquanto membros de categorias sociais, dependendo da saliência do nível de autocategorização num dado contexto de comparação intergrupar, estes pode orientar o seu comportamento segundo critérios individuais ou critérios grupais. A um comportamento enquanto membro de uma categoria social, correspondem categorizações intergrupais e perceções estereotípicas. A um comportamento baseado numa identidade pessoal, corresponde uma categorização ao nível das diferenças individuais e uma perceção individualizada.

A abordagem essencialmente cognitivista dos estereótipos, encara a categorização como uma correspondência de dados isolados com estruturas cognitivas fixas e defende que, enquanto as perceções estereotípicas implicam a categorização (com perda de exatidão, mas economia cognitiva), as perceções individualizadas, por seu turno, não envolvem processos

⁵ Por seu turno, os trabalhos iniciais de Tajfel, que começaram com investigações com moedas, desenvolveram investigações anteriores sobre o fenómeno da sobrestima perceptiva, que se iniciaram com os trabalhos de Jerome Bruner e colegas, e que incidiam no estudo das diferenças entre estímulos (cf. Tajfel, 1981).

de categorização (assegurando percepções mais exatas, mas maior dispêndio de recursos cognitivos). Em contraste, a abordagem da identidade social defende que toda a percepção humana implica a categorização (e.g. Oakes & Reynolds, 1997). Esta assunção assenta na ideia de que parte do significado associado ao estímulo deriva do contexto em que este é percebido, e de que a categorização dota os estímulos de uma identidade contextualmente dependente. Ou seja, uma parte da representação mental dos estímulos deriva das relações interestímulo específicas ao contexto. Como tal, o processo de categorização tem por função essencial a deteção de semelhanças e de diferenças contextualmente específicas. Nesta abordagem assume-se que a “unidade básica” no processo de categorização não são os estímulos isolados, mas antes as relações comparativas entre estímulos, que são inerentemente específicas ao contexto em que ocorrem. A distinção entre percepções individualizadas e percepções estereotípicas não é feita em termos de presença ou ausência de categorização, mas antes em termos do nível de inclusividade em que o processo de categorização opera.⁶

Outro aspeto crucial do processo de categorização (e da consequente estereotipagem) diz respeito ao envolvimento do indivíduo na situação social: a categorização permite-lhe organizar o conjunto de estímulos em presença no contexto, de uma forma que seja consistente com as suas expectativas e teorias explicativas da realidade. Como discutimos anteriormente, em contextos grupais, estas últimas derivam em larga medida das pertenças categoriais do indivíduo, dando sustentação psicológica às funções individuais e sociais dos estereótipos.

Em suma, os processos de categorização e de estereotipia são contextualmente dependentes e a mesma informação (ou *set* informacional) não é necessariamente processada de forma idêntica por percipientes diferentes, nem pelo mesmo percipiente em diferentes contextos (devido a diferentes categorizações e autocategorizações, ou diferentes expectativas e teorias). Como propõem Ellemers e Van Knippenberg (1997), as pessoas procuram dar sentido ao seu ambiente social diário, selecionando as categorias e conteúdos estereotípicos que são mais informativos em cada contexto ou situação particular.

Nos múltiplos contextos sociais em que nos movemos no nosso quotidiano, temos de lidar sociocognitivamente, tanto com indivíduos “isolados”, como com grupos sociais.

⁶ Tal como já tinha sido referido anteriormente por Spears e Haslam (1997). Para estes autores a percepção social é sempre intrinsecamente categórica. Por um lado, todos os construtos da percepção podem, eles mesmos, serem vistos como categorias significativas. Por outro lado, mesmo que a percepção se faça em termos mais individuais, ainda assim implica alguma referência a outros níveis de categorização social.

Assim, a construção de uma representação “funcional” da realidade social a cada dado momento, torna indispensável a capacidade de categorizar tanto ao nível pessoal, como ao nível social.

1.1.5. Relação Entre Estereótipos e Preconceito

Talvez o elemento comum entre estereótipo e preconceito seja a necessidade de alcançar ou manter uma autoestima positiva. Esta necessidade, quando em contexto grupal, leva o indivíduo a identificar-se com os membros do seu grupo, diferenciando-se dos membros de outros grupos, atribuindo a estes últimos um conjunto de características – o estereótipo. Este processo, devido à motivação de assegurar uma diferenciação positiva para o endogrupo, e, assim, uma identidade social positiva, faz com que o estereótipo assuma normalmente uma valência negativa – o preconceito.

No entanto, embora exista uma estreita ligação entre estereótipos e preconceito, nem sempre a mera existência do estereótipo resulta na manifestação do preconceito (Devine, 1989, in Locke & Johnston, 2001). Segundo estes autores, apenas nas pessoas em que o conteúdo estereotípico coincida com as suas crenças, se manifestará o preconceito. Quer isto dizer que, numa situação em que estereótipo social a respeito dos membros de um determinado grupo os caracteriza como sujos, corruptos, invejosos, etc., mas o indivíduo não concorda com a associação destes atributos ao grupo-alvo, ou seja, se as suas crenças pessoais não estiverem em consonância com o estereótipo, dificilmente fará julgamentos dessas pessoas com base no estereótipo, e, portanto, não manifestará preconceito.

Por outro lado, o conteúdo estereotípico não é automaticamente ativado sempre que o estímulo está presente. Por exemplo, nem sempre quando um indivíduo caucasiano se depara com um indivíduo negro, ativa automaticamente o estereótipo correspondente. Segundo Locke e Johnston (2001), é necessário que a ativação desse estereótipo ajude o sujeito a atingir um determinado objetivo, que possa sair beneficiado com um processamento rápido de informação (atalho informacional, ou seja, o estereótipo). Neste caso, se numa dada situação, o sujeito X obtiver benefícios com a ativação do estereótipo associado ao sujeito Y, então esse estereótipo será ativado e conseqüentemente, existirá a possibilidade de o preconceito se manifestar (como acima referido, isto acontecerá quando o conteúdo estereotípico coincida com a crença do sujeito X). Se essa ativação não for relevante na situação, não ocorrerá (estamos novamente perante a ideia da “economia cognitiva”).

Assim se conclui que o contexto social desempenha um papel de codeterminante na cognição do sujeito, espoletando categorizações particulares, consoante os contextos, e especificando as dimensões em que a categorização da informação será processada (Haslam, 1997). Noutros termos, a estereotipia só ocorre se for socialmente aplicável. Adicionalmente, Stangor (2009), propõe que estereótipos e preconceito mais não são do que normas sociais. Em seu entender, as pessoas têm e expressam estereótipos e preconceitos na medida em que, subjetivamente, o percebem como adequado de acordo com o seu contexto social.

1.2. Preconceito e Discriminação – Perspetiva Histórica e Abordagens Clássicas

Reynolds e Turner (2001) assinalam a importância do preconceito como questão social relevante, nomeadamente porque os preconceitos são partilhados por amplos grupos sociais e direcionados a membros de outros grupos sociais, em função da sua pertença categorial.

Embora o reconhecimento da relevância social do preconceito seja mais ou menos unânime, no momento de tentar identificar e compreender os processos psicológicos subjacentes ao preconceito, as opiniões dividem-se: variáveis grupais relacionadas com o preconceito são muitas vezes negligenciadas, em favor de variáveis de personalidade ou variáveis psicológicas “automáticas” (cognitivas e/ou motivacionais). Segundo estas perspetivas o preconceito é explicado a partir do caráter do sujeito, não se tendo em conta os fatores sociais contextuais e as forças sociais vigentes.

As propostas teóricas iniciais, tentavam explicar o comportamento preconceituoso a partir de *características individuais de personalidade*, como o autoritarismo, colocando a explicação do preconceito ao nível das diferenças individuais. Esta perspetiva individualista do autoritarismo foi alvo de diversas críticas (cf. Billig, 1976, Duckitt, 1983, MacKinnon & Centers, 1956, Pettigrew, 1958, Prothro, 1952, cit in Hogg & Abrams, 1992).

Sucedeu àquela orientação conceptual a designada *hipótese da frustração-agressão*, esta assente numa abordagem psicodinâmica, em que o preconceito era perspetivado como a reação agressiva a uma frustração. Nas situações em que o agente da frustração não estava disponível para ser alvo da agressão, ocorreria a agressão de outro alvo que não o agente, por dois processos: ou pela generalização, em que não sendo possível dirigir a agressão ao agente da frustração, esta seria dirigida a um alvo similar, ou pelo deslocamento, a agressão seria direcionada a um alvo completamente diferente do agente causador da frustração (cf. por exemplo, Hogg & Abrams, 1992). No entanto, surgiram várias críticas a esta abordagem,

nomeadamente como explicar que um determinado grupo em particular seja alvo da agressão e não outros.

Sucederam-se as perspetivas baseadas no pressuposto da *privação relativa*, que pode ser definida como “(...) um sentimento de que, por comparação com certas outras pessoas, nos encontramos privados de certos objetos desejados” (Hogg & Abrams, 1992, p. 38, nossa tradução). Estes “outros” podem ser aqueles que o sujeito percebe subjetivamente como sendo parecidos com ele próprio, cunhando-se neste caso de privação relativa egoísta, ou podem ser “outros” subjetivamente percebidos pelo sujeito como diferentes, designando-se, neste caso, de privação relativa fraternal. Nestas perspetivas, que ainda integram alguns pressupostos anteriores, nomeadamente o papel da frustração e da conseqüente agressão, o processo de comparação social ganha relevância: são perspetivas que se afastam já das explicações meramente individualistas do preconceito, para integrarem o meio social como fator interveniente (Hogg & Abrams, 1992).

Embora no modelo da privação relativa egoísta se contemple o papel da comparação social, esta comparação continua a ser de natureza individual/interpessoal. E uma vez mais, neste modelo não se encontra resposta à questão de ser um grupo em particular o alvo da agressão, e porque é que essa agressão não se direciona tanto ao endogrupo como ao exogrupo. O modelo da privação relativa altruísta elabora o modelo anterior, tentando explicar as ligações entre determinadas formas de privação e o comportamento social que espoletam, percebendo o papel sociocognitivo envolvido na reação à frustração e privação. Neste modelo existem dois tipos de comparação social: do sujeito com sujeitos diferentes (individualista/interpessoal) e entre o próprio grupo e outros grupos (social/intergrupais). Ou seja, do primeiro tipo de comparação social pode decorrer preconceito em relação a outros sujeitos, tanto do endogrupo como do exogrupo, de natureza individual. Do segundo tipo de comparação social, o preconceito que pode ocorrer é direcionado a indivíduos enquanto membros do outro grupo, que é o responsável pelo sentimento de privação, ou como dizem Walker e Pettigrew, atitudes nacionalistas decorrerão com maior probabilidade de comparações intergrupais, do que de comparações interpessoais (1984, cit in Hogg & Abrams, 1992).

Ainda segundo Hogg e Abrams (1992), contrariamente aos modelos personalísticos, tanto o modelo da frustração-agressão, como os modelos da privação relativa pressupõem que o comportamento intergrupais apenas pode ser explicado com referência ao contexto social em que ocorre. No entanto, estes modelos continuaram a não conseguir dar resposta

ao processo de “escolha” do grupo que vai ser alvo da reação à frustração/privação. Hogg e Abrams (1992) referem que a abordagem mais influente que tentou dar uma resposta a esta questão foi a teoria do conflito realista, desenvolvida por Sherif, que abordamos em maior detalhe na secção seguinte.

1.2.1. O Papel da Competição Social na Manifestação de Preconceito e Discriminação

Na que é designada de teoria do conflito realista (*realistic group conflict theory*), Muzafer Sherif (1962, cit in Hogg & Abrams, 1992) propõe que as relações intergrupais dizem respeito às relações entre dois ou mais grupos e seus membros. Sempre que indivíduos que pertencem a um grupo, interagem individual ou coletivamente, com outro grupo ou seus membros, em termos das suas identificações grupais, estamos em presença de um comportamento grupal. Para Sherif, as atitudes, as percepções e as imagens intergrupais são o resultado de “(...) relações particulares entre grupos, e não a sua causa original” (Sherif, 1966, cit in Platow & Hunter, 2001, p.196, nossa tradução). Assim, e ao contrário das designadas abordagens individualistas, esta abordagem considera que as relações entre os grupos, em si mesmas, podem ser a fonte de hostilidade e de frustração.

Segundo Sherif (1962, cit in Hogg & Abrams, 1992), uma vez formado, o grupo diferencia-se de outros grupos e esta distinção é “carregada” com conteúdo valorativo. As normas grupais desenvolvem-se a partir das relações interpessoais que ocorrem no seio do grupo, definindo aquilo que é aceitável, bem como as recompensas ou punições associadas à adesão ou não a estas normas. Os estereótipos são então aplicados ao exogrupo, e a valência do conteúdo estereotípico depende do tipo de relações que se estabelecem entre os grupos. Especificamente, se a relação estabelecida com um determinado exogrupo for de competição, provavelmente o conteúdo estereotípico será de valência negativa.

Sherif e colegas conduziram uma série de estudos clássicos para analisar o impacto da interdependência funcional entre grupos (e.g. Sherif, Harvey, White, Hood, & Sherif, 1961). Destes estudos foram retiradas conclusões determinantes para a compreensão do funcionamento dos grupos e das relações intergrupais (Hogg & Abrams, 1992). Uma delas foi a de que não é necessário que existam diferenças culturais, físicas ou psicológicas entre os membros de dois grupos, para que o conflito intergrupar surja. De facto, um dos requisitos do cenário experimental de vários estudos era o de que os participantes selecionados fossem “semelhantes entre si” em dimensões relevantes. Não obstante este cenário, o conflito surgiu sempre, uma vez que eram estabelecidos grupos nos campos de férias. Também se pôde

concluir que a competição entre dois grupos, por um objetivo que apenas um dos grupos pode alcançar, é condição suficiente para o conflito intergrupar.

Sherif procurou também encontrar evidências acerca dos fatores que podem concorrer para a “resolução” do conflito entre grupos. Com este propósito, a última fase dos designados estudos da “caverna dos ladrões” tinha como objetivo reparar as relações entre os membros dos grupos em conflito. Sherif apontou algumas pistas acerca das condições para a redução de conflito. Nestas experiências, o mero contacto entre os membros dos grupos não foi suficiente para que o conflito diminuísse, foi necessário que esse contacto envolvesse ação cooperativa entre os grupos na prossecução de objetivos superordenados, partilhados pelos dois grupos. No entanto, não ficou claro que condições são necessárias e que condições são suficientes, para criar o conflito intergrupar, nomeadamente, não ficou claro se o contacto é realmente condição necessária e se a ação cooperativa, para além de ser eventualmente condição suficiente, é também condição necessária para a eliminação do conflito (cf. Hogg & Abrams, 1992). Também não ficou claro se a existência de competição é condição necessária para o espoletar do conflito intergrupar (cf. Platow & Hunter, 2001).

Também Platow e Hunter (2001), analisando o preconceito e discriminação a partir desta abordagem conceptual, referem ser possível retirar do conjunto de experiências levadas a cabo por Sherif e a sua equipa, algumas implicações claras. A respeito da competição social, argumentam que a competição intergrupar por recursos limitados e valorizados, conduz a atitudes negativas relativamente ao exogrupo e atitudes positivas relativamente ao endogrupo. Estes preconceitos são eliminados ao ser introduzida uma cooperação intergrupar sustentada num objetivo supraordenado. No entanto, Platow e Hunter (2001) ressalvam que a competição intergrupar nem sempre conduz à expressão de preconceito e de discriminação. Também Reynolds e Turner (2001) e Hogg e Abrams (1992), entre outros, defendem esta mesma ideia.

No entanto, apesar destas limitações, as investigações de Sherif e colegas, deram resposta a algumas questões importantes, que as anteriores perspetivas não eram capazes de explicar. Comportamentos e atitudes intergrupais hostis decorrem das relações intergrupais, e não de particularidades interpessoais. O conflito resulta da competição por recursos reais e não de uma emoção de privação e é um fenómeno coletivo e não uma agregação de comportamentos individuais coincidentes.

Platow e Hunter (2001) avançam várias variáveis que podem contribuir para a expressão de preconceito e de discriminação: a categorização social, a interação intergrupar real ou antecipada, a interação intragrupal real ou antecipada, perdas reais ou antecipadas de interações competitivas, entre outras. No entanto, existe extensa evidência que demonstra que grupos envolvidos em competição objetiva por recursos valorizados, mas limitados, apresentam níveis mais elevados de discriminação intergrupar, do que grupos envolvidos em ações cooperativas ou grupos independentes entre si (e.g. Bettencourt, Brewer, Croak & Miller, 1992; Bobo & Hutchings, 1996; Duckitt & Mphuthing, 1998; Kelly, 1988; Strutch & Schwart, 1989; Wilder & Shapiro, 1989). Indicam ainda que aquele tipo de grupos, quando colocados numa situação onde podem optar por uma interação competitiva ou por uma cooperativa, muitas vezes optam pela interação competitiva, mesmo quando a interação cooperativa lhes pode trazer objetivamente melhores resultados.

No que concerne à redução do preconceito e da discriminação intergrupar, Platow e Hunter (2001), referem que nem sempre o estabelecimento de relações intergrupais cooperativas tem essa consequência. São várias as circunstâncias em que essa redução não se verifica: quando a ação cooperativa não conduz à obtenção do objetivo supraordenado; quando ocorre o esbatimento das fronteiras intergrupais, que diminuindo a identificação grupal, pode resultar em impedimento à cooperação intergrupar; quando a interação ocorre entre membros que não são considerados (proto)típicos dos respetivos grupos, caso em que a interação cooperativa não conduz a avaliações mais positivas do exogrupo.

Por outro lado, relações intergrupais competitivas, nem sempre resultam na expressão de discriminação intergrupar e a discriminação intergrupar pode ocorrer mesmo na ausência de competição intergrupar (cf. Ferguson & Kelley, 1964, Rabbie & Wilkens, 1969, cit in Hogg & Abrams, 1992). Por exemplo, em grupos nos quais os níveis de coesão e identificação são baixos, a expectativa de competição intergrupar pode não conduzir à discriminação intergrupar. Também os membros de grupos em posição desfavorável nem sempre expressam preconceito relativamente ao grupo em posição vantajosa, expressando muitas vezes comportamentos que favorecem esse mesmo exogrupo. E, em alguns casos (de que são exemplo as experiências de campo de Sherif e também as dos grupos mínimos desenvolvidas por Tajfel) não é necessária a existência de competição real para se manifestarem comportamentos discriminatórios (Platow & Hunter, 2001).

Hogg e Abrams (1992) referem que, apesar dos avanços proporcionados pelos trabalhos desenvolvidos no âmbito da abordagem do conflito realista, que deram contributos

determinantes para a compreensão do comportamento intergrupar, uma importante questão de investigação continuava sem resposta: qual a fonte da competição nas relações intergrupais? Isto é, o comportamento intergrupar (e.g. antagonismo) é explicado pelas próprias relações intergrupais e não pelas relações interpessoais, mas o que é que explica a competição, o conflito, nas relações entre grupos?

Uma nova teoria explicativa seria necessária, para ser finalmente dada uma resposta cabal a esta questão fundamental.

1.3. Explicação do Preconceito e da Discriminação pela Abordagem da Identidade Social

A resposta às questões que encerram a secção anterior pode encontrar-se na designada abordagem da identidade social, da qual a teoria da identidade social e a teoria da autocategorização são os “constituintes” mais representativos (cf., por exemplo, Reynolds & Turner, 2001; Taylor & Moghaddam, 1994). Nesta abordagem, a discriminação e o conflito social são explicitamente apresentados enquanto realidades de natureza intrinsecamente grupar. Defende-se que as pertenças grupais e a estrutura social que enquadra as relações grupais são centrais para a análise da cognição e do comportamento dos indivíduos.

Segundo Reynolds e Turner (2001), “(...) o antagonismo social é um produto psicológico válido e racional, decorrente da forma como membros de certos grupos percebem a estrutura social das relações intergrupais – este emerge da, e reflete a sua compreensão subjetivamente apreendida das relações entre grupos na sociedade.” (p. 160, nossa tradução).

1.3.1. Teoria da Identidade Social

1.3.1.1. Os pressupostos base e o paradigma dos grupos mínimos.

A teoria da identidade social pode ser descrita como uma teoria geral dos processos de grupo e das relações intergrupais, que estabelece uma distinção clara entre os fenómenos de natureza grupar e os fenómenos de natureza interpessoal (Terry, Hogg & White, 2000). É uma teoria cujo desenvolvimento inicial foi fortemente determinado pelos estudos pioneiros desenvolvidos na década de 70 do século XX por Henri Tajfel e colegas, nos quais é empregue o designado paradigma dos grupos mínimos (e.g. Billig & Tajfel, 1973; Tajfel, Flament, Billig & Bundy, 1971). Estes estudos experimentais foram realizados com o intuito

de estabelecerem uma base inicial de não discriminação, mas os seus resultados foram inesperados. Ao invés de evidenciarem as condições da não discriminação, acabaram por contribuir para o estabelecimento das condições mínimas para a emergência da discriminação, entre elas, a mera percepção de pertença categorial (cf. Reynolds & Turner, 2001). Sucintamente, o paradigma dos grupos mínimos consistia na distribuição aleatória dos participantes em dois grupos que eram criados a partir de um critério insignificante, supostamente resultante dos resultados do participante numa primeira tarefa. Não existia qualquer contacto entre os participantes e nem nenhum conhecimento prévio entre eles. Na segunda tarefa os participantes eram convidados a fazerem uma atribuição de pontos (representando dinheiro) a dois outros participantes, que eram apenas identificados pela sua pertença a um dos dois grupos e por um código numérico. Essa alocação de pontos era feita de tal forma, que o participante acabava por escolher uma de cinco estratégias possíveis: distribuição igualitária de pontos; máximo lucro conjunto (número máximo de pontos, tanto para o endogrupo, como para o exogrupo, independentemente de qual o grupo que recebe mais pontos); máximo lucro endogrupal (máximo número de pontos para o endogrupo); máxima diferença (maximizar a diferença na atribuição de pontos, em favor do endogrupo); favoritismo (uso conjunto de estratégia de máximo lucro para o endogrupo e máximo lucro conjunto) (cf. Hogg & Abrams, 1992).

A análise dos resultados permitiu perceber que os participantes atribuíam mais pontos a membros do endogrupo, do que a membros do exogrupo e que eram competitivos, escolhendo preferencialmente a estratégia da máxima diferença, ou seja, escolhiam a estratégia que prejudicava mais o exogrupo, mesmo que não fosse aquela que dava ao endogrupo o maior número de pontos. Este padrão de resultados surgiu mesmo quando o critério de categorização foi o lançamento de uma moeda ao ar (Hogg & Abrams, 1992).

Confrontado com estes resultados inesperados, Tajfel e a sua equipa perceberam a necessidade de desenvolver um modelo que conseguisse dar resposta satisfatória à análise dos processos de discriminação, tendo em conta os resultados obtidos com os estudos dos grupos mínimos e o papel da pertença grupal na manifestação do favoritismo endogrupal (Reynolds & Turner, 2001).

Uma questão que desde logo chamou a atenção naqueles estudos foi o facto de os participantes utilizarem as categorizações sem significado propostas pelos experimentadores, enquanto guia no desempenho da tarefa experimental. A este respeito, Tajfel (1972), disse que a distinção da outra categoria em si mesma, providenciou uma

identidade ao próprio grupo, atribuindo assim algum significado à situação. Relativamente ao favorecimento endogrupal, considerou que foi a necessidade de dar significado a uma situação que seria de outra forma vazia, que levou os participantes a agirem em termos de pertenças categoriais mínimas. Isto é, na situação dos grupos mínimos, os participantes identificaram-se com as categorias mínimas, definindo-se a eles próprios e aos outros em função da informação categórica fornecida.

As experiências com os grupos mínimos demonstraram que não é necessária a existência de competição real entre os grupos, para que se desencadeiem comportamentos intergrupais discriminatórios. Em certas condições, a mera categorização das pessoas em dois grupos é suficiente para os desencadear. Este padrão de resultados, replicados em extenso número de estudos desde então, são entendidos, na perspectiva da teoria da identidade social, como a consequência da “competição” por uma identidade social positiva (Bourhis et al. 1997). A identidade social, o sentido de si coletivo, é produto da autodefinição enquanto membro de uma categoria social. Como assinala Tajfel, é uma “ (...) parte do autoconceito do indivíduo, e deriva do seu conhecimento acerca da sua pertença grupal juntamente com o significado valorativo e emocional agregado a essa pertença” (Tajfel, 1978, p. 63, nossa tradução).

1.3.1.2. Identidade social: os grupos enquanto realidade psicológica.

Da nascença à morte, por atribuição ou por escolha, somos membros dos mais diversos grupos sociais. Estas diversas pertenças grupais têm forte impacto nas experiências de vida. Não raramente, algumas delas são o fator mais determinante do Eu. As perceções, opiniões, valores, atividades e formas de comunicação do indivíduo são adquiridas no contacto com outras pessoas e o seu comportamento é largamente determinado por normas comumente aceites sobre o que é apropriado e aceitável. Uma tal vivência em grupo tem grande influência na forma como as pessoas se autopercecionam.

Mas afinal, como acabam as pessoas por se identificar com um grupo e quais as consequências que essa identificação acarreta? Na resposta a estas questões estruturantes de todo o quadro concetual da abordagem da identidade social, Hogg e Abrams (1992) sublinham o facto de, tradicionalmente (obviamente, antes dos trabalhos da “escola de Bristol”), o grupo ser definido como uma coleção de sujeitos (restrita, finita aos olhos dos que fazem parte dele), que partilham um mesmo espaço e tempo, e que interagem (face a face) uns com os outros. Em última instância, uma tal definição não contemplava as

categorias sociais mais abrangentes, como a raça, o sexo ou a nação. Nessa abordagem fortemente influenciada pelos trabalhos M. Sherif a que antes nos referimos, e que foi “o quadro teórico” mais relevante da psicologia social dos processos grupais, o enfoque estava essencialmente no comportamento, como uma interação entre indivíduos. Os processos pelos quais os indivíduos encontram nos grupos uma identidade não eram uma componente relevante nessa abordagem. Ou seja, tratava-se de um quadro de leitura que tornava pouco sustentável a análise de fenômenos grupais de larga escala, bem como da construção social do Eu. Por outras palavras, tratava-se de uma perspectiva que se focava no “indivíduo no grupo”, ao contrário da abordagem da identidade social que enfatiza “o grupo no indivíduo”.

Segundo a abordagem da identidade social, pertencer a um grupo é essencialmente um estado psicológico, que confere ao indivíduo uma identidade social: uma representação coletiva de si, acerca de quem se é e como é suposto ser-se ou comportar-se. Desta identidade social decorrem processos psicológicos responsáveis por atitudes e comportamentos intra e intergrupais distintos, tais como, solidariedade com o endogrupo, conformidade às normas endogrupais e discriminação de exogrupos relevantes. Esta conceptualização da identidade social aborda os processos psicológicos envolvidos na tradução de categorias sociais em grupos humanos, isto é, na criação de uma realidade psicológica, a partir de uma realidade social, ou como dito antes, em analisar o grupo no indivíduo (e não o indivíduo no grupo) (Hogg & Abrams, 1992).

Segundo a abordagem da identidade social, os grupos sociais (a pertença a eles) são incontornáveis, inevitáveis, na medida em que são funcionais e dão resposta a necessidades, tanto individuais como coletivas, de ordem, de estrutura, de simplificação e de previsibilidade. Todas estas são componentes da génese do etnocentrismo, cuja análise se constitui como cerne da abordagem da identidade social (e.g. Hogg & Abrams, 1992; Tajfel, 1981).⁷

O conceito de identidade social foi definido por Tajfel (1972, p. 31, cit in Hogg & Abrams, 1992, nossa tradução) como “(...) o conhecimento que o indivíduo tem de que pertence a certos grupos sociais, juntamente com algum significado emocional e valorativo que atribui a essas pertenças sociais”. E grupo social foi definido por Turner (1982, p. 15, cit in Hogg & Abrams, 1992, nossa tradução), como “(...) dois ou mais indivíduos que

⁷ O etnocentrismo foi definido por Bizumic e Duckitt (2012), como “(...) um forte sentido de auto-importancia e auto-centração grupal étnica” (p. 903, nossa tradução).

partilham uma mesma identificação social deles próprios, ou, o que é quase o mesmo, se percebem como membros da mesma categoria social”.

Se, como já citamos acima, para Tajfel a identidade social é o conhecimento de que se pertence a um grupo social e de que essa pertença tem, tanto um significado emocional (positivo ou negativo), como de valor (baixo ou elevado) e, por seu turno, o grupo social corresponde a “(...) dois ou mais indivíduos que partilham uma mesma identificação social deles próprios, ou, o que é quase o mesmo, se percebem como membros da mesma categoria social” (Turner, 1982, cit in Hogg & Abrams, 1992, p. 7, nossa tradução), uma tal definição de identidade social e grupo social é, ela mesma, “definidora” da abordagem da identidade social e particularmente afirmativa do contraste conceptual com as abordagens teóricas que a antecedem. Segundo Hogg e Abrams (1992), até ao aparecimento da abordagem da identidade social, muita da investigação tradicional em psicologia social sobre os grupos era reducionista, na medida em que procurava explicar o grupo social, partindo das propriedades dos indivíduos que o compunham. Segundo estes autores, os mais relevantes críticos desta perspectiva “individualista”, foram, o próprio Tajfel e Serge Moscovici. A edificação de uma “psicologia social europeia” (cf., por exemplo, Tajfel, 1981; Taylor & Moghaddam, 1994) assentava, entre outros fatores, na procura de uma psicologia social não reducionista, que analisasse a dimensão social do comportamento humano, tanto sem o sociologizar, como sem o individualizar. Foi neste contexto de posicionamento crítico que surgiu e se desenvolveu a abordagem da identidade social.

1.3.1.3. Identidade social e estrutura social.

As assunções básicas da abordagem da identidade social dirigem-se à análise da natureza dos indivíduos e da sociedade, e da relação entre si. A sociedade é composta por categorias sociais que mantêm relações entre si, assentes no seu poder e estatuto relativos: regra geral, o grupo dominante tem o poder de impor a sua versão própria acerca da natureza da sociedade, dos grupos que a compõem e das relações que estabelecem. Isto é, uma posição dominante faculta o poder de normatizar a estrutura social da forma que lhe seja mais favorável, legitimando e perpetuando o *status quo* (Hogg & Abrams, 1992). Estas categorias sociais não existem de forma isolada, antes existem por contraste com outras categorias. E, embora o indivíduo possa fazer parte de várias categorias sociais, é improvável que seja simultaneamente membro de categorias mutuamente exclusivas (são evidentes, por exemplo, o sexo ou a raça).

A configuração de categorias sociais e de relações que estabelecem entre si, configura a estrutura de uma determinada sociedade e precede o indivíduo. Esta estrutura não é estática, a constante mudança é-lhe inerente, tanto ao nível das categorias que a compõem, como das características definidoras das categorias, bem como das relações que se estabelecem entre estas. Frequentemente, as dinâmicas de mudança da estrutura social derivam da procura de alteração das relações entre categorias: por exemplo, a luta por um estatuto mais favorável.

Como se desenvolve adiante (e.g. Oakes & Haslam, 2001; Platow & Hunter, 2001), na base da necessidade de diferenciação e conseqüente conflito entre grupos, estão os diferenciais existentes entre grupos em termos de poder e de estatuto. Os grupos de poder e estatuto mais elevados diferenciam e entram em conflito, como forma de manterem o *status quo*, os de poder e estatuto inferiores, entram em conflito para tentarem adquirir mais poder e estatuto relativo (Hogg & Abrams, 1992).

Quando nasce, o indivíduo “é apresentado” a essa estrutura, e em virtude de certas características (como local de nascimento, cor da pele, sexo, etc.) é, inerentemente, membro de determinadas categorias sociais. Na medida em que o indivíduo internalize a ideologia dominante, e se autoidentifique com essas categorias externamente atribuídas, adquire determinadas identidades sociais que medeiam, de forma positiva ou negativa, a sua autopercepção. Pertenças categoriais subordinadas, por norma conferem identidades sociais negativamente carregadas e, em conseqüência, baixa autoestima. Dessas circunstâncias derivará a motivação do indivíduo para tentar alterar a sua condição (coletiva, porque tem consciência de que é partilhada). Dependendo, em parte, das crenças subjetivas que o indivíduo tem acerca da estrutura da sociedade em que se encontra, e que, por norma, também refletem a ideologia dominante, o indivíduo pode encetar um conjunto de estratégias que lhe permitam modificar favoravelmente a sua posição social dentro dessa estrutura (e.g. Hogg & Abrams, 1992).

Estas estratégias de diferenciação, ou de incremento da positividade do eu social, são utilizadas seletivamente, consoante a condição social do grupo ou os contextos comparativos intergrupais. São várias as estratégias possíveis: de *mobilidade social*, de *criatividade social* e de *competição social*. Estas mais não são do que ferramentas sociocognitivas utilizadas pelos grupos e seus membros, para a consecução dos objetivos que melhor servem os seus interesses, o último dos quais é a construção ou a manutenção de uma identidade social favorável e segura. São estratégias determinadas, tanto pelo estatuto comparativo

intergruppal, como pela crença de que a relação e as fronteiras entre os grupos em comparação são estáveis ou não.

Por exemplo, a *mobilidade social*, “partir” para outro grupo, nem sempre é uma possibilidade objetiva: por exemplo, ser mulher, e ter consciência de uma condição desfavorável por comparação a ser homem. Mas mesmo que seja uma possibilidade objetiva, pelo menos aos olhos da objetividade conferida pela validação externa, a mobilidade nem sempre é uma possibilidade subjetiva, psicológica: ser homossexual, e ter consciência de uma condição desfavorável por comparação a ser heterossexual. Muitos outros exemplos podem ser arrolados para os “constrangimentos” à mobilidade social, enquanto estratégia de procura de uma identidade social mais satisfatória.

Também a *competição social* por essa identidade coletiva nem sempre é “funcional”, nomeadamente pelos custos e potenciais benefícios que dela podem advir: em última instância, vale a pena competir apenas quando “o resultado” está, objetivamente, em aberto. Nem sempre serve o nosso Eu grupal competir *de facto*, seja pela posição do nosso clube num campeonato seja, em circunstâncias extremas, partir para a guerra. A incerteza e os custos que lhe estão potencialmente associados podem ser elevados: tanto na realidade do contexto “objetivo”, porque nunca se ultrapassa aquele outro clube ou, no extremo, porque as mortes no conflito podem ser vãs; como na realidade psicológica, investe-se no conflito por aquele sentido de si e o resultado do mesmo é, invariavelmente, desfavorável.

Entre estas duas estratégias encontra-se a *criatividade social*: por exemplo, escolher outros grupos para comparar com os nossos (há sempre um que possamos encontrar para nos ser inferior, nem que se construa), ou escolher dimensões de comparação que nos sejam favoráveis (estamos pior do que os outros, mas o “nosso” clima é muito melhor!), ou ainda utilizar estratégias de inovação social, através das quais um grupo, a priori desfavorecido no tecido social em que está inserido, procura alcançar uma posição social menos desfavorável.

Dentro destas últimas, são exemplo os movimentos sociais que, segundo Carneiro (2006) “Na intenção de adquirirem uma ‘voz transformativa’ face às estruturas sociais e políticas hegemónicas que não respondem aos seus interesses, os indivíduos e os grupos mobilizam-se através de uma socialização propiciada pelo envolvimento ativo na sociedade civil e que os conduz à construção de uma política da identidade, então adquirindo a sua própria voz e determinando a sua própria subjetividade” (p. 20). De acordo com Ceri (1991, cit in Carneiro, 2006), as ações coletivas (de que são exemplo os movimentos LGBT;

acrescento nosso), têm como objetivo a proteção de determinados valores e o equilíbrio de forças que caracterizam as relações sociais, num processo dinâmico através do qual possa ocorrer uma mudança social. Esta pode permitir uma melhoria das condições, por exemplo, ao nível da discriminação. Ou seja, estas ações de luta pelos direitos de uma minoria social (ou de um conjunto de minorias), configuram uma estratégia de inovação social, através da qual os membros desse grupo minoritário pretendem obter para o seu grupo social uma posição social mais favorável dentro da macroestrutura social. Destas estratégias podem resultar mudanças sociais efetivas, favoráveis aos membros dos grupos minoritários. Um exemplo pungente deriva do movimento LGBT, que conduziu a diversas alterações legislativas, como as salvaguardadas no Tratado de Amesterdão, em vigor desde 1999.⁸

Em suma, o conceito de identidade social pressupõe que o grupo é uma realidade psicológica que não pode ser reduzida, nem explicada por processos individuais. Como assinalam Tajfel, Jaspars e Frazer (1984, cit in Reynolds & Turner, 2001) as pessoas não agem como indivíduos isolados, mas sim como seres sociais, que obtêm uma importante parte da sua identidade a partir dos grupos humanos e categorias sociais a que pertencem. Assim, na definição da identidade social, Tajfel propôs um contínuo entre dois polos – num dos extremos o comportamento interpessoal, baseado em relações pessoais e características individuais e, no outro extremo, o comportamento intergrupar, baseado nas pertenças grupais. Este extremo intergrupar refere-se explicitamente aos grupos como entidades reais e com significado psicológico.

1.3.1.4. Teoria da autocategorização: a sustentação dos processos de construção sociocognitiva da identidade social.

Enquanto a teoria da identidade social pode ser vista como uma teoria geral acerca dos processos grupais e das relações intergrupais, que assenta na interação que se estabelece

⁸ Muitas vezes, essas ações coletivas fazem-se pela associação de diversos grupos minoritários, numa estratégia de “união de forças” ou como diz Carneiro (2006, p. 33) “A consciencialização de uma força conjunta e a reflexão sobre a experiência da partilha, o entendimento progressivamente mais complexificado do modo como os propósitos políticos socialmente vigentes afetam os grupos socialmente desfavorecidos e a proposta criativa de políticas alternativas que respeitem a especificidade dos grupos são elementos que permitem, na sua articulação, a progressiva redução da injustiça estrutural.”. Ainda que essa união de forças possa ser progressiva, como por exemplo, no movimento social gay e lésbico, que começou por ser inicialmente um movimento de afirmação identitária dessas categorias. Contudo, neste movimento de mudança foram-se juntando outras que “ (...) vão sendo progressivamente reivindicadas no contexto do movimento social gay e lésbico que, na busca do reconhecimento das suas “diferentes diferenças”, se foi difundindo como “Movimento LGBT”, assim tentando designar as identidades lésbica, gay, bissexual e transgender” (Carneiro, 2006, p.67). Muitas vezes também, determinados movimentos sociais, como por exemplo o movimento LGBT, são precedidos por outros movimentos sociais, como por exemplo o movimento feminista ou o movimento de defesa das pessoas de etnia negra, que funcionam de alguma forma como “alavanca” propulsora de novos movimentos sociais, dessa forma lhes proporcionando um terreno reivindicativo mais “facilitado” (Carneiro, 2006).

entre os processos psicológicos básicos da categorização (de índole cognitiva) e do favoritismo endogrupal (de índole motivacional), a teoria da autocategorização foca-se especificamente no processo da categorização social e como este se relaciona com a formação (psicológica) dos grupos e com a construção da identidade endogrupal (Terry et al., 2000). Nos termos de John Turner, a hipótese de partida era a de que “(...) o comportamento grupal depende dos efeitos cognitivos da categorização social na autodefinição e autoperceção” (Turner, 1984, p. 526; nossa tradução).

Num desenvolvimento da ideia do contínuo comportamental proposta por Tajfel, Turner propôs uma teorização acerca do comportamento grupal a partir de um mecanismo da identidade, diferenciando a autocategorização do indivíduo em termos de uma identidade pessoal e de uma identidade social: “O sistema do autoconceito parece ser constituído por pelo menos duas componentes principais, identidade social e pessoal” (idem). Se, por um lado, a identidade pessoal diz respeito às características que nos tornam únicos e diferentes dos outros, por seu turno, a identidade social compreende autodescritores que emergem das nossas pertenças sociais. A partir desta assunção acerca das dinâmicas identitárias, foi possível transformar o contínuo interpessoal-intergrupar numa teorização cognitiva e sociopsicológica do grupo e suas consequências no Eu, assente em diferentes níveis de categorização. O processo psicológico no cerne da mediação de tais dinâmicas é a *autocategorização*: a redefinição do Eu assente em atributos únicos e diferenciadores, no Eu derivado de pertenças grupais partilhadas e respetivos estereótipos. Assim sendo, se a autocategorização está na génese da identificação social então, por definição, é também este processo o mediador psicológico do comportamento grupal (intra- ou intergrupar). É este processo de redefinição sociocognitiva que explica como os indivíduos podem psicologicamente ser membros de grupos, repondo o grupo como realidade psicológica de direito e não meramente como etiqueta descritora dos resultados de processos interpessoais.

Outro aspeto importante da teoria da identidade social diz respeito à relação entre identidade social positiva e distintividade positiva. A partir das assunções gerais de que (1) os indivíduos são inerentemente motivados para um autoconceito positivo, de que (2) os grupos sociais podem “conferir” ao indivíduo uma identidade social positiva ou negativa, e de que (3) as avaliações grupais são baseadas em comparações com exogrupos relevantes, é também assumido que o indivíduo procura alcançar e/ou manter uma identidade social positiva.

Consequentemente, um princípio básico da teoria da identidade social é o de que, na medida em que uma pertença grupal particular se torna significativa na autodefinição, os seus membros irão “competir” com os membros dos “outros” grupos por uma identidade endogrupal positiva. Daqui resulta a ideia base de que o estabelecimento de uma distintividade intergrupal favorável ao endogrupo é uma condição essencial para a existência de comportamentos discriminatórios. Assim se explicam, por exemplo, os processos na base dos resultados obtidos no paradigma dos grupos mínimos a que acima aludimos.

No entanto, segundo Reynolds e Turner (2001), não será expectável presumir que sempre que exista uma dicotomia endogrupo-exogrupo, sejam espoletados processos de favoritismo endogrupal e de discriminação. Para que estes ocorram, é adicionalmente necessário que (1) os sujeitos se autodefinam como membros do endogrupo em questão, (2) que o exogrupo em questão seja comparativamente relevante no contexto intergrupal concreto e que (3) a dimensão de comparação seja relevante para essa comparação intergrupal.

1.3.1.5. Comparação social.

Embora em contraste com a abordagem da teoria da comparação social de Festinger (1954) aos processos grupais, também na teoria da identidade social este é um processo psicológico nuclear. Contudo, nesta última teoria, a comparação social é conceptualizada de modo distinto: um dos pressupostos-base é o de que a comparação social decorre sempre do quadro de referência subjetivo e subjetivamente disponível para o indivíduo, quando este emite um determinado julgamento social. Segundo a abordagem da identidade social todo o conhecimento é socialmente derivado, designadamente de comparações sociais. A “certeza” que o indivíduo tem acerca da veracidade das suas crenças é obtida através do estabelecimento de consensos. Efetivamente, estas premissas gerais não são substancialmente distintas daquelas definidas por Festinger. Contudo, na abordagem da identidade social assume-se que os indivíduos também têm a motivação de “saber” (pelo menos sentir) que as suas crenças, perceções, atitudes ou comportamentos baseados nesses consensos, são mais adequados e corretos, do que os que se baseiam noutros consensos, particularmente os “consensos exgrupais”. É esta motivação que os leva a esforçar-se para manter os pontos de vista consensuais do seu grupo de pertença, avaliando positivamente essas dimensões grupais, bem como todas as características estereotípicas associadas ao grupo (e.g. Hogg & Abrams, 1992).

1.3.1.5.1. Comparação social, diferenciação intergrupar e promoção da autoestima.

O processo de comparação social tenderá a ocorrer de forma a maximizar a distintividade intergrupar e no maior número de dimensões possíveis, que proporcionem o alcance deste objetivo. É um processo que tem por base uma forte motivação avaliativa, conducente a comparações focadas em dimensões que revertam favoravelmente para o endogrupo, procurando a maximização da distintividade positiva endogrupal e, conseqüentemente, a positividade da identidade social. Estes processos correspondem à designada hipótese da autoestima (cf. Abrams & Hogg, 1988). A teoria da identidade social propõe a existência de uma motivação fundamental para uma autoestima positiva (*self-esteem hypothesis*), que, num contexto grupar, é satisfeita através das comparações sociais favoráveis efetuadas (Hogg & Abrams, 1992). Assim, a necessidade de estabelecer uma distintividade intergrupar favorável, pode conduzir os indivíduos a adotarem diferentes estratégias que incrementem essa positividade.

Segundo Hogg e Abrams (1992), essas estratégias podem incluir-se em duas grandes categorias: estratégias de mobilidade social e estratégias de mudança social. As estratégias de mobilidade social são individualistas e pressupõem a crença de que as fronteiras entre grupos são permeáveis. Ou seja, a crença de que é possível a um indivíduo transitar de membro de uma categoria social subordinada, para membro de uma categoria social dominante. A crença na mobilidade social leva os membros de grupos de estatuto inferior a adotarem estratégias individualistas, que lhes permitam deixar de lado uma pertença categorial desvantajosa, para obterem uma outra socialmente mais vantajosa. Dessa forma, incrementam a sua autoestima pela associação com um grupo de maior prestígio social. A mobilidade social também pode ser utilizada por membros de grupos de elevado estatuto, quando, por exemplo, o endogrupo prescreve normas e valores que são percebidas pelo sujeito como ilegítimas, lavando-o a procurar afiliações alternativas. Uma vez que a estratégia de mobilidade social mantém inalteradas as relações entre grupos e não contribui para a ação coletiva dos grupos subordinados, é de todo o interesse para o grupo dominante criar o mito de que é possível a mobilidade social, quando na verdade a mobilidade social é bastante difícil de ser concretizada e apenas está acessível a uns poucos (Hogg & Abrams, 1992).

As estratégias de mudança social assentam na crença que as fronteiras entre grupos são fixas e impermeáveis, o que leva os membros dos grupos subordinados a terem de utilizar

outras estratégias. Desta feita, estas estratégias são de carácter coletivo e têm como objetivo último a melhoria do estatuto social do grupo de menor estatuto. Existem dois tipos de estratégias de mudança social: a criatividade social e a competição social. A criatividade social é uma estratégia que é utilizada quando os indivíduos não conseguem conceber, subjetivamente, alternativas sociocognitivas ao *status quo*. Esta estratégia permite a manutenção da positividade comparativa através da redefinição dos parâmetros de comparação, de modo a que estes contribuam para a obtenção de uma vantagem comparativa para o endogrupo. Por exemplo, os membros de grupos de elevado estatuto podem socorrer-se desta estratégia para legitimarem uma dimensão até aí percebida como ilegítima.

Entre as estratégias de criatividade social utilizadas encontram-se, por exemplo, (1) a tentativa de ganhar reconhecimento em dimensões de comparação nas quais o grupo subordinado possa obter uma valoração positiva, (2) a redefinição de características tradicionalmente negativas (por exemplo, “black is beautiful”), ou (3) a escolha de um outro grupo de comparação social que tenha, preferencialmente, um estatuto social ainda mais baixo. Por norma, estas estratégias de criatividade social também não contribuem para a alteração do *status quo*, mas podem propiciar os desejados efeitos coletivos de incremento da positividade da identidade social dos membros de grupos minoritários.

Quando os membros de grupos minoritários concebem subjetivamente alternativas ao *status quo*, podem utilizar estratégias de competição social. Isto é, a legitimidade do modelo dominante é colocada em causa, em que este já não é percebido, nem aceite como estável e imutável. Esta conceção do contexto intergrupar pode levar os membros de grupos subordinados a empreenderem ações para alterarem a estrutura social em si mesma, de forma a deixarem de ser subordinados. Entre este tipo de ações podem elencar-se a politização da reivindicação, atos terroristas, guerras civis, revoluções ou resistência passiva (e.g. Hogg & Abrams, 1992).

No entanto, das três principais estratégias utilizadas para aumentarem favoravelmente a distintividade intergrupar, a competição social é aquela que, com maior probabilidade, pode conduzir ao preconceito intergrupar. Nesta estratégia, tanto os membros dos grupos dominantes, como os membros dos grupos não dominantes competem em dimensões que são igualmente valorizadas por ambos. Para que tal ocorra é necessário que exista uma percepção coletiva acerca da insegurança do sistema social. Ou seja, é preciso que exista a possibilidade de mudança no sistema instituído (pelo menos, os indivíduos têm a percepção dessa possibilidade). Neste caso, os membros do grupo de menor estatuto

umentam o nível de identificação e de compromisso com o endogrupo e os membros do grupo de estatuto mais elevado, ao percecionarem uma ameaça ao seu estatuto (ainda que este seja legítimo), podem adotar posturas altamente etnocêntricas e discriminatórias face aos membros do exogrupo de menor estatuto.

Reynolds e Turner (2001), chamam a atenção para o facto de apesar disto, ser possível existirem diferenças no estatuto grupal, sem que isto conduza à manifestação de etnocentrismo e discriminação, quando os grupos estatutariamente diferentes aceitam a sua posição hierárquica numa dada dimensão.

Resumindo, a teoria da identidade social propugna que as pessoas se categorizam em termos de identidade social, avaliam as suas pertenças grupais através de processos de comparação intergrupar e procuram alcançar ou manter uma distintividade positivamente valorada para os seus grupos. No entanto, estes julgamentos e avaliações e a quantidade de preconceito e discriminação que desencadeiam, são sempre determinados por crenças e teorias compartilhadas acerca da estabilidade e legitimidade das diferenças de estatuto entre os grupos (Reynolds & Turner, 2001).

1.4. As Novas Formas de Preconceito: O Preconceito Enquanto Fenómeno Dinâmico e Multifacetado

Frequentemente nos interrogamos se o preconceito vem diminuindo, ou se são as formas pelas quais se manifesta que se vêm complexificando. A este respeito, vários autores apontam para esta segunda via: mais do que se estar a assistir à diminuição do preconceito, tem-se assistido a mudanças na forma como o preconceito se expressa (e.g. Cowan, Heiple, Marquez, Khatchadourian & McNevin, 2005; Katz & Hass, 1988; Lima & Vala, 2004; Morrison, Kenny & Harrington, 2005).

Por um lado, nas medidas tradicionais do designado preconceito aberto ou flagrante, os dados recolhidos parecem indicar um claro decréscimo no preconceito contra grupos minoritários (e.g. Katz & Hass, 1988), mas, por outro lado, as desigualdades sociais permanecem, suportadas por opiniões e (novos) estereótipos que as legitimam (Lima & Vala, 2004). Dado que as normas sociais salientes influenciam a natureza e a forma de expressão do preconceito e que, no pós-segunda guerra mundial, se começaram a fazer sentir pressões sociais normativas para a não discriminação e para o igualitarismo, as formas tradicionais e abertas de expressão do preconceito, foram sendo progressivamente substituídas por formas mais subtis. Como apontam Lima e Vala (2004) “(...) as pessoas, face às pressões da

legislação antirracista e dos princípios da igualdade e da liberdade apregoados pelas democracias liberais, começaram a expressar os seus preconceitos de uma forma mais sutil e velada.” (p.403).

Estas novas formas de preconceito receberam múltiplas designações, como por exemplo, preconceito moderno, sutil, simbólico, aversivo, ambivalente.⁹ O ponto comum entre estas várias formas modernas de preconceito é que todas se apresentam como formas “disfarçadas” e indiretas de expressão de preconceito, que tentam não contradizer as normas sociais vigentes de não discriminação. Segundo Morrison et al. (2005), as formas modernas de preconceito predizem de forma mais significativa, do que as formas tradicionais e flagrantes de preconceito, formas indiretas de discriminação, como sejam o distanciamento social.

Pettigrew e Meertens (1995) referem que na sociedade europeia ocidental, a norma contra a expressão flagrante de preconceito conduz a três tipos distintos de comportamento. As pessoas igualitárias internalizam a norma, as pessoas intolerantes ignoram-na e as pessoas subtis obedecem à norma, passando a expressar o seu preconceito de forma ostensivamente não preconceituosa. Segundo Tougas et al. (2004), as formas mais abertas de preconceito são, na atualidade, utilizadas apenas por uma minoria de pessoas, mas isto não significa que estas formas de preconceito se tenham extinguido, nem que não possam ressurgir em determinadas circunstâncias. Segundo Morrison, Morrison e Franklin (2009), também não significa que a discriminação tenha diminuído.

Brown (1996) apresenta alguns resultados experimentais que suportam a ideia de que se o contexto for o adequado, as pessoas manifestam de forma mais explícita os seus preconceitos. Este autor tentou interpretar a existência de discrepâncias entre medidas mais diretas e controláveis de atitudes e medidas mais encobertas e espontâneas. Refere, por exemplo, as investigações desenvolvidas com recurso a um paradigma experimental especialmente desenvolvido para diminuir os efeitos da desejabilidade social (*bogus pipeline*), as investigações utilizando o paradigma de ajuda em contextos naturalísticos, as que analisam a relação entre respostas públicas vs. privadas, ou ainda investigações utilizando medidas eletrofisiológicas ou de tempos de resposta. De todos estes tipos de investigações parece surgir evidência que suporta a ideia de que os comportamentos discriminatórios

⁹ Muitas das investigações iniciais acerca de novas formas de preconceito, focaram-se sobretudo no preconceito racial ou étnico, sendo as designações originais de racismo moderno, racismo aversivo, racismo simbólico, etc. No entanto, optamos por falar apenas de preconceito, uma vez que abordamos a sua concepção em sentido lato.

continuam a manifestar-se, ora de forma mais flagrante, ora de forma mais subtil. A sua manifestação variará consoante o contexto, os custos e benefícios associados e o grau de internalização das normas sociais antidiscriminação.

Por outro lado, e a propósito da autorregulação do preconceito, Monteith e Mark (2009) questionam-se se estas novas formas de preconceito são, efetivamente, estratégias de disfarce ou se não poderão ser estratégias que as pessoas utilizam para tentarem ser menos preconceituosas. Isto é, uma tentativa de gestão da ambiguidade entre crenças opostas, como ser humanitário e igualitário, ao mesmo tempo que se é preconceituoso. Estes autores concluem que embora as pessoas possam estar motivadas para controlarem e/ou inibirem os seus preconceitos, é difícil conseguir fazê-lo, pois estão envolvidos processos automáticos e não conscientes. Assim, algumas pessoas usarão estas novas formas de preconceito como estratégias para disfarçarem o real preconceito que têm, enquanto outras usam estas novas formas de preconceito, para tentarem obter um equilíbrio entre a vontade de mudar (abraçando os ideais do humanitarismo e igualdade) e crenças que sustentam o preconceito.

Brown (1996), citando Kleinpenning e Hagendoorn (1993), finaliza a sua análise, propondo uma hierarquização segundo um critério de severidade entre as várias formas de expressão do preconceito. No extremo menos grave encontra-se o preconceito aversivo, que se baseia em sentimentos de ansiedade e se manifesta mais pelo evitamento de proximidade em contextos privados. De seguida surgem as formas moderadas de preconceito (e.g. preconceito moderno e preconceito subtil), baseadas em sentimentos de hostilidade e que já englobam crenças em alguma forma de superioridade do endogrupo, relativamente ao exogrupo discriminado e crenças de que este último está a receber mais benefícios do que aqueles que merece (e.g. o grupo minoritário já não é discriminado, o grupo minoritário não tem o direito de efetuar pressão para a introdução de alterações sociais, as exigências feitas pelo grupo minoritário são injustas, o grupo minoritário está a receber demasiada atenção, etc.) e que legitimam a manutenção do *status quo*. Finalmente, no outro extremo, surgem as formas mais severas de preconceito e de discriminação, que envolvem, muitas vezes, crenças acerca da existência de diferenças biologicamente determinadas e que justificam a segregação.

1.5. Relação entre Preconceito, Atitudes e Normas Sociais

Uma outra questão que suscita interesse e investigação é a relação entre as atitudes das pessoas e o preconceito que estas manifestam. Como foi dito anteriormente, os

juízos e avaliações e a quantidade de preconceito e de discriminação que espelham, são sempre determinados por crenças e teorias acerca da legitimidade das diferenças de estatuto entre os grupos (Reynolds & Turner, 2001). Alguns autores dedicaram-se a analisar a relação entre estes juízos e avaliações e os comportamentos, nomeadamente a relação entre atitudes, normas e comportamentos.

A respeito das atitudes, Hogg e Terry (2000) avançam uma definição segundo a qual as atitudes são constructos cognitivos inobserváveis, que são socialmente aprendidos, modificados e expressados. São constructos de enorme importância para os psicólogos sociais, pois estes usam as atitudes expressas nas respostas a questionários, enquanto fonte fundamental de dados, que é utilizada na maioria das teorias acerca do comportamento social.

1.5.1 Inconsistência Entre Atitudes e Comportamentos

Miller, Monin e Prentice (2000) debruçam-se sobre uma questão antiga na psicologia social: perceber porque não existe um forte impacto da atitude da pessoa, sobre o seu comportamento. Nomeadamente, procuram perceber que mecanismos sustentam a inconsistência entre atitude e comportamento. Estes autores analisaram um tipo de comportamento em particular, o comportamento público, tentando perceber os motivos que podem estar por detrás da inconsistência entre atitudes privadas e comportamentos públicos.

De acordo com a *self-presentation theory* (Goffman, 1959, cit in Miller et al., 2000) as pessoas (vistas como “atores sociais”) querem ser vistas como membros bons e adequados dos seus grupos de pertença e da sociedade em geral. Por este motivo, orientam o seu comportamento (público) por definições socialmente partilhadas a respeito do modo como acham que os outros esperam que se comportem. Segundo esta teoria, o conteúdo normativo que orienta o comportamento, resulta de um processo negocial, onde os atores convergem numa definição da situação social em questão e dos respetivos papéis desempenhados. É esta negociação que define as normas aplicáveis à situação concreta.

Por seu turno, a abordagem da identidade social propõe que o conteúdo normativo deriva do protótipo grupal, com o qual o indivíduo se identifica, sendo o comportamento percecionado como normativo se permitir a máxima distintividade intergrupar favorável ao endogrupo, servindo essas normas para manter a integridade e as fronteiras grupais (Miller et al., 2000). Para estes autores é facilmente entendível porque é que muitas vezes o comportamento publicamente manifestado é inconsistente com as atitudes privadas dos

indivíduos. Em seu entender, as normas são propriedades intrínsecas aos grupos, que se relacionam apenas de forma indireta e parcial com as características e crenças daqueles (indivíduos) que são influenciados por tais normas.

Miller et al. (2000) procuraram explicar o estudo clássico de LaPiere (1934) acerca da hospedagem de um casal chinês em hotéis, a partir da assunção da existência de uma norma social global de “etiqueta social” e da existência de um diferencial de dificuldade, entre a manifestação de uma intenção comportamental (neste caso, a intenção de conceder alojamento a um casal de chineses) e o comportamento efetivamente realizado (hospedar um casal de chineses). Assim sendo, manifestar a intenção comportamental de não hospedar o casal de chineses é mais fácil do ponto de vista social, do que não permitir de facto o alojamento do casal de chineses, que implicaria contrariar efetivamente a norma social global. Segundo os autores, e de acordo com Raden (1977, cit in Miller et al., 2000), esta inconsistência não é uma verdadeira inconsistência. Raden (1977, cit in Miller et al. 2000), criou, a partir destes diferenciais de dificuldade “social” entre atitude e comportamento, um modelo discreto de relações. Este autor defendia que apenas na situação onde a pessoa exhibe um comportamento, sem ter a atitude é que existiria inconsistência atitude-comportamento. Ou seja, o padrão inverso, isto é, dizer que tem uma atitude favorável e depois recusar acomodação é que seria inconsistente.

Miller et al. (2000) alegam que, em cenários públicos, as normas sociais influenciam diretamente o comportamento das pessoas, não afetando as suas intenções comportamentais, nem as suas atitudes. No exemplo com o casal de chineses, a norma social alargada de ser bem-educado, determinou diretamente o comportamento da grande maioria dos participantes (mais de 90% concederam alojamento), não afetando a sua intenção comportamental (mais de 90% desses participantes que acolheram o casal de chineses declarou que, hipoteticamente, não aceitaria como hóspedes um casal de chineses). Isto é, as normas têm um efeito de influência social homogeneizadora no comportamento público.

A inconsistência entre atitudes (privadas) e comportamentos (públicos) pode dever-se, segundo Miller et al. (2000), ao fenómeno da *ignorância pluralística*, sendo este definido como uma forma de inferência social incorreta, ao mesmo tempo causa e consequência da inconsistência literal entre atitude e comportamento. Floyd Allport (1924, cit in Miller et al., 2000) havia definido a ignorância pluralística como a situação em que a maioria dos membros de um grupo rejeita em privado a norma grupal, ao mesmo tempo que acredita que a maioria dos outros membros desse grupo a aceitam. A explicação dada por Allport para

este fenómeno residia no facto das pessoas geralmente não manifestarem comportamentalmente as suas atitudes, a não ser que achem que as suas atitudes são socialmente partilhadas por outras pessoas.

Ainda retomando estudos clássicos, Miller et al. (2000) apresentaram um estudo de Katz & Allport (1928), onde a maioria dos participantes (estudantes universitários) manifestava em público um comportamento mais preconceituoso (votar contra a admissão de estudantes de outros grupos), do que a atitude privada que diziam ter a esse respeito (não serem pessoalmente contra a admissão dos estudantes desses outros grupos). Nesse estudo foi também pedido aos participantes que indicassem a atitude que acreditavam que os outros estudantes tinham a esse respeito e verificou-se que a maioria dos inquiridos achava que os outros estudantes tinham, ao contrário deles, uma atitude negativa em relação à admissão de outros estudantes e que tinha sido por acreditarem que era essa a opinião generalizada, que tinham votado contra a admissão desses outros estudantes. Isto mesmo pode ser referido acerca da precisão/imprecisão do conteúdo estereotípico: o que importa é aquilo que o sujeito percebe como real, ainda que essa percepção possa não corresponder à verdade. Ou seja, se o sujeito acredita que aquela é a norma, não é relevante que a norma assim percebida corresponda à “norma real”. É suficiente que o indivíduo acredite que sim, para que essa crença se manifeste psicologicamente.

Miller et al. (2000) apresentam um outro motivo que pode explicar porque é que as pessoas agem de forma inconsistente com as suas atitudes. As pessoas conformam-se com as normas e valores adstritos às suas identidades sociais. Ou seja, tal como propugnado pela abordagem da identidade social, quando a identidade social está saliente, ocorre o processo de despersonalização, passando os indivíduos a serem primordialmente guiados pelo protótipo grupal, em vez de por fatores pessoais. Como este protótipo grupal maximiza diferenças intergrupais, os contextos intergrupais são especialmente favoráveis à produção de inconsistências entre comportamentos públicos e atitudes privadas. Miller et al. (2000) falam a este respeito da existência simultânea de ignorância pluralística dentro do endogrupo e estereotipagem no exogrupo. Estas conduzirão o indivíduo, motivado pela sua identidade social, a agir de acordo com a norma do seu grupo, que pode não corresponder à verdadeira opinião da maioria dos membros desse grupo, e tende a ser vista como mais extremista do que na é realidade. Analisando os motivos por detrás desta inconsistência, concluem que esta inconsistência gera mecanismos psicológicos de ignorância pluralística, que perpetuam inferências erradas e não contribuem para a mudança do *status quo*. Defendem que ações

que tenham por objetivo a mudança de atitudes por si só, não terão grande eficácia. É necessário que, adicionalmente, essas atitudes privadas se tornem públicas, levando as pessoas a perceberem que as suas atitudes são partilhadas e dando-lhes liberdade para agirem de acordo com elas.

Debruçando-se também sobre esta questão, Terry et al. (2001) apontam para o facto de alguns investigadores defenderem que, na análise à inconsistência entre atitude e comportamento, devem considerar-se outros fatores que medeiam essa relação, nomeadamente, as normas sociais, tal como preconizado pela teoria da ação fundamentada (Fishbein & Ajzen, 1975) ou pela sua extensão mais recente, a teoria do comportamento planeado (Ajzen, 1987, 1991). Segundo aqueles autores, a componente central em ambas as teorias é a assunção de que, para além das atitudes, as normas sociais exercem uma influência fundamental nos comportamentos manifestados. A intenção comportamental é o determinante mais próximo do comportamento manifestado. Por seu turno, esta intenção comportamental é influenciada, não só pela atitude da pessoa, como pela norma subjetiva percebida pelo sujeito, acerca da pressão social existente no sentido da manifestação ou supressão da manifestação do comportamento.

1.5.2. A Influência das Pertenças Grupais na Inconsistência Atitude-Comportamento

Fishbein e Ajzen (1975), referem que a atitude e a norma percebida exercem um efeito aditivo na intenção comportamental do sujeito, sendo este efeito variável segundo diferentes comportamentos e diferentes populações. Na versão mais recente, a teoria da ação planeada, Ajzen (1987, 1991), adicionou mais um fator importante na intenção comportamental, designado de controlo comportamental percebido, ou seja, a percepção que o sujeito tem acerca da sua capacidade para controlar o seu comportamento. No entanto, depois de duas décadas de investigação, não foi possível comprovar a influência das normas percebidas, no comportamento manifestado e Ajzen concluiu que, mais importante do que as normas, eram fatores pessoais, na determinação do comportamento do sujeito.

Esta conclusão foi questionada por alguns investigadores (e. g. Terry & Hogg, 1999, Terry, Hogg & Duck, 1999 e Terry, Hogg & White, 1999, cit in Terry et al., 2001), que ponderaram se essa falta de evidência não seria o resultado de alguma limitação no tratamento conceptual do constructo de norma social, no modelo proposto por Fishbein e Ajzen (1975). No entender destes autores, este modelo concebe as normas sociais percebidas como um resultante aditivo transversal/comum a outros significativos. Isto é, focando-se na

influência desempenhada por outros significativos, através de relações interpessoais e não como estando ligadas a grupos comportamentalmente relevantes, ou seja, a grupos de referência salientes, que exercem uma influência grupal nos indivíduos, tal como preconizado na investigação mais lata da influência social, ou como dizem, como normas implícitas aceites, que especificam a forma como os membros do grupo se devem comportar (e.g. Terry et al., 2000; Terry et al., 2001). Da articulação entre a teoria da identidade social e a teoria da autocategorização resultou um modelo de influência social dos grupos, designado de influência informacional de referência (*referent information influence model*, Turner, 1991, cit in Terry et al., 2001).

Quando uma identidade social está saliente, informação social comparativa é utilizada para construir um protótipo grupal. Este corresponde a um conjunto descritivo e prescritivo de crenças, de atitudes, de afetos e de comportamentos, que otimizam a mínima diferença intragrupal, ao mesmo tempo que maximizam as diferenças intergrupais (o princípio do metacontraste). A autocategorização, ao mesmo tempo que subjaz à construção de um protótipo grupal contextualmente saliente, conduz a um processo psicológico de *despersonalização*, pelo qual o *self* é assimilado ao protótipo grupal construído. A autoperceção, crenças, afetos e comportamentos do indivíduo são agora definidos em termos da representação cognitiva que este detém acerca das características definidoras, prototípicas, do grupo. Assim sendo, a pertença grupal conduz o sujeito a pensar, sentir, comportar-se e definir-se em função das normas grupais (Terry et al., 2000). Estas são propriedades inerentes aos grupos, influenciando os indivíduos através do processo de autocategorização e prescrevendo atitudes e comportamentos contextualmente específicos e adequados aos membros do grupo.

Em suma, ao contrário das teorias da ação fundamentada e do comportamento planeado, que definem as normas enquanto algo exterior ao indivíduo, exercendo a sua influência externamente, e como meio para o indivíduo obter aprovação social, na abordagem da identidade social, as normas são definidas enquanto internalizadas por ele, na medida em que este se identifica com o protótipo grupal, tratando-se, portanto, de uma influência “interna”.

1.5.3. Atitudes, Normas e Gestão da Identidade Social

Numa abordagem assente na influência dos processos grupais, falar de atitudes normativamente suportadas significa que estas são congruentes com a norma grupal e,

portanto, será mais provável que o indivíduo exiba manifestações comportamentais que expressam tais atitudes. Este processo ocorre por duas ordens de fatores: por um lado, por ajudarem a reduzir o grau de incerteza acerca da adequação de um determinado comportamento, e por outro lado, por contribuírem para a validação, quer do estatuto enquanto membro de um grupo, quer do autoconceito do indivíduo (Terry et al., 2001).¹⁰

No entanto, apoiando-se na hipótese da consistência contingente (*contingent consistency hypothesis*), que propõe que as pessoas estão mais propensas a comportarem-se de acordo com as suas atitudes, se existir um clima normativo que lhes dê suporte, Terry et al. (2001) advogam que tal ocorrerá quando a atitude é normativa e quando a identidade social é uma componente saliente da autodefinição do indivíduo. Dito de outra forma, os comportamentos são influenciados pelas normas dos grupos de referência, mas apenas para aquelas pessoas para quem essas pertenças grupais são uma base saliente de autodefinição (e.g. Terry et al., 2000).

É o desejo de alcançar ou manter uma identidade social positiva, que conduz à adoção de atitudes e comportamentos que favorecem o endogrupo (viés endogrupal), uma vez que esse favorecimento contribui para o incremento do valor próprio que o sujeito sente enquanto membro desse grupo. Assim, em presença de uma norma grupal legitimadora, e se estiver motivado para alcançar ou manter uma identidade social positiva, o sujeito sentir-se-á mais inclinado a expressar comportamentalmente a atitude congruente com a norma grupal. Assim, se a norma grupal for de discriminação, e o sujeito valorizar a sua pertença grupal, tenderá a assumir essa norma grupal como sua e, em consequência, a exibir comportamentos discriminatórios. Um importante corolário daquela hipótese é que, quando a identidade do indivíduo enquanto sujeito único (identidade pessoal) está saliente, é mais provável que sejam as crenças e sentimentos pessoais a serem utilizados como a base cognitiva mais acessível para a escolha comportamental (Terry et al., 2000).¹¹

Terry et al. (2001) chamam a atenção para o potencial efeito moderador das crenças dos sujeitos acerca das relações estabelecidas entre o endogrupo e exogrupos relevantes, no impacto que as normas grupais têm na consistência atitude-comportamento. Trata-se de uma perspetiva que articula especificamente o foco sociocognitivo da teoria da autocategorização, com um foco mais macrossocial, característico da teoria da identidade

¹⁰ Cf. secção “Normas descritivas e normas prescritivas no julgamento social” (p. 90 e ss.), para distinção entre normas descritivas e normas prescritivas.

¹¹ Adiante Ybarra e Trafimow (1998), analisam o papel desempenhado pelos níveis pessoal e social de autodefinição e a sua relação com as normas e as atitudes no comportamento.

social. Assim, um contexto identitariamente ameaçante que conduza a uma identidade social insegura, vai aumentar a probabilidade dos membros de grupos dominantes expressarem comportamentalmente as suas atitudes discriminatórias face a membros de grupos minoritários. Articulado esta proposição, com a anteriormente apresentada por Locke e Johnston (2001), segundo a qual, apenas nas pessoas em que o conteúdo estereotípico coincida com as suas crenças, se manifestará o preconceito, pode-se dizer que é a valorização da identidade social que funciona como gatilho para a expressão comportamental. Isto é, o estereótipo, o protótipo, encerra a norma social legitimadora. A necessidade de adquirir ou manter uma identidade social positiva leva os indivíduos a, num processo de despersonalização, adotarem e assimilarem essa norma social como sua. E a interiorização dessa norma conduz, depois, à manifestação de comportamentos de discriminação.

Na sua análise à relação entre normas e atitudes, Ybarra e Trafimow (1998) elaboram esta abordagem, defendendo que atitudes e normas subjetivas têm um peso relativo diferente na determinação do comportamento, consoante o nível de identidade que esteja saliente num determinado contexto - o pessoal ou o social.¹² Estes autores referem que, quando a identidade pessoal está saliente o peso relativo das atitudes na determinação do comportamento é superior ao peso relativo das normas subjetivas, passando-se o oposto quando a identidade social está saliente.

Nesta linha, e analisando a relação entre atitudes, normas e intenção comportamental e a sua relação com o autoconceito privado e coletivo, Trafimov (2000) propõe um modelo de dupla localização para as autocognições privadas e coletivas. Este modelo pressupõe acessibilidades diferenciadas para cada uma destas localizações, estabelecendo também uma relação entre a ideologia cultural, individualista ou coletivista, e a localização predominantemente acedida. Advoga que uma cultura individualista contribui para uma acessibilidade mais forte das autocognições privadas e, em consequência, um maior peso das atitudes na determinação da intenção comportamental. Pelo contrário, uma cultura coletivista conduz a uma maior acessibilidade das autocognições coletivas e, portanto, uma maior preponderância das normas subjetivas na determinação da intenção comportamental. Este autor diz também que na maioria das pessoas as atitudes são os determinantes mais importantes da intenção comportamental (Trafimov & Finlay, 1996, cit in Trafimov, 2000),

¹² Embora Trafimov (2000) analise a contribuição separada de atitudes e normas na intenção comportamental e no comportamento (bem como as relações estabelecidas entre autoconceito privado e coletivo e ideologia cultural individualista e coletivista), também chama a atenção para a necessidade de perceber qual a relação estabelecida entre atitudes e normas, referindo que, segundo a abordagem da identidade social, as atitudes serão provavelmente consistentes com as normas de grupo.

mas que existem tipos de comportamentos que são mais suscetíveis de serem determinados por atitudes ou normas subjetivas, consoante o contexto cultural. Exemplifica, dizendo que num contexto cultural individualista, decisões de carreiras são maioritariamente influenciadas pelas atitudes, enquanto num contexto cultural coletivista essas decisões dependem em larga medida das normas subjetivas, especialmente das derivadas de familiares próximos.

Trafimov (2000) estabelece ainda uma distinção entre afeto e cognição na determinação da atitude, propondo que, em algumas atitudes, o afeto desempenha um papel mais relevante do que a cognição, e vice-versa. Terry et al. (2000) também apresentaram uma série de investigações nas quais foi revelado este padrão, relativamente a uma série de comportamentos distintos, como por exemplo, realizar exercício físico, utilizar estratégias de proteção solar ou reciclar.

Sumariando estas duas abordagens, enquanto Terry et al. (2001) propugnam que a expressão comportamental das atitudes é mediada fundamentalmente pelas normas grupais, Ybarra e Trafimow (1998), por seu turno, defendem que é a saliência identitária contextual que determina o peso relativo que atitudes e normas têm na expressão comportamental. Se Terry et al. (2001) enfatizam o papel desempenhado pela identidade social na manifestação de comportamentos discriminatórios, Ybarra e Trafimow (1998) atribuem um papel igualmente importante ao *self* privado e ao *self* coletivo na manifestação de comportamentos. Isto é, os primeiros autores propõem um caminho de via única, enquanto os segundos elaboram um modelo de via dupla.

A sustentação conceptual destes dois modelos encontra-se na abordagem da identidade social, mas com enfoques distintos. O modelo de via única assenta em pressupostos-base da teoria da identidade social, enquanto o modelo de duas vias parte de assunções posteriores emanadas da teoria da autocategorização. Contrastando estas duas teorias, enquanto na teoria da identidade social autoavaliações positivas e variáveis motivacionais são centrais, na teoria da autocategorização o enfoque reside em variações na forma como as pessoas se autocategorizam e os respetivos efeitos destas variações. Nesta teoria, os conceitos de identidade pessoal e social são representados através de uma hierarquia de potenciais autocategorizações. A título ilustrativo, Reynolds e Turner (2001), referem três níveis identificados: o supraordenado (o *self* como pessoa humana), o intermédio (o *self* como membro de um grupo) e o subordenado (o *self* como pessoa

individual), sendo o grau de inclusão entre estes níveis progressivamente menor. A teoria da identidade social situar-se-á no nível explicativo intermédio.

1.6. Identidade Social e Autoconceito

O autoconceito, ou *self*, é constituído pelo conjunto total de autodefinições, pessoais e sociais, que não são mutuamente exclusivas, isto é, para cada autodefinição está agregado um conjunto de descritores que podem ser contraditórios entre si (Hogg & Abrams, 1992). Tal é possível porque as pessoas assentam subjetivamente o *self* em autoimagens relativamente discretas, dependentes do contexto, e não como um todo.

A identidade social contém autodefinições sociais, derivadas das pertenças grupais, e a identidade pessoal contém autodefinições pessoais, de natureza mais pessoal e que indicam atributos do indivíduo, resultantes essencialmente de relações interpessoais próximas e duradouras. Segundo Hogg e Abrams (1992), a teoria da identidade social foca-se principalmente na identidade social, argumentando que, em determinadas circunstâncias, a identidade social é subjetivamente mais saliente no autoconceito e, quando isto ocorre, o comportamento é qualitativamente diferente, emergindo o comportamento grupal.¹³ Este comportamento grupal é gerado pelos processos de categorização social e de comparação social e envolve a diferenciação intergrupala e a discriminação, o favoritismo endogrupal, a percepção estereotipada, a conformidade, etc.

A gestão, pelo indivíduo, da saliência das suas diversas autoidentificações sociais (ou autocategorizações sociais) é feita em cada situação específica, de acordo com aquela que, naquela situação em particular, maximize o contraste entre as diferenças intercategoriais e as semelhanças intracategoriais, de forma a gerar o significado mais simples e parcimonioso possível (Hogg & Abrams, 1992).¹⁴ À semelhança de outros autores, que chamaram a atenção para a capacidade do indivíduo intervir e alterar processos cognitivos relativamente automatizados, também Hogg e Abrams (1992) chamam a atenção para a capacidade que o sujeito tem de, em cada situação redefinir subjetivamente o contexto, de forma a utilizar uma autocategorização que esteja mais de acordo com as suas preferências. Isto é, existe uma

¹³ A revisão meta analítica de Aberson, Healy e Romero (2000), põe em causa este papel exclusivo da identidade social nos processos grupais (cf. secção “A Secundarização da Identidade Pessoal na Abordagem da Identidade Social”, p. 91 e ss.).

¹⁴ A este propósito cf. secção “Uma Questão da Saliência – Prontidão Percetiva, Adequação Normativa e Adequação Comparativa” (p. 86 e ss.), onde se elabora acerca do princípio do metacontraste.

relação dialética entre os processos cognitivos e os processos motivacionais (Hogg & Abrams, 1992).¹⁵

Tal como dito anteriormente, no momento em que a identidade social se torna saliente num contexto sociocognitivo, ocorrem processos de despersonalização e permutabilidade entre o indivíduo e os outros membros do endogrupo, sendo que as impressões sobre si próprio e sobre os outros passam a ser feitas a partir da autodefinição enquanto membro do grupo e do estereótipo endogrupal (o protótipo grupal). Esta autodefinição em termos grupais pressupõe a comparação intergrupala, que exige a presença de um exogrupo relevante e contrastante na dimensão comparativa em questão. A identidade pessoal, por seu turno, opera no nível subordinado e não exige nenhum exogrupo comparativo relevante, sendo as comparações feitas no seio do endogrupo. No entanto, a identidade pessoal resulta igualmente de um processo comparativo. Neste caso, na dimensão de comparação, são enfatizadas as diferenças entre o próprio sujeito e outros membros do endogrupo (Reynolds & Turner, 2001).¹⁶

1.6.1. Categorização Enquanto Distorção Cognitiva ou Significação da Realidade

Do que acima se discutiu decorre a ideia de que os indivíduos podem autocategorizar-se em vários níveis de identidade. O que determina o nível de identidade que se torna psicologicamente saliente numa dada situação é uma das questões essenciais a que a teoria da autocategorização tenta dar resposta (Reynolds & Turner, 2001). Para tentar dar resposta a esta questão é preciso perceber qual o papel desempenhado pelo processo de categorização.

Na procura de estabelecer o papel da categorização social no preconceito e na discriminação, Oakes e Haslam (2001) analisam as evidências que concorrem para se perspetivar a categorização como um processo de distorção cognitiva, ou como um processo de significação da realidade. Em seu entender, a categorização social é a base, o processo inicial responsável pela divisão social das pessoas em “nós” e “eles”. E se a este processo se seguem avaliações discriminativas que definem que o “nós” é melhor do que o “eles”, então surge o preconceito. No entanto, estes autores levantam uma série de questões acerca do real papel desempenhado pela categorização na expressão do preconceito, entre elas, se a categorização social é responsável pelo preconceito? Ou seja, somos preconceituosos porque

¹⁵ A respeito da dialética automático/voluntário, confrontar Oakes e Haslam (2001), que abordam o caráter voluntário do preconceito e da discriminação e Reynolds e Turner (2001), que se referem à estratégia de criatividade social.

¹⁶ São os processos de categorização e comparação social que estão na base dos processos de auto e hetero identificação, sendo esses processos, por seu turno, guiados por necessidades de natureza motivacional, que têm por finalidade última conferir ao indivíduo um autoconceito (pessoal ou social) positivo.

categorizamos? E sendo a categorização um processo universal, é esperado que exista sempre um certo grau de preconceito e de discriminação?

Estas questões são, segundo Oakes e Haslam (2001), muito importantes porque é preciso perceber com clareza quais os processos que estão na base do preconceito e da discriminação, para se poderem planear e implementar medidas eficazes de redução dos mesmos. Numa tentativa de darem respostas a estas questões, estes autores elencaram as principais evidências unanimemente aceites relativamente à categorização social. Tal como referido anteriormente a respeito dos estereótipos, o funcionamento cognitivo impõe limites acerca da quantidade de informação que o sujeito é capaz de processar num dado momento. Dadas estas limitações cognitivas, os indivíduos categorizam os objetos de acordo com as semelhanças e diferenças percebidas, de forma a simplificar a perceção, e permitir um processamento eficaz da informação. A categorização não se limita ao mundo físico, estendendo-se também aos estímulos do mundo social, a designada categorização social. Decorrente deste processo de categorização, o sujeito tende a acentuar semelhanças entre objetos na mesma categoria e diferenças entre objetos de categorias diferentes – o processo de *acentuação perceptiva* – que, por seu turno, conduz ao efeito da homogeneidade percebida do exogrupo, à despersonalização e ao favorecimento endogrupal (cf. Hogg & Abrams, 1992).

O efeito de acentuação perceptiva é mais evidente: (1) quando a dimensão de categorização é subjetivamente importante, (2) quando a categorização, em si, é subjetivamente importante, (3) quando o Eu é membro de uma das categorias e (4) quando o sujeito dispõe de poucas pertenças grupais alternativas, ou favoráveis (e.g. Tajfel, 1978, 1981), acabando por contribuir para uma perceção estereotípica acerca das categorias sociais (Hogg & Abrams, 1992).

1.6.1.1. Outputs do processo de categorização entendidos como distorções cognitivas – confluência com as abordagens clássicas (cognitivas) do preconceito.

Referindo-se à investigação de Duncan (1976) com a manipulação da raça, num cenário de vitimação, Oakes e Haslam (2001) chamam a atenção para o facto de o conteúdo categorial ter efeitos na codificação, evocação e interpretação de informação relativa aos estímulos. Se estes efeitos forem interpretados como evidência da existência de distorção da perceção, resultante do processo de categorização, então o processo da categorização poderá

ser entendido como o principal fator responsável pelo preconceito. Ou seja, nesta perspectiva o processo da categorização conduz o indivíduo a percepções distorcidas da realidade social (Oakes & Haslam, 2001).

O fenómeno da acentuação perceptiva, embora tenha impacto na percepção, quer do endogrupo, quer do exogrupo, é particularmente forte no caso do exogrupo. O indivíduo tende a perceber os membros deste último como “todos iguais”, o que pode dever-se a um grau mais baixo de conhecimento e de contacto com esses membros, conduzindo a uma distorção perceptiva acerca da homogeneidade existente. Também o impacto do conteúdo categorial na interpretação da informação social, pode ser visto como uma evidência de distorção da percepção. Wilder (1986, cit in Oakes & Haslam, 2001) refere que esse efeito demonstra a influência de “balizadores categoriais” que restringem a significação de nova informação. Estes balizadores categoriais contribuem para a significação de nova informação de acordo com expectativas categoriais previamente existentes, às vezes mesmo em presença de informação infirmadora ou inconsistente com essas expectativas. Tal sucederá especialmente no caso de informação ambígua, conduzindo à distorção da mesma. Finalmente, o favoritismo endogrupal encontrado desde logo nas investigações com grupos mínimos, é visto como evidência de que a categorização *per se* pode provocar as avaliações discriminativas que estão na base definidora do preconceito. A necessidade de uma autoavaliação positiva do indivíduo levá-lo-á a favorecer o grupo de que é membro, em detrimento do(s) outro(s) grupo(s), mesmo contra evidência que demonstre a “superioridade” comparativa do outro grupo na dimensão em questão (Oakes & Haslam, 2001). Da articulação do impacto do conteúdo categorial na interpretação da informação social e da tendência para o favoritismo endogrupal, pode resultar uma das estratégias utilizadas para estabelecer uma distintividade intergrupual favorável referidas por Reynolds e Turner (2001): a criatividade social. Quando pela via da criatividade social são redefinidos os parâmetros de comparação, de tal forma a que dessa redefinição se obtenha uma vantagem comparativa para o endogrupo, o processo pode servir para legitimar uma dimensão até então percebida como ilegítima.

Segundo esta perspectiva, tais distorções perceptivas resultam da capacidade limitada de processamento por parte do sujeito e estão ao serviço de uma economia cognitiva que lhe permita gerir o enorme fluxo informacional que o rodeia, ajudando ao seu processamento cognitivo (Oakes & Haslam, 2001). Outro aspeto relevante é que estes processos são vistos na sua maioria como automáticos e inconscientes, derivando de propriedades básicas do

sistema de processamento da informação, sendo os efeitos da categorização não apenas acidentais, como inevitáveis.

1.6.1.2. Outputs do processo de categorização entendidos como estratégias significadoras funcionais – o papel fundamental do contexto situacional, psicológico e social.

No entanto, segundo Oakes e Haslam (2001), se os efeitos apresentados, cuja existência está bem estabelecida, forem interpretados como resultado de estratégias racionais de que o indivíduo se socorre para atribuir significado aos estímulos, de uma forma contextualmente dependente e tendo em conta o seu quadro de referência, então a categorização pode ser vista como um processo que produz uma série de resultados sociais. Entre estes encontram-se o preconceito, mas também afiliações fortes entre amigos, redução de conflito, trabalho cooperativo, entre outros. Além disso, em todos os casos descritos, a partir dos processos decorrentes da categorização são encetadas ações sociais, racionais e intencionalmente dirigidas para a prossecução de objetivos, quer individuais, quer coletivos.¹⁷

O posicionamento proposto por estes autores assenta nos pressupostos da teoria da autocategorização. Esta teoria defende que toda a perceção resulta do processo comparativo da categorização, que opera em níveis variáveis de abstração (eg. Oakes & Haslam, 2001; Oakes & Reynolds, 1997). A uma categorização em termos grupais corresponde um nível de abstração superior, do que a uma categorização em termos individuais. Este processo comparativo da categorização é contextualmente dependente e visa sempre a resolução dos estímulos presentes no campo perceptivo do sujeito, da forma significativamente mais adequada para o indivíduo. Um tal processo pressupõe que os estímulos não possuem atributos concretos e absolutos, que são ativados na estrutura cognitiva através do emparelhamento com pistas. Pelo contrário, as categorias vão emergindo à medida que o sujeito vai fazendo sentido do conjunto de estímulos presentes numa dada situação/contexto. Assim posto, os estereótipos, enquanto representações simplificadas de categorias de estímulos, têm inerentemente uma natureza dinâmica (por exemplo, pode suceder que quando o estímulo “caucasiano” é comparado com o estímulo “negro” o atributo “inteligência” faça parte da categoria “caucasiano”, mas não tanto da categoria “negro”. No

¹⁷ Anteriormente ao abordarmos os estereótipos, já Spears e Haslam (1997) referiam que o processamento da informação em termos de estereótipos pode ser contextualmente o mais adequado, não tendo de lhe ser necessariamente atribuído nenhum efeito pernicioso a priori.

entanto, se o estímulo “caucasiano”, nessa mesma dimensão, for comparado com o estímulo “japonês”, o atributo “inteligente” passa a ser estereotipicamente mais adequado para descrever a categoria “japonês”).

1.6.2. O Coletivo Como Mais do Que o Somatório dos Individuais

A análise que as teorias da identidade social e da autocategorização permitem fazer acerca dos fenómenos grupais, também tem repercussões na forma como o antagonismo social é compreendido. Por exemplo, a discriminação face a um grupo minoritário é mais provável se a posição do grupo maioritário na estrutura hierárquica for percebida como legítima e se, nesse contexto particular de comparação social, o seu estatuto for desafiado ou ameaçado.

Tal como referido anteriormente, os efeitos da acentuação perceptiva decorrentes da categorização permitem-nos experienciar determinadas relações como similares ou diferentes, de acordo com o contexto. Se assim não fosse, as relações sociais seriam estáticas e constrangidas, não contribuindo para uma significação adequada da realidade social. O facto do conteúdo categorial ter efeitos na codificação, evocação e interpretação de informação relativa aos estímulos e estes efeitos serem entendidos como distorções perceptivas, implica que se assuma que certas categorizações estão perceptivamente corretas e outras estão enviesadas. As pessoas têm identidades grupais, que são acompanhadas de valores e expectativas e que medeiam a percepção social, levando-as a funcionarem na realidade de acordo com esses valores. Uma vez mais, não se trata de uma distorção perceptiva, mas sim de uma estratégia que permite ao indivíduo adequar o seu comportamento de acordo com o contexto.¹⁸

Da mesma forma que não existem categorizações perceptivas corretas e incorretas, também as relações intergrupais não devem ser percebidas numa plataforma de entendimento entre o “certo” e o “errado”, em que, face a um conflito entre grupos, um desses grupos tem a razão e o outro é que é preconceituoso, mas antes como o resultado de uma dinâmica que se estabelece no quadro dos mesmos processos psicológicos. Ou seja, no âmbito do quadro de referência proposto por estas teorias, a posição de um dos grupos (que

¹⁸ Isto não quer dizer, no entanto, segundo Oakes e Haslam (2001), que é preciso assumir como legítimas todas as ações e nem aceitar que não se deve fazer nada para alterar a realidade social. Quer dizer que as ações a ser encetadas para que essa mudança ocorra, pertencem à esfera política e que o papel a desempenhar pela psicologia é o de analisar com objetividade os fenómenos psicológicos, sem lhes atribuir conotações valorativas.

seria tradicionalmente visto como o preconceituoso) não é explicada a partir da assunção de um funcionamento psicológico defeituoso (e.g. ignorância, irracionalidade), mas sim como um resultado que decorre de processos cognitivos normais e adaptativos e que conduzem à autocategorização do próprio e à categorização dos outros em termos das pertenças grupais (Turner, 1999, cit in Reynolds & Turner, 2001).

É reducionista atribuir todo o desacordo ou antagonismo social a um funcionamento psicológico (individual) defeituoso. Os processos psicológicos sociais decorrentes da interação grupal espoletam processos psicológicos coletivos, que não podem ser reduzidos aos processos psicológicos intraindividuais. Efetivamente, existe uma interação complexa entre o indivíduo e o sistema e entre os processos psicológicos individuais e coletivos (Reynolds & Turner, 2001). Existe uma descontinuidade entre os níveis interpessoal e intergrupar, também enquanto realidades sociais, isto é, existem instâncias comportamentais e categoriais a que devemos aceder percetivamente, de forma a representarmos fielmente a realidade grupal (e.g. Oakes & Haslam, 2001; Platow & Hunter, 2001; Reynolds & Turner, 2001). Isto é, os fenómenos intergrupais não podem ser reduzidos a processos psicológicos intrapsíquicos, nem à sua extrapolação da esfera do individual, para a esfera do coletivo, devendo ser analisados no contexto e nível em que ocorrem.

Entendidos desta forma, os fenómenos da acentuação percetiva, despersonalização e favorecimento endogrupal, ao invés de serem evidência da existência de distorção percetiva, são, pelo contrário, vistos como estratégias que garantam a representação mais fidedigna da realidade social em cada determinado contexto (Oakes & Haslam, 2001).

1.6.3. Uma Questão da Saliência – Prontidão Percetiva, Adequação Normativa e Adequação Comparativa

Segundo a teoria da autocategorização, a categorização social é um processo que permite dar significado ao conjunto de estímulos de um contexto. Três fatores interrelacionados são utilizados para definir as propriedades seletivas, significativas e relacionais da categorização, a saber: a prontidão percetiva, a adequação comparativa e a adequação normativa.

A *prontidão percetiva* diz respeito à prontidão do indivíduo para categorizar determinada situação social de uma certa forma, dependente do seu conhecimento e teorias acerca do mundo social, das suas expectativas, dos seus motivos, valores e objetivos (Oakes, Haslam & Turner, 1994).

A *adequação comparativa* tem por base o princípio do metacontraste (Turner, 1985, cit in Reynolds & Turner, 2001). Segundo este princípio, os estímulos de um dado contexto serão categorizados como similares, quando as diferenças médias entre eles forem percebidas como inferiores às diferenças médias percebidas entre eles e outros estímulos, de tal forma que se consiga interpretar o contexto em termos de oposição entre categorias sociais opostas. Este princípio do metacontraste está na origem do processo de acentuação perceptiva que descrevemos anteriormente – as semelhanças intracategoriais e diferenças intercategoriais são acentuadas (e.g. Reynolds & Turner, 2001). Este princípio de adequação comparativa permite o agrupamento de estímulos segundo a semelhança e a diferença percebida entre eles.

Por seu turno, o princípio da *adequação normativa* permite o agrupamento dos estímulos segundo o seu conteúdo. Quer isto dizer que a forma como estas semelhanças e diferenças são estabelecidas tem de se adequar ao entendimento do sujeito acerca das categorias sociais em presença e acerca das relações estabelecidas entre elas, devendo fazer sentido em termos “(...) das crenças e teorias normativas acerca do significado social substantivo da categoria social” (Turner, Oakes, Haslam & McGarty, 1994, p. 455, nossa tradução).

Da operação destes três processos decorre que, uma vez estabelecidas as categorias (através da adequação comparativa), é avaliado até que ponto os membros dessas categorias se adequam aos respetivos protótipos grupais (através da adequação normativa). Quando as diferenças em relação ao protótipo grupal, na dimensão de comparação em questão, se tornam demasiado acentuadas, o indivíduo pode optar por uma recategorização dos membros “demasiado diferentes”, ou pela substituição do critério de categorização, por um outro que permita manter o contraste entre as categorias.

Resumindo, a saliência contextual é o resultado dinâmico de uma categorização em contexto, e o significado dessa categorização depende da interação que se estabelece entre a acessibilidade relativa de uma categoria em particular e da adequação, quer comparativa, quer normativa, na situação concreta onde o sujeito se encontra.

1.6.3.1. O modelo da dinâmica de grupos subjetiva.

Segundo os pressupostos descritos na secção anterior, o desvio intragrupal é, em sentido restrito, entendido enquanto afastamento do protótipo grupal, e não deveria conduzir a comportamentos de punição por parte dos membros normativos, uma vez que estes

disporiam da possibilidade de eliminarem esse desvio, através da recategorização ou da redimensionação (Serôdio, 2006). Mas o que acontece quando o comportamento de um membro do endogrupo se afasta claramente do protótipo grupal e, simultaneamente, não existe a possibilidade de recategorizar esse membro como membro de uma outra categoria, ou de utilizar um critério de categorização alternativo, que permita manter a distintividade intergrupar? Nestes casos, os desviantes do endogrupo acabam por ser alvo de reações negativas, como forma de reforço da identidade social dos membros normativos, como foi extensamente comprovado nas investigações sobre o “efeito ovelha negra” (Serôdio, 2006).

O modelo da dinâmica de grupos subjetiva (Marques, Paez & Abrams, 1998), surgiu como tentativa de encontrar uma explicação, que fosse capaz de articular os resultados encontrados acerca do efeito ovelha negra e alguns pressupostos da teoria da autocategorização (Serôdio, 2006). De facto, segundo os princípios da teoria da autocategorização, as adequações comparativa e normativa geram um antagonismo funcional entre níveis de categorização (Oakes et al. 1994). Por exemplo, num contexto de comparação intergrupar, estes processos de adequação levam o sujeito a focar-se na dimensão social da sua autocategorização, com concomitante diferenciação intergrupar e assimilação dos membros, quer do exogrupo, quer do endogrupo, aos respetivos protótipos grupais. Isto é, os indivíduos procuram maximizar as diferenças intergrupais, ao mesmo tempo que minimizam as diferenças intragrupal. Por seu turno, a existência de diferenças intragrupal é resolvida através da recategorização do membro endogrupal desviante, ou pela utilização de um outro critério de diferenciação intergrupar, em que esse desvio deixa de ser identitariamente relevante.

No entanto, o efeito ovelha negra verificado inicialmente numa série de estudos das décadas de 1980 e 1990 (e.g. Marques, 1990; Marques & Yzerbyt, 1988; Marques, Yzerbyt & Leyens, 1988) forneceu evidências acerca da existência de categorizações simultâneas em níveis diferentes. Isto é, os sujeitos são capazes de diferenciarem fortemente entre membros normativos e desviantes do endogrupo, enquanto simultaneamente diferenciam entre endogrupo e exogrupo. Concretamente, o efeito ovelha negra corresponde a um padrão de julgamento, no qual o membro normativo do endogrupo é favorecido, por comparação com o membro normativo equivalente do exogrupo (viés endogrupal), sendo o desviante do endogrupo mais derogado, quando comparado com o membro desviante do exogrupo.

O padrão de resultados encontrados nestas investigações tem implicações ao nível da conceção da forma como operam os processos de adequação comparativa e normativa,

propostos pela teoria da autocategorização (Serôdio, 2006). Concretamente, nestas investigações os indivíduos sentiram menos atração pelos desviantes endogrupais, do que pelos membros do exogrupo (normativos e desviantes), ocorrendo o padrão inverso relativamente aos membros normativos endogrupais.

Serôdio (2006) refere que, segundo os princípios da adequação comparativa e normativa, seria de esperar um de dois resultados. Por um lado, se a dimensão intergrupar fosse o critério mais importante no contexto comparativo e, portanto, estivesse em causa a adequação comparativa intergrupar dos alvos, mas não a sua adequação normativa, os participantes deveriam reportar atitudes mais favoráveis em relação aos membros do endogrupo, do que em relação aos membros do exogrupo, independentemente de estes serem normativos ou desviantes. Por outro lado, se a dimensão mais importante fosse a adequabilidade do comportamento do alvo e, portanto, estivesse em causa a adequação normativa dos alvos, seria de esperar que os membros normativos fossem melhor avaliados, do que os membros desviantes, independentemente de serem membros do endogrupo ou do exogrupo, pois os primeiros estão mais próximos dos respetivos protótipos grupais.

Aquele autor refere ainda que os resultados encontrados nestas investigações forneceram indícios de que os indivíduos não se limitaram a diferenciar entre os protótipos endo e exogrupais, pois enquanto diferenciavam o endogrupo, do exogrupo, diferenciavam também entre membros normativos e desviantes. Se tal fosse exclusivamente explicado a partir do princípio do metacontraste, teria de se supor que os indivíduos teriam de alternar entre níveis de categorização (nível interpessoal para comparações intragrupais e nível intergrupar, para comparações entre grupos). Se fosse explicado a partir do princípio da adequação comparativa, então os participantes deveriam diferenciar de forma idêntica os alvos normativos e desviantes do endogrupo e do exogrupo.

O modelo da dinâmica de grupos subjetiva tenta justamente dar conta das situações onde um desviante endogrupal põe em causa a validade da identidade social. Este modelo propõe a existência de dois tipos de normas, que atuam no nível intergrupar e no nível intragrupar e tem três assunções básicas, a saber: (1) o desvio pode ajudar a validar a identidade social dos membros normativos de um grupo; (2) as reações dos membros normativos desse grupo, face ao desviante desse grupo tem de ser entendida no contexto das relações intergrupais e (3) essas reações são a expressão das representações cognitivas individuais da ordem social (Serôdio, 2006). Em traços gerais, este modelo propõe dois processos distintos em contextos intergrupais, consoante os membros do grupo se

confrontem, ou não com um membro desviante no endogrupo. Se não existe desvio, os indivíduos, através da ação do princípio do metacontraste, estabelecem diferenças claras entre o endogrupo e o exogrupo, assimilando-se a si próprios ao protótipo endogrupal, através de um processo de autoestereotipia. A partir deste momento, entram em ação os mecanismos que visam assegurar a máxima distintividade positiva para o endogrupo, levando os indivíduos a manifestarem viés endogrupal.

Quando existe desvio endogrupal em dimensões relevantes para o endogrupo, o processo de autoestereotipia, com a conseqüente assimilação ao protótipo endogrupal, leva os membros normativos a perceberem o membro desviante como uma ameaça à legitimidade da positividade do endogrupo, face ao exogrupo. Esta percepção de ameaça, espoleta reações punitivas direcionadas a esse membro desviante, como forma de subjetivamente repor a positividade da identidade social.

1.6.3.1.1. Normas descritivas e normas prescritivas no julgamento social.

Marques et al. (1998) propuseram a existência de dois processos normativos distintos em contextos de julgamento intergrupar. Por um lado, processos normativos descritivos, que permitem que os indivíduos diferenciam entre categorias, na medida em que fornecem os critérios de inclusão nas categorias, isto é, processos que atuam na diferenciação intergrupar. Por outro lado, processos normativos prescritivos de caráter moral e que, pela sua natureza global, permitem que o indivíduo classifique os outros em “bons ou maus”, consoante o grau em que estes se adequem às normas prescritivas.

Marques et al. (1998) referem que as normas descritivas são princípios de diferenciação intergrupar, servindo os propósitos de estabelecimento de clareza cognitiva, decorrentes da categorização social, enquanto as normas prescritivas, estabelecem os padrões acerca do que é ou não aceitável, constituindo-se como mecanismos de influência e controlo social.

Pinto, Marques e Cameira (2012) distinguem entre normas descritivas e prescritivas, dizendo que as primeiras permitem definir a pertença categorial, enquanto as segundas não permitem estabelecer essa pertença, mas avaliar da moralidade do comportamento. Isto é, as normas prescritivas possuem valor social intrínseco, sendo aplicáveis à generalidade das pessoas, funcionando, por isso, como critérios gerais de avaliação (Serôdio, 2006). Desta distinção resulta que “(...) em larga medida, a dinâmica de grupos subjetiva seria, em si

mesma, o resultado da interiorização do controlo social por parte do indivíduo” (Serôdio, 2006, p.66).

Num estudo de Marques, Abrams, Páez e Taboada (1998) os autores recolheram evidência de que, quando não existe uma norma prescritiva saliente, os indivíduos preocupam-se essencialmente com o estabelecimento de uma distintividade intergrupar favorável ao endogrupo. Mas quando existe uma norma prescritiva saliente, para além de ser importante o estabelecimento de uma distintividade positiva para o endogrupo, torna-se também importante avaliar a normatividade endogrupal.

Depois de apresentados em traços gerais os pressupostos básicos da teoria da identidade social, da teoria da autocategorização e do modelo da dinâmica de grupos subjetiva, parece claro o importante papel desempenhado pela identidade social nos processos e fenómenos inter e intragrupais. No entanto, recentemente alguns investigadores têm vindo a analisar qual o potencial papel desempenhado pelo outro nível de autodefinição da identidade, a identidade pessoal, nesses mesmos fenómenos e processos.

1.6.4. A Secundarização da Identidade Pessoal na Abordagem da Identidade Social

Não obstante o facto de a teoria da autocategorização sustentar a ideia de que na autodefinição existe um contínuo identitário, que varia entre a identidade pessoal e a identidade social, aquele primeiro nível assume um papel de muito menor relevo. Sendo essencialmente uma abordagem aos processos grupais, nesta teoria é a identidade social que assume o papel principal na compreensão da diferenciação intra e intergrupar e defende-se que apenas o autoconceito enquanto membro de um grupo é relevante para explicar as avaliações grupais, porque apenas este se situa no mesmo nível de abstração (Verkuyten & Hagendoorn, 2002).

Sustentados num estudo meta-analítico, Aberson et al. (2000) defendem que a autoestima social não prediz o favoritismo endogrupal de forma mais acentuada, do que a autoestima pessoal e que fatores de nível individual afetam processos de nível grupar, como o viés endogrupal. No mesmo sentido, Verkuyten e Hagendoorn (2002) concluíram que o favoritismo endogrupal pode ser espoletado tanto pelo autoconceito pessoal, como pelo autoconceito social, dependendo do nível de identidade saliente. Quando está saliente a identidade pessoal, o autoconceito pessoal prediz o favoritismo endogrupal e quando está saliente a identidade social será o autoconceito social quem prediz o favoritismo endogrupal.

Ao propor a ação de dois níveis de identidade, a teoria da autocategorização faz a reconciliação entre abordagens opostas na explicação dos mecanismos envolvidos na obtenção e /ou manutenção de uma autoestima positiva e, conseqüentemente, do preconceito e da discriminação. A saliência contextual do nível de identidade pessoal ou social tem impacto nos critérios de julgamento utilizados: se está saliente a identidade pessoal, critérios pessoais (como certos traços de personalidade) tornam-se relevantes nos julgamentos efetuados, e se é a identidade social que está saliente, são utilizados critérios coletivos para os julgamentos (Reynolds & Turner, 2001).

1.6.4.1. Self pessoal e self coletivo jogados no contexto.

Simon (1997) apresentou uma análise que articula os níveis pessoal e social de autodefinição da identidade. Tal como Verkuyten e Hagendoorn (2002), Simon (1997) também refere que a abordagem da identidade social investiu de forma significativamente superior na compreensão do papel desempenhado pela identidade social, em detrimento da identidade pessoal. À semelhança de Long e Spears (1997), que defenderam que a autoestima coletiva (tal com a pessoal) deve ser encarada como contingente ao contexto comparativo particular de cada situação, e não como uma característica estável do indivíduo, Simon (1997) começa por chamar a atenção para a necessidade dos conceitos de *self* individual (ou identidade pessoal) e de *self* coletivo (ou identidade social) não serem vistos como inalteráveis ou como referindo-se a estruturas mentais fixas. Estes deverão ser antes concebidos como formas de autorrepresentação e de funcionamento psicológico dos indivíduos, contextualmente dependentes (muito embora possam comportar um certo grau de solidificação decorrente, por exemplo, de uma relativa imutabilidade do contexto social do indivíduo).

O *self* coletivo será ativado quando o sujeito interpreta as suas experiências, percepções e comportamentos e as relações com os outros em termos de uma característica particular dominante, contextualmente relevante e partilhada com um conjunto de outras pessoas. Essa característica dominante, que pode ter associadas outras características secundárias redundantes, torna-se no principal critério de comparação, e a percepção de similaridade e de permutabilidade com os outros que partilham essa mesma característica assume o primeiro plano. O *self* individual é ativado quando o indivíduo interpreta as experiências, percepções e comportamentos, bem como as relações com outros em termos de um cenário que engloba um conjunto de características, que o diferenciam de todos os

demais e lhe conferem singularidade (Simon, 1997). Para este autor, tanto o *self* individual quanto o *self* coletivo são *selves* sociais. As características constituintes dessas duas formas de autointerpretação do indivíduo são produtos sociais, cujo significado apenas emerge num contexto de relações sociais (interpessoais ou grupais). O *self* individual é baseado num conjunto de características sociais, não existindo na realidade nenhuma diferença inerente entre as características que compõem o *self* individual e aquelas que contribuem para o *self* coletivo. O contexto no qual o indivíduo se encontra é o fator que determina a saliência de uma ou outra forma de autodefinição. Os produtos decorrentes dessas formas de autodefinição são igualmente sociais e cada uma é responsável por um tipo particular de percepção e comportamento social. Isto é, o *self* individual é tão social como o *self* coletivo, tanto em termos do seu conteúdo, como em termos da sua origem e também em termos da sua função.

Ainda segundo Simon (1997), embora algumas características possam ter, em determinados contextos, maior probabilidade de virem a definir o *self* individual ou o *self* coletivo, é o contexto que, ao determinar que critérios são relevantes em termos de autodefinição coletiva e autodefinição individual, determina também quais as características que definem o *self* individual e quais aquelas que definem o *self* coletivo. Mais ainda, as mesmas características podem constituir tanto o *self* coletivo como o *self* individual, destringendo-se na medida em que, no primeiro caso, é a pessoa que está alocada à característica e, no segundo caso, é a característica que está alocada à pessoa. Apesar disto, Simon (1997) diz que características que sejam referidas através de nomes (e.g. alemão), mais do que as características referidas como verbos ou como adjetivos, comportam maior probabilidade de servirem de base a autodefinições sociais, porque mais facilmente definem categorias sociais discretas, com fronteiras relativamente claras e porque permitem autodefinições mais exaustivas e essenciais.

1.6.4.2. O self coletivo na modernidade.

Um outro aspeto bastante importante referido pelo autor, diz respeito às sociedades modernas e a relação que estabelecem com os *selves* individual e coletivo. Por um lado, vivemos em sociedades onde existem elevados índices de divisão do trabalho, urbanização, comunicação de massas, literacia, entre outras, todas contribuindo para uma elevada diferenciação funcional. Esta diferenciação funcional, juntamente com a permeabilidade e mobilidade social crescentes, equidade formal, interesses individualizados e competição

universal, conduz a uma crescente redução da importância dos coletivos tradicionais no estabelecimento de laços sociais entre as pessoas. Por outro lado, na modernidade, uma definição social única já não é suficiente para localizar os indivíduos numa estrutura social cada vez mais complexa. Cada indivíduo pertence, simultaneamente, a vários grupos sociais, às vezes mesmo conflitantes entre si, e esta crescente complexificação de afiliação do indivíduo concorre também para uma cada vez maior individualização social do indivíduo. Ou seja, num processo análogo ao da definição do *self* individual, quanto mais diversificadas as autodefinições sociais do indivíduo, maior singularidade social lhe é atribuída.

Assim, tomadas em conjunto estas duas tendências nas sociedades modernas, Simon (1997) considera que na autodefinição das pessoas se assiste a um crescente protagonismo do *self* individual em detrimento do *self* coletivo. Decorrentes destas múltiplas e crescentes possibilidades de autodefinição em termos coletivos, o *self* coletivo é, mais do que nunca, contextualmente dependente, variável e transiente. Vários fatores impactam na saliência da autodefinição social, na autodefinição do indivíduo. Entre estes, a capacidade do atributo central da autodefinição social em promover uma percepção de similaridade entre o indivíduo e os outros, a valência positiva ou negativa associada a esse atributo, a capacidade desse atributo central em despertar a consciência acerca de um destino comum partilhado, em função da posse desse atributo e a maior ou menor atratividade crónica atribuída à autodefinição social decorrente desse atributo central (por exemplo, pertencer a uma categoria social estigmatizada, como por exemplo, as pessoas homossexuais).

Simon (1997), refere que a relação estabelecida entre o *self* individual e o *self* coletivo não é antagonista, na medida em que, cada característica definidora do *self* individual já foi (ou pode vir a ser) utilizada como característica central na definição de um *self* coletivo. Existe, portanto, uma relação dialética entre ambos os *selves*, em que o *self* coletivo é preservado pelo *self* individual (que mais não é do que a constelação total de *selves* coletivos), sendo ao mesmo tempo o *self* individual alimentado por esses *selves* coletivos.

Este autor refere também que apesar de nas sociedades modernas o *self* individual ter adquirido maior saliência na autodefinição do indivíduo, isto não significa que o *self* individual é o “verdadeiro” definidor do indivíduo. Esta predominância contemporânea deve ser vista como decorrente das especificidades próprias das sociedades ocidentais modernas. Isto é, tanto o *self* individual, como o *self* coletivo têm validade fenomenológica e psicológica. À semelhança de Oakes e Haslam (2001), que abordaram a categorização e suas consequências, enquanto processos de significação da realidade, Simon (1997) refere que a

autodefinição em termos de *self* coletivo não deve ser vista como uma distorção da realidade ou como uma forma menos precisa de representação da mesma. Consequentemente, percepções e comportamentos decorrentes de uma autodefinição em termos do *self* coletivo são *outputs* igualmente legítimos de um funcionamento psicológico normal.

Finalmente, Simon (1997) refere que, dada a predominância do *self* individual na autodefinição, e a consequente ausência de percepção de um endogrupo, ainda assim não é inibida a construção/percepção de exogrupos. Tal decorre porque as características partilhadas pelos outros, ainda que não sejam partilhadas pelo *self* individual, tendem a ser, neste caso, mais salientes do que as características que o *self* individual partilha com as outras pessoas. Daqui decorre que, embora as pessoas possam não se autocategorizar em termos de um *self* coletivo, ainda assim conseguem construir exogrupos claramente diferenciados. Assim, o indivíduo apenas apresenta percepção e comportamento intergrupais em relação aos membros desses exogrupos, e não em relação a membros de um endogrupo. Segundo Simon (1997), tratam-se de situações *quasi-intergrupais* e serão bastante prováveis.

Portanto, e à semelhança de Verkuyten e Hagendoorn (2002), Simon (1997) não questiona o papel do *self* coletivo nos fenómenos grupais, mas propõe uma expansão do papel do *self* individual nesses mesmos fenómenos, podendo ocorrer fenómenos como a estereotipia, a derrogação ou a discriminação de membros do exogrupo, mesmo quando o *self* social não está saliente.

Adicionalmente, Long e Spears (1997) em dois estudos, onde analisaram o efeito diferenciado da baixa vs. alta autoestima, pessoal vs. coletiva, encontraram resultados que comprovaram o papel de uma elevada autoestima pessoal (especialmente quando associada a uma baixa autoestima coletiva) na emergência de um viés endogrupal. Estes investigadores chamaram, assim, a atenção para o papel subestimado dos motivos de natureza mais pessoal, em fenómenos até agora maioritariamente atribuídos a categorizações em termos coletivos, nomeadamente no favoritismo endogrupal.

1.7. O Plano de Trabalho

Com base no racional teórico que discutimos, elaborou-se um conjunto de ideias que serão aprofundadas na segunda parte desta tese. Muito embora nessa segunda parte essas ideias sejam apresentadas em detalhe, apresentámos de seguida, em traços gerais, os objetivos dos estudos empíricos realizados.

Nos Estudos 1 e 2, articulando o referencial teórico da abordagem da identidade social, que preconiza que os processos identitários subjacentes às relações entre categorias sociais são centrais para compreender a emergência do preconceito e da discriminação, com os contributos teóricos de várias investigações que analisaram as atitudes face à homossexualidade, nomeadamente, ao nível da sua prevalência (e.g. Matias, 2007, Yang, 1997), dos seus correlatos (Gato & Fontaine, 2011b; Herek, 1991, 1994; Seltzer, 1992; Simon, 1998) e das suas formas de manifestação (e.g. Costa & Davies, 2012; Herek, 2007; Lacerda et al., 2002; Moreno & Bondenhausen, 2001; Pereira et al., 2011), pretendemos analisar de que forma as dinâmicas grupais e identitárias contribuem para a manifestação do preconceito homofóbico.

No Estudo 3 (estudo-piloto) avaliamos e selecionamos os comportamentos-alvo a utilizar nos Estudos 4 e 5.

No Estudo 4, centramo-nos na temática da adoção, partindo da investigação no domínio, que sustenta a ideia de que a adoção é socialmente representada como “solução de recurso” e de que os pais adotivos são percecionados como incapazes de cumprir uma das normas sociais mais básicas, a parentalidade biológica, que é vista como ‘superior’ à parentalidade adotiva (e.g. Ambert, 2005, cit in Rodrigues, 2011; Balcom, 2006, cit in Rocha, 2009; Ceccarelli, 2007; Miall, 1987; Salvaterra & Veríssimo, 2008; Schettini, Amazonas & Dias, 2006; Wegar, 2000; Zamostny, Wiley, O’Brian, Lee & Baden, 2003). Esta representação social da parentalidade adotiva, assente no ideal do parentesco de sangue, resulta na marginalização dos adotados e das famílias adotivas (Grotevant, Dunbar, Kohler & Lash Esau, 2007) as quais, dada a natureza social das relações de parentesco que estabelecem entre si, ficam numa posição não normativa, levando à exclusão daqueles que são definidos como “outros” (Schettini et al., 2006; Woodward, 2000, cit in Schettini et al., 2006). Assim, no Estudo 4, articulando este referencial teórico acerca da adoção, com o referencial teórico da abordagem da identidade social, e tendo em conta as asserções de Schettini et al. (2006) e de Woodward (2000, cit in Schettini et al., 2006), que aludem à dificuldade em lidar com o diferente, e da exclusão como forma de construir a diferença, é possível, em nosso entender, interpretar a atitude desfavorável relativamente à adoção, como o resultado desta “violação” das expectativas associadas à filiação e à família “natural”. Num tal cenário, a adoção pode ser percebida pelo grupo dominante dos não adotados, como uma ameaça à distintividade intergrupala.

Finalmente, no Estudo 5, debruçamo-nos sobre a temática da homoparentalidade, objeto central deste trabalho, focando-nos essencialmente ao nível das atitudes direcionadas a esta forma de parentalidade. A investigação tem mostrado que, apesar da parentalidade adotiva não acarretar prejuízo no percurso desenvolvimental das crianças filhas de pais ou mães homossexuais (e.g. Fitzgerald, 1999; Gato & Fontaine, 2010; Golombok, 2000; Golombok & Tasker, 1996; McLeod & Crawford, 1998; Patterson, 1992, 2006; Stacey & Biblarz, 2001), bem como que pais e mães homossexuais são parentalmente tão competentes, como pais e mães heterossexuais (e.g. Biblarz & Stacey, 2010; Brewaeys, Ponjaert, Van Hall & Golombok, 1997; Gato & Fontaine, 2010; Gato & Fontaine, 2011a; MacCallum & Golombok, 2004; McLeod & Crawford, 1998; Patterson, 1992), subsistem atitudes desfavoráveis face à homoparentalidade (e.g. Biblarz & Stacey, 2010; Crawford, McLeod, Zamboni & Jordan, 1999; Fraser, Fish & Mackenzie, 1995; Gato, Fontaine & Carneiro, 2010; Gato, Freitas & Fontaine, 2012; King & Black, 1999; McLeod & Crawford, 1998). A homoparentalidade configura uma forma de parentalidade duplamente desafiadora dos padrões normativos: “põe em causa” simultaneamente dois critérios potencialmente relevantes na definição identitária dos sujeitos, um relativo à identidade sexual e outro relativo à filiação. Ambos os critérios assentam num heterossexismo dominante que, por seu turno, é o precursor de uma ideologia que preconiza o modelo familiar tradicional como ideal e superior a configurações familiares alternativas. Podemos interpretar a atitude desfavorável relativamente à parentalidade homossexual, como a consequência de processos psicológicos grupais e identitários que reagem à “violação” de tais expectativas.

Segunda Parte

Capítulo II

Estudos empíricos 1 e 2

2.1. Introdução

No capítulo precedente, apresentámos os pressupostos-base da abordagem da identidade social que nos permitem compreender os processos intra e intergrupais, bem como as consequências desses processos, nomeadamente, o preconceito e a discriminação. No presente capítulo vamos focar-nos sobre um tipo de preconceito específico – a homofobia, que é dirigido a uma categoria social específica – as pessoas com orientação sexual não heterossexual.¹⁹²⁰

Numa primeira parte, faremos um breve enquadramento conceptual acerca da homofobia, nomeadamente a respeito da sua definição, prevalência, fatores preditores e situação em Portugal. Seguidamente, faremos uma articulação com a abordagem da identidade social, estabelecendo um conjunto de hipóteses, que testamos nos dois estudos apresentados neste capítulo.²¹

2.1.1. A Homofobia

Na década de 70 do século passado, tiveram lugar dois acontecimentos que conduziram a uma reconceptualização da homossexualidade, despatologizando-a, e que levaram a um forte incremento na investigação acerca da homofobia. Por um lado, a publicação em 1972 do livro de Weinberg *Society and the Healthy Homosexual*, no qual foi introduzido o conceito de *homofobia* e, por outro lado, a retirada em 1973 da homossexualidade do DSM (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders; Herek, 1994).

A *homofobia* é definida por Campo-Arias e Herazo (2008), como uma atitude global e negativa direcionada a pessoas homossexuais e por Herek (2000) como uma atitude negativa, direcionada a uma pessoa resultante da sua orientação sexual. Segundo Carneiro

¹⁹ Herek (2000) e Ahmad e Bhugra (2010), questionam se o conceito de *homofobia* não deveria ser substituído por outros conceitos (e.g. preconceito homossexual, homonegatividade, etc.). Herek (2000) refere que o conceito de *preconceito sexual* seria mais adequado, por não alocar nenhum tipo de assunções sobre as motivações subjacentes a esta atitude, colocando o estudo dessa atitude dentro do quadro mais amplo do estudo do preconceito, evitando assim juízos de valor sobre esta atitude. Segundo este autor, este último conceito tem uma natureza mais ampla, abrangendo todas as atitudes negativas baseadas na orientação sexual, independentemente desta ser homossexual, heterossexual ou bissexual.

²⁰ Mais à frente é justificada a opção metodológica de usarmos nos Estudos 1 e 2 o descritor “pessoas homossexuais” (cf. nota de rodapé n.º 24, pág. 110).

²¹ O Estudo 2, que se apresenta neste capítulo serviu de base ao artigo “Gomes, I. & Seródio, R. G. (2014). A homofobia perspetivada à luz da abordagem da identidade social: Níveis de autodefinição identitária e atitude em relação a pessoas homossexuais. *Análise Psicológica*, 32(2), 215-230 doi: 10.14417/ap.803”

(2009), esta está ao serviço de um sistema ideológico heterossexista, que dificulta a aceitação da diversidade sexual.²²

A propósito do heterossexismo, Carneiro (2006, p. 136) refere que “(...) relativamente a tempos históricos mais remotos, os papéis “masculino” e “feminino” estarão algo relativizados, mas são ainda certamente, na sua rigidez, subsidiários das lógicas heterossexistas e das atitudes homofóbicas dessas lógicas derivadas. A masculinidade hegemónica, a sua relação intrínseca com a rejeição da homossexualidade, foi por nós referida como a modalidade cultural destinada à manutenção de uma heteronormatividade que, também pelos papéis sexuais, se pretende veiculada e garantida”.

Inquéritos realizados das décadas de 70 e 80 do século passado, mostraram que as atitudes em relação à homossexualidade se tornaram mais favoráveis (e.g., Yang, 1997), assistindo-se a uma crescente aceitação relativamente aos direitos civis fundamentais das pessoas homossexuais e também a uma crescente relutância em tolerar discriminação baseada na orientação sexual das pessoas. No entanto, segundo Matias (2007), verifica-se “(...) atualmente uma maior abertura relativamente às pessoas que se identificam como não sendo heterossexuais, podemos igualmente observar tentativas constantes e sub-reptícias de questionar os avanços sociais propostos por essa população, nomeadamente em questões de parentalidade ou de reconhecimento por parte da sociedade quanto às suas relações íntimas.” É esta a tendência que vem sendo demonstrada em múltiplas investigações recentes (e.g. Costa & Davies, 2012; Herek, 2007; Lacerda et al., 2002; Moreno & Bondenhausen, 2001; Pereira et al., 2011).

Um outro corpo de investigação focou-se nos preditores do preconceito homofóbico, tendo sido possível identificar um conjunto de variáveis sociodemográficas e psicológicas, que se associam sistematicamente à atitude das pessoas heterossexuais em relação às pessoas homossexuais. Concretamente, uma atitude negativa em relação a pessoas homossexuais associa-se: (1) a atitudes mais conservadoras face aos papéis de género (e.g. Gato & Fontaine, 2011b; Herek, 1991, 1994; Simon, 1998;); (2) ao sexo masculino (e.g. Gato & Fontaine, 2011b; Seltzer, 1992); (3) a uma maior tendência para a religiosidade e a ideologias morais mais conservadoras (e.g., Herek, 1991, 1994; Marsiglio, 1993, in Crawford et al., 1999; Seltzer, 1992; Simon, 1998), (4) a mais idade e a níveis de escolaridade mais baixos

²² O heterossexismo foi definido, por Morin (1977), como um sistema de crenças que propõe a heterossexualidade como a orientação sexual “natural” e superior à homossexualidade, e que se configura como base legitimadora de atitudes, emoções e comportamentos homofóbicos, por parte do grupo heterossexual dominante.

(e.g., Herek, 1991; Simon, 1998), e (5) a valores baixos de contacto pessoal com pessoas homossexuais (e.g. Gato & Fontaine, 2011b; Herek, 1991, 1994; Simon, 1998).

2.1.2. Alguns Indicadores Relativos à Discriminação das Pessoas Homossexuais em Portugal

Dados provenientes de sondagens europeias acerca das atitudes face a esta categoria social, bem como evoluções históricas, legais e políticas recentes, que sustentam mudanças sociais com potencial impacto relevante em vários domínios da vida das pessoas LGBT, parecem também traçar um panorama pouco favorável no contexto do nosso país. De facto, verifica-se pelos dados recentes do Eurobarómetro (2012), que os portugueses, quando questionados acerca do nível de conforto que sentiriam se uma pessoa gay, lésbica ou bissexual ocupasse o cargo político mais elevado no seu país, reportaram um nível de conforto de 5.7 (escala de 1 = *totalmente desconfortável* a 10 = *totalmente confortável*), contra uma média europeia de 6.6. Adicionalmente, dos oito grupos considerados (“mulher”, “pessoa com incapacidade”, “pessoa com uma religião não-maioritária”, “pessoa com orientação sexual gay, lésbica ou bissexual”, “pessoa de etnia não-maioritária”, “pessoa com menos de 30 anos de idade”, “pessoa transgénero/transsexual” e “pessoa com mais de 75 anos de idade”), apenas manifestaram níveis de conforto inferiores (5.5) para com o alvo pessoa transgénero/transsexual. Por seu turno, na Europa os grupos que pontuaram mais baixo foram pessoa transgénero/transsexual, com 5.7 e pessoas acima dos 75 anos de idade, com 5.4.

Assistimos, também, na atualidade à emergência de um conjunto de evoluções legais relativas aos direitos civis das minorias sexuais. Em 2001, os casais homossexuais passaram a estar incluídos na Lei das Uniões de Facto (Lei 7/2001), em 2004 foi aprovada a inclusão da orientação sexual no Princípio da Igualdade da Constituição Portuguesa (artigo 13), em 2010, a Lei 9/2010, aprovou a possibilidade do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e, mais recentemente, em 2016, a Lei 2/2016, eliminou as discriminações no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares, para casais do mesmo sexo. Estas mudanças colocaram na ordem do dia as questões da desigualdade associadas a estas minorias sexuais e suas implicações sociais, institucionais e pessoais. Torna-se, por isso, mais importante do que nunca, entender essas dinâmicas, contribuindo para que as mudanças ao nível legislativo se façam acompanhar pelas necessárias mudanças de mentalidades.

Apesar da extensa investigação que foi realizada nas últimas décadas acerca da homofobia, pouco tem sido feito para entender este preconceito à luz de uma abordagem mais abrangente, que incida sobre as dinâmicas que se estabelecem em torno de aspetos identitários e relações intergrupais. Nos estudos que aqui se apresentam, pretendemos contribuir para uma compreensão mais alargada acerca da homofobia, seus processos, dinâmicas e consequências, abordando-os a partir do quadro conceptual da abordagem da identidade social.

O preconceito homofóbico tem a mesma estrutura psicológica e dinâmica de outros preconceitos dirigidos a outros grupos minoritários (e.g., o racismo, o antisemitismo; cf. Herek, 1991; Herek & Glunt, 1993), apresentando três componentes principais: (1) é uma atitude, ou seja, uma avaliação ou julgamento; (2) é dirigido a um grupo social e aos seus membros, e (3) tem uma valência negativa, envolvendo desagrado e/ou hostilidade (Herek, 2000). De facto, embora o grupo das pessoas homossexuais difira de outros grupos minoritários em alguns aspetos importantes, compartilha com estes quatro características que os definem: (1) são segmentos subordinados dentro de uma sociedade mais vasta, (2) têm características não valorizadas pelos segmentos dominantes da sociedade, (3) os seus membros percecionam-se como uma comunidade, em virtude de compartilharem essas características definidoras, e (4) recebem um tratamento diferenciado em função dessas características, que pode variar desde a discriminação, a agressão até à vitimização (Herek, 1991).

Depois de traçado um panorama geral a respeito do preconceito homofóbico, e articulando com os pressupostos teóricos apresentados e elaborados no capítulo 1, é-nos possível estabelecer uma relação entre os processos identitários e a homofobia.

2.1.3. Identidade e Homofobia

Quando os indivíduos se encontram num contexto que torna saliente as suas pertenças grupais, passam a manifestar atitudes e comportamentos de natureza grupal, que servem o propósito fundamental de contribuírem para uma identidade social positiva. Segundo a teoria da autocategorização, esta identidade grupal pode ser ameaçada pela falta de clareza das fronteiras entre o endogrupo e o exogrupo, ou seja, pela redução da distintividade intergrupar. A distintividade intergrupar é definida a partir do estabelecimento de critérios relevantes para a diferenciação entre os grupos. No que concerne ao critério da identidade sexual, as pessoas homossexuais são um grupo de comparação relevante para as

pessoas heterossexuais. As pessoas homossexuais ao violarem as expectativas indexadas aos papéis tradicionais de género podem, por definição, ser percecionados como uma ameaça à distintividade intergrupar pelo grupo heterossexual dominante. Em última instância, o preconceito homofóbico dirigido às pessoas homossexuais por parte das pessoas heterossexuais, enquanto manifestação atitudinal que permitirá aumentar a clareza das fronteiras grupais (“nós” por oposição a “eles”), assegura a distintividade intergrupar, contribuindo para fomentar a positividade da identidade social dos membros do grupo heterossexual dominante.

Partindo deste enquadramento, desenharam-se os dois estudos que seguidamente se apresentam, nos quais tentamos articular as perspetivas "tradicionais" sobre o preconceito e a discriminação - focadas essencialmente em processos sociocognitivos (cf. Oakes et al, 1994) - com a abordagem da identificação social, que preconiza que os processos identitários subjacentes às relações entre categorias sociais (bem como no seio das mesmas) são centrais para compreender a emergência do preconceito e da discriminação, relativamente ao preconceito homofóbico.

2.2. Estudo 1

O Estudo 1 serviu para tentar estabelecer uma base de referência acerca das atitudes dirigidas às pessoas homossexuais e definir a possível relação entre os níveis pessoal e social de autodefinição da identidade e as variáveis associadas ao preconceito homofóbico. Apesar da natureza essencialmente correlacional deste estudo, delineámos um conjunto de hipóteses relativamente à relação entre determinadas variáveis sociodemográficas e psicossociais, e atitudes mais desfavoráveis relativamente à homossexualidade.

No que diz respeito às variáveis sexo, idade, nível de escolaridade e contacto interpessoal com pessoas homossexuais, baseando-nos em evidência de estudos anteriores, prevemos que: (1) os participantes do sexo masculino apresentem atitudes menos favoráveis em relação às pessoas homossexuais e maior rejeição à proximidade com pessoas homossexuais, do que as participantes do sexo feminino (hipótese 1); (2) os participantes com níveis de escolaridade mais baixos apresentem atitudes mais desfavoráveis em relação às pessoas homossexuais e maior rejeição à proximidade com pessoas homossexuais, do que os participantes com níveis de escolaridade mais elevados (hipótese 2); (3) os participantes mais velhos revelem atitudes mais desfavoráveis em relação às pessoas homossexuais e maior rejeição à proximidade com pessoas homossexuais, do que os participantes mais

jovens (hipótese 3); e que (4) os participantes que apresentem índices mais baixos de familiaridade com pessoas homossexuais tenham atitudes menos favoráveis em relação às pessoas homossexuais e maior rejeição à proximidade com pessoas homossexuais, do que os participantes com índices mais elevados de familiaridade com pessoas homossexuais e quanto maior o grau de contacto diário com pessoas homossexuais, mais favorável será a atitude em relação às pessoas homossexuais e menor será a rejeição à proximidade com pessoas homossexuais (hipótese 4).

Relativamente às variáveis psicossociais, prevemos que: (5) quanto mais liberal a ideologia moral (hipótese 5) e a ideologia política (hipótese 6) e menos tradicionais as crenças de papéis de género (hipótese 7), mais favorável será a atitude em relação às pessoas homossexuais e menor será a rejeição à proximidade com pessoas homossexuais.

Finalmente, e relativamente aos níveis de autodefinição da identidade prevemos que será entre os participantes que valorizem mais o nível social de autodefinição, que se verificarão as atitudes menos favoráveis em relação às pessoas homossexuais (hipótese 7).²³

2.2.1. Método

2.2.1.1. Participantes

Participaram neste estudo 150 adultos (77 mulheres), com idades compreendidas entre os 18 e os 78 anos ($M = 31.09$, $DP = 13.25$) e com escolaridade compreendida entre os quatro e os 20 anos ($M = 13.01$, $DP = 3.18$), que aceitaram voluntariamente responder ao questionário que lhes era proposto.

Foram criados dois grupos quanto à idade, que convencionámos designar de “jovens” (≤ 25 anos; $M = 20.31$, $DP = 1.59$) e de “adultos” (≥ 26 anos; $M = 41.87$, $DP = 10.74$). Ambos os grupos com 75 participantes.

Também foram criados dois grupos com base na escolaridade: 77 participantes no grupo que se convencionou chamar de “menos escolarizados” (≤ 12 anos; $M = 10.78$, $DP = 2.55$) e 73 no grupo dos “mais escolarizados” (≥ 13 anos; $M = 15.37$, $DP = 1.75$).

²³ Morrison et al. (2005), referem que o heterossexismo, enquanto modo hegemónico de expressão sexual nas culturas ocidentais, será tanto mais valorizado, quanto mais o indivíduo valorize as normas culturais. Este heterossexismo, quando associado a contextos que potenciam o impacto das estratégias de diferenciação intergrupual positiva, poderá ser, em nosso entender, um mecanismo desencadeador de atitudes desfavoráveis do grupo heterossexual dominante, face ao grupo homossexual minoritário.

Os participantes foram aleatoriamente distribuídos pelas quatro condições: 37 participantes na condição um, 37 na condição quatro e 38 participantes nas condições dois e três e estavam equitativamente distribuídos pelas condições em função do Sexo ($\chi^2_3 = 1.00$, *ns*), em função de Grupo Etário ($\chi^2_3 = .16$, *ns*) e em função do Nível de Escolaridade ($\chi^2_3 < 1$).

2.2.1.2. Procedimento

Foi solicitada a colaboração de estudantes dos 2º e 4º anos de psicologia da Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade do Porto, no sentido de responderem ao questionário e de pedirem a uma ou duas pessoas dos seus conhecimentos, para também o fazerem. O questionário foi-lhes descrito como um inquérito de opinião, no âmbito de um estudo que fazia parte de uma investigação ao abrigo do Programa Doutoral em Psicologia. Foram também informados que a colaboração seria de carácter voluntário e garantido o anonimato e confidencialidade das suas respostas. Finalmente, foi-lhes fornecida uma breve instrução relativamente ao processo de resposta. Na primeira página do questionário era feito um enquadramento geral do estudo, bem como fornecida uma instrução relativa ao procedimento de resposta a adotar.

2.2.1.3. Medidas Dependentes

Foi solicitado aos participantes que facultassem alguma informação a seu respeito e que indicassem a sua opinião relativamente a um conjunto de itens (cf. Anexo 1).

2.2.1.3.1. Características sociodemográficas.

Foi pedido aos participantes que reportassem o seu sexo, idade e anos de escolaridade.

2.2.1.3.2. Valor atribuído aos níveis pessoal e social da identidade.

Medido por um conjunto de 18 itens focalizados na valorização da identidade pessoal e da identidade social (EIPS – Escala de Identidade Pessoal e Social; e.g. Monteiro, Ribeiro, & Serôdio, 2009), com uma escala de resposta de 9 pontos (1= *discordo totalmente* a 9 = *concordo totalmente*).

2.2.1.3.3. Crenças morais, políticas e de orientação de papéis de género.

As crenças morais foram medidas pelos oito itens da *Moral Traditionalism Scale* (adaptada a partir de Conover & Feldman, 1985, in Knight, 1999). As crenças políticas foram medidas pelos 12 itens da *Political Tolerance Scale* (adaptada a partir de Duckitt & Farr, 1994, in Finkel, Sigelman, & Humphries, 1999) e as crenças de orientação de papéis de género foram avaliadas utilizando 12 itens revistos e adaptados, do conjunto inicial total de 24 itens, originalmente utilizados por Tomeh (1978). Este conjunto de 30 itens tinham uma escala de resposta de 9 pontos (1= *discordo totalmente* a 9 = *concordo totalmente*).

2.2.1.3.4. Contacto interpessoal com pessoas homossexuais.

O contacto interpessoal dos participantes com pessoas homossexuais foi avaliado através de um conjunto de sete itens: (1) ‘Na minha vizinhança (atual ou anteriores) há (havia) pessoas homossexuais.’; (2) ‘Tenho (tive) colegas de trabalho que são homossexuais.’; (3) ‘Tenho (tive) colegas de escola que são homossexuais.’; (4) ‘Tenho (tive) amigos que são homossexuais.’; (5) ‘Tenho (tive) colegas de desporto/*hobbies* que são homossexuais.’; (6) ‘Conheço (conheci) pessoas que são homossexuais.’; (7) ‘No meu dia-a-dia interajo com pessoas que são homossexuais.’.²⁴ Os primeiros seis itens tinham uma escala de resposta “Não/Sim” e o último tinha uma escala de resposta de 9 pontos (1 = *nunca* e 9 = *muitas vezes*).

Com os seis primeiros itens foi criada uma medida-soma (Familiaridade com Pessoas Homossexuais) das respostas afirmativas ($KR_{20} = .77$; variável, portanto, entre 0 e 6).

2.2.1.3.5. Atitude em relação a pessoas homossexuais.

A atitude em relação a pessoas homossexuais foi avaliada pelo seguinte conjunto de nove itens: (1) “Seria melhor para os homossexuais se, em relação à sexualidade, adotassem os valores dos heterossexuais.”, (2) “A homossexualidade fragiliza a nossa cultura e costumes.”, (3) “Os homossexuais contribuem para a diversidade.”, (4) “Os homossexuais devem sentir-se livres para interagir socialmente com as outras pessoas.”, (5) “Devíamos tratar os homossexuais como iguais.”, (6) “Os casais homossexuais devem sentir-se igualmente livres para manifestarem publicamente os seus afetos, assim como os casais

²⁴ Pela maior associação que existe entre o descritor “pessoas homossexuais” e os homens gays e porque os homens gays são alvo de um preconceito mais intenso, do que as mulheres lésbicas (Simon, 1998), decidimos utilizar nestes dois estudos o descritor “pessoas homossexuais” e não descritores separados para “homens gays” e “mulheres lésbicas”, para maximizarmos a obtenção de efeitos, ao mesmo tempo que minimizámos, por questões ligadas à exequibilidade das análises, os desenhos experimentais utilizados nos Estudos 1, 2 (e também, posteriormente no capítulo III, no Estudo 5, onde justificamos a opção metodológica relativa à pertença categorial da “Orientação Sexual do casal”; cf. nota de rodapé n.º 78, p. 216).

heterossexuais.”, (7) “A presença de pessoas com orientação sexual homossexual enriquece as dinâmicas das relações entre as pessoas.”, (8) “O problema dos homossexuais irem para uma boa vizinhança é que eles vão-lhe dando, gradualmente, uma atmosfera tipicamente homossexual.” e (9) “De modo a manter uma boa vizinhança é melhor evitar que aí vivam homossexuais.”. Estes itens tinham uma escala de resposta de 9 pontos (1 = *discordo totalmente* e 9 = *concordo totalmente*).

2.2.1.3.6. Rejeição à proximidade com pessoas homossexuais.

Avaliada através de 10 itens (anteriormente validados por Pereira, Monteiro & Camino, 2009): (1) “Ter no seu trabalho uma pessoa homossexual.”, (2) “Receber em sua casa um casal homossexual.”, (3) “Ter amigos que sejam homossexuais assumidos.”, (4) “Ver casais homossexuais a namorar.”, (5) “Ter um(a) filho(a) homossexual.”, (6) “Saber que um familiar próximo é homossexual”, (7) “Ter um(a) professor(a) homossexual.”, (8) “Conversar com homossexuais.”, (9) “Se um(a) filho(a) seu (sua) tivesse amizades com homossexuais.” e (10) “Morar com homossexuais assumidos.”. Todos estes itens com uma escala de resposta de 9 pontos (1 = *nada constrangido*, 9 = *muitíssimo constrangido*).²⁵

Para todas as variáveis dependentes reportadas, com exceção da medida Grau de Familiaridade com Pessoas Homossexuais, criámos medidas correspondentes à média dos itens correspondentes (depois de efetuadas as ACPs).

2.2.1.4. Plano do Estudo

Neste estudo utilizámos um desenho quasi-experimental intersujeitos 2 (Nível de Autodefinição da Identidade mais Valorizado: Pessoal vs. Social) x 4 (Medida de Preconceito Reportada: Própria vs. Atribuída aos Outros vs. Própria seguida da Atribuída aos Outros vs. Atribuída aos Outros seguida da Própria).

2.2.2. Resultados²⁶

²⁵ Na escolha das medidas dependentes utilizadas para avaliar a atitude em relação a pessoas homossexuais, baseámo-nos, maioritariamente, em investigações anteriores, que se focaram na análise deste tipo de atitudes (e.g. Cowan, et al., 2005; Morrison et al., 2005; Morrison, et al., 2009; Pereira et al., 2009).

²⁶ Número total de dados da base = 12225; número total de valores omissos na base: 38 (0.31 %); variável com mais valores omissos = 3 (2.00 %); número máximo de valores omissos por participante = 3 (4.17 %; 3 valores omissos em 72 variáveis).

Iniciámos esta secção com os resultados das Análises em Componentes Principais (ACP) efetuadas com os itens das várias escalas utilizadas neste estudo.

2.2.2.1. Estrutura Fatorial da Escala EIPS

Realizou-se uma ACP que revelou uma estrutura com duas componentes (forçada com base em critério gráfico), globalmente consistente com a organização definida a priori, e que dá conta de 45.17 % da variância total. O resultado desta análise é apresentado no Quadro 2.1.

Quadro 2.1.

Valorização dos Níveis de Autodefinição da Identidade. Solução Fatorial, Após Rotação Varimax, Médias e Desvios-Padrão

	Saturação	Comun.	Média	DP
Componente 1 (28.9 %): Identidade Social ($\alpha = .87$)				
6. Os grupos têm reflexo naquilo que sou.	.83	.71	5.99	1.98
7. Definimo-nos pelos grupos a que pertencemos.	.82	.70	4.81	2.35
8. Encontramos nos grupos o que nos define.	.77	.64	4.97	2.28
1. Grupos contribuem para definir quem sou.	.74	.55	6.47	1.93
5. Definimo-nos pelos padrões dos grupos a que pertencemos.	.70	.50	4.74	2.29
2. O que acontece com os grupos influencia a minha vida.	.66	.43	6.47	1.92
3. O que partilhamos com grupos é a essência do que somos.	.66	.43	5.87	2.00
4. Tenho fortes laços com os grupos a que pertenço.	.55	.37	6.80	1.88
Componente 2 (16.27 %): Identidade Pessoal ($\alpha = .68$)				
7. Definimo-nos ao sermos "nós próprios".	.76	.58	7.41	1.56
5. A "essência" de cada pessoa está dentro de si.	.76	.59	7.38	1.56
2. Aquilo que nos define está dentro de nós.	.67	.48	7.43	1.52
6. Para ter uma opinião pessoal vale mais pensar por si mesmo.	.66	.45	6.66	2.15
8. Não dependo dos outros para definir quem sou.	.63	.52	6.35	2.41
4. Quem não depende emocionalmente dos outros tem mais controlo sobre si.	.38	.14	6.27	2.07
3. Definimo-nos ao procurar ser "únicos".	.27	.11	6.22	2.41
1. Pessoas que dependem apenas de si progridem mais fácil.	.12	.02	5.25	2.26

Notas: Os valores variam entre 1 = *discordo totalmente* e 9 = *concordo totalmente*. Na componente 2, apesar dos itens 4, 3 e 1 apresentarem baixos valores de comunalidade e de saturação no fator, decidimos retê-los na estrutura, pois não tiveram impacto significativo na consistência interna da escala e também porque era teoricamente esperado que integrassem esse fator.

$KMO = .79$, Teste de Esfericidade de Bartlett $\chi^2(120, N = 150) = 950.78, p < .001$.

2.2.2.2. Estrutura Fatorial da Moral Traditionalism Scale

A ACP revelou uma estrutura fatorial com duas componentes (critério de Kaiser). Foi excluído o item 4, por apresentar um valor de anti-imagem $< .50$ e por ser o único item a saturar um dos fatores. Esta solução fatorial com duas componentes explica 52.47 % da variância. No Quadro 2.2 apresentamos o resultado desta análise.

Quadro 2.2.

Moral Traditionalism Scale. Solução Fatorial, Após Rotação Varimax, Médias e Desvios- Padrão

	Saturação	Comun.	Média	DP
Componente 1 (31.92 %): Moral Tradicional ($\alpha = .66$)				
7. Mudanças nos estilos de vida são sinal de decadência moral.	.74	.55	3.05	2.16
8. Existe demasiada liberdade sexual e de estilos de vida nos dias de hoje.	.74	.55	4.64	2.53
3. Novos estilos de vida contribuem para a decadência da sociedade.	.73	.53	5.31	2.58
2. O País estaria melhor se se valorizassem os laços familiares tradicionais.	.53	.28	6.33	2.10
Componente 2 (20.55 %): Moral Liberal ($\alpha = .50$)				
6. A sociedade devia ser mais tolerante com pessoas com aparência e valores muito diferentes.	.79	.63	7.29	1.56
1. Devemos ser tolerantes com pessoas mesmo que os valores sejam muito diferentes.	.79	.65	7.43	1.52
5. Vão sempre existir pessoas que se comportam de forma diferente e não existe nada de mal nisso.	.47	.49	7.56	1.56

Notas: Os valores variam entre 1 = *discordo totalmente* e 9 = *concordo totalmente*.

$KMO = .66$, Teste de Esfericidade de Bartlett $\chi^2 (21, N = 150) = 152.08, p < .001$.

2.2.2.3. Estrutura Fatorial da Political Tolerance Scale

A ACP revelou uma estrutura fatorial com duas componentes (forçada com base em critério gráfico) e que explica 52.77 % da variância. Foram excluídos da análise os itens 7 (por ter valor anti-imagem $< .50$), 10 (por ser o único item a saturar um dos fatores) e 12 (por ter baixo valor de comunalidade). No Quadro 2.3 apresenta-se o resultado desta análise.

Quadro 2.3.

Political Tolerance Scale. Solução Fatorial, Após Rotação Varimax, Médias e Desvios-Padrão

	Saturação	Comun.	Média	DP
Componente 1 (33.04 %): Política Conservadora ($\alpha = .69$)				
3. Deve ser possível silenciar os que se opõem ao povo.	.73	.54	6.76	2.25
4. Deve ser permitido proibir expressão de crenças que se oponham ao povo.	.70	.49	6.74	2.40
9. Deve tratar-se com dureza os que se opõem ao estado.	.62	.49	7.36	1.91
11. Deve ser permitido impedir manifestações de protesto dos "inimigos" do estado.	.62	.53	7.51	1.80
1. Deve ser permitido suspender direitos democráticos se for do interesse do povo	.61	.41	5.93	2.58
Componente 2 (19.74 %): Política Liberal ($\alpha = .68$)				
5. Deve ser garantido o direito de expressão de quaisquer crenças e valores pessoais.	.81	.67	7.50	1.62
6. Deve existir tolerância relativamente a todos, incluindo oponentes.	.78	.63	7.77	1.25
8. Deve existir total liberdade de expressão.	.68	.47	7.56	1.68

Notas: Os valores variam entre 1 = *discordo totalmente* e 9 = *concordo totalmente*.

$KMO = .72$, Teste de Esfericidade de Bartlett $\chi^2(28, N = 150) = 229.11, p < .001$.

2.2.2.4. Estrutura Fatorial da Escala de Orientação de Papéis de Gênero

A ACP revelou uma estrutura fatorial com três componentes (critério de Kaiser) e que explica 52.45 % da variância. Foi excluído o item 11 por ter um valor anti-imagem $< .50$. Apresentámos no Quadro 2.4 o resultado desta análise.

Quadro 2.4.

Orientação de Papéis de Género. Solução Fatorial, Após Rotação Varimax, Médias e Desvios-Padrão

	Saturação	Comun.	Média	DP
Componente 1 (29.07 %): Igualdade-Partilha ($\alpha = .76$)				
10. A esposa ter salário maior não deve ser motivo de conflito no casal.	.75	.61	8.55	.70
8. Homem e mulher devem partilhar de forma igualitária o trabalho doméstico.	.74	.58	8.20	1.21
12. Mulheres qualificadas devem ter mesmas oportunidades que homens de assumirem posições de autoridade.	.71	.56	8.49	.90
3. A função de cabeça de casal deve ser tanto do homem, como da mulher.	.64	.42	8.27	1.13
1. A mulher deve poder ter profissão, mesmo que homem tenha de tomar conta dos filhos à noite.	.63	.42	7.56	1.69
Componente 2 (13.17 %): Família-Trabalho ($\alpha = .48$)				
6. Homem casado deve aceitar que a carreira da esposa interfira na sua carreira.	.79	.63	6.43	2.31
5. As responsabilidades do homem casado devem ser divididas entre trabalho e família.	.66	.50	7.05	2.16
9. Homem casado deve estar na disposição de ter família menos numerosa, para que esposa possa trabalhar.	.61	.42	6.03	2.23
Componente 3 (10.22 %): Pai-Marido ($\alpha = .51$)				
2. Pai deve preparar a filha, tanto para uma profissão, como para uma família.	.80	.65	6.81	1.89
7. Responsabilidade do marido no casamento é mais do que só económica.	.58	.42	8.12	1.24
4. Se um filho estiver doente, tanto pai como mãe devem tomar conta.	.54	.56	8.46	.91

Notas: Os valores variam entre 1 = *discordo totalmente* e 9 = *concordo totalmente*.

$KMO = .75$, Teste de Esfericidade de Bartlett $\chi^2(55, N = 150) = 301.67, p < .001$.

2.2.2.5. Estrutura Fatorial da Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais

Tanto para Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais, como para Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros , a ACP extraiu uma estrutura fatorial com uma única componente (forçada com base em critério gráfico para Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais; critério de Kaiser para Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros). As soluções fatoriais explicam, 50.31 % e 61.83 %, respetivamente para Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais e Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros . Em ambos os casos não foi incluído o item 3, por apresentar valores baixos de comunalidade (de .07 e .24, respetivamente). Apresentam-se no Quadro 2.5 estes resultados.

Quadro 2.5.

Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais. Solução Fatorial, Após Rotação Varimax, Médias e Desvios-Padrão

Item	Saturação	Comun.	Média	DP
<i>Atitude Própria</i>				
Componente 1 (50.32 %; $\alpha = .86$)				
5. Devíamos tratar os homossexuais como iguais.	.81	.66	7.78	1.68
7. A presença de pessoas homossexuais enriquece as dinâmicas das relações.	.75	.56	5.30	2.33
9. Para ter uma boa vizinhança é melhor os homossexuais não viverem lá.	.74	.55	7.43	2.22
6. Casais homossexuais devem ser livres para manifestações públicas de afeto.	.74	.54	6.66	2.37
2. A homossexualidade fragiliza cultura e costumes.	.72	.51	6.12	2.78
4. Os homossexuais devem ser livres para interagirem com outros.	.69	.47	7.94	1.22
8. O problema de ter homossexuais na vizinhança é que estes dão-lhe uma atmosfera homossexual.	.65	.43	7.01	2.17
1. Seria melhor que homossexuais adotassem os valores dos heterossexuais.	.56	.31	6.16	2.44
<i>Atitude Atribuída aos Outros</i>				
Componente 1 (61.83 %; $\alpha = .91$)				
6. Casais homossexuais devem ser livres para manifestações públicas de afeto.	.90	.81	4.52	2.72
5. Devíamos tratar os homossexuais como iguais.	.86	.74	5.32	2.58
9. Para ter uma boa vizinhança é melhor homossexuais não viverem lá.	.84	.71	5.37	2.69
4. Os homossexuais devem ser livres para interagirem com outros	.82	.67	5.64	2.45
2. A homossexualidade fragiliza cultura e costumes.	.80	.64	4.41	2.73
7. A presença de pessoas homossexuais enriquece a dinâmicas das relações.	.77	.59	4.11	2.38
8. O problema de ter homossexuais na vizinhança é que estes dão-lhe uma atmosfera homossexual.	.66	.44	5.33	2.44
1. Seria melhor que os homossexuais adotassem os valores dos heterossexuais.	.59	.34	5.07	2.40

Notas: Os valores variam entre 1 = *discordo totalmente* e 9 = *concordo totalmente*.

Atitude Própria: $KMO = .79$, Teste de Esfericidade de Bartlett $\chi^2(28, N = 150) = 387.79, p < .001$.

Atitude Atribuída aos Outros: $KMO = .89$, Teste de Esfericidade de Bartlett $\chi^2(28, N = 150) = 548.48, p < .001$.

2.2.2.6. Estrutura Fatorial da Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais

Tanto para Rejeição Propria à Proximidade com Pessoas Homossexuais, como para Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros, a ACP extraiu uma estrutura fatorial com um único componente (forçada com base em critério gráfico para Rejeição Propria à Proximidade com Pessoas Homossexuais e critério de Kaiser, para Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros). As soluções fatoriais encontradas explicam, 63.71 % e 66.47 %, respetivamente para Rejeição Propria à Proximidade com Pessoas Homossexuais e Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros. Apresentamos no Quadro 2.6 estes resultados.

Quadro 2.6.

Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais. Solução Fatorial, Após Rotação Varimax, Médias e Desvios-Padrão

	Saturação	Comun.	Média	DP
<i>Rejeição à Proximidade Própria</i>				
Componente 1 (63.71 %; $\alpha = .94$)				
9. Se um(a) filho(a) seu(sua) tivesse amizades com homossexuais.	.86	.74	2.88	2.25
8. Conversar com homossexuais.	.85	.72	2.47	2.04
6. Saber que um familiar próximo é homossexual.	.84	.71	4.09	2.77
2. Receber em sua casa um casal homossexual.	.83	.69	3.26	2.54
10. Morar com homossexuais assumidos.	.82	.68	4.23	2.90
3. Ter amigos que sejam homossexuais assumidos.	.82	.67	2.68	2.32
7. Ter um(a) professor(a) que é homossexual.	.81	.65	2.57	2.11
1. Ter no seu trabalho uma pessoa homossexual.	.76	.57	2.50	2.00
5. Ter um(a) filho(a) homossexual.	.69	.47	5.56	2.76
4. Ver casais homossexuais a namorar.	.68	.47	4.94	2.67
<i>Rejeição à Proximidade Atribuída aos Outros</i>				
Componente 1 (66.47 %; $\alpha = .94$)				
9. Se um(a) filho(a) seu(sua) tivesse amizades com homossexuais.	.88	.78	5.30	2.60
2. Receber em sua casa um casal homossexual.	.86	.74	5.50	2.41
3. Ter amigos que sejam homossexuais assumidos.	.84	.71	4.86	2.38
8. Conversar com homossexuais.	.83	.69	4.57	2.58
6. Saber que um familiar próximo é homossexual.	.83	.69	6.55	2.32
7. Ter um(a) professor(a) que é homossexual.	.82	.68	4.96	2.74
10. Morar com homossexuais assumidos.	.82	.67	6.29	2.58
4. Ver casais homossexuais a namorar.	.81	.66	6.84	2.41
1. Ter no seu trabalho uma pessoa homossexual.	.74	.55	4.88	2.35
5. Ter um(a) filho(a) homossexual.	.70	.49	7.31	1.97

Notas: Os valores variam entre 1 = *nada constrangido* e 9 = *muitíssimo constrangido*.

Atitude Própria: $KMO = .90$, Teste de Esfericidade de Bartlett $\chi^2(45, N = 150) = 870.94, p < .001$.

Atitude Atribuída aos Outros: $KMO = .89$, Teste de Esfericidade de Bartlett $\chi^2(45, N = 150) = 973.92, p < .001$.

2.2.2.7. Valor Atribuído aos Níveis Pessoal e Social da Identidade

Relativamente à valorização dos níveis de autodefinição da identidade, verificámos que os participantes valorizaram significativamente mais o Nível Pessoal de Autodefinição da Identidade (IP), do que o Nível Social de Autodefinição da Identidade (IS), $t(149) = 5.31$, $p < .001$ ($M = 6.62$, $DP = 1.08$ e $M = 5.77$, $DP = 1.51$, para IP e IS, respetivamente).²⁷

A comparação destas duas médias, com o ponto médio da escala de resposta [5] revelou que os participantes valorizaram significativamente acima do ponto médio da escala de resposta, portanto positivamente, cada um dos níveis de autodefinição da identidade ($t149 = 18.45$, $p < .001$ e $t149 = 6.23$, $p < .001$, respetivamente para IP e IS).²⁸

2.2.2.8. Crenças Morais, Políticas e de Orientação de Papéis de Género

Relativamente às crenças morais, constatámos que os participantes concordaram significativamente mais com um posicionamento Moral Liberal, do que com um posicionamento Moral Tradicional, $t(149) = -14.58$, $p < .001$ ($M = 7.44$, $DP = 1.19$ e $M = 4.83$, $DP = 1.66$, para Moral Liberal e Moral Tradicional, respetivamente).

A comparação das médias nas duas dimensões, com o ponto médio da escala de resposta [5] revelou que os participantes nem concordaram, nem discordaram com um posicionamento Moral Tradicional, $t(149) = -1.25$, *ns*, mas que concordaram bastante com um posicionamento Moral Liberal, $t(149) = 25.04$, $p < .001$.

Quanto ao posicionamento político dos participantes, foi possível verificar que estes, à semelhança das crenças morais, concordaram significativamente mais com um posicionamento político liberal, do que com um posicionamento político conservador, $t(149) = 5.49$, $p < .001$ ($M = 7.61$, $DP = 1.18$ e $M = 6.86$, $DP = 1.46$, para Política Liberal e Política Conservadora, respetivamente). Comparando as médias globais nestas duas dimensões, com o ponto médio da escala de resposta [5] verificamos que os participantes concordaram tanto com um posicionamento político conservador, $t(149) = 15.58$, $p < .001$, como com um posicionamento político liberal, $t(149) = 27.00$, $p < .001$.

Finalmente, em relação às crenças de orientação de papéis de género, constatámos que existiram diferenças significativas na valorização das três dimensões $F(2, 298) = 106.91$,

²⁷ Doravante, para nos referirmos aos “Nível Pessoal de Autodefinição da Identidade” e “Nível Social de Autodefinição da Identidade”, utilizaremos as siglas IP e IS, respetivamente.

²⁸ Não foram encontradas quaisquer diferenças na valorização do IP e do IS, em função de Sexo, Grupo Etário e Nível de Escolaridade (maior $t148 = 1.55$, *ns*, para valorização do IS, em função de Grupo Etário).

$p < .001$, $\eta^2 = .42$. A dimensão com que estiveram mais de acordo foi a dimensão Igualdade-Partilha, seguida da dimensão Pai-Marido e finalmente da dimensão Família-Trabalho ($M = 8.21$, $DP = 0.80$; $M = 7.80$, $DP = 0.97$ e $M = 6.50$, $DP = 1.57$, respetivamente).

A comparação da média global nas três dimensões com o ponto médio da escala de resposta [5] permitiu constatar que os participantes concordaram efetivamente, tanto com a dimensão Família-Trabalho, $t(149) = 50.77$, $p < .001$, como com a dimensão Pai-Marido, $t(149) = 98.45$, $p < .001$ e com a dimensão Igualdade-Partilha, $t(149) = 125.37$, $p < .001$.

No seu conjunto, estes resultados permitem-nos concluir que os participantes tenderam a apresentar posicionamentos mais liberais do que conservadores, face a um conjunto de dimensões valorativas, que vão desde atitudes de maior abertura face à diversidade de estilos de vida, passando pela adesão a certos valores democráticos (como a liberdade e a tolerância) e ainda pela manifestação de atitudes mais igualitárias entre homens e mulheres.

2.2.2.9. Contacto Interpessoal com Pessoas Homossexuais

Globalmente, os participantes reportaram um baixo Grau de Familiaridade com Pessoas Homossexuais ($M = 2.54$, $DP = 1.88$; $t_{149} = -3.00$, $p = .003$, quando comparado com o ponto médio [3] do intervalo de resposta ao conjunto dos itens) e um grau de Contacto Diário com Pessoas Homossexuais pouco frequente ($M = 4.15$, $DP = 2.68$; $t_{149} = -3.90$, $p < .001$, quando comparado com o ponto médio [5] da escala de resposta).

2.2.2.10. Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais

Globalmente, os participantes reportaram uma Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais significativamente mais favorável, do que o que consideram ser a Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros, $t(110) = 12.67$, $p < .001$ ($M = 6.80$, $DP = 1.52$; $M = 4.97$, $DP = 2.00$, respetivamente).

Quando comparadas as médias com o ponto médio [5] da escala de resposta verifica-se que a Atitude Própria dos participantes em relação a pessoas homossexuais foi favorável, $t(110) = 12.46$, $p < .001$, enquanto consideraram que a Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais por parte dos outros não é favorável nem desfavorável, $t(110) < 1$.

A análise das diferenças entre a Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais e a Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros, através das

condições, revelou que nas *condições intersujeitos* (ou seja, participantes que apenas responderam aos itens da Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais ou da Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros), a Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais foi significativamente mais favorável do que a Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros ($M = 6.66, DP = 1.43; M = 6.10, DP = 2.18$, respetivamente; $t_{36} = 2.41, p = .021$). No entanto, as duas são atitudes favoráveis (respetivamente $t_{36} = 7.10, p < .001$ e $t_{37} = 3.10, p = .004$, quando comparadas com o ponto médio [5] da escala de resposta).

Por seu turno, nas *condições intrasujeitos* (participantes que responderam, simultaneamente aos itens da Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais e aos itens da Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros), verificou-se que a Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais foi igualmente mais favorável do que a Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros ($M = 6.87, DP = 1.57; M = 4.39, DP = 1.63$, respetivamente; $t_{73} = 13.56, p < .001$). Também neste caso as duas atitudes são favoráveis ($t_{73} = 10.22, p < .001$ e $t_{72} = -3.23, p = .002$, respetivamente; na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta).

Comparando as médias da Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais nas duas condições intrasujeitos (efeito de ordem), verificamos que a Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais é significativamente menos favorável na condição em que os participantes reportaram primeiro a Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais e depois a Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros, do que na condição em que reportaram primeiro a Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros, seguida da Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais (respetivamente $M = 6.50, DP = 1.61$ e $M = 7.23, DP = 1.47; t_{72} = -2.05, p = .044$).

Relativamente à Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros, não existem diferenças significativas entre as duas condições intrasujeitos ($M = 4.32, DP = 1.65$ e $M = 4.45, DP = 1.63$, respetivamente para a condição com Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais, seguida de Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros e condição com Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros, seguida de Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais; $t_{71} < 1$).

Comparando a média da Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais da condição intersujeitos ($M = 6.66$, $DP = 1.43$), com a média das condições intrasujeitos ($M = 6.87$, $DP = 1.57$), verificamos que não existem diferenças significativas $t(73) = 1.13$, *ns*.

A mesma análise comparativa, para a média da Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros da condição intersujeitos ($M = 6.10$, $DP = 2.18$), com a média das condições intrasujeitos ($M = 4.39$, $DP = 1.63$), revelou que a Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros foi significativamente mais favorável na condição intersujeitos, do que nas condições intrasujeitos, $t(37) = 4.83$, $p < .001$.

2.2.2.11. Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais

Nas medidas de rejeição à proximidade com pessoas homossexuais encontramos um padrão semelhante ao anteriormente descrito: os participantes reportaram uma Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais significativamente menor do que a Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais que atribuíram aos outros, $t(111) = -11.98$, $p < .001$ ($M = 3.52$, $DP = 1.94$ e $M = 5.71$, $DP = 1.99$, respetivamente). Em termos de significado, estes resultados revelaram que os participantes reportaram uma baixa Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais e atribuíram aos outros Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais, ($t_{111} = -8.10$, $p < .001$ e $t_{112} = 3.78$, $p < .001$, respetivamente; comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta).

A análise das diferenças entre a Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais e a Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros, através das condições, revelou que nas *condições intersujeitos* (ou seja, participantes que apenas responderam aos itens da Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais ou à Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros), a Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais foi significativamente menor do que a Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros ($M = 3.65$, $DP = 2.05$; $M = 5.16$, $DP = 2.39$, respetivamente; $t_{111} = -11.98$, $p < .001$).

Quando comparadas as médias de resposta com o ponto médio [5] da escala de resposta, verificou-se que os participantes reportaram uma baixa Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais, $t(36) = -3.99$, $p < .001$, mas a Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros não difere do valor intermédio da escala de resposta, $t(37) < 1$.

Nas *condições intrasujeitos* (participantes que responderam, simultaneamente aos itens da Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais e aos itens da Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros), verificou-se também que a Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais foi significativamente menor do que a Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros ($M = 3.45$, $DP = 1.89$; $M = 5.98$, $DP = 1.70$, respetivamente; $t(74) = -11.60$, $p < .001$). De facto, quando foram comparadas as médias de resposta com o ponto médio [5] da escala de resposta, verificou-se que os participantes reportaram uma baixa Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais, $t(74) = -7.11$, $p < .001$, e atribuíram aos outros Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais, $t(74) = 5.01$, $p = .002$.

Comparando as médias da Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais nas duas condições intrasujeitos, verificamos que não existem diferenças significativas na Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais nas duas condições ($M = 3.75$, $DP = 1.98$ e $M = 3.14$, $DP = 1.77$, para condição primeiro Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais seguida de Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros e condição primeiro Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos outros, seguida de Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais, respetivamente; $t(73) = 1.39$, *ns*).

Também não existem diferenças significativas na Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros, entre as duas condições intrasujeitos, $t(73) < 1$ ($M = 5.85$, $DP = 1.95$ e $M = 6.12$, $DP = 1.41$, para condição primeiro Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais seguida de Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros e condição primeiro Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros, seguida de Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais, respetivamente).

Comparando a média da Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais da condição intersujeitos ($M = 3.65$, $DP = 2.05$), com a média das condições intrasujeitos ($M = 3.45$, $DP = 1.89$), verificamos que não existem diferenças significativas na Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais entre as condições, $t(74) < 1$. Contudo, a mesma análise comparativa, para a média da Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros da condição intersujeitos ($M = 5.16$, $DP = 2.39$), com a média das condições intrasujeitos ($M = 5.98$, $DP = 1.70$), revelou que a Rejeição à

Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros foi significativamente menor na condição intersujeitos, do que nas condições intrasujeitos, $t(74) = 4.20, p < .001$.

2.2.2.12. Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais e Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais em Função de Sexo, Nível de Escolaridade, Grupo Etário e Medida de Preconceito Reportada

Nas análises efetuadas em função das variáveis demográficas, constatámos que, tal como previsto, as mulheres reportaram uma Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais significativamente mais favorável, do que os homens ($t_{105,77} = -3.70, p < .001; M = 7.32, DP = 1.26$ e $M = 6.31, DP = 1.59$, respetivamente). Não se verificaram diferenças significativas na favorabilidade da Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais em função de Sexo, através das condições experimentais ($F_{2, 105} = 1.76, ns$).

Quanto à Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros, constatámos que, embora homens e mulheres tenham atribuído aos outros atitudes semelhantes ($F_{1, 105} < 1$), verificaram-se diferenças significativas na Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros em função de Sexo, através das condições experimentais ($F_{2, 105} = 4.00, p = .021, \eta^2 = .07$), mas apenas entre as mulheres, $F_{2, 53} = 12.96, p < .001, \eta^2 = .33$. Concretamente, as mulheres atribuíram aos outros atitudes significativamente mais desfavoráveis nas condições intrasujeitos, do que na condição intersujeitos ($M = 6.63, DP = 2.12; M = 4.09, DP = 1.75$ e $M = 3.91, DP = 1.70$, respetivamente para condição “Outros”, “Eu-Outros” e “Outros-Eu”). Este padrão parece indicar uma maior sensibilidade por parte das mulheres a contextos de comparação “eu-outros” salientes.

Também constatámos que as mulheres reportaram uma Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais significativamente inferior à dos homens ($t_{110} = 3.31, p = .001; M = 4.09, DP = 2.01; M = 2.93, DP = 1.69$, para homens e mulheres, respetivamente).²⁹ Verificaram-se ainda diferenças significativas na Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais em função de Sexo, através das condições experimentais, $F_{2, 106} = 4.73, p = .01, \eta^2 = .08$, mas apenas entre os homens, $F_{2, 54} = 4.63, p = .014, \eta^2 = .15$. Concretamente, entre estes, a Rejeição Própria à Proximidade com

²⁹ Muito embora, na condição “Outros-Eu”, homens e mulheres tenham reportado uma Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais idêntica ($F_{1, 35} < 1; M = 3.05, DP = 2.02$ e $M = 3.24, DP = 1.51$, respetivamente).

Pessoas Homossexuais foi significativamente inferior na condição experimental “Outros-Eu”, do que nas restantes condições experimentais ($M = 4.86, DP = 1.87$; $M = 4.38, DP = 1.77$ e $M = 3.05, DP = 2.02$, respetivamente para condição “Eu”, “Eu-Outros” e “Outros-Eu”).

Não foram encontradas quaisquer diferenças na Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros, em função de Sexo e Condição Experimental (maior $F2, 107 = 2.12, ns$).

Assim, verifica-se que o conjunto de resultados reportado acima é consistente com a hipótese 1 e também com investigação anterior (e.g. Gato & Fontaine, 2011b; Seltzer, 1992).

Relativamente às restantes variáveis demográficas, Nível de Escolaridade e Grupo Etário, apenas encontramos uma diferença significativa para a Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais, em função do Grupo Etário. Concretamente, os participantes jovens reportaram valores de Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais significativamente inferiores aos participantes adultos ($F(1, 106) = 4.18, p = .043, \eta^2 = .04$; $M = 3.15, DP = 1.89$; $M = 3.87, DP = 1.94$, respetivamente; restantes, maior $F1, 106 = 2.97, ns$). Não se verificaram diferenças significativas em nenhuma das VD's em função de Grupo Etário ou Nível de Escolaridade, através das condições experimentais (maior $F2, 106 = 1.00, ns$).³⁰

Do conjunto destes resultados podemos concluir que a hipótese 2 não se confirmou, e que os resultados são apenas parcialmente consistentes com a hipótese 3.

2.2.2.13. Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais e Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais em Função de Contacto Interpessoal com Pessoas Homossexuais

A hipótese 4 recebeu amplo suporte empírico. Por um lado, foram encontradas correlações muito significativas entre as duas medidas de contacto interpessoal com pessoas homossexuais e as medidas de preconceito próprio, com valores de correlação a variarem entre $r = -.46, p < .001$ ($N = 112$; entre Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais e Familiaridade com Pessoas Homossexuais) e $r = .32, p = .001$ ($N = 111$; entre Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais e Grau de Contacto Diário com Pessoas homossexuais). Também encontramos correlações significativas entre o Grau de Contacto Diário com Pessoas Homossexuais e a Atitude em Relação a Pessoas

³⁰ Cf. nota de rodapé n.º 47, p. 164, para possível explicação desta ausência de resultados em função de Grupo Etário e Nível de Escolaridade.

Homossexuais Atribuída aos Outros ($r = .22, p = .022; N = 111$) e com a Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros ($r = -.24, p = .01; N = 113$) e ainda entre Familiaridade com Pessoas Homossexuais e a Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros ($r = -.21, p = .023; N = 113$). O conjunto destes resultados revela, por um lado, que quanto maior o contacto interpessoal dos participantes com pessoas homossexuais, mais favorável a sua atitude em relação a pessoas homossexuais e menor a rejeição à proximidade com pessoas homossexuais que manifestam e, por outro lado, mais favorável é a atitude em relação a pessoas homossexuais que atribuem aos outros e menor é a rejeição à proximidade com pessoas homossexuais que atribuem aos outros.

Fazendo uma análise item a item, constatámos ainda que, para todo o tipo de contacto (com exceção dos “colegas de trabalho”), se encontraram diferenças significativas e mais favoráveis na Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais reportada entre os participantes que revelaram ter tido esse tipo de contacto, e os participantes que revelaram não terem tido esse tipo de contacto (menor $t_{109} = -2.01, p = .047$, para item “colegas de desporto/hobbies”). Também se verificaram diferenças significativas na Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais entre os participantes que tiveram todos os tipos de contacto e aqueles que não tiveram esses tipos de contacto (menor $t_{110} = 2.35, p = .02$, para item “colegas de trabalho”). A Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros foi também significativamente mais favorável nos participantes que reportaram terem tido contacto com colegas de trabalho homossexuais ou terem conhecidos homossexuais ($t_{109} = -2.14, p = .035$ e $t_{109} = -2.16, p = .033$, para “colegas de trabalho” e “conhecidos”, respetivamente). Finalmente, a Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros foi significativamente menor nos participantes que reportaram terem tido contacto com colegas de trabalho homossexuais ou terem amigos homossexuais ($t_{111} = 2.51, p = .014$ e $t_{101,94} = 1.97, p = .052$, para “colegas de trabalho” e “amigos”, respetivamente).

Dividindo as respostas dos participantes ao item do Grau de Contacto Diário com Pessoas Homossexuais entre “baixo contacto” (até ao valor [4] da escala de resposta) e “elevado contacto” (igual ou superior ao valor [5] da escala de resposta”), encontramos, de novo, diferenças significativas em todas as medidas de preconceito, próprias e atribuídas aos outros, entre os participantes com baixo contacto e os participantes com alto contacto. Estes últimos reportaram uma Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais significativamente mais favorável e graus de Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas

Homossexuais significativamente inferiores, bem como reportaram Atitudes em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuídas aos Outros significativamente mais favoráveis e atribuíram níveis significativamente menores de Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais aos Outros (menor $t_{105,05} = 2.83$, $p = .006$, para Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros).

Os resultados encontrados, para além de fornecerem amplo suporte para a nossa hipótese 4, estão, também em linha com resultados de estudos anteriores, que propõem que as atitudes das pessoas heterossexuais em relação a pessoas homossexuais são influenciadas pelo nível de contacto interpessoal que estas tenham com pessoas homossexuais (e.g. Herek, 1991, 1994; Herek & Glunt, 1993; Simon, 1998).

2.2.2.14. Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais e Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais em Função de Crenças Morais, Políticas e de Orientação de Papéis de Género

Para testarmos as nossas hipóteses 5 e 6 efetuámos um conjunto de análises de correlação. Os resultados revelaram, tal como esperado, que posicionamentos morais e políticos mais liberais se correlacionam de forma significativa e positiva com atitudes mais favoráveis e menor rejeição à proximidade. Por seu turno, posicionamentos morais e políticos mais conservadores correlacionam-se de forma significativa e negativa com essas mesmas medidas (valores de correlação a variarem entre $r = -.49$, $p < .001$, $N = 111$; entre Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais e Moral Tradicional e $r = -.20$, $p = .034$, $N = 112$; entre Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais e Moral Liberal). Verificámos ainda a existência de uma correlação significativa e positiva entre Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros e Moral Tradicional ($r = .20$, $p = .03$, $N = 113$). Relativamente às dimensões da Orientação de Papéis de Género, constatámos que, quanto mais os participantes concordaram com a dimensão igualdade/partilha, mais favoráveis são as suas Atitudes em Relação a Pessoas Homossexuais ($r = .41$, $p < .001$, $N = 111$) e menor a Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais que manifestaram ($r = -.35$, $p < .001$, $N = 112$).

O conjunto destes resultados dá suporte empírico às hipóteses 5 e 6 e vai de encontro a resultados de estudos anteriores, nos quais se evidenciou que as pessoas com uma atitude negativa em relação a pessoas homossexuais, tendem a ter atitudes mais conservadoras face aos papéis de género (e.g. Herek, 1991, 1994; Simon, 1998), têm uma maior tendência para

subscreverem ideologias morais mais conservadoras (e.g. Herek, 1991, 1994; Herek & Capitano, 1995; Marsiglio, 1993, in Crawford et al., 1999; Seltzer, 1992; Simon, 1998) e têm ideologias políticas mais conservadoras (e.g. Herek, 1991, 1994; Herek & Capitano, 1995, Seltzer, 1992).

2.2.2.15. Análise de Preditores das Várias Medidas Dependentes

Apesar de neste estudo termos estabelecido um conjunto de hipóteses assentes no teste à existência de diferença de médias nas várias medidas dependentes, em função de um conjunto de variáveis sociodemográficas e psicossociais, efetuámos igualmente um conjunto de análises de regressão, que pretenderam analisar que variáveis predizem a atitude (e rejeição à proximidade) em relação a pessoas homossexuais.

De acordo com investigação anteriormente apresentada (e.g. Gato & Fontaine, 2011b; Herek, 1991, 1994; Marsiglio, 1993, in Crawford et al., 1999; Seltzer, 1992; Simon, 1998) entrámos no modelo preditivo as variáveis sociodemográficas Sexo, Idade, Escolaridade, Familiaridade com Pessoas Homossexuais e Grau de Contacto Diário com Pessoas Homossexuais, bem como as variáveis psicossociais Moral Liberal, Moral Tradicional, Política Liberal, Política Conservadora, Igualdade-Partilha, Pai-Marido e Família-Trabalho.

Introduzimos ainda no modelo as variáveis relativas aos níveis de autodefinição da identidade, tendo em conta investigações anteriores no âmbito da abordagem da identidade social (e.g. Simon, 1997; Terry et al., 2000; Terry et al., 2001; Verkuyten & Hagendoorn, 2002; Ybarra & Trafimov, 1998).

O modelo preditivo utilizado foi significativo para as medidas Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais ($F_{14, 110} = 7.17, p < .001, R^2 = .44$) e Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais ($F_{14, 111} = 7.34, p < .001, R^2 = .44$) e não foi significativo para as medidas Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros e Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros (maior $F_{14, 112} = 1.58, ns$).

Para Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais foram preditores significativos as variáveis Sexo ($\beta = .17, p = .046$) e Moral Tradicional ($\beta = -.35, p < .001$) e preditores marginalmente significativos Pai-Marido ($\beta = .15, p = .099$) e IP ($\beta = -.14, p = .082$).

Para Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais foram preditores significativos Sexo ($\beta = -.17, p = .037$), Moral Tradicional ($\beta = .32, p = .001$), Pai-Marido ($\beta = -.18, p = .043$), IP ($\beta = .18, p = .03$) e IS ($\beta = .16, p = .045$).

Dito sucintamente, ser do sexo feminino e concordar menos com posicionamentos morais tradicionais prediz atitudes próprias mais favoráveis. Adicionalmente, concordar mais com uma distribuição mais igualitária de tarefas entre mulheres e homens e valorizar menos o nível pessoal de autodefinição da identidade prediz uma Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais marginalmente mais favorável.

A maior Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais, foi predita por ser do sexo masculino, ter ideologias morais mais tradicionais, ter crenças de papéis de género menos igualitárias, valorizar mais o nível pessoal de autodefinição da identidade e valorizar mais o nível social de autodefinição da identidade.

Não obstante o modelo utilizado não ter predito de forma significativa as medidas Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros e Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros, constatámos que a Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros foi significativamente predita, tanto pela Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais ($\beta = .38, p = .049$), como pela Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais ($\beta = .64, p = .001$). De facto, o modelo preditivo com essas duas variáveis foi significativo na predição da Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros ($F_{2,73} = 6.86, p = .002, R^2 = .14$). Isto é, quanto mais favorável a Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais, maior a Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros e quanto maior a Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais, maior a Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros.

2.2.2.16. Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais e Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais em Função da Valorização dos Níveis de Autodefinição da Identidade

Finalmente, a hipótese 7 foi testada através da análise de diferenças de médias, entre a valorização diferenciada dos níveis de autodefinição da identidade nas medidas de preconceito.

Para efetuarmos estas análises foram recodificadas as variáveis IP e IS, a partir do valor da mediana, em baixos e altos IP (IP.Rec2) e baixos e altos IS (IS.Rec2) e foram criadas duas novas variáveis correspondentes às combinações entre estas novas variáveis, IPvsIS2 e IPvsIS3.

IPvsIS2 foi criada a partir do valor da mediana em cada uma das dimensões da identidade (mediana IP = 6.75; mediana IS = 6.00), o que resultou na criação de quatro grupos, com os participantes que: 1= valorizam mais fortemente IS; 2 = valorizam mais fortemente IP; 3 = não valorizam fortemente nenhum dos níveis de autodefinição; 4 = valorizam fortemente ambos os níveis de autodefinição.

Por seu turno, IPvsIS3³¹ foi criada a partir dos tercís da diferença de médias entre IP e IS (com pontos de corte de -.50 e 1.00) e resultou na criação de três grupos de participantes que: 1 = valorizam fortemente IS; 2 = valorizam de forma semelhante IS e IP; 3 = valorizam fortemente IP.³²

Nas análises com IP.Rec2 e IS.Rec2, encontramos apenas uma interação significativa IP.Rec2 x IS.Rec2, $F(1, 108) = 4.64, p = .033, \eta^2 = .04$, na medida Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais. A decomposição desta interação pelo fator IS.Rec2 revelou que, entre os participantes que valorizaram o IS acima do valor da mediana, aqueles que também valorizaram o IP acima do valor da mediana, reportaram maior Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais, do que aqueles que valorizaram o IP abaixo do valor da mediana ($t_{57} = -2.08, p = .042; M = 4.28, DP = 2.21$ e $M = 3.21, DP = 1.75$, para alto IP e baixo IP, respetivamente). A decomposição desta interação pelo fator IP.Rec2 revelou ainda que, nos participantes que valorizaram o IP acima do valor da mediana, aqueles que valorizaram o IS acima do valor da mediana reportaram maior Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais, do que aqueles que valorizaram o IS abaixo do valor da mediana ($t_{53} = -2.12, p = .038; M = 4.28, DP = 2.21$ e $M = 3.14, DP = 1.78$, para alto IS e baixo IS, respetivamente).

³¹ IPvsIS3, ao basear-se nos tercís das diferenças de médias, dá-nos uma medida mais exclusivista, posicionando os participantes em grupos mais claramente definidos, em função da valorização. Os participantes ou valorizam muito IS ou IP ou então, ficam no grupo dos igualitários.

³² Nas análises de diferenças de distribuição nas variáveis IS.Rec2, IP.Rec2, IPvsIS2 e IPvsIS3, em função de Sexo, Grupo Etário e Nível de Escolaridade, foi encontrada apenas uma diferença na distribuição dos participantes na variável IS.Rec2, em função de Grupo Etário ($\chi^2(1) = 5.23, p = .022$). Concretamente, existiram mais participantes adultos no grupo de participantes que valorizaram IS abaixo do valor da mediana (30 vs. 44, respetivamente para jovens e adultos) e existiram mais participantes jovens no grupo dos participantes que valorizaram IS acima da mediana (45 vs. 31, respetivamente para jovens e adultos).

Encontrámos também um efeito marginalmente significativo de IS.Rec2, $F(1, 109) = 3.18, p = .077, \eta^2 = .03$, para Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros. Este efeito indica que os participantes que valorizaram o IS acima do valor da mediana, atribuíram maior Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais aos Outros, do que os participantes que valorizaram o IS abaixo do valor da mediana ($M = 5.39, DP = 2.12$ e $M = 6.03, DP = 1.81$, para alto IS e baixo IS, respetivamente).

Não encontrámos qualquer diferença significativa em nenhuma das medidas de preconceito em função de IPvsIS3 (maior $F_{2,112} = 2.33, ns$, para Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais). Ou seja, a valorização diferenciada dos níveis pessoal ou social de autodefinição da identidade, não influenciou a Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais (própria ou atribuída aos outros), nem a Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais (própria ou atribuída aos outros).

A análise realizada em função de IPvsIS2, revelou apenas a existência de dois efeitos marginais, um para Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais, $F(3, 108) = 2.30, p = .082, \eta^2 = .06$ e outro para Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros, $F(3, 109) = 2.34, p = .077, \eta^2 = .06$. Por um lado, constatámos que os participantes que valorizaram fortemente ambos os níveis de autodefinição da identidade, reportaram maior Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais, do que os participantes que valorizaram fortemente o IP ou fortemente o IS. Contudo, revelaram o mesmo grau de Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais que os participantes que não valorizaram fortemente nenhum dos níveis de autodefinição da identidade. Embora estes últimos tenham reportando tanta Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais, como os participantes que valorizaram fortemente o IP ou o IS ($M = 3.18, DP = 1.68$; $M = 3.03, DP = 1.83$; $M = 3.67, DP = 1.92$ e $M = 4.28, DP = 2.21$; respetivamente para os participantes que valorizam fortemente o IS, valorizam fortemente o IP, não valorizam fortemente nenhum dos níveis de autodefinição e valorizam fortemente ambos os níveis de autodefinição).

Adicionalmente, constatámos que os participantes que não valorizaram fortemente nenhum dos níveis de autodefinição da identidade, atribuíram menor Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais aos Outros, do que os participantes que valorizaram fortemente o IS, ou do que os participantes que valorizaram fortemente ambos os níveis de autodefinição da identidade. E atribuíram tanta Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais aos Outros, como os participantes que valorizaram fortemente o IP, embora estes últimos tenham

atribuído a mesma Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais aos Outros, que todos os restantes participantes ($M = 6.22$, $DP = 1.45$; $M = 5.65$, $DP = 2.36$; $M = 4.98$, $DP = 1.87$ e $M = 6.08$, $DP = 2.00$; respetivamente para os participantes que valorizam fortemente o IS, valorizam fortemente o IP, não valorizam fortemente nenhum dos níveis de autodefinição e valorizam fortemente ambos os níveis de autodefinição).

2.2.2.17. Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais e Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais em Função de Sexo, Grupo Etário, Nível de Escolaridade e Valorização dos Níveis de Autodefinição da Identidade

Finalizamos a apresentação dos resultados do Estudo 1 com as análises parciais em função de Sexo, Grupo Etário e Nível de Escolaridade, entrado cada VI separadamente.

Nas análises com IP.Rec2 e IS.Rec2 encontrámos apenas uma interação marginal IS.Rec2 x Sexo, para Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros, $F(1, 107) = 2.94$, $p = .089$, $\eta^2 = .03$, cuja decomposição revelou que as mulheres que valorizaram o IS acima do valor da mediana atribuíram aos outros Atitudes em Relação a Pessoas Homossexuais marginalmente menos favoráveis, do que as mulheres que valorizaram o IS abaixo do valor da mediana, $F(1, 54) = 3.29$, $p = .075$, $\eta^2 = .06$ ($M = 4.50$, $DP = 2.15$ e $M = 5.57$, $DP = 2.29$, para mulheres que valorizaram o IS acima do valor da mediana e mulheres que valorizaram o IS abaixo do valor da mediana, respetivamente).

Nas análises com IPvsIS3 não foi encontrada qualquer interação significativa (maior $F(2, 105) = 1.5$, ns , na interação entre IPvsIS3 x Sexo, para Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros).

E nas análises com IPvsIS2 encontrámos duas interações significativas IPvsIS2 x Grupo Etário, uma para Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros, $F(3, 103) = 3.19$, $p = .03$, $\eta^2 = .085$ e outra para Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais, $F(3, 104) = 2.92$, $p = .038$, $\eta^2 = .08$.

A decomposição da primeira interação, revelou que entre os participantes adultos, foram encontradas diferenças significativas na Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros, em função de IPvsIS2, $F(3, 50) = 2.88$, $p = .045$, $\eta^2 = .15$. Concretamente, constatámos que os participantes adultos que valorizaram fortemente o IP atribuíram aos outros uma Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais significativamente mais favorável, do que os participantes adultos que valorizaram fortemente o IS, ou do que os participantes adultos que não valorizaram fortemente nenhum nível de autodefinição da

identidade. E atribuíram ainda aos outros uma Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais tão favorável, como os participantes adultos que valorizaram fortemente os dois níveis de autodefinição da identidade ($M = 4.52$, $DP = 1.73$; $M = 6.16$, $DP = 2.28$; $M = 4.60$, $DP = 1.11$ e $M = 4.78$, $DP = 1.93$; respetivamente para participantes adultos que valorizaram fortemente o IS, valorizaram fortemente o IP, não valorizaram fortemente nenhum dos níveis de autodefinição e valorizaram fortemente ambos os níveis de autodefinição).

Verificaram-se ainda efeitos na Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros em função de Grupo Etário, entre os participantes que valorizaram fortemente o IP, $F(1, 28) = 3.97$, $p = .056$, $\eta^2 = .12$ e entre os participantes que não valorizaram fortemente nenhum dos níveis de autodefinição da identidade $F(1,27) = 5.49$, $p = .027$, $\eta^2 = .17$. Concretamente, entre os participantes que valorizaram fortemente o IP, os participantes adultos atribuíram aos outros uma Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais significativamente mais favorável, do que os participantes jovens ($M = 6.16$, $DP = 2.28$ vs. $M = 4.44$, $DP = 2.45$). Entre os participantes que não valorizaram fortemente nenhum dos níveis de autodefinição da identidade, verificou-se o padrão inverso: os participantes jovens atribuíram aos outros uma Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais significativamente mais favorável, do que os participantes adultos ($M = 5.90$, $DP = 1.89$ vs. $M = 4.60$, $DP = 1.11$).

Por seu turno, a decomposição daquela segunda interação revelou um efeito significativo entre os participantes adultos na Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais, em função de IPvsIS2, $F(3, 53) = 4.35$, $p = .008$, $\eta^2 = .20$. Este indica que os participantes adultos que valorizaram fortemente ambos os níveis de autodefinição reportaram significativamente maior Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais, do que todos os outros participantes adultos ($M = 2.92$, $DP = 1.26$; $M = 3.75$, $DP = 1.83$; $M = 3.67$, $DP = 1.78$ e $M = 5.49$, $DP = 2.23$; respetivamente para participantes adultos que: valorizaram fortemente o IS, valorizaram fortemente o IP, não valorizaram fortemente nenhum dos níveis de autodefinição e valorizaram fortemente ambos os níveis de autodefinição).

Verificou-se também um efeito significativo na Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais, em função de Grupo Etário, entre os participantes que valorizaram fortemente o IP, $F(1, 25) = 4.39$, $p = .046$, $\eta^2 = .15$, e entre os participantes que valorizaram fortemente ambos os níveis de autodefinição da identidade $F(1, 23) = 7.46$, $p = .012$, $\eta^2 = .25$. Constatámos que, entre os participantes que valorizaram fortemente o IP, os

participantes adultos reportaram uma Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais significativamente superior à dos participantes jovens ($M = 3.75$, $DP = 1.83$ vs. $M = 2.36$, $DP = 1.61$) e entre os participantes que valorizaram fortemente ambos os níveis de autodefinição da identidade, os participantes adultos também reportaram maior Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais, do que os participantes jovens ($M = 5.49$, $DP = 2.23$ vs. $M = 3.33$, $DP = 1.73$).

2.3. Estudo 2

O Estudo 2 complementou o Estudo 1, servindo essencialmente dois propósitos fundamentais: (1) por um lado, confirmar, com uma amostra diferente, as tendências evidenciadas no primeiro estudo, servindo dessa forma como critério de validação de resultados. Isto é, procurámos analisar o papel de um conjunto de variáveis sociodemográficas nas atitudes manifestadas em relação a pessoas homossexuais, aproveitando para confirmar ou infirmar resultados de estudos anteriores com preditores da homofobia (e.g. Costa, Pereira, Oliveira & Nogueira, 2010; Gato & Fontaine, 2011b; Herek, 1991, 1994; Marsiglio, 1993, in Crawford et al., 1999; Seltzer, 1992; Simon, 1998) (2) por outro lado, e como objetivo central, baseando-nos nos pressupostos teóricos apresentados, pretendíamos testar a existência de uma relação entre os níveis de autodefinição pessoal e social e as atitudes manifestadas em relação a pessoas homossexuais. Concretamente, entre estes pressupostos, referimo-nos àqueles decorrentes da abordagem da identidade social, que apontam os processos identitários subjacentes às relações entre categorias sociais, enquanto fatores fundamentais para compreender a emergência do preconceito e da discriminação, independentemente do alvo dos mesmos.

Dada a sua natureza quasi-experimental, este estudo pretendeu contribuir para uma interpretação de natureza mais causal acerca das possíveis relações estabelecidas entre os níveis de autodefinição da identidade e as atitudes em relação às pessoas homossexuais.

Assim, sustentados no quadro conceptual da abordagem da identidade social (e.g. Tajfel & Turner, 1986; Turner, Hogg, Oakes, Reicher, & Wetherell, 1987) e dos resultados anteriormente apresentados, delineámos o seguinte conjunto de hipóteses: (1) as participantes do sexo feminino apresentarão atitudes mais favoráveis em relação a pessoas homossexuais e menor rejeição à proximidade com pessoas homossexuais, do que os participantes do sexo masculino (hipótese 1); (2) os participantes com níveis de escolaridade mais elevados apresentarão atitudes mais favoráveis em relação a pessoas homossexuais e

menor rejeição à proximidade com pessoas homossexuais, do que os participantes com níveis de escolaridade mais baixos (hipótese 2); (3) os participantes mais jovens apresentarão atitudes mais favoráveis em relação a pessoas homossexuais e menor rejeição à proximidade com pessoas homossexuais, do que os participantes mais velhos (hipótese 3); (4) os participantes que apresentem índices mais baixos de familiaridade com pessoas homossexuais apresentarão atitudes menos favoráveis em relação a pessoas homossexuais e maior rejeição à proximidade com pessoas homossexuais, do que os participantes com índices mais elevados de familiaridade com pessoas homossexuais e quanto maior o grau de contacto diário com pessoas homossexuais, mais favorável será a atitude em relação a pessoas homossexuais e menor será a rejeição à proximidade com pessoas homossexuais (hipótese 4); (5) quanto mais liberal a ideologia moral (hipótese 5) e menos tradicionais as crenças de papéis de género (hipótese 6), mais favorável será a atitude em relação a pessoas homossexuais e menor será a rejeição à proximidade com pessoas homossexuais.

Como vimos discutindo, a teoria da identidade social preconiza que a emergência de comportamentos discriminatórios tem origem na necessidade de garantir uma identidade social positiva. Esta pode ser assegurada através de estratégias que maximizem uma distintividade intergrupual favorável ao endogrupo, como sejam a manifestação de atitudes desfavoráveis relativamente a exogrupos relevantes. Por seu turno, a teoria da autocategorização propõe que o comportamento do indivíduo é contextualmente dependente: um contexto que torne saliente uma definição em termos de identidade social desencadeia comportamentos baseados em pertenças grupais. Nesta linha de ideias, prevemos que a interação entre o nível de autodefinição mais valorizado e o contexto de focalização, determine o posicionamento face às pessoas homossexuais. Concretamente, prevemos que será entre os participantes que valorizem mais o nível social de autodefinição e que, simultaneamente, estejam focalizados neste mesmo nível de autodefinição, que se verificarão as atitudes menos favoráveis em relação a pessoas homossexuais e maior rejeição à proximidade com pessoas homossexuais (hipótese 7).

2.3.1. Método

2.3.1.1. Participantes

Participaram no estudo 184 adultos (123 mulheres), com idades compreendidas entre os 18 e os 71 anos ($M = 27.43$, $DP = 13.35$) e com quatro a 24 anos de escolaridade ($M = 12.46$, $DP = 2.83$).

Foram criados dois grupos etários que designámos de “jovens” (≤ 23 anos; $M = 19.12$, $DP = 1.28$; $n = 122$) e “adultos” (≥ 24 anos); $M = 43.77$, $DP = 11.03$; $n = 62$). Relativamente à escolaridade criámos também dois grupos com 62 participantes no grupo dos “menos escolarizados” (≤ 12 anos; $M = 9.79$, $DP = 2.66$) e 122 participantes no grupo dos “mais escolarizados” (≥ 13 anos; $M = 13.81$, $DP = 1.76$).

Estes foram aleatoriamente distribuídos pelas quatro condições do estudo (efetivos entre $n = 11$ e $n = 21$, para o sexo masculino; entre $n = 24$ e $n = 39$, para o sexo feminino), estando equitativamente distribuídos em função de Sexo, de Grupo Etário e de Nível de Escolaridade, maior $\chi^2(3) = 1.44$, *ns*.

2.3.1.2. Procedimento

À semelhança do Estudo 1, solicitámos a estudantes de psicologia, que respondessem a um questionário e que pedissem a uma ou duas pessoas dos seus conhecimentos, que o fizessem também. O questionário foi-lhes descrito como um inquérito de opinião, no âmbito de um estudo que fazia parte de uma investigação ao abrigo do Programa Doutoral em Psicologia. Foram também informados do carácter voluntário da sua colaboração e garantido o anonimato e confidencialidade das suas respostas.

Na primeira página do questionário era feito um enquadramento geral do estudo, bem como fornecida uma instrução relativa ao procedimento de resposta a adotar. Eram ainda recolhidos os dados demográficos (sexo, idade e anos de escolaridade).

Foram efetuadas duas manipulações experimentais, das quais resultaram quatro condições intersujeitos. O fator Focalização foi manipulado por meio do tipo de instrução e perguntas a que os participantes tiveram de responder, existindo duas condições: Focalização na Identidade Pessoal e Focalização na Identidade Social. Na condição Focalização na Identidade Pessoal os participantes tiveram de (1) assinalar, de entre um conjunto de características pessoais, aquelas que consideravam possuir; (2) escrever outras características que consideravam possuir, mas que não estavam listadas na questão anterior; (3) de todas as características assinaladas ou evocadas anteriormente, indicar as três que consideravam que melhor os definiam e, finalmente, (4) seleccionar a característica mais importante de todas, e avaliá-la através de quatro medidas. Na condição Focalização na

Identidade Social os participantes realizaram a mesma sequência de tarefas, mas neste caso estas eram relativas a pertenças grupais.³³

O fator Ordem de Apresentação das Medidas de Contacto Interpessoal com Pessoas Homossexuais foi manipulado através da apresentação dos itens destas medidas, antes ou depois da manipulação da Focalização.³⁴

2.3.1.3. Medidas Dependentes

No Estudo 2, foram avaliadas todas as dimensões presentes no Estudo 1, com exceção das crenças políticas (cf. Estudo 1, secção “Medidas Dependentes”, p. 109). Foi acrescentada uma outra dimensão relativa ao Desconforto Psicológico sentido pelos participantes com a manipulação experimental.³⁵

Na medida Contacto Interpessoal com Pessoas Homossexuais, tal como no Estudo 1, nos primeiros seis itens foi utilizada uma escala “Não/Sim” e, no último, uma escala resposta de 9 pontos (0 = *nunca* a 8 = *muitas vezes*). Com os seis primeiros itens foi criada uma medida-soma (Familiaridade com Pessoas Homossexuais) das respostas afirmativas, variável entre 0 e 6 ($KR_{20} = .70$) (cf. Anexo 2).

2.3.1.3.1. Desconforto psicológico com a manipulação experimental.

Medido por um conjunto de oito itens, quatro de valência positiva (“satisfeito”, “contente”, “bem-disposto” e “útil”) e quatro de valência negativa (“ansioso”, “aborrecido”, “constrangido” e “preocupado”). Utilizou-se uma escala resposta de sete pontos em que, quanto mais à esquerda a resposta, maior o desconforto sentido pelo participante e quanto mais à direita a resposta, menor o desconforto psicológico sentido pelo participante. A introdução da medida Desconforto Psicológico com a Manipulação Experimental serviu dois propósitos fundamentais. Por um lado, medir a potencial existência de desconforto psicológico decorrente da manipulação experimental e que poderia vir a impactar nas medidas dependentes recolhidas. Por outro lado, e dado que seriam de esperar diferenças na valorização dos níveis de autodefinição da identidade, analisar a possível existência de

³³ Na escolha dos itens a utilizar na manipulação da focalização, optámos por adjetivos para a condição Focalização na Identidade Pessoal (e.g. otimista; simpático, etc.) e substantivos para a condição Focalização na Identidade Social (e.g. português, estudante, etc.), tal como preconizado por Simon (1997).

³⁴ A decisão de manipular a ordem de apresentação dos itens relativos ao contacto interpessoal com pessoas homossexuais, prendeu-se com a análise do possível impacto da focalização nesta medida.

³⁵ A decisão de retirar esta dimensão no Estudo 2 prendeu-se com o facto das crenças políticas não se terem revelado como preditores significativos do preconceito em relação aos homossexuais no Estudo 1 (tal como seria esperado, de acordo com investigação anterior; e.g. Herek, 1991, 1994; Seltzer, 1992).

diferenças no desconforto psicológico sentido, decorrentes da existência de incongruência entre o nível de autodefinição mais valorizado e a focalização em que experimentalmente o participante foi colocado.

À semelhança do Estudo 1, criámos medidas correspondentes à média dos itens que compunham cada componente (depois de efetuadas as ACPs), com exceção da medida Familiaridade com Pessoas Homossexuais.

2.3.1.4. Plano do Estudo

Foi utilizado um plano quasi-experimental intersujeitos 2 (Nível de Autodefinição da Identidade mais Valorizado: Pessoal vs. Social) x 2 (Contacto Interpessoal com Pessoas Homossexuais: Antes da Focalização vs. Depois da Focalização) x 2 (Focalização: Identidade Pessoal vs. Identidade Social).

2.3.2. Resultados³⁶

Iniciaremos esta secção, tal como no Estudo 1 com a apresentação dos resultados das análises em componentes principais (ACP) efetuadas com os itens das várias escalas utilizadas neste estudo.

2.3.2.1. Estrutura Fatorial da Escala EIPS

A ACP revelou uma estrutura fatorial com duas componentes (forçada com base em critério gráfico). A solução fatorial com duas componentes explica 43.39 % da variância. O resultado desta análise é apresentado no Quadro 2.7.

³⁶ Número total de dados da base = 12880; número total de valores omissos na base: 34 (0.26 %); variável com mais valores omissos = 2 (1.09 %); número máximo de valores omissos por participante = 7 (10 %; 7 valores omissos em 70 variáveis).

Quadro 2.7.

Valorização dos Níveis de Autodefinição da Identidade. Solução Fatorial, Após Rotação Varimax, Médias e Desvios-Padrão

	Saturação	Comun.	Média	DP
Componente 1 (25.65 %): <i>Identidade Social</i> ($\alpha = .85$)				
6. Os grupos têm reflexo naquilo que sou.	.80	.65	6.42	1.51
7. Definimo-nos pelos grupos a que pertencemos.	.77	.60	5.16	1.93
8. Encontramos nos grupos o que nos define.	.73	.53	5.47	1.80
1. Grupos contribuem para definir quem sou.	.72	.53	6.70	1.62
5. Definimo-nos pelos padrões dos grupos a que pertencemos.	.67	.45	5.07	1.87
2. O que acontece com os grupos influencia a minha vida.	.65	.42	6.70	1.59
3. O que partilhamos com grupos é a essência do que somos.	.62	.40	6.02	1.81
4. Tenho fortes laços com os grupos a que pertenço.	.60	.36	6.93	1.47
Componente 2 (17.74 %): <i>Identidade Pessoal</i> ($\alpha = .73$)				
7. Definimo-nos ao sermos "nós próprios".	.71	.51	7.41	1.54
5. A "essência" de cada pessoa está dentro de si.	.71	.50	7.43	1.41
6. Para ter uma opinião pessoal vale mais pensar por si mesmo.	.61	.38	6.69	2.15
4. Quem não depende emocionalmente dos outros tem mais controlo sobre si.	.60	.36	5.75	2.07
2. Aquilo que nos define está dentro de nós.	.59	.36	7.35	1.39
3. Definimo-nos ao procurar ser "únicos".	.54	.45	6.86	1.83
8. Não dependo dos outros para definir quem sou.	.49	.26	5.23	2.24
1. Pessoas que dependem apenas de si progridem mais fácil.	.45	.20	4.91	2.17

Notas: Os valores variam entre 1 = *discordo totalmente* e 9 = *concordo totalmente*. Na Componente 2, apesar dos itens 8 e 1 apresentarem baixos valores de comunalidade, decidimos retê-los na estrutura, pois apresentaram valores aceitáveis de saturação no fator e não tiveram impacto significativo na consistência interna da escala e também porque era teoricamente esperado que integrassem esse fator.

$KMO = .79$, Teste de Esfericidade de Bartlett $\chi^2(120, N = 184) = 943.13, p < .001$.

2.3.2.3. Estrutura Fatorial da Moral Traditionalism Scale

A ACP revelou uma estrutura fatorial com duas componentes (forçada com base em critério gráfico), que explica 57.7 % da variância. Apresentámos no Quadro 2.8 o resultado desta análise.

Quadro 2.8.

Moral Traditionalism Scale. Solução Fatorial, Após Rotação Varimax, Médias e Desvios-Padrão

	Saturação	Comun.	Média	DP
Componente 1 (32.8 %): Moral Liberal ($\alpha = .75$)				
6. Vão sempre existir pessoas que se comportam de forma diferente e não existe nada de mal nisso.	.79	.69	7.55	1.81
4. A sociedade devia ser mais tolerante com pessoas com aparência e valores muito diferentes.	.75	.57	7.17	1.85
1. Devemos ser tolerantes com pessoas mesmo que os valores sejam muito diferentes.	.73	.54	7.06	1.79
7. Mundo em contante mudança e devemos integrar essas mudanças.	.72	.52	7.23	1.66
Componente 2 (24.9 %): Moral Tradicional ($\alpha = .73$)				
3. Os novos estilos de vida contribuem para a decadência.	.78	.60	4.63	2.44
2. Mudanças nos estilos de vida são sinal de decadência.	.75	.65	3.29	2.47
5. Existe demasiada liberdade de estilos de vida atualmente.	.72	.52	4.68	2.50
8. O país estaria melhor se se valorizassem laços familiares tradicionais.	.72	.52	6.02	2.14

Notas: Os valores variam entre 1 = *discordo totalmente* e 9 = *concordo totalmente*.

$KMO = .72$, Teste de Esfericidade de Bartlett $\chi^2(28, N = 184) = 361.84, p < .001$.

2.3.2.3. Estrutura Fatorial da Escala de Orientação de Papéis de Género

No Estudo 2, a ACP dos 12 itens constituintes da escala de crenças de orientação de papéis de género apenas revelou duas componentes (critério de Kaiser), que explicam 52.45 % da variância. Foram excluídos da análise os itens 3 (por saturar em dois fatores) e 10 (por ser o único item a saturar um dos fatores). Apresentámos no Quadro 2.9 o resultado desta análise.³⁷

³⁷ Comparativamente à estrutura fatorial encontrada no Estudo 1, existem algumas discrepâncias, nomeadamente: esta estrutura tem apenas dois fatores; o item 4 pertencia, no Estudo 1, ao fator Pai-Marido e aqui pertence ao fator Família-Trabalho; e o fator Igualdade-Partilha acrescenta dois novos itens, o item 1 e o item 9 (no Estudo 1, o item 1 pertencia ao fator Pai-Marido e o item 9 pertencia ao fator Família-Trabalho).

Quadro 2.9.

Orientação de Papéis de Género. Solução Fatorial, Após Rotação Varimax, Médias e Desvios-Padrão

	Saturação	Comun.	Média	DP
Componente 1 (40.12 %): <i>Igualdade-Partilha</i> ($\alpha = .86$)				
11. Por princípio, homem e mulher devem partilhar o trabalho doméstico.	.85	.72	8.03	1.43
12. Mulheres qualificadas devem ter as mesmas oportunidades de homens qualificados.	.78	.61	8.49	.97
2. A esposa ter um salário superior não deve ser motivo de conflito.	.78	.60	8.55	.93
6. A função de cabeça de casal deve ser tanto do homem, como da mulher.	.77	.61	7.84	1.69
9. As responsabilidades do homem casado devem ser divididas entre o trabalho e a família.	.66	.49	7.64	1.66
7. A mulher deve poder ter profissão, mesmo que marido fique a tomar conta dos filhos.	.64	.46	7.27	2.12
1. Quando o filho estiver doente pai e mãe devem tomar conta.	.62	.40	7.38	1.91
Componente 2 (12.35 %): <i>Família-Trabalho</i> ($\alpha = .39$)				
5. O homem casado deve estar na disposição de ter família menos numerosa para a mulher poder trabalhar.	.79	.63	5.79	2.35
4. O pai deve preparar a filha tanto para a profissão como para a família.	.63	.40	6.08	2.07
8. O marido deve aceitar que a carreira da esposa interfira na sua carreira.	.53	.32	6.58	2.09

Notas: Os valores variam entre 1 = *discordo totalmente* e 9 = *concordo totalmente*.

$KMO = .85$, Teste de Esfericidade de Bartlett $\chi^2(45, N = 184) = 564.32, p < .001$.

2.3.2.4. Estrutura Fatorial de Desconforto Psicológico com a Manipulação Experimental

A ACP revelou uma estrutura fatorial com duas componentes (critério de Kaiser), que dá conta de 67.7 % da variância. O Quadro 2.10 sumariza os resultados desta análise.

Quadro 2.10.

Desconforto Psicológico com a Manipulação Experimental. Solução Fatorial, Após Rotação Varimax, Médias e Desvios-Padrão

	Saturação	Comun.	Média	DP
Componente 1 (49.64 %): <i>Positivo</i> ($\alpha = .83$)				
3. Grau de contentamento.	.85	.75	5.07	1.29
1. Grau de satisfação.	.89	.79	4.57	1.13
4. Grau de boa disposição.	.80	.73	4.95	1.25
8. Grau de utilidade.	.61	.43	5.61	1.28
Componente 2 (18.06 %): <i>Negativo</i> ($\alpha = .81$)				
7. Grau de preocupação.	.86	.75	5.97	1.42
6. Grau de constrangimento.	.85	.76	5.76	1.61
2. Grau de ansiedade.	.76	.60	5.84	1.51
5. Grau de aborrecimento.	.53	.60	5.11	1.67

Notas: Na Componente 1 os valores variam entre 1 = *nada* e 9 = *muito*; na Componente 2 os valores variam entre 1 = *muito* e 9 = *nada*.

$KMO = .84$, Teste de Esfericidade de Bartlett $\chi^2(28, N = 184) = 664.11, p < .001$.

2.3.2.5. Estrutura Fatorial da Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais

A ACP revelou uma estrutura fatorial com duas componentes (critério de Kaiser), que explica 63.35 % da variância. No Quadro 2.11 apresentamos os resultados desta análise.

Quadro 2.11.

Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais. Solução Fatorial, Após Rotação Varimax, Médias e Desvios-Padrão

	Saturação	Comun.	Média	DP
Componente 1 (50.46 %): Atitude Favorável ($\alpha = .87$)				
7. A presença de pessoas homossexuais enriquece dinâmicas das relações.	.83	.70	5.69	2.22
6. Casais homossexuais devem ser livres para manifestações públicas de afeto.	.82	.79	7.09	2.14
4. Homossexuais devem ser livres para interagirem com outros.	.80	.77	7.72	1.76
5. Devíamos tratar os homossexuais como iguais.	.77	.71	7.78	1.71
3. Homossexuais contribuem para a diversidade.	.68	.47	5.71	2.24
Componente 2 (14.89 %): Atitude Desfavorável ($\alpha = .76$)				
9. Para ter boa uma boa vizinhança é melhor os homossexuais não viverem lá.	.78	.72	2.23	1.80
8. O problema de homossexuais na vizinhança é que estes lhes dão uma atmosfera homossexual.	.75	.57	3.23	2.05
1. Seria melhor que os homossexuais adotassem os valores dos heterossexuais.	.74	.55	3.37	2.15
2. A homossexualidade fragiliza cultura e costumes.	.55	.60	3.13	2.15

Notas: Os valores variam entre 1 = *discordo totalmente* e 9 = *concordo totalmente*.

$KMO = .86$, Teste de Esfericidade de Bartlett $\chi^2(36, N = 184) = 865.03, p < .001$.

2.3.2.6. Estrutura Fatorial da Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais

A ACP revelou uma estrutura fatorial com duas componentes (forçada com base em critério gráfico) que explica 81.68 % da variância. Apresentamos no Quadro 2.12 os resultados desta análise.

Quadro 2.12.

Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais. Solução Fatorial, Após Rotação Varimax, Médias e Desvios-Padrão

	Saturação	Comun.	Média	DP
Componente 1 (73.53 %): <i>Proximidade Distante</i> ($\alpha = .96$)				
8. Conversar com homossexuais.	.88	.89	7.69	1.96
3. Ter amigos qu sejam homossexuais assumidos.	.84	.85	7.43	2.24
1. Ter no seu trabalho uma pessoa homossexual.	.82	.79	7.40	2.17
7. Ter um(a) professor(a) que é homossexual.	.80	.79	7.31	2.17
9. Se um(a) filho(a) seu(sua) tivesse amizades com homossexuais.	.80	.83	7.28	2.21
2. Receber em sua casa um casal homossexual.	.75	.82	6.95	2.42
Componente 2 (8.16 %): <i>Proximidade Íntima</i> ($\alpha = .91$)				
5. Ter um(a) filho(a) homossexual.	.90	.89	5.23	2.72
6. Saber que um familiar próximo é homossexual.	.83	.86	6.27	2.50
4. Ver casais homossexuais a namorar.	.71	.68	6.01	2.51
10. Morar com homossexuais assumidos.	.69	.76	6.04	2.77

Nota: Os valores variam entre 1 = *multíssimo constrangido* e 9 = *nada constrangido*.

$KMO = .92$, Teste de Esfericidade de Bartlett $\chi^2(45, N = 184) = 1988.96, p < .001$.

2.3.2.7. Valor Atribuído aos Níveis Pessoal e Social da Identidade

Verificamos que os participantes valorizaram de forma significativa tanto IP, como IS ($t_{183} = 18.13, p < .001$ e $t_{183} = 12.04, p < .001$, na comparação com o ponto médio da escala de resposta [5], respetivamente para IP e IS). Contudo, e à semelhança do Estudo 1, os participantes valorizaram mais fortemente o IP, $M = 6.45, DP = 1.09$, do que o IS, $M = 6.06, DP = 1.19$ ($t_{183} = 3.40, p = .001$). Estas medidas foram recolhidas previamente às manipulações experimentais e, como requerido, foram equivalentes através das condições (maior $F_1, 180 = 2.01, ns$).³⁸

³⁸ Não foram encontradas quaisquer diferenças na valorização do IP, em função de Sexo, Grupo Etário ou Nível de Escolaridade (maior $t_{182} = 1.05, ns$).

2.3.2.8. Crenças Morais e de Orientação de Papéis de Género

Os participantes concordaram de forma significativa com um posicionamento Moral Liberal e discordaram significativamente com um posicionamento Moral Tradicional ($t_{183} = 22.85, p < .001$ e $t_{183} = -2.62, p = .009$, na comparação com o ponto médio da escala de resposta [5], respetivamente para Moral Liberal e Moral Tradicional). Ou seja, concordaram significativamente mais com um posicionamento Moral Liberal, do que com um posicionamento moral conservador, $t(183) = 14.84, p < .001$ ($M = 7.25, DP = 1.34$ vs. $M = 4.66, DP = 1.78$, para Moral Liberal e Moral Tradicional, respetivamente).

Quanto às dimensões Igualdade-Partilha e Família-Trabalho das crenças de Orientação de Papéis de Género (em que, quanto maior a concordância, mais liberal é o posicionamento face aos papéis de género), as análises revelaram que os participantes concordaram significativamente com ambas as dimensões (comparação com ponto médio da escala de resposta [5], respetivamente, $M = 7.89, DP = 1.12, t_{183} = 34.94, p < .001$; $M = 6.15, DP = 1.46, t_{183} = 10.65, p < .001$). Contudo, concordaram mais fortemente com a dimensão Igualdade-Partilha, do que com a dimensão Família-Trabalho, $t(183) = 15.28, p < .001$.

À semelhança do Estudo 1, também estes resultados, no seu conjunto, nos permitem concluir que os participantes apresentaram posicionamentos mais liberais e menos conservadores, quer no que diz respeito à diversidade de estilos de vida, quer ainda no que diz respeito aos papéis de género.

2.3.2.9. Contacto Interpessoal com Pessoas Homossexuais

Uma vez mais, também nesta dimensão os resultados são consonantes com aqueles do Estudo 1. Globalmente, os participantes reportaram um baixo Grau de Familiaridade com Pessoas Homossexuais, $M = 2.22, DP = 1.64$ ($t_{179} = -6.35, p = .003$, na comparação com o ponto médio [3] do intervalo de resposta ao conjunto dos itens) e um grau de Contacto Diário com Pessoas Homossexuais igualmente baixo, $M = 2.70, DP = 2.19$ ($t_{183} = -8.08, p < .001$, na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta).

2.3.2.10. Desconforto Psicológico com a Manipulação Experimental

Foram encontradas diferenças na valorização do IS, em função de Sexo ($t_{182} = -3.89, p < .001, 5.59$ vs. 6.29 , para mulheres e homens, respetivamente), Grupo Etário ($t_{182} = 2.90, p = .004, 6.24$ vs. 5.71 , para jovens e adultos, respetivamente) e Nível de Escolaridade ($t_{182} = -2.91, p = .004, 5.71$ vs. 6.24 , para menos escolarizados e mais escolarizados, respetivamente).

Os participantes não manifestaram desconforto psicológico com a manipulação, tendo reportado valores superiores ao ponto médio [4] da escala de resposta nos adjetivos descritivos positivos, $M = 5.05$, $DP = 1.01$ ($t_{183} = 14.06$, $p < .001$). No mesmo sentido, reportaram valores abaixo do ponto médio [4] da escala de resposta nos adjetivos descritivos negativos, $M = 2.84$, $DP = 0.62$ ($t_{183} = -25.41$, $p < .001$). Comparando as médias de resposta entre os adjetivos positivos e os negativos, constatámos que os participantes reportaram significativamente menos concordância com os negativos, do que com os positivos, $t(183) = 34.45$, $p < .001$. Isto é, se, por um lado, concordaram com os positivos, por outro, discordaram mais fortemente com os negativos.

Também não se verificaram diferenças significativas no desconforto psicológico, quer em função da Focalização $F(1,182) = 1.72$, *ns*, quer em função do cruzamento entre a Focalização e a Valorização (baixa ou alta) de cada um dos níveis de autodefinição da identidade (todos os F s < 1). Isto é, independentemente de os participantes terem sido focalizados em IP ou em IS, manifestaram o mesmo grau de desconforto psicológico com a manipulação experimental. E a focalização dos participantes num nível de autodefinição da identidade incongruente com o nível de autodefinição da identidade mais valorizado, também não teve impacto no grau de desconforto psicológico sentido com a manipulação experimental.

2.3.2.11. Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais

Verificámos que os participantes reportaram uma atitude favorável em relação a pessoas homossexuais, expressa tanto no acordo acima do ponto médio [5] da escala de resposta na medida Atitude Favorável, $M = 6.80$, $DP = 1.63$ ($t_{183} = 14.96$, $p < .001$), como no desacordo abaixo do ponto médio [5] da escala de resposta na medida Atitude Desfavorável, $M = 2.99$, $DP = 1.59$ ($t_{183} = -17.12$, $p < .001$).

2.3.2.12. Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais

Nesta medida quanto mais elevado o valor, menor a rejeição à proximidade com pessoas homossexuais. Assim, verificámos que os participantes revelaram baixa rejeição à proximidade com pessoas homossexuais, tanto na Proximidade Distante, $M = 7.34$, $DP = 1.99$, como na Proximidade Íntima, $M = 5.89$, $DP = 2.33$, (ambos valores acima do ponto médio [5] da escala de resposta, $t_{183} = 15.95$, $p < .001$ e $t_{183} = 5.17$, $p < .001$, respetivamente). Contudo, devemos assinalar o facto de ser menor a rejeição na Proximidade Distante, do que na Proximidade Íntima, $t(183) = 14.28$, $p < .001$.

2.3.2.13. Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais e Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais em Função de Sexo, Nível de Escolaridade e Grupo Etário

Verificámos efeitos de Sexo, Nível de Escolaridade e Grupo Etário em todas as medidas de preconceito. Tal como previsto, as mulheres reportaram uma atitude mais favorável em relação a pessoas homossexuais, do que os homens, tanto para Atitude Favorável ($M = 7.27, DP = 1.44$ vs. $M = 5.84, DP = 1.58$, respetivamente para mulheres e homens, $t_{182} = -6.18, p < .001$), como para Atitude Desfavorável ($M = 2.52, DP = 1.35$ vs. $M = 3.93, DP = 1.65$, respetivamente para mulheres e homens, $t_{100.54} = 5.75, p < .001$). No mesmo sentido, as mulheres revelaram menor rejeição à proximidade com pessoas homossexuais do que os homens, tanto na Proximidade Distante ($M = 7.96, DP = 1.51$ vs. $M = 6.09, DP = 2.26$, respetivamente para mulheres e homens, $t_{87.34} = -5.85, p < .001$) como na Proximidade Íntima ($M = 6.38, DP = 2.12$ vs. $M = 4.89, DP = 2.43$, respetivamente para mulheres e homens, $t_{182} = -4.30, p < .001$).

Também os participantes mais escolarizados reportaram atitudes significativamente mais favoráveis em relação a pessoas homossexuais, do que os participantes menos escolarizados, tanto para Atitude Favorável ($M = 5.60, DP = 1.51$ vs. $M = 7.40, DP = 1.33$, respetivamente para menos escolarizados e mais escolarizados, $t_{182} = -8.29, p < .001$), como para Atitude Desfavorável ($M = 4.20, DP = 1.46$ vs. $M = 2.38, DP = 1.28$, respetivamente para menos escolarizados e mais escolarizados, $t_{182} = 8.70, p < .001$).

Reportaram, igualmente, uma rejeição à proximidade com pessoas homossexuais significativamente inferior à dos participantes menos escolarizados, tanto para Proximidade Distante ($M = 6.18, DP = 2.25$ vs. $M = 7.93, DP = 1.54$, respetivamente para menos escolarizados e mais escolarizados, $t_{91.00} = -5.51, p < .001$), como para Proximidade Íntima ($M = 4.74, DP = 2.28$ vs. $M = 6.47, DP = 2.14$, respetivamente para menos escolarizados e mais escolarizados, $t_{182} = -5.07, p < .001$).

Finalmente, verificámos que os participantes jovens reportaram atitudes mais favoráveis em relação a pessoas homossexuais, do que os participantes adultos, tanto para Atitude Favorável ($M = 7.23, DP = 1.58$ vs. $M = 5.95, DP = 1.38$, respetivamente para jovens e adultos, $t_{182} = 5.39, p < .001$), como para Atitude Desfavorável ($M = 2.58, DP = 1.44$ vs. $M = 3.80, DP = 1.58$, respetivamente para jovens e adultos, $t_{182} = -5.26, p < .001$) e também uma rejeição à proximidade com pessoas homossexuais inferior à dos adultos, tanto para Proximidade Distante ($M = 7.71, DP = 1.86$ vs. $M = 6.60, DP = 2.05$, respetivamente para

jovens e adultos, $t_{182} = 3.70, p < .001$), como para Proximidade Íntima ($M = 6.45, DP = 2.25$ vs. $M = 4.78, DP = 2.08$, respetivamente para jovens e adultos, $t_{182} = 4.89, p < .001$). Obviamente, este resultado também seria expectável atendendo à relação entre as variáveis idade e escolaridade dos participantes.

Estes resultados no seu conjunto deram suporte às hipóteses 1, 2 e 3 e foram de encontro a resultados de investigação precedente (e.g. Costa et al., 2010; Gato & Fontaine, 2011b; Herek, 1991; Seltzer, 1992; Simon, 1998).

2.3.2.14. Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais e Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais em Função de Contacto Interpessoal com Pessoas Homossexuais

A hipótese 4, à semelhança do Estudo 1, também recebeu amplo suporte empírico. Por um lado, verificámos correlações significativas entre as duas medidas de contacto interpessoal com pessoas homossexuais e as medidas de atitudes. Os valores de correlação variam entre o mínimo de $r = .29, p < .001$ ($N = 180$), entre Atitude Favorável e Familiaridade com Pessoas Homossexuais, e o máximo de $r = -.43, p < .001$ ($N = 184$), entre Atitude Desfavorável e Grau de Contacto Diário com Pessoas Homossexuais. As duas medidas de contacto interpessoal com pessoas homossexuais também tiveram correlação positiva com as duas medidas de rejeição à proximidade com pessoas homossexuais. Estas correlações variaram entre o mínimo de $r = .30, p < .001$ ($N = 180$), entre Rejeição à Proximidade Íntima e Familiaridade com Pessoas Homossexuais e o máximo de $r = .42, p < .001$ ($N = 184$), entre Rejeição à Proximidade Distante e Grau de Contacto Diário com Pessoas Homossexuais. Ou seja, em linha com a nossa predição, quanto maior o contacto interpessoal dos participantes com pessoas homossexuais, mais favorável foi a sua atitude e menor a sua rejeição à proximidade com pessoas homossexuais.

A análise item a item revelou a existência de diferenças significativas e mais favoráveis nas quatro medidas de preconceito, para todo o tipo de contacto, com exceção de “vizinhança” e “colegas de trabalho”, entre os participantes que revelaram ter tido esse tipo de contacto e os participantes que revelaram não terem tido esse tipo de contacto. Para Atitude Favorável, menor $t(180) = -3.91, p < .047$, no item “conhecidos que são homossexuais”. Para a Atitude Desfavorável, menor $t(180) = 2.46, p = .015$, no item “colegas de desporto/*hobbies*”. Para Rejeição à Proximidade Distante, menor $t(180) = -3.27, p = .001$, para item “conhecidos que são homossexuais”. Na Rejeição à Proximidade Íntima, menor $t(180) = -2.27, p = .024$, para item “colegas de desporto/*hobbies*”.

A análise feita entre os participantes com “baixo” Contacto Diário com Pessoas Homossexuais e os participantes com “alto” Contacto Diário com Pessoas Homossexuais revelou, uma vez mais, a existência de diferenças significativas e mais favoráveis, nas quatro medidas de preconceito, para os últimos (menor $t_{182} = -4.85$, $p < .001$, para Rejeição à Proximidade Íntima; $M = 5.46$, $DP = 2.26$ e $M = 7.33$, $DP = 1.96$, para “baixo contacto” e “alto contacto”, respetivamente).³⁹

Estes resultados deram suporte à ideia de que as atitudes em relação a pessoas homossexuais foram influenciadas pelo nível de contacto interpessoal com esta categoria social, tal como preconizado em investigações anteriores (e.g. Costa et al., 2010; Gato & Fontaine, 2011b; Herek, 1991, 1994; Simon, 1998) e confirmaram, numa amostra diferente, as tendências evidenciadas no Estudo 1.

2.3.2.15. Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais e Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais em Função de Crenças Morais e de Orientação de Papéis de Género

À semelhança do Estudo 1, efetuámos um conjunto de análises de correlação para testarmos as hipóteses 5 e 6. E, tal como no Estudo 1, os resultados revelaram que posicionamentos menos conservadores se correlacionaram positivamente com atitudes mais favoráveis em relação a pessoas homossexuais.

Tal como esperado, constatámos que posicionamentos morais mais liberais estiveram associados a (1) atitudes mais favoráveis tanto na medida Atitude Favorável, $r = .42$, $p < .001$ ($N = 184$), como na medida Atitude Desfavorável, $r = -.41$, $p < .001$ ($N = 184$), e (2) a menor rejeição à proximidade, tanto na Rejeição à Proximidade Distante, $r = .48$, $p < .001$ ($N = 184$), como na Rejeição à Proximidade Íntima, $r = .41$, $p < .001$ ($N = 184$). No mesmo sentido, posicionamentos morais mais conservadores estiveram associados a posicionamentos mais negativos nas mesmas medidas. Os valores de correlação correspondentes foram os seguintes: $r = -.38$, $p < .001$ ($N = 184$), entre Moral Conservadora e Atitude Favorável, $r = .54$, $p < .001$ ($N = 184$), entre Moral Conservadora e Atitude Desfavorável, $r = -.32$, $p < .001$ ($N = 184$), entre Moral Conservadora e Rejeição à

³⁹ À semelhança do que fizemos no Estudo 1, dividimos as respostas dos participantes ao item do Grau de Contacto Diário com Pessoas Homossexuais entre “baixo contacto” (até ao valor [4] da escala de resposta) e “alto contacto” (igual ou superior ao valor [5] da escala de resposta”)

Proximidade Distante e $r = -.27, p < .001$ ($N = 184$), entre Moral Conservadora e Rejeição à Proximidade Íntima.

Os resultados nas dimensões da Orientação de Papéis de Género foram também consistentes com as nossas predições. Constatámos que quanto mais os participantes concordaram com a dimensão Igualdade-Partilha (e, portanto, mais liberais os seus posicionamentos face aos papéis de género), mais favoráveis foram as suas atitudes em relação a pessoas homossexuais ($r = .49, p < .001$ e $r = -.47, p < .001$, com Atitude Favorável e com Atitude Desfavorável, respetivamente) e menor foi a sua rejeição à proximidade com pessoas homossexuais ($r = .49, p < .001$ e $r = .35, p < .001$, com Proximidade Distante e com Proximidade Íntima, respetivamente).

Uma vez mais, este conjunto de resultados suportou empiricamente as hipóteses 5 e 6 e esteve em linha com resultados de estudos anteriores, nos quais se verificou que posicionamentos menos conservadores estão associados a atitudes mais favoráveis em relação a pessoas homossexuais (e.g. Gato & Fontaine, 2011b; Herek, 1991, 1994; Herek & Capitano, 1995; Marsiglio, 1993, in Crawford et al., 1999; Seltzer, 1992; Simon, 1998) e vêm também, uma vez mais, reforçar os resultados encontrados no Estudo 1.

2.3.2.16. Análise de Preditores das Várias Medidas Dependentes

À semelhança do Estudo 1, também optámos por realizar um conjunto de análises de regressão, para as várias medidas dependentes em análise. Utilizámos o mesmo conjunto de dimensões/variáveis no modelo, com exceção das dimensões políticas que não foram utilizadas neste estudo. Acrescentámos ainda ao modelo, a variável relativa ao Desconforto Psicológico sentido com a manipulação experimental, bem como a variável Focalização.⁴⁰

Constatámos que este modelo prediz significativamente todas as medidas dependentes ($F_{14, 179} = 11.89, p < .001, R^2 = .46$; $F_{14, 179} = 15.06, p < .001, R^2 = .52$; $F_{14, 179} = 12.69, p < .001, R^2 = .48$ e $F_{14, 179} = 8.13, p < .001, R^2 = .36$, para Atitude Favorável, Atitude Desfavorável, Rejeição à Proximidade Distante e Rejeição à Proximidade Íntima, respetivamente).

⁴⁰ Cf. no Estudo 1, secção “Análise de Preditores das Várias Medidas Dependentes” (pág. 130), para consultar investigação anterior acerca dos preditores da homofobia, que utilizámos para justificar/selecionar as variáveis que introduzimos no modelo.

Para Atitude Favorável foram preditores significativos Sexo ($\beta = .14, p = .039$), Idade ($\beta = -.29, p < .001$), Moral Conservadora ($\beta = -.20, p = .003$), Igualdade-Partilha ($\beta = .23, p = .004$) e Desconforto Positivo ($\beta = .21, p = .002$).

Atitude Desfavorável foi significativamente predita por Sexo ($\beta = -.12, p = .051$), Idade ($\beta = .17, p = .005$), Moral Liberal ($\beta = -.18, p = .008$), Moral Conservadora ($\beta = .34, p < .001$) e Igualdade-Partilha ($\beta = -.23, p = .002$) e marginalmente predita por IP ($\beta = -.09, p = .098$).

Por seu turno, Rejeição à Proximidade Distante foi significativamente predita por Sexo ($\beta = .20, p = .002$), Idade ($\beta = -.21, p = .001$), Moral Liberal ($\beta = -.24, p = .001$) e Desconforto Negativo ($\beta = .22, p = .001$) e marginalmente predita por Familiaridade com Pessoas Homossexuais ($\beta = .14, p = .078$) e IS ($\beta = -.11, p = .084$).

Finalmente, os preditores significativos de Rejeição à Proximidade Íntima foram Idade ($\beta = -.30, p < .001$), Moral Liberal ($\beta = .23, p = .003$) e Familiaridade com Pessoas Homossexuais ($\beta = .21, p = .013$) e Desconforto Negativo ($\beta = .12, p = .097$) foi um preditor marginal.

Ou seja, quanto menor a idade, menos conservadoras as crenças morais, mais igualitárias as crenças de orientação de papéis de género e maior o (des)conforto positivo, mais favorável foi a atitude. Por outro lado, quanto maior a idade, quanto mais conservadoras as crenças morais e as crenças de orientação de papéis de género e quanto menor a valorização do IS, mais desfavorável foi a atitude. Ser mulher predisse atitudes mais favoráveis e ser homem predisse atitudes mais desfavoráveis.

Relativamente à Rejeição à Proximidade Distante e à Proximidade Íntima, ser mais jovem, ter maior grau de familiaridade com pessoas homossexuais e ter crenças morais mais liberais, predisse menor rejeição à proximidade, quer distante, quer íntima. Ser mulher, menor valorização do IS e menor grau de desconforto negativo também predisseram menores graus de Rejeição à Proximidade Distante. Finalmente, quanto maior o grau de desconforto negativo, menor a Rejeição à Proximidade Íntima.

2.3.2.17. Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais e Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais em Função da Valorização dos Níveis de Autodefinição da Identidade e da Focalização nos Níveis de Autodefinição da Identidade⁴¹

A hipótese final implicava a interação entre o nível de autodefinição da identidade mais valorizado e o contexto de focalização, na manifestação da atitude relativamente a pessoas homossexuais. Prevíamos que seriam os participantes que, simultaneamente, valorizassem mais o nível social de autodefinição e que estivessem focalizados nesse mesmo nível no contexto de julgamento, aqueles que apresentariam atitudes menos favoráveis (e maior rejeição à proximidade) em relação a pessoas homossexuais.

Para testarmos esta hipótese criámos duas novas variáveis, que designámos de Valorização Diferenciada IP e Valorização Diferenciada IS. Valorização Diferenciada IP foi criada a partir do valor da mediana da variável IP ($Md = 6.50$), resultando na criação de dois grupos, os que valorizaram o nível de autodefinição pessoal abaixo do valor da mediana ($1 = IP < 6.50$) e os que o valorizaram acima desse valor ($2 = IP \geq 6.50$). De forma similar, Valorização Diferenciada IS foi criada a partir do valor da mediana da variável IS ($Md = 6.13$), resultando na criação de dois grupos, os que valorizaram o nível de autodefinição social abaixo do valor da mediana ($1 = IS < 6.13$) e os que o valorizaram acima desse valor ($2 = IS \geq 6.13$).⁴²

Efetuámos ANOVAs entrando os fatores Valorização Diferenciada IP, Valorização Diferenciada IS e Focalização, através das várias medidas de preconceito. Estas análises revelaram a interação de segunda ordem requerida pela nossa hipótese, apenas nas medidas Atitude Desfavorável, $F(1, 176) = 10.46, p = .001, \eta^2 = .06$ (e ainda a interação Focalização x Valorização Diferenciada IP, $F(1, 176) = 4.36, p = .038, \eta^2 = .02$) e Rejeição à Proximidade Distante, $F(1, 176) = 5.03, p = .026, \eta^2 = .03$ (maior efeito restante $F(1, 176) = 3.37, ns$). Nas restantes medidas de preconceito as ANOVAs não revelaram efeitos significativos. A

⁴¹ Não foram encontrados quaisquer efeitos ou interações significativas com o fator Ordem de Apresentação das Medidas de Contacto Interpessoal com Pessoas Homossexuais (maior $F(1, 180) = 2.83, ns$), pelo que não são apresentados resultados com esta variável.

⁴² Nas análises de diferenças de distribuição nas variáveis Valorização Diferenciada IP e Valorização Diferenciada IS, em função de Sexo, Grupo Etário e Nível de Escolaridade, foram encontradas duas diferenças de distribuição para a variável Valorização Diferenciada IS, uma com Sexo ($\chi^2(1) = 5.23, p = .022$) e outra com Grupo Etário ($\chi^2(1) = 5.23, p = .022$). Concretamente, existiram mais mulheres do que homens, tanto no grupo dos participantes que valorizaram IS abaixo do valor da mediana (55 vs. 41, respetivamente), como no grupo dos participantes que valorizaram IS acima do valor da mediana (68 vs. 20, respetivamente). Também existiram mais participantes mais escolarizados, tanto no grupo dos participantes que valorizaram IS abaixo do valor da mediana (55 vs. 41, respetivamente), como no grupo dos participantes que valorizaram IS acima do valor da mediana (67 vs. 21, respetivamente). Não foram encontradas quaisquer diferenças de distribuição na variável Valorização Diferenciada IP, em função de Sexo, Grupo Etário e Nível de Escolaridade (maior $\chi^2(1) = 1.00, ns$).

decomposição pelo fator Valorização Diferenciada IS não revelou o padrão previsto na hipótese (não foi encontrado qualquer efeito ou interação significativa nos participantes que valorizaram IS acima do valor da mediana. Maior $F_{1, 84} = 2.89$, *ns*, para fator Valorização Diferenciada IP, na medida Atitude Desfavorável). No Quadro 2.13 apresentamos o padrão de resultados relativo a estas duas medidas.

Quadro 2.13.

Médias e Desvios-Padrão para Atitude Desfavorável e Proximidade Distante, em Função de Focalização, Valorização Diferenciada IP e Valorização Diferenciada IS

		Baixa IP		Alta IP	
		Focalização		Baixa IS	Alta IS
Atitude Desfavorável	IP		Baixa IS	Alta IS	
	IS		Baixa IS	Alta IS	
Proximidade Distante	IP		Baixa IS	Alta IS	
	IS		Baixa IS	Alta IS	

Notas: Os valores variam entre 1 = *discordo totalmente* e 9 = *concordo totalmente*, para a medida Atitude Desfavorável e entre 1 = *multíssimo constrangido* e 9 = *nada constrangido*, para a medida Proximidade Distante.

Baixa IP = valoriza IP abaixo do valor da mediana; Alta IP = valoriza IP acima do valor da mediana; Baixa IS = valoriza IS abaixo do valor da mediana; Alta IS = valoriza IS acima do valor da mediana.

Caracteres diferentes indicam diferenças significativas a $p < .05$.

A decomposição da interação Focalização x Valorização Diferenciada IP, na medida Atitude Desfavorável, em função do fator Focalização revelou a existência de um efeito de Valorização Diferenciada IP, apenas para a condição Focalização em IS, $t(92) = 2.40$, $p = .018$. O mesmo não se verificou na condição Focalização IP, $t(88) = -.51$, *ns*. Ou seja, entre os participantes focalizados no IS, os que valorizaram o IP abaixo do valor da mediana reportaram uma atitude mais desfavorável ($M = 3.48$), do que os que valorizaram o IP acima do valor da mediana ($M = 2.66$).

Adicionalmente, como apresentado no Quadro 2.13, decompondo a interação de segunda ordem na medida Atitude Desfavorável em função do fator Focalização, verificamos a existência de uma interação Valorização Diferenciada IP vs. Valorização Diferenciada IS, $F(1, 86) = 11.68$, $p = .001$, $\eta^2 = .12$, na condição de Focalização IP. O mesmo não se verificou na condição Focalização IS, $F(1, 90) = 1.83$, *ns*. Aquela interação mostrou que, entre os participantes focalizados no IP, e que valorizaram o IP acima do valor

da mediana, os que, simultaneamente, valorizaram o IS abaixo do valor da mediana reportaram atitudes mais desfavoráveis ($M = 3.80$), do que aqueles que valorizaram o IS acima do valor da mediana ($M = 2.32$), $F(1, 43) = 12.36$, $p = .001$, $\eta^2 = .02$. Já entre os participantes focalizados no IP, mas que valorizaram o IP abaixo do valor da mediana, este efeito não foi significativo ($F(1, 43) = 1.70$, *ns.*).

Também os participantes focalizados no IP e que valorizaram o IS abaixo do valor da mediana e simultaneamente, valorizaram o IP acima do valor da mediana, reportaram atitudes mais desfavoráveis ($M = 3.80$), do que aqueles que, simultaneamente, valorizaram o IP abaixo do valor da mediana ($M = 2.61$), $F(1, 44) = 6.68$, $p = .013$, $\eta^2 = .13$. Finalmente, entre os participantes focalizados no IP, e que valorizaram o IS acima do valor da mediana, os que, simultaneamente, valorizaram o IP abaixo do valor da mediana também reportaram atitudes mais desfavoráveis ($M = 3.15$), do que aqueles que valorizaram o IP acima do valor da mediana ($M = 2.32$), $F(1, 42) = 5.16$, $p = .028$, $\eta^2 = .11$.

A mesma decomposição da interação de segunda ordem na medida Rejeição à Proximidade Distante revelou aquela mesma interação na condição de Focalização IP, $F(1, 86) = 7.29$, $p = .008$, $\eta^2 = .08$. Também neste caso, o mesmo não se verificou na condição Focalização IS, $F(1, 90) < 1$. O padrão de resultados foi consistente com o que acima reportamos, neste caso, entre aqueles mesmos participantes (i.e., focalizados no IP e que valorizaram o IP acima do valor da mediana), os que valorizaram o IS abaixo do valor da mediana reportaram maior Rejeição à Proximidade Distante ($M = 6.32$), do que os que valorizaram o IS acima do valor da mediana ($M = 7.83$), $F(1, 43) = 5.60$, $p = .023$, $\eta^2 = .12$. Uma vez mais, entre os participantes focalizados no IP, mas que valorizaram o IP abaixo do valor da mediana, este efeito não foi significativo ($F(1, 43) = 1.87$, *ns.*). Também nos participantes focalizados no IP e que valorizaram o IS abaixo do valor da mediana, aqueles que simultaneamente valorizaram o IP acima do valor da mediana, reportaram maior Rejeição à Proximidade Distante ($M = 6.32$), do que os que valorizaram o IP abaixo do valor da mediana ($M = 7.85$), $F(1, 44) = 6.46$, $p = .015$, $\eta^2 = .13$ (entre os participantes focalizados no IP, mas que valorizaram o IS acima do valor da mediana, este efeito não foi significativo, $F(1, 42) = 1.52$, *ns.*).

No conjunto, estes resultados, não foram totalmente consistentes com a nossa predição, e até revelaram padrões que não prevíamos. Por um lado, a focalização no IS, conduziu à manifestação de atitudes mais desfavoráveis, mas esse efeito apenas se revelou nos participantes que valorizaram pouco o nível pessoal de autodefinição da identidade. Por

outro lado, verificaram-se posicionamentos mais desfavoráveis em relação a pessoas homossexuais entre os participantes que, estando focalizados no IP: valorizaram mais fortemente o IP e pouco o IS, ou que valorizaram mais fortemente o IS e pouco o IP. Este último resultado parece mostrar que uma valorização forte do IS, conduz a julgamentos mais desfavoráveis, mesmo quando o contexto focaliza no IP, mas apenas quando simultaneamente o indivíduo valoriza pouco o IP.

2.3.2.18. Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais e Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais em Função de Sexo, Grupo Etário, Nível de Escolaridade, Valorização dos Níveis de Autodefinição da Identidade e Focalização nos Níveis de Autodefinição da Identidade

De seguida fizemos ANOVAs em função das variáveis sociodemográficas Sexo, Nível de Escolaridade e Grupo Etário. Devido ao efetivo insuficiente para efetuar análises de variância entrando os três fatores, estas foram realizadas entrando um fator de cada vez.

Nas análises efetuadas com o fator Sexo não foram encontrados quaisquer efeitos significativos. Nas análises com o fator Nível de Escolaridade verificámos uma interação Nível de Escolaridade x Focalização, na medida Rejeição à Proximidade Distante, $F(1, 180) = 3.94, p = .049, \eta^2 = .02$. Decompondo esta interação, em função do fator Focalização, constatou-se que os participantes menos escolarizados, independentemente de estarem focalizados no IP ou no IS, reportaram maior Rejeição à Proximidade Distante, do que os participantes mais escolarizados nas mesmas condições ($M = 6.57, DP = 2.37$ vs. $M = 7.78, DP = 1.63, F(1, 88) = 8.23, p = .005, \eta^2 = .09$, para menos escolarizados e mais escolarizados focalizados no IP e $M = 5.74, DP = 2.06$ vs. $M = 8.07, DP = 1.47, F(1, 92) = 39.04, p < .001, \eta^2 = .30$, para menos escolarizados e mais escolarizados focalizados no IS).

Finalmente as análises com Grupo Etário revelaram duas interações Grupo Etário x Focalização, uma na medida Rejeição à Proximidade Distante, $F(1, 180) = 6.22, p = .014, \eta^2 = .03$ e outra na medida Rejeição à Proximidade Íntima, $F(1, 180) = 4.95, p = .027, \eta^2 = .03$. No Quadro 2.14 estão sumarizados os resultados destas análises.

Quadro 2.14.

Médias e Desvios-Padrão para Proximidade Distante e Proximidade Íntima, em Função de Focalização e Grupo Etário

	Focalização			
	IP		IS	
	Jovens	Adultos	Jovens	Adultos
Proximidade Distante	7.46 (1.95)	7.10 (2.12)	7.95 (1.75)	6.11 (1.88)
Proximidade Íntima	6.08 (2.34)	5.17 (2.35)	6.80 (2.13)	4.39 (1.71)

Notas: Os valores variam entre 1 = *muitíssimo constrangido* e 9 = *nada constrangido*, para as medidas Proximidade Distante e Proximidade Íntima.

Como apresentado no Quadro 2.14, a decomposição da interação Grupo Etário x Focalização, na medida Rejeição à Proximidade Distante, em função de Focalização revelou que os participantes adultos focalizados no IS reportaram maior Rejeição à Proximidade Distante ($M = 6.11$), do que os participantes jovens focalizados no IS ($M = 7.95$), $F(1, 92) = 21.96$, $p < .001$, $\eta^2 = .19$. O mesmo não se verificou na condição Focalização IP, $F(1, 88) < 1$.

Decompondo esta mesma interação pelo fator Grupo Etário, constatou-se que entre os participantes adultos, os que foram focalizados no IS, reportaram uma Rejeição à Proximidade Distante marginalmente superior ($M = 6.11$), aos que foram focalizados no IP ($M = 7.10$), $F(1, 60) = 3.74$, $p = .058$, $\eta^2 = .06$. Entre os participantes jovens este efeito não foi significativo ($F(1, 120) = 2.20$, *ns*).

No que concerne à medida Rejeição à Proximidade Íntima, decompondo a interação Grupo Etário x Focalização em função deste último fator encontrou-se um padrão similar ao verificado na Rejeição à Proximidade Distante. Neste caso verificou-se que, entre os participantes focalizados no IS, os adultos reportaram maior Rejeição à Proximidade Íntima ($M = 4.39$), do que os jovens ($M = 6.80$), $F(1, 92) = 30.19$, $p < .001$, $\eta^2 = .25$. Na condição em que os participantes foram focalizados no IP, não se verificou este efeito de Grupo Etário, $F(1, 88) = 3.05$, *ns*.

Por outro lado, decompondo, em alternativa, esta mesma interação em função de Grupo Etário, verificou-se que entre os participantes jovens, aqueles que foram focalizados no IS, reportaram uma Rejeição à Proximidade Íntima marginalmente menor ($M = 6.80$), do

que os que foram focalizados no IP ($M = 6.08$), $F(1, 120) = 3.23$, $p = .075$, $\eta^2 = .03$. Entre os participantes adultos este efeito não foi significativo, $F(1, 60) = 2.25$, *ns*.

Verifica-se ainda uma interação Grupo Etário x Valorização Diferenciada IS na medida Atitude Favorável, $F(1, 180) = 4.51$, $p = .035$, $\eta^2 = .02$. No Quadro 2.15 apresentam-se os resultados destas análises.

Quadro 2.15.

Médias e Desvios-Padrão para Atitude Favorável, em Função de Valorização Diferenciada IS e Grupo Etário

		Valorização Diferenciada IS	
		Baixa	Alta
Atitude Favorável	Jovens	6.90 (1.66)	7.52 (1.45)
	Adultos	6.10 (1.32)	5.72 (1.48)

Notas: Os valores variam entre 1 = *discordo totalmente* e 9 = *concordo totalmente*.

Na Valorização Diferenciada IS, “Baixa” = valoriza IS abaixo do valor da mediana e “Alta” = valoriza IS acima do valor da mediana.

Analisando o Quadro 2.15, constatámos que, de forma consistente com o resultado anterior, quando decomposemos a interação Grupo Etário x Valorização Diferenciada IS na medida Atitude Favorável, em função do fator Grupo Etário, verificámos que os jovens que valorizaram o IS acima do valor da mediana reportaram uma atitude mais favorável ($M = 7.52$), do que os jovens que valorizaram o IS abaixo do valor da mediana ($M = 6.90$), $F(1, 120) = 4.97$, $p = .028$, $\eta^2 = .04$. Entre o grupo dos adultos o efeito de Valorização Diferenciada IS não foi significativo, $F(1, 60) = 1.13$, *ns*.

Alternativamente, a decomposição desta interação em função de Valorização Diferenciada IS, revelou que entre os participantes que valorizaram o IS abaixo do valor da mediana, os jovens reportaram atitudes mais favoráveis ($M = 6.90$), do que os adultos ($M = 6.10$), $F(1, 94) = 6.16$, $p = .015$, $\eta^2 = .06$, verificando-se o mesmo padrão entre os participantes que valorizaram o IS acima do valor da mediana, sendo a diferença entre os jovens ($M = 7.52$) e adultos ($M = 5.72$) simplesmente mais acentuada ($F(1, 86) = 26.86$, $p < .001$, $\eta^2 = .24$).

Uma vez que nas análises efetuadas com as variáveis demográficas cada um dos fatores foi analisado separadamente, os resultados encontrados nestas análises apenas

poderiam fornecer apoio parcial à última hipótese em estudo. De facto, entre os resultados obtidos, o único que parcialmente suportou esta hipótese, foi aquele reportado entre os participantes adultos. Em linha com a teoria da autocategorização, na condição em que este grupo de participantes foi focalizado nas suas pertenças grupais (um contexto de focalização em IS), verificou-se maior rejeição à proximidade, quer na comparação com adultos focados em IP, quer na comparação com jovens focados em IS. Os demais resultados, que serão discutidos adiante, embora relevantes, não deram suporte empírico à hipótese enunciada.

2.4. Discussão Geral dos Estudos 1 e 2

Iniciámos esta discussão, abordando a evidência dos dois estudos e em que medida esta nos permite estabelecer uma base de referência no conjunto de dimensões que foram analisadas.

2.4.1. O Padrão Global de Resultados

Os padrões encontrados permitem-nos concluir que o nível pessoal de autodefinição da identidade foi o mais valorizado pelos participantes, em detrimento do nível social de autodefinição da identidade. Por outro lado, encontrámos grande consistência nos resultados, que posicionam os participantes num pólo menos conservador, tanto ao nível das crenças morais, como no que se refere aos papéis de género e ainda das crenças políticas (apenas medidas no Estudo 1).

Verificou-se, também, que nos dois estudos os participantes revelaram uma atitude globalmente positiva em relação às pessoas homossexuais e, no mesmo sentido, reduzida rejeição à proximidade com esta categoria social. Indicaram, ainda, um baixo nível de contacto interpessoal com membros desta categoria social.

As análises nas medidas de preconceito em função, quer de variáveis sociodemográficas (sexo, nível de escolaridade, idade), quer de variáveis psicossociais (posicionamentos morais, de papéis de género e contacto interpessoal com pessoas homossexuais), revelaram padrões de resultados parcialmente concordantes entre os dois estudos e consistentes com a investigação neste domínio. Em linha com evidência prévia, verificou-se que posicionamentos mais favoráveis em relação a pessoas homossexuais estão mais associadas ao sexo feminino (e.g. Costa et al., 2010; Gato & Fontaine, 2011b; Seltzer, 1992), a menor idade e a níveis de escolaridade mais elevados (e.g., Herek, 1991; Simon, 1998). O mesmo sucede relativamente a contacto interpessoal mais elevado com pessoas

homossexuais (e.g. Costa et al., 2010; Gato & Fontaine, 2011b; Herek, 1991, 1994; Simon, 1998) e a posicionamentos morais e de papéis de género menos tradicionais e ainda a posicionamentos políticos menos conservadores (e.g. Gato & Fontaine, 2011b; Herek, 1991, 1994; Herek & Capitano, 1995; Marsiglio, 1993, in Crawford et al., 1999; Seltzer, 1992; Simon, 1998).⁴³

Os resultados das análises de regressão forneceram suporte adicional. Em ambos os estudos, ser do sexo feminino, ter ideologias morais menos conservadoras e crenças de papéis de género mais igualitárias, predisse atitudes mais favoráveis. Reduzida rejeição à proximidade (quer distante, quer íntima) foi adicionalmente predita, no Estudo 2, por maior grau de contacto interpessoal e por menores graus de desconforto psicológico com a manipulação experimental.

Embora a Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais tenha sido globalmente mais favorável, do que a Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros e a Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais tenha sido menor, do que a Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros, no Estudo 1, maior Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros foi predita, quer por uma Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais mais favorável, quer por uma maior Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais. Isto é, enquanto a relação entre a medida explícita “Atitude” (salientadora da norma de não discriminação) e a medida implícita “Rejeição à Proximidade” é inversa (“quanto mais...quanto menos”), a relação entre as duas medidas implícitas é de congruência (“quanto mais...quanto mais”).⁴⁴

Adicionalmente a medida mais explícita (a Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais) predisse maior preconceito numa medida mais implícita (Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros), enquanto uma medida mais implícita (Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais) não predisse maior preconceito numa medida mais implícita (Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros).

⁴³ Com exceção dos resultados do Estudo 1, com Grupo Etário e Nível de Escolaridade, onde não foi encontrado o padrão de resultados previsto (Cf. nota de rodapé n.º 47, p. 164, onde se avança uma possível explicação para essa ausência de resultados).

⁴⁴ A medida Atitude é uma medida mais direta de preconceito, enquanto a medida Rejeição à Proximidade pode ser vista como uma medida mais indireta de preconceito (e.g. Morrison et al., 2005, referem que medidas de distanciamento social, são medidas mais indiretas de medição do preconceito, por oposição a formas mais tradicionais e flagrantes).

Estes resultados parecem-nos interessantes por duas ordens de razões. Por um lado, parecem fornecer indicadores acerca da existência de formas mais subtis de preconceito, tomando em conta o padrão de correlações encontradas entre a medida Atitude e a medida Rejeição à Proximidade. Ou seja, face a um contexto que tornou saliente a norma de não discriminação, os sujeitos reportaram padrões inversos entre a medida explícita e a medida implícita, mas quando colocados num contexto que não tornou tão saliente essa norma, esse padrão inverso desapareceu, talvez porque a medida implícita tenha fornecido ao sujeito uma oportunidade de reportar mais “livremente” o seu posicionamento.⁴⁵

Por outro lado, parecem apoiar a existência de um *self-serving bias*, porque uma atitude pessoal favorável predisse uma maior rejeição à proximidade atribuída aos outros.

2.4.1.1. O efeito do contexto de comparação social.

De facto, no seu conjunto, os resultados parecem aportar alguns indicadores acerca do possível impacto que um contexto de comparação pode ter nas atitudes manifestadas pelos sujeitos. Quando não existia um contexto de comparação, isto é, nas *condições intersujeitos*, não existiu grande diferenciação entre a atitude manifestada pelos sujeitos e a atitude que atribuíram aos outros, face ao mesmo objeto-alvo. No entanto, quando o contexto de comparação se tornou saliente, isto é, nas *condições intrasujeitos*, assistiu-se à emergência de uma diferenciação bastante acentuada, reportando os sujeitos uma Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais bastante mais favorável, do que aquela que atribuíram aos outros. Este efeito foi ainda reforçado quando, nesse contexto de comparação, o sujeito reportou a Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais, depois de ter reportado a atitude que atribuiu aos outros, situação onde a Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais se tornou ainda mais favorável. Não existiu qualquer diferença significativa entre a Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais da condição intersujeitos (ou seja, quando o participante apenas reportou a sua atitude em relação às pessoas homossexuais) e as condições intrasujeitos.

Parece-nos, pois, que um contexto de comparação saliente estimulou efeitos de duas ordens. Por um lado, estimulou uma perceção acerca da atitude alheia como mais desfavorável do que a própria. Por outro lado, incrementou a favorabilidade da Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais do sujeito, quando a sua atitude pessoal foi

⁴⁵ No capítulo da Conclusão, retomaremos esta questão, articulando-a com o referencial teórico da temática das formas subtis de preconceito.

expressa depois da atitude que atribuiu aos outros. Isto é, quando o sujeito primeiro reportou a atitude que atribuiu aos outros, manifestou de seguida uma atitude pessoal mais favorável face ao objeto-alvo. Em ambos os casos, pareceu existir uma necessidade de diferenciação máxima positiva do “eu” face aos “outros”, que foi satisfeita através da existência de um *self-serving bias* (viés de autofavorecimento).⁴⁶

No padrão de resultados encontrado para a Rejeição à Proximidade constatámos que a Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais foi consistentemente menor do que a Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros, não tendo sido influenciada pela existência de um contexto de comparação, nem pela ordem de resposta aos itens. Já a Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros foi incrementada quando existiu um contexto de comparação saliente (independentemente da ordem de apresentação dos itens). Neste caso, foi apenas necessário existir um contexto de comparação saliente para que o sujeito atribísse maior rejeição à proximidade aos outros.

Este padrão de resultados foi parcialmente sobreponível ao padrão de resultados relativo à Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais e Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros, na medida em que revelou a existência de uma consistente diferenciação positiva do “eu” face aos “outros”, mas uma relativa independência desta necessidade de diferenciação de um contexto de comparação saliente.⁴⁷

Os resultados conjuntos destes dois estudos permitiram-nos, assim, estabelecer uma base de referência global, que poderá servir como linha orientadora em futuras investigações, uma vez que foram analisadas junto de duas amostras da população portuguesa, um conjunto de dimensões recorrentemente associadas à manifestação do preconceito homofóbico. Adicionalmente, permite estabelecer uma linha basal de atitudes dirigidas a pessoas homossexuais. A elevada consistências de resultados entre os dois estudos funcionou, ainda, como critério de sustentação dos mesmos.⁴⁸

⁴⁶ A possibilidade de existência deste efeito é mencionada em outros momentos, ao longo da apresentação de resultados e será mais detalhadamente analisada e teoricamente articulada no capítulo da Conclusão.

⁴⁷ De referir ainda que, muito embora tenham sido encontradas diferenças em algumas VD's em função de Sexo (e apenas uma diferença numa VD em função de Grupo Etário), a ausência de diferenças em função de Nível de Escolaridade e quase ausência em função de Grupo Etário, reforça a robustez dos efeitos encontrados, uma vez que parece que estes se devem menos a variáveis externas (como as variáveis sociodemográficas), e mais ao contexto de comparação, experimentalmente manipulado, em que os participantes foram colocados. De facto, parece que o contexto de comparação foi tão “forte”, que “anulou” as potenciais e teoricamente expectáveis diferenças em função das variáveis sociodemográficas e que, como veremos adiante, nas mesmas análises efetuadas no Estudo 2 (onde não existiu este contexto de comparação) se verificaram.

⁴⁸ Consultar mais à frente nas limitações, restrições relativas às amostras utilizadas.

Para além disso, o conjunto de resultados permitiu ainda sustentar as primeiras seis hipóteses de cada um dos estudos (com exceção parcial da hipótese 3 do Estudo 1, e exceção da hipótese 2, do mesmo estudo).

2.4.2. O Efeito da Valorização Relativa da Identidade Pessoal e da Identidade Social e da Focalização Num dos Dois Níveis de Autodefinição da Identidade

Finalmente, nas análises de regressão recolheram-se alguns indicadores acerca do impacto da valorização dos níveis de autodefinição nas atitudes manifestadas. Dos resultados pode inferir-se que, quer uma maior valorização do nível pessoal de autodefinição, quer uma valorização mais acentuada do nível social de autodefinição, contribuem para posicionamentos mais desfavoráveis em relação a pessoas homossexuais (embora no Estudo 2, uma marginalmente menor Rejeição à Proximidade Distante tenha sido predita por uma menor valorização do nível social de autodefinição da identidade).⁴⁹

As hipóteses 7 [que articulam as perspetivas "tradicionais" sobre o preconceito e a discriminação - focadas essencialmente em processos sociocognitivos (cf. Oakes et al, 1994) - com a abordagem da identidade social, que preconiza que os processos identitários subjacentes às relações entre categorias sociais (bem como no interior das mesmas) são centrais para compreender a emergência do preconceito e da discriminação] configuraram a principal inovação nestes dois estudos, particularmente no que concerne ao estudo das atitudes em relação às pessoas homossexuais, ao testar-se a ideia de que existe uma relação entre níveis contrastantes de autodefinição da identidade e o preconceito em relação a este grupo social.

Na hipótese 7 do Estudo 1, testámos a relação entre os níveis pessoal e social de autodefinição da identidade e o preconceito homofóbico. Do conjunto de análises efetuadas para testar esta hipótese não foi possível extrair evidência suficiente para a sustentação de uma tal relação. Em nosso entender, embora o conjunto de resultados não seja totalmente consistente, permite, ainda assim, delinear um certo padrão de tendências. Por um lado, nas análises globais, a valorização simultânea do IS e do IP pareceu incrementar, quer a Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais, quer a Rejeição à Proximidade Atribuída aos Outros. Também pareceu existir um efeito isolado da valorização do IS na Rejeição à Proximidade com Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros. Nas análises parciais, a

⁴⁹ Retomamos estes resultados no capítulo da Conclusão, onde procuraremos interpretar, à luz do quadro teórico apresentado, alguns dos resultados obtidos.

valorização acima do valor da mediana do IS conduziu as mulheres a fazerem atribuições de atitudes mais desfavoráveis aos outros, do que quando essa valorização se situou abaixo do valor da mediana. Foi nas análises com grupo etário que se verificaram mais efeitos significativos. Os adultos que valorizaram o IS acima do valor da mediana, ou que valorizaram fortemente ambos os níveis de autodefinição da identidade, reportaram maior Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais e atribuíram aos outros atitudes mais desfavoráveis, do que os que valorizaram o IS abaixo do valor da mediana. Por outro lado, os jovens que valorizaram fortemente o IP atribuíram atitudes mais desfavoráveis aos outros, do que adultos nas mesmas condições. Concomitantemente, verificou-se que adultos que valorizaram fortemente o IP reportaram maior Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais, do que jovens nas mesmas condições.

Finalmente, os jovens que não valorizaram nenhum nível de autodefinição atribuíram aos outros atitudes mais favoráveis, do que os adultos nas mesmas condições, enquanto adultos que valorizaram ambos os níveis de autodefinição reportaram maior Rejeição Própria à Proximidade com Pessoas Homossexuais, do que os jovens nas mesmas condições.

Parece que a valorização do nível social de autodefinição da identidade teve impacto nas atitudes manifestadas pelos adultos, tornando-as menos favoráveis. O impacto da valorização do nível pessoal da identidade não foi consistente, parecendo influenciar jovens e adultos de formas opostas. Se nos primeiros, os conduziu a atribuições atitudinais mais desfavoráveis e menor grau de rejeição própria à proximidade, nos segundos conduziu à manifestação de maiores níveis de rejeição própria à proximidade e à atribuição aos outros de atitudes menos desfavoráveis.

A fraca valorização dos níveis de autodefinição da identidade inverteu por completo o padrão anterior, com os jovens a fazerem atribuições atitudinais mais favoráveis do que os adultos.⁵⁰

Os resultados encontrados, apesar de apontarem para um relativo impacto do nível social de autodefinição da identidade, não consubstanciam, em nosso entender, evidências suficientes para confirmar a última hipótese do Estudo 1, em que prevíamos que seria entre

⁵⁰ Estes resultados, juntamente com as diferenças encontradas, tanto na Atitude Própria e Atitude Atribuída aos Outros, quanto na Rejeição Própria à Proximidade e Atribuída aos Outros (anteriormente descritos) serão de novo abordados no capítulo da Conclusão (cf. seções “O impacto do nível pessoal de autodefinição da identidade nos *outputs* das dinâmicas de grupo”, p. 253, “Impacto diferenciado dos níveis de autodefinição da identidade nas manifestações atitudinais”, p. 255 e “O papel primordial do contexto na emissão de julgamentos”, p. 257). Parece-nos que fornecem indicadores acerca da importância de contextos de comparação salientes e de questões ligadas ao impacto diferenciado do IP e do IS e das normas sociais, na manifestação atitudinal geracional.

os participantes que valorizassem mais o nível social de autodefinição, que se verificariam as atitudes menos favoráveis em relação às pessoas homossexuais. A hipótese 7 do Estudo 2 adicionou um novo nível à hipótese 7 do Estudo 1, na medida em que, por um lado, e à semelhança desta última, testou o possível efeito que uma valorização diferenciada dos níveis de autodefinição poderia ter nas medidas de preconceito, e, por outro lado, através da manipulação experimental da focalização, testou também a possível influência da saliência do contexto.

Foi nesta última hipótese que se articularam efetivamente, os pressupostos, quer da teoria da identidade social (que propõe que a necessidade de garantir uma identidade social positiva, através da maximização da distintividade intergrupar favorável ao endogrupo, pode levar à emergência de comportamentos discriminatórios, nomeadamente a manifestação de atitudes desfavoráveis relativamente a exogrupos relevantes), quer da teoria da autocategorização, que defende que o comportamento dos indivíduos é contextualmente dependente, ou seja, apenas um contexto que torne saliente uma definição em termos de identidade social do indivíduo o levará a adotar comportamentos baseados nas suas pertenças grupais, e, conseqüentemente, a discriminar.

No entanto, o conjunto dos resultados que testaram esta última hipótese, não forneceu evidências claras e inequívocas que a possam sustentar. De facto, encontrámos um padrão de resultados diferente daquele que esperávamos. Nem a valorização do nível social de autodefinição da identidade, nem a focalização neste nível de autodefinição da identidade contribuiu, por si só, para a manifestação de posicionamentos mais desfavoráveis em relação a pessoas homossexuais.

Quando os participantes foram focalizados em IS, reportaram atitudes mais desfavoráveis, mas apenas quando valorizavam pouco IP, parecendo que foi mais a fraca valorização da identidade pessoal e não a forte valorização da identidade social, que produziu atitudes decorrentes das pertenças grupais, elicitadas pela focalização em IS. E a valorização forte do IS, conduziu a julgamentos mais desfavoráveis, mesmo quando o contexto focalizava os participantes em IP, mas apenas quando estes simultaneamente valorizavam pouco a sua identidade pessoal. Ou seja, pareceu particularmente relevante a baixa valorização da identidade pessoal na manifestação de atitudes discriminatórias.

Pelo contrário, entre os participantes que valorizaram mais fortemente a identidade pessoal e que foram focalizados neste nível de autodefinição, a valorização simultânea do

nível social de autodefinição conduziu à manifestação, quer de uma atitude menos desfavorável, quer de menor rejeição à proximidade distante. Isto é, a valorização das pertenças grupais, contribuiu para um posicionamento mais favorável em relação a pessoas homossexuais, o que não seria de esperar, no quadro conceptual que enunciámos. De facto, o que verificámos foi que a valorização mais forte do nível pessoal da identidade, em conjugação com a focalização contextual neste mesmo nível de autodefinição (e baixa valorização do nível social de autodefinição da identidade), conduziu à manifestação de atitudes mais desfavoráveis e de maior rejeição à proximidade distante.

Nas análises parciais, encontrámos, à semelhança do Estudo 1, um padrão de resultados inconsistente em relação ao impacto dos níveis de autodefinição nas atitudes. Por um lado, entre os jovens, tanto a valorização do nível social de autodefinição, como a focalização neste nível de autodefinição, conduziu à manifestação de atitudes mais favoráveis e menor rejeição à proximidade, do que a valorização do nível pessoal de autodefinição ou a focalização neste nível de autodefinição. Os jovens focados no nível social de autodefinição também reportaram atitudes mais favoráveis, do que os adultos focados nesse nível de autodefinição. Por seu turno, os participantes adultos focalizados na dimensão social da sua identidade manifestaram maior rejeição à proximidade, do que os participantes jovens nas mesmas condições e também do que os adultos focalizados na dimensão pessoal da sua identidade. Isto é, enquanto os jovens focalizados na dimensão social da sua identidade reportaram atitudes mais favoráveis, do que os jovens focalizados na dimensão pessoal da sua identidade, com os adultos verificou-se o padrão oposto.

Este último resultado, juntamente com o resultado encontrado nas análises globais com a valorização forte do IS, fornecem um suporte parcial à hipótese 7, na medida em que evidenciam o impacto do nível social de autodefinição nas atitudes manifestadas. No entanto, e à semelhança do Estudo 1, a hipótese 7 não recebeu suporte suficiente que a confirmasse, uma vez que prevíamos que seria entre os participantes que valorizassem mais o nível social de autodefinição e simultaneamente estivessem focalizados neste mesmo nível de autodefinição, que se verificariam as atitudes menos favoráveis em relação às pessoas homossexuais e maior rejeição à proximidade com pessoas homossexuais.⁵¹

⁵¹ Cf. secções “O impacto do nível pessoal de autodefinição da identidade nos *outputs* das dinâmicas de grupo” (p. 253), “Impacto diferenciado dos níveis de autodefinição da identidade nas manifestações atitudinais” (p. 255) e “O papel primordial do contexto na emissão de julgamentos” (p. 257), do capítulo da Conclusão, onde se apresenta e discute uma tentativa de interpretação destes resultados.

2.4.3. Algumas Limitações e Considerações⁵²

Finalizamos referindo algumas limitações, bem como alguns potenciais contributos, dos estudos apresentados neste capítulo. Uma limitação inerente a estes estudos prende-se com o desconhecimento acerca da orientação sexual dos participantes. No entanto, e tendo em conta que (1) se estima em 10 % a percentagem de pessoas homossexuais na população (estimativa que, em Portugal, não foi ainda confirmada por nenhum estudo; cf. Savin-Williams, 2006 e Bagley & Tremblay, 1998, para estudos sobre prevalência da homossexualidade) e que (2) seriam de esperar respostas mais favoráveis e menos estereotipadas de participantes com orientação sexual homossexual, pode-se dizer com alguma segurança, que esta limitação não invalida, por si mesma, as conclusões aqui extraídas. É também importante exercer prudência ao nível da generalização dos resultados por dois motivos: (1) embora as amostras incluam participantes de idade e escolaridade variada e de ambos os sexos, foram utilizadas amostragens de conveniência e, (2) apenas se verificaram resultados significativos nas análises que testaram o efeito moderador de variáveis sociodemográficas (e não nas análises globais).

No seu conjunto, estes estudos contribuíram para reforçar a ideia da importância de identificar em amostras portuguesas mais representativa (ainda existem poucos estudos feitos em Portugal e muita investigação anterior, quer nacional, quer internacional, utilizou maioritariamente amostras constituídas por jovens altamente escolarizados) a relação estabelecida entre algumas variáveis sociodemográficas e psicossociais e as atitudes em relação a pessoas homossexuais, permitindo estabelecer uma “linha-base” de atitudes direcionadas a esta categoria social.

Finalmente, parece-nos que o principal contributo destes estudos se situa na análise entre as possíveis conexões entre os níveis de autodefinição da identidade e as atitudes dirigidas a pessoas homossexuais. Concretamente, perceber de que forma a definição de identidade do indivíduo opera ao nível das suas atitudes e qual o impacto que os contextos podem ter na manifestação de comportamentos discriminatórios.

⁵² Na secção “Limitações, Contributos e Pistas para o Futuro” do capítulo da Conclusão (p. 267), são apresentadas de forma mais extensa e pormenorizada, as principais limitações do conjunto de estudos realizados, bem como sugestões mais exaustivas de pistas para investigações futuras.

Capítulo III

Estudos empíricos 3, 4 e 5

Neste capítulo apresentamos dois estudos experimentais (Estudos 4 e 5), que constituem um segundo bloco de estudos empíricos, desta feita com a intenção de testar experimentalmente a atitude em relação à adoção e à homoparentalidade. Apresentamos também um estudo piloto (Estudo 3), conduzido previamente àqueles dois, que teve como objetivo a recolha de material a utilizar nos mesmos.

3.1. Estudo 3 – Estudo Piloto

O objetivo principal do estudo piloto foi o de recolher dados que nos permitissem escolher os comportamentos-alvo a utilizar nos dois estudos subsequentes.

Através da diferenciação entre vários comportamentos em função da sua frequência, correção e consequência, estabelecemos um conjunto de comportamentos que os indivíduos definiram como comportamentos normativos ou desviantes.⁵³

Para a seleção dos comportamentos que utilizámos neste estudo, inspiramo-nos nos trabalhos de Catita (2008).

Cada comportamento foi avaliado relativamente à sua frequência, correção e consequência.⁵⁴

3.1.1. Método

3.1.1.1. Participantes

Participaram no estudo 80 adultos (43 mulheres), com idades compreendidas entre os 18 e os 49 anos ($M = 23.61$, $DP = 7.20$) e escolaridade compreendida entre os 12 e os 23 anos ($M = 15.05$, $DP = 2.09$). Estes foram aleatoria e equitativamente distribuídos pelas condições experimentais, em função de Sexo, $\chi^2(3) < 1$.

3.1.1.2. Procedimento

Foi solicitada a participação de estudantes de várias turmas dos diferentes anos do Mestrado Integrado em Psicologia da FPCEUP. Alguns questionários foram aplicados de

⁵³ Mediante os resultados relativos à atribuição de Correção e Consequência, é-nos possível afirmar que os comportamentos foram globalmente percecionados como comportamentos normativos ou desviantes. Cf. mais à frente, secção dos resultados, subsecções “Frequência, Correção, Consequência e Relação entre Correção e Consequência, dos Comportamentos-Alvo Normativos” (p. 175) e “Frequência, Correção, Consequência e Relação entre Correção e Consequência, dos Comportamentos-Alvo Desviantes” (p.176).

⁵⁴ A medida relativa à Correção pretende aferir da percepção de gravidade atribuída a cada comportamento-alvo. No entanto, optámos por uma escala de resposta a variar entre 1 = *muito incorreto* e 9 = *muito correto* em vez de 1 = *muito grave* e 9 = *nada grave*, por nos parecer que a utilização do termo “correto” seria igualmente adequada à avaliação de comportamentos-alvo, quer normativos, quer desviantes, enquanto o termo “grave” seria mais adequado aos comportamentos-alvo desviantes.

forma avulsa a pessoas de sexo, idade e escolaridade variável. O questionário foi descrito como um inquérito de opinião, no âmbito de um estudo que fazia parte de uma investigação ao abrigo do Programa Doutoral em Psicologia. Os participantes foram informados que a participação tinha carácter voluntário, tendo sido garantido o anonimato e confidencialidade das respostas. Foi também fornecida uma breve instrução verbal relativamente ao processo de resposta.

Na primeira página do questionário era feito um enquadramento geral do estudo, bem como fornecida uma instrução relativa ao procedimento de resposta a adotar. Eram ainda recolhidos os dados demográficos (sexo, idade e anos de escolaridade).

3.1.1.3. Medidas Dependentes

3.1.1.3.1. Frequência, correção e consequência do comportamento.

Solicitou-se aos participantes que avaliassem 10 comportamentos normativos ou 10 comportamentos desviantes, quanto à sua frequência, correção e consequência (punição/recompensa). A título de exemplo, nos comportamentos normativos figuravam, por exemplo, “na fila da cantina deixou passar à frente uma criança que tinha um pé engessado”, “ajudou a apagar um fogo, que outras crianças atearam no pátio da escola” ou “ajudou a compor o compasso de um colega”. Nos comportamentos desviantes encontravam-se, entre outros, “saltou o portão da escola e fugiu”, “incendiou vários baldes do lixo” ou “pintou, sem autorização, o muro da escola”.

Foram criadas duas versões do questionário que diferiam no nome do autor do comportamento (João, no caso do sexo masculino e Joana, no caso do sexo feminino), para testar o efeito do grupo sexual de pertença do alvo. Para cada comportamento foi solicitado ao participante que assinalasse numa escala de 9 pontos a sua opinião relativamente à Frequência do comportamento (1 = *nada frequente*, 9 = *muito frequente*), à sua Correção (1 = *muito incorreto*, 9 = *muito correto*) e à Consequência que considerava adequada (1 = *muito castigado*, 9 = *muito recompensado*) (cf. Anexo 3).

3.1.1.4. Desenho Experimental

Foi empregue um plano fatorial 2 (Tipo de Comportamento: Normativo vs. Desviante) x 2 (Grupo Sexual de Pertença do Alvo: Feminino vs. Masculino).

3.1.2. Resultados

3.1.2.1. Frequência, Correção, Consequência e Relação Entre Correção e Consequência, dos Comportamentos-Alvo Normativos

No Quadro 3.1 apresentam-se as médias e desvios-padrão da Frequência, Correção e Consequência atribuídas a cada comportamento-alvo normativo. São também apresentados os valores de correlação entre a Correção e a Consequência.

Quadro 3.1.

Médias e Desvios-Padrão da Frequência, Correção e Consequência e Correlação entre Correção e Consequência, para cada Comportamento-Alvo Normativo

	Frequência	Correção	Consequência	<i>r_{c.c}</i>
	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	
4. Deixar uma criança passar à frente na fila para a cantina	6.00 (2.01) ^{ab}	8.58 (0.96) ^a	7.10 (1.72) ^{ab}	.34*
8. Fazer reciclagem do lixo na escola	4.45 (2.06) ^{cd}	8.45 (0.99) ^{ab}	7.03 (1.79) ^{ab}	.31*
3. Compor o compasso de um colega	6.18 (1.32) ^a	8.13 (1.27) ^b	6.88 (1.64) ^{ab}	.52***
9. Doar a uma instituição o prémio ganho num concurso	3.00 (2.01) ^e	7.90 (1.58) ^b	6.95 (1.85) ^{ab}	.34*
6. Ajudar a apagar um fogo	4.85 (2.25) ^{cd}	7.85 (1.76) ^{bc}	7.43 (1.84) ^a	.81***
2. Interromper uma briga de colegas	5.55 (2.05) ^{abc}	7.46 (1.89) ^{bc}	6.59 (2.07) ^{bc}	.73***
1. Recusar um cigarro	5.48 (1.55) ^{bc}	7.06 (2.15) ^c	6.39 (2.03) ^{bc}	.70***
7. Desligar o telemóvel na aula	2.80 (2.13) ^e	6.98 (1.83) ^c	5.93 (1.33) ^c	.34*
5. Ter uma lapiseira a mais para alguém que precise	4.30 (2.55) ^d	6.85 (1.58) ^c	6.33 (1.56) ^c	.74***

Notas: Na medida Frequência os valores variam entre 1 = *nada frequente* e 9 = *muito frequente*; na medida Correção os valores variam entre 1 = *muito incorreto* e 9 = *muito correto* e na medida Consequência os valores variam entre 1 = *muito castigado* e 9 = *muito recompensado*. Os comportamentos estão dispostos no quadro por ordem decrescente de médias na medida Correção. *r_{c.c}*, correlação entre Correção e Consequência.

Caracteres diferentes indicam diferenças significativas a $p < .05$, entre os comportamentos, separadamente para Frequência, Correção e Consequência. Comparação das correlações *z* de Fisher, $Z < 1$ (entre Correção e Consequência).

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$.

Pela análise do Quadro 3.1. constatámos que se verificaram diferenças significativas entre os comportamentos normativos, em cada uma das três dimensões avaliadas ($F_{8, 312} =$

7.70, $p < .001$, $\eta^2 = .17$; $F(8, 312) = 18.19$, $p < .001$, $\eta^2 = .32$; $F(8, 312) = 4.61$, $p < .001$, $\eta^2 = .11$, respectivamente para Correção, Frequência e Consequência). Todos os comportamentos normativos foram considerados corretos (menor $t(39) = 6.06$, $p < .001$, quando comparados com o ponto médio [5] da escala de resposta, para “recusar um cigarro”) e merecedores de recompensa (menor $t(39) = 4.33$, $p < .001$, quando comparados com o ponto médio [5] da escala de resposta, também para “recusar um cigarro”). O comportamento que foi considerado o mais correto de todos foi “Deixar uma criança passar à frente na fila para a cantina”, seguido de “Fazer reciclagem do lixo na escola”, “Compor o compasso de um colega” e “Doar a uma instituição o prêmio ganho num concurso. No extremo oposto, figuraram os comportamentos “Desligar o telemóvel na aula” e “Ter uma lapiseira a mais para alguém que precise”.

Também é possível constatar que todas as correlações entre Correção e Consequência foram positivas e significativas, indicando que, quanto maior é a correção atribuída pelos participantes ao comportamento, mais se considera que este deve ser recompensado.

3.1.2.2. Frequência, Correção, Consequência e Relação Entre Correção e Consequência dos Comportamentos-Alvo Desviantes

À semelhança do que se apresentou acima para os comportamentos normativos, apresentamos no Quadro 3.2. as médias e desvios-padrão atribuídos para a Frequência, Correção e Consequência de cada comportamento-alvo desviante, bem como os valores de correlação entre a Correção e a Consequência.

Quadro 3.2.

Médias e Desvios-Padrão da Frequência, Correção e Consequência e Correlação entre Correção e Consequência, para cada Comportamento-Alvo Desviante

	Frequência	Correção	Consequência	<i>r_{C.C}</i>
	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	
6. Esquecer de levar os materiais escolares no dia de uma apresentação	6.23 (2.21) ^b	3.75 (1.03) ^a	4.13 (0.88) ^a	.32*
5. Durante a aula trocar mensagens no telemóvel	8.28 (1.22) ^a	3.63 (1.51) ^{ab}	3.83 (1.13) ^{ab}	.79***
8. Estar sempre metido em problemas, com o grupo dos amigos	6.05 (2.00) ^{bc}	2.85 (1.44) ^b	3.05 (1.36) ^c	.59***
1. Partir a calculadora de um colega	3.33 (1.75) ^f	2.83 (2.25) ^{bc}	3.33 (1.10) ^{bc}	.43**
7. Pintar sem autorização o muro da escola	5.00 (2.20) ^{de}	2.69 (1.24) ^{bc}	2.83 (1.32) ^c	.74***
2. Saltar o portão da escola e fugir	5.20 (2.23) ^{cd}	2.55 (1.36) ^{bc}	3.05 (1.18) ^c	.64***
3. Responder com um palavrão ao professor	4.32 (2.47) ^e	1.38 (0.77) ^d	2.03 (1.06) ^d	.27
9. Incendiar baldes do lixo	3.30 (1.88) ^f	1.20 (0.41) ^d	1.50 (0.99) ^e	.32*
4. Levar uma faca para a escola	3.25 (1.86) ^f	1.00 (0.00) ^e	1.55 (0.90) ^e	-

Notas: Na medida Frequência os valores variam entre 1 = *nada frequente* e 9 = *muito frequente*; na medida Correção os valores variam entre 1 = *muito incorreto* e 9 = *muito correto* e na medida Consequência os valores variam entre 1 = *muito castigado* e 9 = *muito recompensado*. Os comportamentos estão dispostos no quadro por ordem decrescente de médias na medida Correção. *r_{C.C}*, correlação entre Correção e Consequência.

Caracteres diferentes indicam diferenças significativas a $p < .05$, entre os comportamentos, separadamente para Frequência, Correção e Consequência.

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$.

Analisando o Quadro 3.2. constatámos que, tal como para os comportamentos normativos, verificaram-se diferenças significativas entre os comportamentos desviantes, em cada uma das 3 dimensões avaliadas ($F_{8, 312} = 20.02, p < .001, \eta^2 = .43$; $F_{8, 312} = 41.49, p < .001, \eta^2 = .52$; $F_{8, 312} = 40.78, p < .001, \eta^2 = .51$, respetivamente para Correção, Frequência e Consequência).

Todos os comportamentos desviantes foram considerados incorretos (menor $t_{39} = -5.75, p < .001$, quando comparados com o ponto médio [5] da escala de resposta, para “durante a aula trocar mensagens de telemóvel”) e merecedores de castigo (menor $t_{39} = -$

6.27, $p < .001$, quando comparados com o ponto médio [5] da escala de resposta, para “no dia de uma apresentação esquecer de levar os materiais escolares”).

O comportamento considerado como o mais incorreto foi “levar uma faca para a escola”, seguido-se-lhe “incendiar baldes do lixo” e “responder com um palavrão ao professor”. Como comportamentos menos incorretos figuram “Esquecer de levar os materiais escolares no dia de uma apresentação” e “Durante a aula trocar mensagens no telemóvel”.

As correlações entre Correção e Consequência foram todas positivas e significativas: inversamente ao que sucedeu nos comportamentos normativos, quando se tratou de comportamentos desviantes, quanto mais os participantes o consideraram incorreto, mais acharam que deveria ser castigado.⁵⁵

3.1.2.3. Julgamentos dos Comportamentos-Alvo em Função do Sexo do Participante e do Grupo Sexual de Pertença do Alvo

Para verificarmos se o sexo do participante e o grupo sexual de pertença do alvo influenciaram a avaliação feita em cada dimensão e para cada comportamento, efetuámos um conjunto de ANOVAs com os fatores Sexo do Participante x Grupo Sexual de Pertença do Alvo x Comportamento-Alvo. Estas análises revelaram apenas uma interação significativa Comportamento-Alvo x Sexo do Participante, $F(1,72) = 7.83$, $p = .007$, $\eta^2 = .10$, na medida Consequência, do comportamento 8.⁵⁶

Decompondo esta interação em função de Comportamento-Alvo, constatámos que existiram diferenças significativas na avaliação da Consequência do comportamento 8, em função do Sexo do Participante, mas apenas quando o comportamento era normativo, $F(1, 36) = 7.92$, $p = .008$, $\eta^2 = .18$ (não foi encontrado nenhum efeito ou interação para comportamento desviante, maior $F(1, 36) = 1.62$, ns). Este resultado indica que os homens atribuíram a esse comportamento (“Fazer reciclagem do lixo na escola”) uma menor recompensa, do que as mulheres ($M = 6.21$, $DP = 1.81$ e $M = 7.76$, $DP = 1.45$, respetivamente).

3.1.2.4. Seleção de Comportamentos-Alvo Para os Estudos 4 e 5

⁵⁵ Como a Correção do comportamento “levar uma faca para a escola” teve variância nula, não é possível correlacionar a Correção com a Consequência.

⁵⁶ Doravante, os dígitos apresentados correspondem à ordem de apresentação dos comportamentos no respetivo questionário.

Para a seleção dos comportamentos-alvo a utilizar nos Estudos 4 e 5, regemo-nos pelos seguintes critérios: em cada um dos estudos subsequentes tinham de ser utilizados dois comportamentos-alvo normativos e dois comportamentos-alvo desviantes (critério 1) e esses dois comportamentos-alvo tinham de ser o mais equivalentes possível entre si (critério 2).⁵⁷

Adicionalmente, para a seleção dos comportamentos-alvo do Estudo 4, selecionámos aqueles que se situassem numa posição intermédia na dimensão Correção (critério 3) e se possível, apresentassem valores de correlação elevada entre as dimensões Correção e Consequência (critério 4). Para o Estudo 5, decidimos utilizar comportamentos-alvo que tivessem tido uma avaliação mais extrema na dimensão Correção (critério 5).⁵⁸

Nos comportamentos normativos, na dimensão Correção, nenhum comportamento teve valor igual a [9] ou a [6]. Portanto, para um comportamento ter uma avaliação intermédia tinha de ter uma avaliação igual a [7] e para ter uma avaliação extrema, teria de ter uma avaliação igual a [8] (ou acima de [8] mas inferior a [9]).

Os comportamentos 2, 1, 7 e 5 tiveram uma avaliação na dimensão Correção igual a [7], os comportamentos 3, 9 e 6 tiveram uma avaliação na dimensão Correção igual a [8] e os comportamentos 4 e 8, tiveram uma avaliação nessa dimensão entre [8] e [9] (mas diferente, tanto do valor [8], como do valor [9]). Dos comportamentos com uma avaliação intermédia na dimensão Correção, excluímos o comportamento 7 (porque apresentava uma baixa correlação “Correção-Consequência”) e o comportamento 5 (porque nos pareceu um comportamento um pouco insípido e pouco capaz de elicitar avaliações diferenciadas). Dos comportamentos com uma avaliação extrema na dimensão Correção, excluímos o comportamento 4 (por ter um valor de frequência significativamente acima do ponto intermédio [5] da escala de resposta; $t_{39} = 3.14$, $p = .003$) e o comportamento 3 (porque também apresentava um valor na dimensão Frequência mais elevado).

Assim, para o Estudo 4 selecionámos os comportamentos normativos 2 e 1. Estes comportamentos tinham uma avaliação intermédia (igual ao valor [7]) na dimensão Correção, cumprindo assim o critério 3 (comportamento 1: Correção - $M = 7.06$ (2.15); comportamento 2: Correção - $M = 7.46$ (1.89); ambos equivalentes ao valor [7] da escala de

⁵⁷ Do ponto de vista metodológico, a inclusão de dois comportamentos-alvo, em vez de apenas um, contribui para uma interpretação mais clara dos resultados, uma vez que diminui a possibilidade da existência de um *confound* entre o efeito das VI's e o comportamento específico utilizado.

⁵⁸ O critério 5 foi adicionado depois de concluído o Estudo 4, uma vez que, depois de analisados os resultados do Estudo 4, constatámos que a utilização de comportamentos numa posição intermédia na dimensão Correção (critério 3), revelou efeitos pouco expressivos, pelo que optámos por incluir no Estudo 5 comportamentos que tivessem tido uma avaliação mais extrema nessa dimensão, para potenciar a manifestação de efeitos.

resposta, maior $t_{39} = 1.54$, *ns*). Apresentavam também valores elevados de correlação entre as dimensões Correção e Consequência (critério 4) e eram equivalentes nas três dimensões (critério 2; todos $t_{39} < 1$).

Para o Estudo 5, selecionámos os comportamentos normativos 8 e 9. Estes comportamentos tinham uma avaliação extrema (igual ou superior ao valor [8]) na dimensão Correção, cumprindo assim o critério 5 (comportamento 8: Correção - $M = 8.45$, $DP = 0.99$; comportamento 9: Correção: $M = 7.90$, $DP = 1.58$; ambos equivalente ao valor [8] da escala de resposta, maior $t_{39} = 2.89$, *ns*). Apresentavam também valores significativos de correlação entre as dimensões Correção e Consequência (critério 4). Relativamente ao critério 2, a comparação entre os dois comportamentos nas três dimensões, revelou que apenas foram equivalentes na dimensão Consequência ($t_{39} < 1$). Não foram equivalentes na dimensão Frequência ($t_{39} = 3.99$, $p < .001$), nem na dimensão Correção ($t_{39} = 2.29$, $p = .027$).⁵⁹

A avaliação da Correção dos comportamentos desviantes teve valores absolutos compreendidos entre [1] e [4]. Comportamentos com uma avaliação intermédia tiveram avaliações situadas entre [2] e [3] e comportamentos com avaliação extrema tiveram valores entre [1] e [2]. Os comportamentos 6 e 4 tiveram uma avaliação na dimensão Correção igual a [4], os comportamentos 8, 1 e 7 tiveram uma avaliação na dimensão Correção igual a [3], o comportamento 2 teve uma avaliação nessa dimensão situada ente [2] e [3], os comportamentos 3 e 9, tiveram uma avaliação nessa dimensão entre [1] e [2] e, finalmente, o comportamento 4 teve uma avaliação igual a [1].

Assim, os comportamentos 8, 1, 7 e 2 apresentaram um valor intermédio na avaliação da Correção e os comportamentos 3, 9 e 4, uma avaliação extrema nessa dimensão.

Dos comportamentos com uma avaliação intermédia na dimensão Correção, excluimos o comportamento 8 (por ter um valor de Frequência significativamente acima do ponto intermédio [5] da escala de resposta; $t_{39} = 3.32$, $p = .002$) e o comportamento 1 (por ter um baixo valor de correlação Correção-Consequência). Já dos comportamentos com uma avaliação extrema na dimensão Correção, excluimos o comportamento 4 por não apresentar variância.

⁵⁹ Embora o comportamento normativo 8 (“Fazer reciclagem do lixo na escola”) tenha revelado diferenças na dimensão Consequência, em função do Sexo, não nos pareceu que tal fosse fator de exclusão, uma vez que nenhuma outra diferença foi encontrada para este comportamento, em função deste mesmo fator.

Para o Estudo 4, selecionámos os comportamentos desviantes 7 e 2. Estes comportamentos tiveram uma avaliação intermédia (entre os valores [2] e [3]) na dimensão Correção, cumprindo assim o critério 3 (comportamento 7: Correção - $M = 2.69$, $DP = 1.24$, equivalente ao valor [3] da escala de resposta, $t_{39} = -1.57$, *ns*; comportamento 2: Correção - $M = 2.55$, $DP = 1.36$, diferente do valor [3] da escala de resposta, $t_{39} = -2.10$, $p = .043$ e também do valor [2] da mesma, $t_{39} = 2.56$, $p = .014$). Estes dois comportamentos apresentavam ainda valores elevados de correlação entre as dimensões Correção e Consequência (critério 4) e eram equivalentes nas três dimensões (critério 2; maior $t_{39} = 1.14$, *ns*).

Para o Estudo 5, selecionámos os comportamentos desviantes 3 e 9. Estes comportamentos tiveram uma avaliação extrema (entre o valor [1] e o valor [2]) na dimensão Correção, cumprindo assim o critério 5 (comportamento 3: Correção - $M = 1.38$, $DP = 0.77$, diferente do valor [1] da escala de resposta, $t_{39} = 3.06$, $p = .004$ e também do valor [2], $t_{39} = -5.11$, $p < .001$; comportamento 9: Correção - $M = 1.20$, $DP = 0.41$, diferente do valor [1] da escala de resposta, $t_{39} = 3.12$, $p = .004$ e também do valor [2] da mesma, $t_{39} = -12.49$, $p < .001$). Quanto ao critério 4, apenas o comportamento desviante 9 apresentou uma correlação significativa entre as dimensões Correção e Consequência (critério 4).⁶⁰

À semelhança dos comportamentos normativos extremos selecionados para o Estudo 5, e relativamente ao critério 2, a comparação entre estes dois comportamentos desviantes nas três dimensões, revelou que apenas eram equivalentes numa das dimensões, neste caso, na dimensão Correção ($t_{39} = 1.36$, *ns*). Não foram equivalentes na dimensão Frequência ($t_{39} = 3.10$, $p = .004$), nem na dimensão Consequência ($t_{39} = 4.07$, $p < .001$).

⁶⁰ A correlação entre as dimensões Correção e Consequência do comportamento desviante 3 não foi significativa. No entanto, optámos pela sua utilização, uma vez que nos pareceu mais adequado utilizar este comportamento, do que a única outra alternativa (comportamento desviante 4), uma vez que este último foi avaliado por todos os participantes com o valor [1] na dimensão Correção.

3.2. Estudo 4

“Embora todo mundo acredite saber o que é uma família, é curioso constatar que por mais vital, essencial e aparentemente universal que a instituição família possa ser, não existe para ela, como é também o caso do casamento, uma definição rigorosa.”

(Françoise Héritier, 1991, cit in Ceccarelli, 2007, p. 89)

(...) Nos nossos dias, a imagem da maternidade e da paternidade encontra-se extremamente valorizada. Ter um filho tornou-se quase uma exigência no sistema de representações do indivíduo e da família. Símbolo da perenidade da espécie, um filho é também, muitas vezes, símbolo da identidade sexual, da integridade física e da integração social do indivíduo e do casal. Daí o desejo de ter um filho”.

(Leandro, 1987 cit in Mateus & Relvas, 2007, p. 125)

Estas duas citações introduzem-nos na temática da parentalidade, e na forma como parentalidades não biológicas ou não tradicionais podem desencadear mecanismos de diferenciação, conduzindo à emergência de atitudes preconceituosas e de comportamentos discriminatórios.

3.2.1. Parentalidade Adotiva

Segundo Zamostny, Wiley, O’Brian., Lee e Baden (2003), a adoção é um tema insuficientemente abordado em psicologia, e 90 % dos psicólogos em programas doutorais admitem necessitar de maior formação na temática da adoção. Adicionalmente, alguns psicólogos desconhecem o tipo de filiação adotiva dos seus pacientes e inclusivamente não têm em conta este fator nas suas intervenções familiares. E até recentemente, a maioria da escassa investigação feita nesta temática focava-se, essencialmente, no estudo das potenciais consequências negativas decorrentes do processo de adoção.

Inclusivamente, Zamostny et al. (2003) referem que, apesar da maioria dos americanos reportarem uma atitude globalmente favorável face ao instituto da adoção, ainda assim revelavam estar pouco informados relativamente ao processo e prática da adoção. Manifestavam, por exemplo, crenças acerca da inferioridade da parentalidade adotiva, quando comparada com a parentalidade biológica e que é mais difícil amar uma criança com a qual não se tenham laços biológicos. Além do mais, existem muitos mitos e estereótipos negativos que rodeiam a adoção, os pais adotivos, os filhos adotivos e os pais biológicos, que reforçam este posicionamento desfavorável.

Também Wegar (2000) refere que é inegável que nos Estados Unidos da América a família adotiva tenha sido socialmente representada como uma forma desviante e estigmatizada de família e que as atitudes relativamente à adoção continuam a ser ambivalentes. Por um lado, a maioria dos inquiridos reconhece grande utilidade social à adoção, mas muitos questionam-se acerca da saúde mental dos adotados e continuam a perceber a adoção como a segunda melhor forma de constituir família. Inclusivamente Wegar (2000, citando Miall, 1996) refere que embora poucas investigações tenham analisado a atitude dos profissionais sociais, os profissionais da adoção são ainda mais propensos a qualificarem a parentalidade adotiva como inferior à parentalidade biológica.

Nas palavras de Ceccarelli (2007), o ser humano reage (e sempre reagiu) com estranheza às mudanças e novidades, posto que estas põem em causa a estabilidade. Também as novas configurações familiares como “(...) famílias monoparentais, homoparentais, adotivas, recompostas, concubinárias, temporárias, de produções independentes, e tantas outras (...)” (Ceccarelli, 2007, p. 91), por serem diferentes, provocam esse mesmo estranhamento, passando a ser vistas como ameaças ao *status quo*.

Segundo Salvaterra e Veríssimo (2008), existem em Portugal mais de 15 000 crianças institucionalizadas, mas apenas um número limitado destas crianças é colocado para adoção. Segundo as autoras, a persistência de uma norma institucionalizadora, é uma prática que não representa a melhor opção na salvaguarda dos interesses das crianças, uma vez que a criança apenas se torna elegível para a adoção, quando os pais biológicos forem considerados incapazes de uma parentalidade satisfatória, a qual tem de ser judicialmente determinada. Ainda segundo Salvaterra e Veríssimo (2008), o desejo de um ou mais filhos continua a ser a norma para a maioria das famílias e, normalmente, este desejo de aceder à parentalidade faz-se preferencialmente, e em primeiro lugar, através da parentalidade biológica.

Mas o que acontece, quando esse desejo/imposição de ter um filho, não pode ser biologicamente (e naturalmente) concretizado? Em muitos casos, onde a parentalidade biológica não pode ser alcançada, o casal, depois de enfrentar e lidar com a questão da infertilidade, chega finalmente ao ponto onde considera a adoção como via (normalmente via não preferencial) de concretizar o seu projeto de parentalidade.

Ambert (2005, cit in Rodrigues, 2011) refere a existência nas sociedades ocidentais de uma supremacia da família biológica, mais ainda da reprodução biológica natural, ou em caso de dificuldades no acesso a esta forma de parentalidade, da reprodução biológica

medicamente assistida. Este autor, tal como Miall (1987), refere que os crescentes casos de busca da família biológica, decorrentes de um movimento social de busca das origens, reforçam o superior valor dado ao laço biológico, em detrimento do laço social, criando um sentimento de incompletude e perpetuando o estereótipo associado à natureza essencial dos laços de sangue. Miall (1987) refere que esta busca das raízes ancestrais revela que, cada vez mais, indivíduos adotados falham em alcançar um sentido de identidade pessoal satisfatório e completo, dentro da família adotiva. Para Ambert (2005, cit in Rodrigues, 2011) a própria sensação de incompletude é, em si mesma, uma construção social.

Nas palavras de Balcom (2006, p.221, cit in Rocha, 2009) a adoção “(...) came to mirror the nuclear biological family, a process that served to uphold that particular family as the ideal”. Ou seja, a adoção põe em evidência a família nuclear biológica, um processo que serve para reforçar o modelo familiar tradicional como o ideal.

Por outro lado, a identidade do/a filho/a adotivo/a tem, também ela, como referência o filho biológico, sendo que nessa comparação é habitualmente avaliada como problemática. A mãe biológica é definida como a “verdadeira mãe” e muitas vezes é negada a existência de diferenças entre a parentalidade biológica e a parentalidade adotiva, por parte dos pais adotivos, como forma de reforçar a “legitimidade” desta última (Schettini et al., 2006). Segundo Wegar (2000), historicamente, as atitudes em relação à adoção foram moldadas pela estigmatização dupla entre a infertilidade (*de quem adota*) e a ilegitimidade (*de quem é adotado*; nossos parêntesis).

A adoção é socialmente representada como “solução de recurso” e os pais adotivos percecionados como incapazes de cumprir uma das normas sociais mais básicas, a parentalidade biológica, que é vista como ‘superior’ à parentalidade adotiva (Mateus & Relvas, 2007). Ou, nas palavras de Miall (1987), habitualmente a adoção é percecionada como a “segunda melhor” solução para a parentalidade, independentemente da disparidade que possa existir em termos de recursos emocionais e financeiros, entre os pais biológicos e o casal de adotantes.

Mateus e Relvas (2007, citando Van Gullen e Bartells-Rabb, 1995) ao falarem das inevitáveis perdas e lutos associados à adoção, referem que “(...) O adoptado pode nunca ter conhecido os seus pais biológicos ou ter sido separado da sua mãe assim que nasceu. Contudo, a nossa sociedade encarrega-se de valorizar as ligações biológicas, fazendo-o sentir de modo permanente essa perda (...)” (p. 133).

Golombok (2000) refere que, quando comparadas com crianças não adotadas, as crianças adotadas apresentam maior propensão a manifestarem problemas comportamentais, decorrentes de um conjunto de fatores, como sejam, fatores biológicos (relacionados com piores condições de gestação, por exemplo), a atitude dos pais adotivos face à revelação ao filho do seu estatuto de adotado, ou os padrões atribucionais utilizados pelos pais adotivos face à emergência de comportamentos disruptivos nos seus filhos adotivos (atribuindo-os por exemplo, à herança genética que receberam), a idade de adoção da criança (adoções mais tardias tendem a conduzir à manifestação de maiores graus de dificuldades), ou ainda à estigmatização social a que estão sujeitas por parte da sociedade. Segundo Golombok (2000), esta maior propensão para a existência de problemas comportamentais tem mais a ver com as circunstâncias associadas a adoção, do que com a inexistência, *per se*, de laços biológicos entre os pais adotivos e os seus filhos.

No entanto, Brodzinsky, Schechter e Henig (1992) referindo-se a investigação internacional que compara vários tipos de situações, nomeadamente, famílias adotivas, crianças institucionalizadas, famílias de acolhimento ou famílias biológicas, que inicialmente pretendiam colocar o filho para adoção e depois mudaram de ideias, concluem que as crianças que apresentavam menores graus de perturbações emocionais e comportamentais foram as crianças filhas biológicas de famílias não ambivalentes. Estas eram seguidas das crianças adotadas à nascença, sendo que as que apresentavam maiores graus de desajustamento, eram as crianças institucionalizadas e, aquelas crianças que permaneciam com a sua família biológica, que inicialmente tinha considerado colocá-las para adoção. Crianças indesejadas também estavam mais propensas a virem a apresentar alguns distúrbios no seu desenvolvimento emocional e até cognitivo. Estes autores contestaram, assim, a premissa popular que a família biológica é sempre a melhor alternativa para a criança, independentemente da vontade que essa família tenha tido de ter essa criança.

Por outro lado, a maior parte das pessoas que colocam a hipótese da adoção, fazem-no depois de terem fracassado na tentativa de reprodução biológica (Freijo & Delgado, 2010). Grotevant et al. (2007) referem a importância das questões ligadas à identidade adotiva serem abordadas no contexto de atitudes sociais em relação ao parentesco, que são ainda, nas sociedades ocidentais dominantes, maioritariamente baseadas em “relações de sangue” de carácter biológico. Um tal contexto resulta na marginalização dos indivíduos adotados, que no contexto comparativo com a narrativa dominante relativa ao parentesco,

ficam numa posição não normativa, dado que as relações familiares que estabelecem são de natureza social e não biológica.

Em Portugal, de acordo com Sottomayor (2007) e no âmbito dos decisores judiciais, é ainda definido que a decisão judicial deve ter em conta a “(...) prevalência dos laços biológicos sobre os vínculos afetivos, sendo desconsiderada a inserção da criança na sua família de afeto e o seu sentimento de pertença, em nome dos direitos dos pais biológicos” (cit in Rodrigues, 2011, p.48).

Diretamente articulável com os pressupostos da abordagem da identidade social, Schettini et al. (2006), referem que “(...) a dificuldade com o diferente conduz a uma tentativa de trazer aquilo que é diferente para o campo da ‘normalidade’, uma vez que a prática social leva a crer que há uma única possibilidade de construir a diferença, e ela está necessariamente relacionada à exclusão.” (p. 286). Também Woodward (2000, cit in Schettini et al., 2006) afirma que “(...) a diferença pode ser construída negativamente por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como ‘outros’ ou ‘forasteiros’” (p.286). Contudo, Schettini et al. (2006) reconhecem que na atualidade o cenário relativo à adoção, que tinha vindo a sobreviver, por um longo período de tempo, num contexto marginal, sendo os filhos adotivos vistos como verdadeiros ‘forasteiros’ da cultura, se tenha vindo a alterar de forma favorável, mercê também da crescente visibilidade que as famílias adotivas vêm adquirindo, que lhes tem permitido sair aos poucos desse lugar de clandestinidade, e da estigmatização e preconceito a que estavam sujeitas.

Já segundo Schettini et al. (2006) e contrariamente ao que outros autores referem (e.g. Ceccarelli, 2007; Grotevant et al., 2007; Mateus & Relvas, 2007; Miall, 1987; Wegar, 2000), “(...) Atualmente, a adoção já não é vista como uma filiação de segunda categoria ou apenas como o último recurso de que casais estéreis lançam mão quando não podem ter filhos pelas vias biológicas. A adoção hoje é definida como uma outra possibilidade de se constituir família, a qual pode trazer resultados tão satisfatórios quanto a filiação biológica” (p.287).

Leon (2002) chama a atenção para o facto de a adoção começar por ser vista como um conjunto de perdas para todos os envolvidos. Os adotados perdem os pais biológicos, as origens e um sentido de continuidade genealógica, os pais biológicos perdem um filho e os pais adotivos perdem um filho biológico desejado. Para Leon (2002), esta representação de perdas associada à adoção, pode decorrer mais de um determinado sistema ideológico

relativo ao parentesco e parentalidade, do que do processo da adoção em si mesmo. Este autor refere ainda que a procriação é um acontecimento biológico, por oposição ao parentesco e à paternidade, que são construtos psicológicos.

Leon (2002) considera ainda que a tendência inicial e natural da criança para definir os pais como aqueles que a criaram, é mais tarde desafiada pela norma cultural que atribui a autêntica parentalidade àqueles que a geraram. Isso é, à medida que a criança vai crescendo, a consanguinidade vai-se tornando um critério cada vez mais relevante na definição de família. Esta visão da adoção, assente na perda, pode vir a ser reconstruída no futuro, mercê das mudanças estruturais associadas às representações de família e parentalidade a que se assiste na atualidade, onde se torna possível definir o parentesco e as relações familiares e filiais de uma forma mais flexível.

3.2.2. Identidade e Adoção

Enquadrar o estudo da atitude em relação à adoção a partir da abordagem da identidade social, permite ter em conta a possível relação entre mecanismos de autocategorização, processos identitários e a emergência de comportamentos discriminatórios.

Da articulação do referencial teórico relativo à adoção, com o referencial teórico acerca da abordagem da identidade social, e tendo em conta as asserções de Schettini et al. (2006) e Woodward (2000, cit in Schettini et al., 2006), que aludiram à dificuldade em lidar com o diferente, e da exclusão como forma de construir a diferença, é possível, em nosso entender, interpretar a atitude desfavorável relativamente à adoção, como o resultado de a adoção “violam” as expectativas associadas à filiação e família “natural”, e poder, portanto, ser percebida pelo grupo dominante dos não adotados, como uma ameaça à distintividade intergrupar.

Quando os indivíduos se encontram num contexto que torna saliente as suas pertenças grupais, passam a manifestar atitudes e comportamentos de natureza grupar, que servem o propósito fundamental de contribuírem para a positividade da sua identidade social. Fronteiras intergrupais pouco claras funcionam, segundo a teoria da autocategorização, como uma ameaça, pela redução da distintividade intergrupar que acarretam, tornando-se, portanto, necessário o estabelecimento de critérios relevantes de diferenciação entre os grupos. Assim, tal como nos Estudos 1 e 2, em que o critério relativo à identidade sexual, funcionava como um critério relevante de comparação intergrupar, no Estudo 4, é o tipo de

filiação, que funciona como critério de categorização. A adoção contrapõe-se à filiação biológica, sendo-lhe atribuído um estatuto inferior, por violar as expectativas indexadas ao modelo familiar tradicional.

Através da utilização de estratégias de diferenciação, nomeadamente, pela manifestação de avaliações distintas e favoráveis ao endogrupo, é possível aos indivíduos aumentarem a clareza das fronteiras grupais, assegurando assim uma distintividade intergrupar positiva e favorável ao endogrupo. Nesse sentido, o principal objetivo do presente estudo é a análise da atitude em relação à adoção, a partir do quadro da abordagem da identidade social.

Da investigação que levámos a cabo, vamos apresentar resultados através dos quais: (1) testamos, com base em pressupostos básicos da abordagem da identidade social e através de um aparato experimental especificamente destinado a esse efeito, a relação entre os níveis de identidade pessoal e social e as atitudes em relação à adoção, (2) analisamos se diferentes grupos sociais manifestam diferentes atitudes em relação à adoção e (3) averiguámos se pertenças grupais distintas, implicam em avaliações diferenciadas desses mesmos grupos.

Articulando as abordagens conceptuais expostas, testaremos a ideia de que, sendo a adoção alvo de atitudes preconceituosas, então as crianças adotadas são mais estigmatizadas do que outras que exibam comportamentos equivalentes, mas que sejam filhos/as biológicos/as. Sendo a adoção percecionada como uma “segunda melhor via” para a parentalidade, será menos relevante do ponto de vista da definição ou “construção” de uma identidade social para os indivíduos. A investigação no quadro da teoria da identidade social mostra que favorecemos os “endogrupos” relativamente a exogrupos em quaisquer dimensões de comparação relevantes. Por seu turno, o modelo da dinâmica de grupos subjetiva (e.g. Marques, Abrams, Paez & Hogg, 2001) mostra que este “favoritismo endogrupal” assume a forma de derrogação de comportamentos desviantes endogrupais que sejam relevantes para a manutenção de uma identidade social positiva. Portanto, num contexto saliente de comparação com um exogrupo relevante, o comportamento exibido por um “filho” de pais do endogrupo origina maior focalização normativa. Assim sendo, um comportamento normativo dessa criança deverá ser mais favorecido e um comportamento desviante mais penalizado, relativamente a comportamentos equivalentes exibidos por crianças filhas de pais exogrupais. Contudo, se existe uma atitude preconceituosa relativamente à adoção, os indivíduos deverão exibir este padrão de julgamentos apenas em relação ao comportamento de filhos biológicos.

Do exposto, elencamos um conjunto de hipóteses, que passamos a apresentar: (1) o comportamento normativo de uma criança filha de pais endogrupais será mais favorecido e o comportamento desviante mais penalizado relativamente a comportamentos equivalentes exibidos por crianças filhas de pais exogrupais, mas os indivíduos deverão exibir este padrão de julgamentos apenas em relação ao comportamento de filhos biológicos (hipótese 1); (2) o comportamento normativo de filhos adotivos endogrupais será menos favorecido do que o equivalente exibido por filhos biológicos endogrupais (hipótese 2); (3) o comportamento normativo de filhos adotivos endogrupais não deverá diferenciar-se do comportamento equivalente de filhos, quer biológicos, quer adotivos do exogrupo (hipótese 3); (4) o comportamento desviante de filhos adotivos endogrupais será alvo de menor depreciação do que o comportamento desviante de um filho biológico de pais do endogrupo (hipótese 4); e (5) o comportamento desviante de filhos adotivos endogrupais não se diferenciará do comportamento equivalente de crianças filhas adotivas ou biológicas exogrupais (hipótese 5).

Tendo em conta a valorização dos níveis de autodefinição da identidade, prevemos ainda que: (6) o comportamento normativo de uma criança filha de pais endogrupais será mais favorecido e o comportamento desviante mais penalizado relativamente a comportamentos equivalentes exibidos por crianças filhas de pais exogrupais, quando o participante valorizar fortemente o nível social de autodefinição da sua identidade (hipótese 6); e (7) o comportamento normativo de uma criança filha biológica deverá ser mais favorecido e o comportamento desviante mais penalizado relativamente a comportamentos equivalentes exibidos por crianças filhas adotivas, quando o participante valorizar fortemente o nível social de autodefinição da sua identidade (hipótese 7).

3.2.3. Método

3.2.3.1. Participantes

Participaram neste estudo 161 adultos (107 mulheres), com idades compreendidas entre os 18 e os 69 anos ($M = 25.39$, $DP = 11.56$) e com escolaridade compreendida entre os dois e os 22 anos ($M = 13.75$, $DP = 2.95$). Foram criados dois grupos etários designados de “jovens” (≤ 19 anos; $M = 18.38$, $DP = 0.49$; $n = 90$) e de “adultos” (≥ 20 anos; $M = 34.28$, $DP = 12.71$; $n = 71$). Também foram criados dois grupos com base na escolaridade: um designado de “menos escolarizados” (≤ 13 anos de escolaridade; $M = 12.4$, $DP = 1.83$; $n =$

118) e outro de “mais escolarizados” (≥ 14 anos de escolaridade; $M = 17.44$, $DP = 2.19$; $n = 43$).

Os participantes foram aleatoriamente distribuídos pelas oito condições experimentais e estavam equitativamente distribuídos pelas condições em função de Sexo ($\chi^2_7 = 5.61$, *ns*), de Grupo Etário ($\chi^2_7 = 6.82$, *ns*) e de Nível de Escolaridade ($\chi^2_7 = 6.78$, *ns*).⁶¹

3.2.3.2. Procedimento e Plano do Estudo

À semelhança do procedimento de recolha de dados utilizado nos estudos anteriores, foi solicitada a colaboração de estudantes dos vários anos do Mestrado Integrado em Psicologia da FPCEUP, no sentido de responderem ao questionário e de pedirem a uma ou duas pessoas dos seus conhecimentos, para também responderem ao mesmo. Este foi-lhes descrito como estando enquadrado numa investigação no âmbito do Programa Doutoral em Psicologia, e ao abrigo do suposto Programa de Desenvolvimento Integral da Criança (PDIC). Foram também informados de que a sua colaboração seria de carácter voluntário e garantido o anonimato e confidencialidade das suas respostas.

Finalmente, foi-lhes fornecida uma breve instrução relativamente ao processo de resposta. Foi-lhes explicado que depois de responderem ao questionário, este seria recolhido e teriam de responder a uma folha com questões de verificação experimental, onde lhes seria solicitado que avaliassem aspetos relativos à qualidade do questionário.

Na primeira página do questionário estava impresso “Modelo 3 – Protocolo de recolha de dados (Versão Definitiva)” e existia um retângulo onde estava escrito à mão um número, que pretendia passar a imagem de ser aquele o número de questionários recolhidos até então. Era justificado pela suposta necessidade de emparelhar cada questionário com a folha final das questões relativas à qualidade do mesmo, onde existia um outro retângulo, no qual seria escrito manualmente o mesmo número.

Na segunda página do questionário era feito um enquadramento geral do estudo, bem como fornecida uma instrução relativa ao procedimento de resposta a adotar. Eram ainda recolhidos os dados demográficos (sexo, idade e anos de escolaridade).

Foram efetuadas três manipulações, das quais resultaram oito condições experimentais. À semelhança de estudos anteriores (e.g. Gato et al., 2012; King & Black,

⁶¹ Efetivos por condição experimental a variarem entre $n = 20$ e $n = 21$.

1999; Massey, 2007), as manipulações experimentais foram efetuadas através da apresentação de uma vinheta. No presente estudo, esta era relativa ao comportamento exibido por uma criança. Consoante a condição experimental, na vinheta eram manipuladas a nacionalidade do agregado familiar da criança (português vs. espanhol), o tipo de filiação (filiação biológica vs. filiação adotiva) e o tipo de comportamento exibido pela criança (normativo vs. desviante).⁶²

Assim, o plano fatorial era um 2 (Nacionalidade: Português vs. Espanhol) x 2 (Tipo de Filiação: Biológica vs. Adotiva) x 2 (Tipo de Comportamento: Normativo vs. Desviante).⁶³

3.2.3.3. Medidas Dependentes

Os participantes foram convidados a facultar a sua opinião relativamente a um conjunto de assuntos, que operacionalizam as medidas que abaixo se descrevem (cf. Anexos 4 e 5).

3.2.3.3.1. Características sociodemográficas.

Foi pedido aos participantes que reportassem o seu sexo, idade e anos de escolaridade.

3.2.3.3.2. Valor atribuído aos níveis pessoal e social da identidade.

Medido por um conjunto de 18 itens focalizados na valorização da identidade pessoal e da identidade social (EIPS – Escala de Identidade Pessoal e Social; e.g. Monteiro et. al, 2009), numa escala de resposta variável entre 1 (*discordo totalmente*) e 9 (*concordo totalmente*).

3.2.3.3.3. Avaliação do comportamento-alvo.

O comportamento da criança-alvo foi avaliado através de quatro itens: (1) “Em que medida considera aceitável o comportamento desta criança?” (1 = *nada aceitável* a 9 =

⁶² Por questões ligadas à simplificação do desenho experimental, optámos por não manipular o grupo sexual de pertença da criança-alvo. De referir também que no estudo-piloto, no qual foram testados os comportamentos que utilizámos, não se verificaram diferenças que fossem devidas ao grupo sexual de pertença do alvo (cf. secção “Julgamentos dos Comportamentos-Alvo em Função do Sexo do Participante e do Grupo Sexual de Pertença do Alvo”, p. 178).

⁶³ Tal como referido anteriormente (cf. secção “Seleção de Comportamentos-Alvo Para os Estudos 4 e 5”, p. 178), foram utilizados dois comportamentos normativos e dois comportamentos desviantes. A decisão de utilizarmos neste estudo um plano experimental com duas VIs (Tipo de Filiação e Nacionalidade), prendeu-se com a utilização de um desenho experimental equivalente entre este estudo e o estudo subsequente. No Estudo 5 analisaremos a interação entre o Tipo de Filiação e a Orientação Sexual dos pais do alvo. Deste modo, torna-se possível estabelecer neste estudo a atitude face ao Tipo de Filiação, que será subsequentemente reanalisada, no Estudo 5, na sua relação com a variável Orientação Sexual.

totalmente aceitável); (2) “Na sua opinião, este é um comportamento ...” (1 = *nada frequente* a 9 = *muito frequente*); (3) “Para si, este comportamento é ...” (1 = *muito incorreto* a 9 = *muito correto*); (4) “Acha que este comportamento deve ser...” (1 = *muito castigado* a 9 = *muito recompensado*).

3.2.3.3.4. Avaliação da criança-alvo.

A avaliação da criança-alvo foi efetuada através de um conjunto de 15 características: “bem-comportada”, “inteligente”, “altruísta”, “bem-ajustada”, “responsável”, “honesta”, “sensível”, “bem-educada”, “com bom caráter”, “boa amiga”, “dócil”, “sociável”, “respeitadora de regras”, “competente” e “com temperamento fácil”. O participante devia posicionar-se em cada uma delas, assinalando em que medida essa característica se aplicava à criança-alvo apresentada na vinheta, numa escala variável entre 1 (*não se aplica nada*) e 9 (*aplica-se muito*). Deviam fazê-lo ainda num item final de impressão geral acerca do alvo: “Em termos gerais, com que impressão ficou a respeito desta criança?” (1 = *muito negativa* a 9 = *muito positiva*).

Com os primeiros 15 itens foi criada uma medida correspondente à sua média e que designámos de Avaliação Geral ($\alpha = .93$).

3.2.3.3.5. Questões de verificação experimental.

Com o intuito de analisar até que ponto os participantes foram sensíveis às manipulações experimentais, na folha de verificação foram introduzidas três questões de controlo: (1) “A criança do caso descrito é”, com as opções de resposta: portuguesa vs. espanhola vs. não especificado; (2) “A criança do caso descrito é”, com as opções de resposta: filha biológica vs. filha adotiva vs. não especificado e (3) “O comportamento da criança é”, com as opções de resposta: disruptivo vs. adequado vs. não me lembro.

Com o intuito de camuflar o verdadeiro objetivo destas questões, foram também incluídas outras questões, das quais destacamos: (1) “A criança do caso descrito é”, com as opções de resposta: um rapaz vs. uma rapariga vs. não especificado. A resposta dada pelos participantes a esta questão também é analisada.

3.2.4. Resultados⁶⁴

⁶⁴ Número total de dados da base = 6279; número total de valores omissos na base: 35 (0.56 %); variável com mais valores omissos = 4 (2.48 %); número máximo de valores omissos por participante = 2 (5,13 %; 2 valores omissos em 39 variáveis).

3.2.4.1. Estrutura Fatorial da Escala EIPS

A ACP sobre os itens da escala EIPS revelou uma estrutura fatorial com duas componentes (forçada com base em critério gráfico), globalmente consistente com a organização definida previamente e que explica 43.5 % da variância. O resultado desta análise é apresentado no Quadro 3.3.

Quadro 3.3.

Valorização dos Níveis de Autodefinição da Identidade. Solução Fatorial, após Rotação Varimax, Médias e Desvios-Padrão

	Saturação	Comun.	Média	DP
Componente 1 (24.25 %): <i>Identidade Social</i> (IS) ($\alpha = .83$)				
8. Encontramos nos grupos o que nos define.	.80	.64	5.52	1.75
7. Definimo-nos pelos grupos a que pertencemos.	.79	.63	4.99	2.06
5. Definimo-nos pelos padrões dos grupos a que pertencemos.	.75	.56	4.73	2.19
6. Os grupos têm reflexo naquilo que sou.	.71	.51	6.42	1.70
1. Os grupos contribuem para definir quem sou.	.70	.49	6.93	1.69
3. O que partilhamos com grupos é a essência do que somos.	.64	.44	5.85	1.92
4. Tenho fortes laços com os grupos a que pertenço.	.51	.26	6.97	1.69
2. O que acontece com os grupos influencia a minha vida.	.46	.22	6.78	1.62
Componente 2 (19.25 %): <i>Identidade Pessoal</i> (IP) ($\alpha = .76$)				
7. Definimo-nos ao sermos "nós próprios".	.75	.57	7.33	1.54
5. A "essência" de cada pessoa está dentro de si.	.67	.48	7.38	1.35
3. Definimo-nos ao procurar ser "únicos".	.64	.43	6.81	1.99
8. Para definir quem somos temos de ser independentes dos outros.	.63	.40	4.91	2.41
6. Para ter uma opinião pessoal sobre as coisas que me importam, mais vale pensar por mim mesmo(a).	.60	.36	6.60	1.98
2. Aquilo que nos define como pessoas deve ser encontrado dentro de nós.	.59	.38	7.19	1.50
4. Dependem apenas de mim é importante para ter mais controlo sobre o que me acontece.	.55	.34	5.78	2.22
1. As pessoas que dependem apenas de si próprias progridem mais facilmente na vida.	.44	.25	4.89	2.16

Notas: Os valores variam entre 1 = *discordo totalmente* e 9 = *concordo totalmente*. Na Componente 1, apesar do item 2 apresentar um valor baixo de comunalidade, decidimos retê-lo na estrutura, pois não teve impacto significativo na consistência interna da escala e também porque era teoricamente esperado que integrasse esse fator.

$KMO = .76$, Teste de Esfericidade de Bartlett $\chi^2(120, N = 161) = 858.84, p < .001$.

3.2.4.2. Valor Atribuído aos Níveis Pessoal e Social da Identidade

Embora as medidas de valorização do IP e do IS tenham sido recolhidas previamente a quaisquer manipulações experimentais, testámos a equivalência da diferença de valorização entre estes dois níveis de identidade através das condições experimentais. A ANOVA não revelou quaisquer efeitos significativos ($F_{7, 153} < 1$).

Em termos globais, os participantes valorizam positivamente tanto o nível pessoal da sua identidade, como o nível social (respetivamente, $M = 6.36$, $DP = 1.16$ e $M = 6.02$, $DP = 1.25$; $t_{160} = 14.89$, $p < .001$, e $t_{160} = 10.41$, $p < .001$, respetivamente para IP e IS, quando comparadas com o ponto médio [5] da escala de resposta). No entanto, e à semelhança dos estudos anteriores, verificamos novamente que os participantes valorizaram mais fortemen*te o nível pessoal, do que o nível social da sua identidade ($t_{160} = 2.59$, $p = .01$).⁶⁵

Uma vez que utilizámos neste estudo dois comportamentos normativos e dois comportamentos desviantes, apresentamos de seguida as análises comparativas que efetuamos entre os comportamentos-alvo e as crianças-alvo, nas várias medidas dependentes.

3.2.4.3. Avaliação do Comportamento-Alvo

3.2.4.3.1. Comportamentos normativos.

3.2.4.3.1.1. Avaliação conjunta dos dois comportamentos-alvo normativos.

Globalmente, os participantes consideraram aceitáveis ($M = 8.19$, $DP = 1.21$), corretos ($M = 7.64$, $DP = 1.76$) e merecedores de recompensa ($M = 6.93$, $DP = 1.65$) os comportamentos-alvo normativos (menor $t_{80} = 10.51$, $p < .001$; na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta) e consideraram-nos nem muito, nem pouco frequentes ($M = 5.06$, $DP = 2.01$; $t_{80} = .28$, ns , na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta).

3.2.4.3.1.2. Avaliação separada de cada um dos dois comportamentos-alvo normativos.

3.2.4.3.1.2.1. Recusar um cigarro.

⁶⁵ Não foram encontradas diferenças na valorização do IP, em função de Sexo, Grupo Etário ou Nível de Escolaridade (maior $t_{159} = -1.50$, ns). Mas foram encontradas diferenças na valorização do IS, em função de Sexo ($t_{159} = -2.65$, $p = .009$; médias de 5.66 vs. 6.20, respetivamente para homens e mulheres) e em função de Grupo Etário ($t_{159} = 2.08$, $p = .04$; médias de 6.20 vs. 5.80, para jovens e adultos respetivamente).

Globalmente, os participantes consideraram aceitável ($M = 8.50$, $DP = 0.93$), correto ($M = 8.07$, $DP = 1.46$) e merecedor de recompensa ($M = 7.33$, $DP = 1.60$) este comportamento-alvo normativo ($t_{39} = 23.71$, $p < .001$, $t_{39} = 13.35$, $p < .001$ e $t_{39} = 9.43$, $p < .001$; na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta, respetivamente) e consideraram este comportamento-alvo normativo nem muito, nem pouco frequente ($M = 5.08$, $DP = 2.12$; $t_{39} = .22$, *ns*, na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta).

3.2.4.3.1.2.2. Interromper uma briga.

Globalmente, os participantes consideraram aceitável ($M = 7.88$, $DP = 1.36$), correto ($M = 7.22$, $DP = 1.93$) e merecedor de recompensa ($M = 6.54$, $DP = 1.66$) este comportamento-alvo normativo ($t_{40} = 13.51$, $p < .001$, $t_{40} = 7.36$, $p < .001$ e $t_{40} = 5.93$, $p < .001$, na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta, respetivamente) e consideraram este comportamento-alvo normativo nem muito, nem pouco frequente ($M = 5.05$, $DP = 1.92$; $t_{40} = .16$, *ns*, na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta).

3.2.4.3.1.3. Comparação entre os dois comportamentos-alvo normativos.

Contrariamente ao que se verificou no estudo-piloto, no qual não se verificaram diferenças significativas, no presente estudo, comparativamente com “interromper uma briga”, os participantes consideraram o comportamento-alvo normativo “recusar um cigarro” significativamente mais aceitável ($M = 8.50$, $DP = 0.93$ vs. $M = 7.88$, $DP = 1.36$, respetivamente para “recusar um cigarro” e “interromper uma briga”; $t_{79} = 2.40$, $p = .019$), mais correto ($M = 8.07$, $DP = 1.46$ vs. $M = 7.22$, $DP = 1.93$, respetivamente para “recusar um cigarro” e “interromper uma briga”; $t_{79} = 2.25$, $p = .027$) e mais merecedor de recompensa ($M = 7.33$, $DP = 1.60$ vs. $M = 6.54$, $DP = 1.66$, respetivamente para “recusar um cigarro” e “interromper uma briga”; $t_{79} = 2.20$, $p = .031$). Consideraram ainda que os dois comportamentos normativos são igualmente frequentes ($M = 5.08$, $DP = 2.12$ vs. $M = 5.05$, $DP = 1.92$, respetivamente para “recusar um cigarro” e “interromper uma briga”; $t_{79} < 1$).

3.2.4.3.2. Comportamentos desviantes.⁶⁶

3.2.4.3.2.1. Avaliação conjunta dos dois comportamentos-alvo desviantes.

⁶⁶ Adicionalmente, e como esperado, os participantes consideraram os comportamentos-alvo normativos mais aceitáveis, mais corretos e mais merecedores de recompensa, do que os comportamentos-alvo desviantes ($t_{121,999} = 15.94$, $p < .001$; $t_{159} = 15.61$, $p < .001$ e $t_{149,19} = 14.69$, $p < .001$, respetivamente) e consideraram não haver diferenças significativas na frequência de ambos os tipos de comportamento-alvo, $t_{159} = -1.64$, *ns*.

Globalmente, os participantes consideraram inaceitáveis ($M = 3.71$, $DP = 2.21$), incorretos ($M = 3.34$, $DP = 1.74$) e merecedores de punição ($M = 3.54$, $DP = 1.25$) os comportamentos-alvo desviantes ($t_{79} = -5.22$, $p < .001$, $t_{79} = -8.53$, $p < .001$ e $t_{79} = -10.4$, $p < .001$, quando comparado com o ponto médio [5] da escala de resposta, para Aceitabilidade, Correção e Consequência, respetivamente) e consideraram estes comportamentos-alvo desviantes um pouco frequentes, ($M = 5.58$, $DP = 1.97$; $t_{79} = 2.28$, $p = .028$, quando comparado com o ponto médio [5] da escala de resposta).

3.2.4.3.2.2. Avaliação separada de cada um dos dois comportamentos-alvo desviantes.

3.2.4.3.2.2.1. Pintar o muro da escola.

Globalmente, os participantes consideraram inaceitável ($M = 3.68$, $DP = 2.01$), incorreto ($M = 3.38$, $DP = 1.66$) e merecedor de punição ($M = 3.48$, $DP = 1.28$) este comportamento-alvo desviante ($t_{39} = -4.18$, $p < .001$, $t_{39} = -6.19$, $p < .001$ e $t_{39} = -7.53$, $p < .001$, na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta, respetivamente). Consideraram ainda que este comportamento é “nem muito, nem pouco frequente” ($M = 5.48$, $DP = 2.08$; $t_{39} = 1.45$, ns , na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta).

3.2.4.3.2.2.2. Saltar o portão da escola.

Globalmente, os participantes consideraram que “saltar o portão da escola” é inaceitável ($M = 3.75$, $DP = 2.42$), incorreto ($M = 3.30$, $DP = 1.84$) e merecedor de punição ($M = 3.60$, $DP = 1.24$; menor $t_{39} = -3.27$, $p = .002$; na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta). Consideram ainda que este comportamento desviante é algo frequente ($M = 5.68$, $DP = 1.87$; $t_{39} = 2.61$, $p = .011$; na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta).

3.2.4.3.2.3. Comparação entre os dois comportamentos-alvo desviantes.

Os participantes consideraram que os dois comportamentos-alvo desviantes “pintar o muro da escola” e “saltar o portão da escola” são igualmente inaceitáveis ($M = 3.68$, $DP = 2.01$ vs. $M = 3.75$, $DP = 2.42$), incorretos ($M = 3.38$, $DP = 1.66$ vs. $M = 3.30$, $DP = 1.84$),

merecedores de castigo ($M = 3.48$, $DP = 1.28$ vs. $M = 3.60$, $DP = 1.24$) e frequentes ($M = 5.48$, $DP = 2.08$ vs. $M = 5.68$, $DP = 1.87$; todos $t_{78} < 1$).⁶⁷

3.2.4.4. Avaliação da Criança-Alvo

3.2.4.4.1. Crianças-alvo normativas.

3.2.4.4.1.1. Avaliação média das duas crianças-alvo normativas.

Globalmente, os participantes avaliaram positivamente as crianças-alvo normativas, $M = 6.20$, $DP = 1.10$ ($t_{80} = 9.90$, $p < .001$; na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta).

Quanto à Impressão Geral, verificou-se o mesmo padrão, com os participantes a reportarem uma impressão geral positiva relativamente a estas crianças-alvo, $M = 7.40$, $DP = 1.28$ ($t_{80} = 16.82$, $p < .001$; na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta).

3.2.4.4.1.2. Avaliação separada das duas crianças-alvo normativas.

3.2.4.4.1.2.1. Criança-alvo 1 - recusar um cigarro.

Os participantes avaliaram positivamente a criança normativa que recusou um cigarro, $M = 6.06$ ($DP = 1.26$), e reportaram uma Impressão Geral positiva relativamente a esta criança-alvo, $M = 7.75$ ($DP = 1.39$; menor $t_{39} = 5.30$, $p < .001$; na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta).

3.2.4.4.1.2.2. Criança-alvo 2 - interromper uma briga.

Encontrámos um padrão de avaliação similar relativamente à criança-alvo que interrompeu uma briga: os participantes fizeram uma Avaliação Geral positiva, $M = 6.35$ ($DP = 0.89$) e reportaram uma Impressão Geral também positiva, $M = 7.05$ ($DP = 1.07$; menor $t_{40} = 9.65$, $p < .001$; na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta).

3.2.4.4.1.3. Comparação entre as duas crianças-alvo normativas.

⁶⁷ Apesar dos dois comportamentos-alvo normativos não terem sido equivalentes nas dimensões Aceitabilidade, Correção e Consequência, optámos neste estudo por utilizar a média de resposta aos comportamentos e não os comportamentos separados, uma vez que apenas foi encontrada uma interação significativa Nacionalidade x Tipo de Comportamento, na dimensão Consequência, $F(1,73) = 8.06$, $p = .006$, $\eta^2 = .10$, cuja decomposição revelou que ao comportamento normativo “recusar um cigarro” foi atribuída uma maior recompensa, quando o alvo era espanhol, do que quando o alvo era português ($M = 6.75$, $DP = 1.59$ e $M = 7.9$, $DP = 1.33$; $t_{38} = -2.48$, $p = .018$, para alvo português e espanhol, respetivamente) e também porque os dois comportamentos-alvo desviantes utilizados foram equivalentes entre si em todas as dimensões.

Os participantes avaliaram as duas crianças com comportamentos normativos de forma similar ($M = 6.06$ e $M = 6.35$, $t_{79} = -1.18$, *ns*; para criança-alvo normativo 1 e criança-alvo normativo 2, respetivamente). No entanto, reportaram uma Impressão Geral mais positiva em relação à criança que “recusou um cigarro”, do que para aquela que “interrompeu uma briga” (respetivamente $M = 7.75$ e $M = 7.05$, ; $t_{79} = 2.55$, $p = .013$).

3.2.4.4.2. Crianças-alvo desviantes.

3.2.4.4.2.1. Avaliação média das duas crianças-alvo desviantes.

No seu conjunto, os participantes fizeram uma avaliação negativa das duas crianças com comportamentos desviantes, $M = 4.37$, $DP = 0.96$ ($t_{79} = -5.83$, $p < .001$; na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta). Na Impressão Geral verificou-se a mesma tendência, com os participantes a reportarem uma impressão geral negativa relativamente a estas crianças-alvo, $M = 4.45$, $DP = 1.26$ ($t_{79} = -3.90$, $p < .001$; na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta).

3.2.4.4.2.2. Avaliação separada das duas crianças-alvo desviantes.

3.2.4.4.2.2.1. Criança-alvo 1 - pintar o muro da escola.

Os participantes avaliaram negativamente a criança que “pintou o muro da escola”, $M = 4.28$, $DP = 1.04$, e tiveram acerca dela uma Impressão Geral negativa, $M = 4.50$, $DP = 1.22$ (menor $t_{39} = -2.59$, $p = .013$; na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta).

3.2.4.4.2.2.2. Criança-alvo 2 - saltar o portão da escola.

Encontrámos um padrão de avaliação similar ao da outra criança desviante, com os participantes a avaliarem esta criança-alvo de modo também negativo, $M = 4.46$, $DP = 0.88$, e manifestando acerca dela uma Impressão Geral igualmente negativa, $M = 4.40$, $DP = 1.32$ (menor $t_{39} = -2.88$, $p = .006$; na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta).

3.2.4.4.2.3. Comparação entre as duas crianças-alvo desviantes.

Os participantes avaliaram de forma igualmente negativa a criança que “pintou o muro da escola” e aquela que “saltou o portão da escola” ($M = 4.28$ vs. $M = 4.46$, para criança-alvo desviante 1 e criança-alvo desviante 2, respetivamente; $t_{78} < 1$) e também

reportaram acerca de ambas uma Impressão Geral igualmente negativa ($M = 4.50$ vs. $M = 4.40$, para criança-alvo desviante 1 e criança-alvo desviante 2, respetivamente; $t_{78} < 1$).⁶⁸

Finalizamos esta secção introdutória dos resultados, com a apresentação dos resultados relativos às questões de verificação experimental.

3.2.4.5. Questões de Verificação Experimental

3.2.4.5.1. Nacionalidade da criança-alvo.

3.2.4.5.1.1. Nacionalidade portuguesa.

Dos 80 participantes que responderam à condição experimental *Nacionalidade Portuguesa*, 65 (81.25 %) identificaram corretamente a nacionalidade do alvo, 14 (17.5 %) falharam a focalização (referindo que a nacionalidade não estava especificada) e um (1.25 %) reportou não se lembrar da nacionalidade do alvo.

3.2.4.5.1.2. Nacionalidade espanhola.

Dos 81 participantes que responderam à condição experimental *Nacionalidade Espanhola*, 74 (91.36 %) identificaram corretamente a nacionalidade do alvo e sete (8.64 %) falharam a focalização (referindo que a nacionalidade não estava especificada).⁶⁹

3.2.4.5.2. Filiação.

3.2.4.5.2.1. Filiação biológica.

Dos 81 participantes, que responderam à condição experimental *Filiação Biológica*, 53 (65.43 %) identificaram corretamente o tipo de filiação do alvo, dois (2.47 %) atribuíram ao alvo a filiação alternativa e 26 (32.1 %) falharam a focalização (referindo que a filiação do alvo não estava especificada).

3.2.4.5.2.2. Filiação adotiva.

⁶⁸ De novo, como expetável, os participantes avaliaram o alvo normativo agregado de forma significativamente mais positiva, do que o alvo desviante agregado, $t(156,87) = 11.28$, $p < .001$ ($M = 6.20$, $DP = 1.10$ e $M = 4.37$, $DP = 0.96$, para alvo normativo agregado e alvo desviante agregado, respetivamente) e reportaram uma Impressão Geral significativamente mais positiva para o alvo normativo agregado, do que para o alvo desviante agregado, $t(159) = 14.69$, $p < .001$ ($M = 7.40$, $DP = 1.28$ e $M = 4.45$, $DP = 1.26$, para alvo normativo agregado e alvo desviante agregado, respetivamente). À semelhança do ocorrido na avaliação do comportamento-alvo, apesar de ter existido uma diferença significativa na avaliação da Impressão Geral dos dois alvos normativos, optámos uma vez mais por utilizar a média de resposta aos alvos e não aos alvos separados, uma vez que não foi encontrada qualquer interação significativa de 1ª ou de 2ª ordem entre Nacionalidade, Tipo de Filiação e Tipo de Comportamento (todos $F's < 1$).

⁶⁹ Não se verificaram diferenças significativas na distribuição do grau de acerto da resposta a este item, nem em função de Nacionalidade, $\chi^2(2) = 3.91$, *ns*, nem em função de Tipo de Comportamento, $\chi^2(2) = 1.49$, *ns*.

Dos 80 participantes, que responderam à condição experimental *Filiação Adotiva*, 62 (77.5 %) identificaram corretamente o tipo de filiação do alvo, seis (7.5 %) atribuíram ao alvo a filiação alternativa, 11 (13.75 %) falharam a focalização (referindo que a filiação do alvo não estava especificada) e um (1.25 %) não respondeu a este item.⁷⁰

3.2.4.5.3. Tipo de comportamento.

3.2.4.5.3.1. Comportamento normativo.

Dos 81 participantes que responderam à condição experimental *Comportamento Normativo*, 68 (81.25 %) identificaram corretamente o tipo de comportamento do alvo, sete atribuíram ao alvo o tipo de comportamento alternativo, cinco (17.5 %) falharam a focalização (referindo que o tipo de comportamento não estava especificado) e um (1.25 %) não respondeu a este item.

3.2.4.5.3.2. Comportamento desviante.

Dos 80 participantes que responderam à condição experimental *Comportamento Desviante*, 62 (77.5 %) identificaram corretamente o tipo de comportamento do alvo, seis (7.5 %) atribuíram ao alvo o tipo de comportamento alternativo e 12 (15 %) falharam a focalização (referindo que o tipo de comportamento não estava especificado).⁷¹

3.2.4.5.4. Sexo da criança-alvo.

Dos 161 participantes, 53 (32,92 %) assinalaram corretamente a falta de especificação do sexo do alvo, 30 (18.63 %) atribuíram ao alvo o sexo masculino, 53 (32,92 %) atribuíram ao alvo o sexo feminino e 25 (15.53 %) não responderam a este item.⁷²

Nas secções seguintes apresentamos as análises efetuadas para testarmos as hipóteses elaboradas.

⁷⁰ Não se verificaram diferenças significativas na distribuição do grau de acerto da resposta a este item, em função de Tipo de Comportamento, $\chi^2(3) = 3.52$, *ns*. No entanto, existiram diferenças significativas na distribuição do grau de acerto da resposta a este item, em função de Tipo de Filiação, $\chi^2(3) = 9.78$, $p = .021$. Concretamente, os participantes acertaram mais na resposta a este item, quando a filiação era adotiva (53 vs. 62, respetivamente para filiação biológica vs. filiação adotiva) e falharam menos vezes a focalização, quando a filiação era adotiva (26 vs. 11, respetivamente para filiação biológica vs. filiação adotiva), embora tenham atribuído mais filiações alternativas, quando a filiação era adotiva (2 vs. 6, respetivamente para filiação biológica vs. filiação adotiva).

Adicionalmente, não se verificaram diferenças na distribuição do grau de acerto da resposta à questão de controlo relativa à Nacionalidade, em função do Tipo de Filiação, $\chi^2(2) = 3.51$, *ns*, nem na distribuição do grau de acerto da resposta à questão de controlo relativa ao Tipo de Filiação, em função de Nacionalidade, $\chi^2(3) = 3.10$, *ns*.

⁷¹ Não se verificaram diferenças significativas na distribuição do grau de acerto da resposta a este item, em função de Tipo de Comportamento, $\chi^2(3) = 4.23$, *ns*.

⁷² Não se verificaram diferenças significativas na distribuição do grau de acerto da resposta a este item, em função de Tipo de Comportamento, $\chi^2(3) = 4.22$, *ns*.

3.2.4.6. Avaliação do Comportamento-Alvo e da Criança-Alvo, em Função de Nacionalidade, Tipo de Filiação e Tipo de Comportamento⁷³

Para testarmos as hipóteses deste estudo, efetuámos ANOVAs entrando os fatores Nacionalidade, Tipo de Filiação e Tipo de Comportamento, através das várias medidas dependentes em análise. Não se verificou qualquer interação significativa de 2ª-ordem, que permitisse testar as hipóteses 1, 3 e 5.

As restantes ANOVAs revelaram uma interação significativa Nacionalidade x Tipo de Comportamento na medida Avaliação Geral, $F(1, 153) = 6.39, p = .012, \eta^2 = .04$ e uma interação marginalmente significativa de Nacionalidade x Tipo de Comportamento na medida Frequência do comportamento-alvo, $F(1, 153) = 3.16, p = .077, \eta^2 = .02$ e ainda uma interação marginalmente significativa Tipo de Filiação x Tipo de Comportamento na medida Avaliação Geral, $F(1, 153) = 3.63, p = .059, \eta^2 = .02$.

A decomposição da interação Nacionalidade x Tipo de Comportamento na medida dependente Avaliação Geral, em função do fator Tipo de Comportamento revelou diferenças marginalmente significativas na avaliação do comportamento desviante, em função da Nacionalidade do alvo (o mesmo não se verificou na avaliação do comportamento normativo, $F(1, 79) = 2.86, ns$). Concretamente, os participantes avaliaram marginalmente melhor o alvo desviante português, do que o alvo desviante espanhol ($M = 4.52, DP = 0.86$ vs. $M = 4.12, DP = 1.00; F(1, 78) = 3.66, p = .059, \eta^2 = .05$). Este resultado, apesar de ser um resultado tendencial, para além de infirmar a nossa hipótese 1, consubstancia um padrão de resultados oposto, ao apontar a existência de um viés endogrupal.

Por seu turno, a decomposição da interação marginal Nacionalidade x Tipo de Comportamento na medida dependente Frequência, também pelo fator Tipo de Comportamento, revelou diferenças marginalmente significativas na avaliação da Frequência do comportamento normativo, em função da Nacionalidade do alvo (não foram encontradas diferenças na avaliação da Frequência do comportamento desviante, $F(1, 78) < 1$). Isto é, foi atribuída uma Frequência marginalmente menor ao comportamento do alvo normativo português, do que ao comportamento do alvo normativo espanhol ($M = 4.65, DP = 2.07$ vs. $M = 5.46, DP = 1.89; F(1, 79) = 3.42, p = .068, \eta^2 = .04$).

⁷³ Os resultados obtidos neste estudo relativamente à variável Tipo de Filiação, serão subseqüentemente articulados na discussão final deste capítulo, com os resultados relativos a esta mesma VI no Estudo 5.

Finalmente, a decomposição da interação marginal Tipo de Filiação x Tipo de Comportamento na medida dependente Avaliação Geral, pelo fator Tipo de Comportamento revelou a existência de diferenças marginalmente significativas na avaliação do comportamento desviante, em função do Tipo de Filiação do alvo, $F(1, 78) = 2.80, p = .099, \eta^2 = .04$ (não foram encontradas diferenças na avaliação do comportamento normativo $F(1, 79) = 1.13, ns$). O alvo desviante adotivo foi marginalmente melhor avaliado, do que o alvo desviante biológico ($M = 4.15, DP = 1.14$ e $M = 4.50, DP = 0.69$, respetivamente para alvo biológico e adotivo). Este resultado fornece algum suporte à nossa hipótese 4.

Em suma, os efeitos que se verificaram nestas análises globais, e os respetivos padrões de julgamentos por parte dos participantes não são consistentes com as hipóteses 1, 2, 3 e 5.

3.2.4.7. Avaliação do Comportamento-Alvo e da Criança-Alvo, em Função de Nacionalidade, Tipo de Filiação, Tipo de Comportamento e Valorização dos Níveis de Autodefinição da Identidade

Para efetuarmos as análises reportadas nesta secção, criámos duas novas variáveis que designámos de Valorização Diferenciada IP e Valorização Diferenciada IS. Valorização Diferenciada IP foi criada a partir do valor da mediana da variável IP ($Md = 6.40$), resultando na criação de dois grupos de participantes: os que valorizaram o nível de autodefinição pessoal abaixo do valor da mediana (1 - IP ≤ 6.40) e os que o valorizaram acima desse valor (2 - IP > 6.40). De forma similar, Valorização Diferenciada IS foi criada a partir do valor da mediana da variável IS ($Md = 6.12$), resultando na criação de outros dois grupos: o dos participantes que valorizaram o nível de autodefinição social abaixo do valor da mediana (1 - IS ≤ 6.12) e os que o valorizaram acima desse valor (2 - IS > 6.12).⁷⁴

Uma vez que o efetivo amostral não permitia a entrada de todas as VI's num único modelo, efetuámos ANOVAs entrando blocos de três VIs de cada vez. As ANOVA's Tipo de Filiação x Valorização Diferenciada IP x Tipo de Comportamento não revelaram a

⁷⁴ Não foram encontradas quaisquer diferenças de distribuição nas variáveis Valorização Diferenciada IP e Valorização Diferenciada IS, em função de Grupo Etário e Nível de Escolaridade (maior $\chi^2(1) = 2.57, ns$).

Mas nas análises de diferenças de distribuição nas variáveis Valorização Diferenciada IP e Valorização Diferenciada IS, em função de Sexo, foi encontrada uma diferença de distribuição da variável Sexo na variável Valorização Diferenciada IP ($\chi^2(1) = 4.24, p = .039$). Concretamente, existiram mais mulheres do que homens, tanto no grupo dos participantes que valorizaram IP abaixo da mediana (47 vs. 33, respetivamente), como no grupo dos participantes que valorizaram IP acima do valor da mediana (60 vs. 21, respetivamente). A mesma diferença de distribuição em função de Sexo, foi encontrada na variável Valorização Diferenciada IS, ($\chi^2(1) = 4.26, p = .039$). Também neste caso, existiram mais mulheres do que homens, tanto no grupo dos participantes que valorizaram IS abaixo do valor da mediana (45 vs. 32, respetivamente), como no grupo dos participantes que valorizaram IS acima do valor da mediana (62 vs. 22).

existência de qualquer interações significativas (maior $F_{1,153} = 2.20$, *ns*). Também as ANOVAs Nacionalidade x Valorização Diferenciada IS x Tipo de Comportamento, que testaram a nossa hipótese 6, não revelaram a existência de alguma interação significativa (maior $F_{1,153} = 2.20$, *ns*). Ou seja, os resultados verificados não fornecem suporte para a nossa hipótese 6, que se vê, assim, infirmada.

As ANOVAs Tipo de Filiação x Valorização Diferenciada IS x Tipo de Comportamento, permitiram testar a hipótese 7 e revelaram uma interação marginalmente significativa de 2ª- ordem, Tipo de Filiação x Valorização Diferenciada IS x Tipo de Comportamento, na medida de Impressão Geral, $F(1, 153) = 3.26$, $p = .073$, $\eta^2 = .02$. A decomposição desta interação pelo fator Tipo de Comportamento revelou uma interação marginalmente significativa de Tipo de Filiação x Valorização Diferenciada IS, $F(1, 77) = 3.06$, $p = .084$, $\eta^2 = .04$, no julgamento do comportamento normativo (não foi encontrada nenhuma interação para o comportamento desviante, $F_{1, 76} < 1$). A decomposição subsequente, em função do Valorização Diferenciada IS, revelou um efeito de Tipo de Filiação, apenas entre os participantes que valorizaram IS abaixo do valor da mediana, $F(1, 30) = 5.17$, $p = .03$, $\eta^2 = .15$ (não foi encontrado nenhum efeito para participantes que valorizaram IS acima do valor da mediana, $F_{1, 47} < 1$). Concretamente, este resultado indica que os participantes que valorizaram menos a sua identidade social (abaixo da mediana) tiveram do alvo normativo biológico, uma Impressão Geral significativamente mais positiva, do que do alvo normativo adotivo ($M = 7.94$, $DP = 1.09$ vs. $M = 7.00$, $DP = 1.25$).

Este resultado fornece apenas um suporte parcial à nossa hipótese 7. De facto, embora, tal como esperado, o comportamento normativo do alvo biológico tenha sido melhor avaliado do que o comportamento equivalente do alvo adotivo, este padrão verificou-se entre os participantes que não valorizaram fortemente o nível social de autodefinição da sua identidade. Fornece ainda, e pelos mesmos motivos, suporte parcial à nossa hipótese 2.

As ANOVAs com o modelo Nacionalidade x Valorização Diferenciada IP x Tipo de Comportamento, revelaram duas interações significativas de 2ª-ordem de Nacionalidade x Valorização Diferenciada IP x Tipo de Comportamento: a primeira na medida Impressão Geral, $F(1, 153) = 5.43$, $p = .021$, $\eta^2 = .03$; a segunda na medida Avaliação Geral, $F(1, 153) = 6.50$, $p = .012$, $\eta^2 = .04$.

A decomposição da interação Nacionalidade x Valorização Diferenciada IP x Tipo de Comportamento, para Impressão Geral, em função do fator Tipo de Comportamento,

revelou uma interação significativa de Nacionalidade x Valorização Diferenciada IP, apenas relativamente à criança com comportamento normativo, $F(1, 77) = 8.69, p = .004, \eta^2 = .10$ (não foi encontrada nenhuma interação para o comportamento desviante, $F(1, 76) < 1$).

A subsequente decomposição desta interação pelo fator Valorização Diferenciada de IP, revelou a existência de diferenças significativas na Impressão Geral, em função da Nacionalidade, $F(1, 35) = 11.08, p = .002, \eta^2 = .24$, mas apenas entre os participantes que valorizaram menos a sua identidade pessoal (não foi encontrado nenhum efeito para os participantes que valorizaram IP acima do valor da mediana, $F(1, 42) = 1.04, ns$). Concretamente, os participantes que valorizaram IP abaixo do valor da mediana, reportaram uma Impressão Geral significativamente mais favorável do alvo normativo espanhol, do que do alvo normativo português ($M = 7.94, DP = 1.16$ vs. $M = 6.74, DP = 1.05$).

Por outro lado, a decomposição da interação Nacionalidade x Valorização Diferenciada IP x Tipo de Comportamento, para Avaliação Geral, pelo mesmo fator Tipo de Comportamento, revelou uma interação marginalmente significativa de Nacionalidade x Valorização Diferenciada IP, $F(1, 77) = 3.69, p = .058, \eta^2 = .05$, também para comportamento normativo (não foi encontrada nenhuma interação para o comportamento desviante, $F(1, 76) = 2.82, ns$).

E a subsequente decomposição desta mesma interação pelo fator Valorização Diferenciada de IP, revelou a existência de diferenças significativas na Avaliação Geral, em função da Nacionalidade, $F(1, 35) = 8.89, p = .005, \eta^2 = .20$, também apenas entre os participantes que valorizaram IP abaixo do valor da mediana (não foi encontrado nenhum efeito para os participantes que valorizaram IP acima do valor da mediana, $F(1, 42) < 1$). Isto é, os participantes que valorizaram IP abaixo do valor da mediana, reportaram uma Avaliação Geral, através das várias características atribuíveis à criança-alvo, significativamente mais favorável acerca do alvo normativo espanhol, do que do alvo normativo português ($M = 6.61, DP = 1.01$ vs. $M = 5.71, DP = 0.81$).

3.2.4.8. Avaliação do Comportamento-Alvo e da Criança-Alvo, em Função de Nacionalidade, Tipo de Filiação, Tipo de Comportamento, Sexo e Grupo Etário⁷⁵

À semelhança das análises da secção anterior, e uma vez que o efetivo amostral não permitia a entrada de todas as VIs no modelo, efetuámos ANOVAs entrando blocos de três

⁷⁵ Não foram efetuadas análises com a variável Nível de Escolaridade, devido ao efetivo insuficiente em várias células do modelo ANOVA.

fatores de cada vez. Não foram encontradas quaisquer interações significativas de 2ª-ordem nas ANOVAs do modelo Nacionalidade x Sexo x Tipo de Comportamento (maior $F(1, 153) = 1.97, ns$) e do modelo Tipo de Filiação x Sexo x Tipo de Comportamento (maior $F(1, 153) = 1.32, ns$).⁷⁶

Também não se verificaram quaisquer interações significativas de 2ª-ordem nas ANOVAs Nacionalidade x Grupo Etário x Tipo de Comportamento, (todos $F_s < 1$).

Por seu turno, as ANOVAs do modelo Tipo de Filiação x Grupo Etário x Tipo de Comportamento revelaram a existência de três interações de 2ª-ordem: uma para a medida Consequência, $F(1, 153) = 4.15, p = .043, \eta^2 = .03$; outra na Impressão Geral, $F(1, 153) = 9.95, p = .002, \eta^2 = .06$; e uma outra na Avaliação Geral, $F(1, 153) = 7.33, p = .008, \eta^2 = .05$.

A decomposição da interação Tipo de Filiação x Grupo Etário x Tipo de Comportamento, na medida Consequência, em função do fator Tipo de Comportamento revelou a existência de uma interação Tipo de Filiação x Grupo Etário no julgamento do comportamento normativo, $F(1, 77) = 4.99, p = .028, \eta^2 = .06$ (não foi encontrada nenhuma interação para o comportamento desviante, $F(1, 76) < 1$). Nova decomposição desta última interação pelo fator Grupo Etário revelou a existência de um efeito significativo de Tipo de Filiação, $F(1, 29) = 7.04, p = .013, \eta^2 = .20$, apenas entre os participantes adultos (não foi encontrado nenhum efeito nos participantes jovens, $F(1, 48) < 1$). Este efeito indica que os participantes adultos atribuíram uma recompensa significativamente superior ao comportamento normativo exibido por um alvo com filiação biológica, do que ao mesmo comportamento exibido por um alvo com filiação adotiva ($M = 7.73, DP = 1.28$ vs. $M = 6.31, DP = 1.66$). Por outro lado, decompondo esta mesma interação em função do fator Tipo de Filiação, revelou-se um efeito marginalmente significativo de Grupo Etário, para filiação biológica, $F(1, 39) = 3.46, p = .07, \eta^2 = .08$ (não foi encontrado nenhum efeito para filiação adotiva, $F(1, 38) = 1.70, ns$), cuja análise mostrou que os participantes adultos atribuíram uma recompensa marginalmente superior ao alvo normativo biológico, do que o fizeram os participantes mais jovens ($M = 7.73, DP = 1.28$ vs. $M = 6.77, DP = 1.75$).

A decomposição da interação Tipo de Filiação x Grupo Etário x Tipo de Comportamento verificada na medida Impressão Geral, em função do fator Tipo de

⁷⁶Embora se tenham verificado duas interações significativas de 1ª ordem, Tipo de Comportamento x Sexo, ambas para Correção, $F(1, 153) = 6.08, p = .02, \eta^2 = .04$ e $F(1, 153) = 5.09, p = .026, \eta^2 = .03$, não foram realizadas as análises subsequentes, primeiramente porque estas interações não envolviam nenhuma das outras VI's do plano experimental e, depois, porque não foram avançadas quaisquer hipóteses que envolvessem apenas as variáveis Sexo e Tipo de Comportamento.

Comportamento, revelou uma interação significativa Tipo de Filiação x Grupo Etário para o comportamento normativo, $F(1, 77) = 7.94, p = .006, \eta^2 = .09$ (não foi encontrada nenhuma interação para o comportamento desviante, $F(1, 76) = 2.68, ns$). Decompondo esta interação em função do fator Tipo de Filiação, revelou-se um efeito significativo de Grupo Etário, $F(1, 38) = 4.94, p = .032, \eta^2 = .12$, apenas nos julgamentos do alvo normativo adotivo (não foi encontrado nenhum efeito para o alvo normativo biológico, $F(1, 39) = 3.09, ns$). Isto é, o alvo normativo adotivo recebeu uma Impressão Geral mais favorável por parte dos participantes mais jovens, do que por parte dos participantes adultos ($M = 7.58, DP = 1.32$ vs. $M = 6.69, DP = 1.14$). Decompondo alternativamente esta mesma interação pelo fator Grupo Etário, verificou-se a existência de um efeito significativo de Tipo de Filiação, $F(1, 29) = 10.33, p = .003, \eta^2 = .26$, de novo apenas entre os participantes adultos (não foi encontrado nenhum efeito para os participantes jovens, $F(1, 48) < 1$). Isto é, os participantes adultos reportaram uma Impressão Geral significativamente mais favorável relativamente ao alvo normativo biológico, do que relativamente ao alvo normativo adotivo ($M = 8.00, DP = 1.13$ vs. $M = 6.69, DP = 1.14$). Este resultado fornece suporte parcial para a nossa hipótese 2.

Finalmente, a decomposição da interação Tipo de Filiação x Grupo Etário x Tipo de Comportamento que se verificou na Avaliação Geral, em função do fator Tipo de Comportamento, revelou uma interação significativa Tipo de Filiação x Grupo Etário também na avaliação da criança-alvo com comportamento normativo, $F(1, 77) = 6.68, p = .012, \eta^2 = .08$ (não foi encontrada nenhuma interação para o comportamento desviante, $F(1, 76) = 1.32, ns$). Decompondo esta interação pelo fator Tipo de Filiação revelou-se um efeito significativo de Grupo Etário, $F(1, 39) = 4.63, p = .038, \eta^2 = .11$, apenas para filiação biológica (não foi encontrado nenhum efeito para filiação adotiva, $F(1, 38) = 2.62, ns$). Este efeito indica que a criança filha biológica e com comportamento normativo foi melhor avaliada pelos participantes adultos, do que pelos participantes mais jovens ($M = 6.75, DP = 1.01$ vs. $M = 6.13, DP = 0.82$). A decomposição alternativa desta interação, pelo fator Grupo Etário, revelou um efeito significativo de Tipo de Filiação, entre os participantes adultos, $F(1, 29) = 5.50, p = .026, \eta^2 = .16$ (não foi encontrado nenhum efeito para os participantes jovens, $F(1, 48) < 1$). Os participantes adultos reportaram uma Avaliação Geral mais favorável acerca da criança-alvo biológica com comportamento normativo, do que acerca da criança-alvo adotiva com o mesmo comportamento ($M = 6.75, DP = 1.01$ e $M = 5.72, DP = 1.40$). De novo, este resultado fornece suporte parcial para a nossa hipótese 2.

3.3. Estudo 5

O quinto e último estudo que se apresenta neste trabalho procura articular, quer em termos teóricos, quer em termos empíricos e metodológicos, o conjunto de estudos anteriores. Analisamos a atitude, quer face à adoção, quer face à homoparentalidade, uma vez que a parentalidade de um casal homossexual, implica sempre a adoção (ainda que só psicológica) por parte de pelo menos um dos progenitores.⁷⁷

No caso da homoparentalidade, esta configura uma forma de parentalidade duplamente desafiadora dos padrões normativos vigentes relativos à família nuclear tradicional: coloca em causa, simultaneamente, os laços biológicos e os papéis de género tradicionais.

3.3.1. Homoparentalidade

“(...) a transformação dos genitores em pais não é atrelada ao fato físico que dá lugar ao nascimento de uma criança. Ou seja, nascer da união de um homem com uma mulher não basta para ser filho, ou filha, daquele homem e daquela mulher. Ou ainda: colocar uma criança no mundo não transforma os genitores em pais. O nascimento (fato físico) tem que ser transformado em filiação (fato social e político), para que, inserida em uma organização simbólica (fato psíquico), a criança se constitua como sujeito.”

(Ceccarelli, 2007, p. 93)

A investigação no domínio da homoparentalidade tem-se focado maioritariamente em três grandes campos de análise: no percurso desenvolvimental das crianças, filhas de pais ou mães homossexuais, nas competências homoparentais e nas atitudes face à homoparentalidade.

Ao nível do *desenvolvimento da criança*, o desenvolvimento do género (identidade de género, papéis de género e orientação sexual), foi um dos aspetos que mais atenção despertou, tendo inclusivamente determinado que, nos anos de 1970, em muitos casos de atribuição da custódia em casos de divórcio, fosse o pai heterossexual a ficar com a custódia dos filhos e não a mãe lésbica, dado o receio da orientação sexual desta última poder ter efeitos nefastos sobre a identidade de género da criança (Golombok, 2000).

Stacey e Biblarz (2001) numa extensa revisão da literatura relativamente aos potenciais efeitos da orientação sexual dos pais no desenvolvimento de género dos seus

⁷⁷ Em Portugal, as alterações legislativas que permitem a adoção/coadoção em casais homossexuais são ainda muito recentes. Assim, para já, na maioria dos casos os pais e mães homossexuais, habitualmente são pessoas que tiveram filhos biológicos na sequência de uma união heterossexual anterior, ou então que adotaram crianças num processo de adoção singular.

filhos, concluem que não existem diferenças negativas e, inclusivamente, existem algumas diferenças positivas, entre crianças filhas de pais e mães homossexuais e crianças filhas de pais e mães heterossexuais. Também Golombok e Tasker (1996) levaram a cabo um estudo longitudinal com adultos filhos de mães lésbicas, onde analisaram o impacto da orientação sexual da mãe, na orientação sexual dos filhos adultos. Os resultados permitiram-lhes concluir que não existiram diferenças significativas na orientação sexual desses indivíduos e daqueles que foram criados por mães heterossexuais.

O bem-estar psicológico das crianças criadas em famílias homoparentais compostas por um casal de mulheres lésbicas (ou criadas por uma mulher lésbica), também foi alvo de análise. Das investigações realizadas pôde concluir-se que essas crianças não apresentavam maior risco de terem problemas emocionais ou comportamentais, quer na infância, quer depois na idade adulta, do que as crianças criadas em famílias compostas por um casal heterossexual ou por pessoas heterossexuais (Golombok, 2000; Patterson, 2006). Várias revisões de literatura efetuadas confirmaram que o ajustamento psicológico, emocional e social das crianças filhas de pais e mães homossexuais é também idêntico, ao das crianças filhas de pais e mães heterossexuais (e.g. Fitzgerald, 1999; Gato & Fontaine, 2010; McLeod & Crawford, 1998; Patterson, 1992, 2006).

Relativamente à *competência parental de mães e pais homossexuais*, existe também um considerável corpo de investigação que permite concluir que pais e mães homossexuais são parentalmente tão competentes, como pais e mães heterossexuais (e.g. Biblarz & Stacey, 2010; Brewaeys et al., 1997; Gato & Fontaine, 2010; Gato & Fontaine, 2011a; MacCallum & Golombok, 2004; McLeod & Crawford, 1998; Patterson, 1992). Biblarz e Stacey (2010), numa revisão da literatura acerca do impacto das configurações familiares tradicionais e não tradicionais nas competências parentais, concluíram que, contrariamente à crença popular, a investigação não suporta a premissa que a melhor configuração familiar seja aquela onde o casal é constituído por um homem e uma mulher, casados e com filhos biológicos. Tão pouco foi encontrada evidência que suporte a existência de competências parentais específicas para cada género. Ou seja, o impacto do género do progenitor é insignificante, o que constitui um poderoso argumento a favor da homoparentalidade. Das suas análises concluíram também que as famílias biparentais funcionais oferecem melhores condições aos seus filhos, do que as famílias monoparentais (sejam estas famílias biparentais heterossexuais ou homossexuais), e que as mulheres (heterossexuais ou homossexuais) têm melhores competências parentais do que os homens.

No domínio das *atitudes face à homoparentalidade*, apesar da extensa investigação que demonstra não existirem riscos acrescidos associados a esta forma de parentalidade, continuam a existir atitudes desfavoráveis face à homoparentalidade. Por exemplo, McLeod e Crawford (1998) referem que, apesar de na atualidade as pessoas homossexuais terem já acesso a diversas formas alternativas de constituírem família, ainda continuam a ver-se impedidos de acederem aos direitos parentais gerais concedidos aos heterossexuais.

Vários estudos realizados com amostras variadas continuam a evidenciar a existência de atitudes desfavoráveis face à homoparentalidade (e.g. Biblarz & Stacey, 2010; Crawford et al., 1999; Gato, 2012; Gato et al., 2010; Gato et al., 2012; McLeod & Crawford, 1998). Em alguns destes estudos são utilizadas vinhetas em que é retratada uma situação de adoção ou atribuição de custódia, com manipulação da orientação sexual dos progenitores e de algumas outras variáveis (por exemplo, sexo da criança, estado civil dos progenitores, número de progenitores). Por exemplo, King e Black (1999), concluíram que entre os participantes do seu estudo, estudantes de graduação numa disciplina introdutória de psicologia, o comportamento de crianças filhas de mães homossexuais divorciadas foi sistematicamente percecionado como mais problemático, do que o comportamento de crianças filhas de mães heterossexuais divorciadas.

Também Crawford et al. (1999) constataram na sua investigação com psicólogos, que aqueles com uma visão conservadora acerca da homossexualidade (atribuindo-a a uma questão de escolha pessoal, por exemplo) foram os mesmos que reportaram atitudes menos favoráveis face à possibilidade de ser concedida a adoção de uma criança a um casal homossexual. Resultados idênticos foram obtidos por Fraser et al. (1995), numa amostra de estudantes do primeiro ano de psicologia. A estes era pedido que indicassem o grau de acordo face a uma situação real de atribuição de custódia, após um divórcio. Os autores verificaram que os participantes reportaram significativamente maior acordo em atribuírem a custódia a um progenitor heterossexual, do que a um progenitor homossexual.

Gato et al. (2012), num estudo com futuros profissionais da rede social, sobre a colocação de uma criança para adoção, concluíram que, apesar de em algumas dimensões (e.g. competências parentais e probabilidade da existência de abuso sexual) os casais homossexuais serem percecionados como melhor posicionados do que os casais heterossexuais, ainda assim, nas dimensões relativas à capacidade de transmitir valores e à probabilidade de a criança ser colocada para adoção, saíram beneficiados os casais heterossexuais. Gato et al. (2010), utilizando um aparato experimental idêntico ao de estudos

anteriores, solicitaram a estudantes dos anos finais de áreas psicossociais que antecipassem aspectos do desenvolvimento da criança após a adoção. Das suas análises concluíram que, embora não tenham existido diferenças na antecipação de problemas emocionais, verificaram-se diferenças na previsão da preferência sexual dessas crianças. Os participantes previram que significativamente mais crianças em famílias heterossexuais viriam a manifestar uma preferência pela orientação sexual heterossexual.

Também ao *nível judicial* continuam a existir posicionamentos desfavoráveis relativamente à atribuição da custódia a pais ou mães homossexuais, sendo defendido que a vivência da criança numa família com um casal do mesmo sexo não lhe fornece um ambiente familiar adequado, ou até que a orientação sexual do progenitor ou progenitora lhe pode acarretar distúrbios desenvolvimentais ou sociais (McLeod & Crawford, 1998).

Nos EUA, numa decisão judicial no caso *Hernandez v. Robles*, 2006, contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo, foi deliberado que para uma criança é melhor crescer com um pai e com uma mãe, que assim lhe podem fornecer os modelos daquilo que é suposto ser um homem e uma mulher. Esta linha de pensamento tem sido sucessivamente reforçada nas várias presidências, que continuamente advogam a defesa do modelo familiar tradicional, em que ambos os progenitores são casados e o casal é constituído por um homem e uma mulher (Biblarz & Stacey, 2010).

Em Portugal, tal como referido anteriormente, apesar das pessoas homossexuais terem visto reconhecido o seu direito ao casamento civil (através da aprovação da lei 9/2010), e de recentemente lhes ter sido concedido o direito à adoção ou co-adoção, continuam a não lhes serem reconhecidos os mesmos direitos. Por exemplo, continua a ser vedado a casais do mesmo sexo o acesso a técnicas de procriação medicamente assistida, ao contrário do que acontece com casais heterossexuais.

McLeod e Crawford (1998) analisam e sintetizam, de forma bastante clara, investigação sobre esta temática. Estes autores, apoiando-se em dados de sondagens relativamente aos direitos das pessoas homossexuais, dizem que existe uma clara divisão de atitudes. Por um lado, a maioria dos inquiridos concorda com a igualdade de direitos entre pessoas homossexuais e heterossexuais, em dimensões como o trabalho, ou questões financeiras e ligadas à saúde. Mas, por outro lado, a maioria não concorda com a igualdade de direitos na dimensão familiar, nomeadamente, na igualdade do direito de casar e de adotarem. Esta divisão de opiniões parece demonstrar um apoio aos direitos individuais das

peças homossexuais, mas não dos direitos das famílias homoparentais. Para McLeod e Crawford (1998), os motivos que sustentam esta divisão, radicam nas assunções negativas que as pessoas heterossexuais têm relativamente às pessoas homossexuais.

McLeod, Crawford e Zechmeister (1997) realizaram um estudo no qual os participantes foram convidados a avaliar uma vinheta, na qual era apresentado um evento familiar, que descrevia uma situação de conflito familiar leve e onde, consoante a condição experimental, o casal era constituído por dois homens ou por um homem e uma mulher. A avaliação era efetuada num conjunto de dimensões como a competência parental, o grau em que o comportamento disruptivo da criança poderia ser atribuído à relação parental, o grau em que a reatribuição de custódia aos avós beneficiaria a criança, o grau de confusão relativamente a dimensões dos papéis de género, nomeadamente, identidade de género e orientação sexual, entre outras. Numa análise posterior aos resultados deste estudo, McLeod e Crawford (1998) concluíram que foi o estereótipo associado aos homens gay (vistos como mais efeminados, do que os homens heterossexuais) que determinou uma atitude mais desfavorável face à parentalidade de casais homossexuais masculinos. Segundo os autores, apesar de não se terem verificado diferenças na competência parental atribuída aos dois tipos de casais, o estereótipo associado aos homens gays levou os participantes a anteciparem nos filhos criados por um casal de homens gays, um maior nível de confusão relativamente à orientação sexual e à identidade masculina. Por seu turno, esta atitude terá conduzido os participantes a concordarem mais com a reatribuição da custódia da criança aos avós e com a atribuição do comportamento disruptivo da criança à relação parental.

Para McLeod e Crawford (1998) a crença de que a parentalidade homossexual é um preditor do bem estar psicológico das crianças, é contingente com a crença que as pessoas homossexuais violam os papéis de género tradicionais, exibindo comportamentos típicos do sexo oposto, o que está claramente em oposição com a definição tradicional de família, que assenta nos papéis de género tradicionais. Ou seja, as pessoas homossexuais são percecionadas como violando as ideologias familiares e de género tradicionais.

Este conjunto de crenças tendem a atribuir à orientação sexual um papel central na definição do sistema de valores das pessoas homossexuais, conduzindo a perceções acerca das relações entre pessoas homossexuais, como estando reduzidas à identidade sexual e, em última análise, ao comportamento sexual (McLeod & Crawford, 1998).

Segundo McLeod e Crawford (1998), a visão dominante das relações entre pessoas homossexuais como não procriativas e essencialmente de natureza sexual, coloca estas pessoas numa posição periférica relativamente às questões de parentesco. No entanto, estes autores também referem que, embora exista uma tendência para a valorização do modelo familiar tradicional, as evoluções médicas no acesso à parentalidade, como a inseminação artificial e as barrigas de aluguer e também a adoção, associadas a uma crescente taxa de divórcios, que conduz muitas vezes a arranjos familiares não tradicionais, como a monoparentalidade ou a família reconstituída, estão a provocar uma redefinição do conceito de família, alargando-o a outras configurações familiares não tradicionais, numa transformação ideológica que preconiza um *continuum* na definição do conceito de família, entre família biológica e família escolhida.

A adesão a uma ideologia tradicional género-sexualidade-família poderá ter como substrato uma necessidade de regulamentação e legitimação da ordem social convencional, que defina sem ambiguidade o papel de género de cada pessoa. A este respeito McLeod e Crawford (1998), citando um trabalho de Storms (1978), referiram que os homens heterossexuais efeminados foram alvo de menor apreço, do que os homens heterossexuais masculinos, mas os homens homossexuais efeminados foram mais apreciados, do que os homens homossexuais masculinos, uma vez que os primeiros conduziam a atribuições categoriais menos ambíguas. A expressão de valores anti-homossexuais pode, simbolicamente, servir a necessidade psicológica de reafirmar o compromisso com valores familiares socialmente aceitáveis, ao mesmo tempo que serve o propósito de reafirmar uma identidade alicerçada no modelo tradicional de género e sexualidade (idem).

As assunções de McLeod e Crawford (1998) estão claramente em sintonia com pressupostos da abordagem da identidade social. Tal como referido por Oakes e Reynolds (1997), um aspeto importante da categorização diz respeito ao envolvimento do sujeito na situação social. Este envolvimento contribuirá para que o indivíduo organize o conjunto de estímulos no contexto de uma forma que seja consistente com as suas expectativas e teorias explicativas da realidade. A este nível, os grupos sociais são incontornáveis, na medida em que são funcionais e dão resposta às necessidades dos indivíduos e da sociedade, de ordem, estrutura, simplificação e previsibilidade (Hogg & Abrams, 1992).

McLeod e Crawford (1998) finalizam argumentando que é necessário que se desconstruam, através de investigação científica não enviesada, os mitos que preenchem as crenças relativas às pessoas homossexuais e que contribuem para a contínua negação dos

direitos das pessoas homossexuais, numa sociedade heterossexista, cujas políticas muitas vezes servem propósitos não igualitários e de manutenção do *status quo*. O que acontece sem suporte de evidência científica e, essencialmente, serve os propósitos dos grupos (heterossexuais e masculinos) dominantes.

A homoparentalidade continua, portanto, a suscitar debate, constituindo-se na atualidade como uma relevante questão social, à qual é preciso dar uma resposta cabal e fundamentada.

3.3.2. Identidade e Homoparentalidade

O principal objetivo do estudo em seguida apresentado é a análise da atitude em relação à homoparentalidade, a partir do quadro da abordagem da identidade social. Tal como referido a propósito da homossexualidade e da adoção, também no que se refere à homoparentalidade, se espera que, segundo a abordagem da identidade social, as pertenças grupais desencadeiem comportamentos de natureza grupal, cuja finalidade seja a de repor a distintividade intergrupala e, conseqüentemente, a positividade da identidade social.

No caso da homoparentalidade operam simultaneamente dois critérios, ambos potencialmente relevantes na definição identitária dos sujeitos. Um critério relativo à identidade sexual e um outro critério relativo à filiação. O primeiro deve-se à necessidade de estabelecimento de uma fronteira clara entre a heterossexualidade e a homossexualidade e o segundo, à distinção entre dois tipos de filiação - a biológica (e socialmente normativa) e a adotiva. Ambos os critérios estão assentes num heterossexismo dominante que, por seu turno, é o precursor de uma ideologia que preconiza o modelo familiar tradicional como ideal e superior a configurações familiares alternativas.

Como exposto anteriormente, a comunidade científica tem procurado analisar a temática da homoparentalidade, procurando dar resposta a um conjunto de dúvidas que se foram instalando em torno dessa forma de parentalidade. Vários estudos procuraram analisar a atitude face à homoparentalidade, através da utilização de um aparato experimental em que os participantes se posicionavam relativamente a um conjunto de itens que incidiam sobre a adequabilidade parental e/ou sobre o desenvolvimento da criança, depois de lerem uma vinheta onde era apresentada uma situação em que um casal se propunha a adotar uma criança. Decorrendo das condições experimentais, este casal ora era apresentado como heterossexual, ora como homossexual - masculino e/ou feminino (e. g. Camilleri & Ryan, 2006; Crawford et al., 1999; Fraser et al., 1995; Gato et al., 2010; Gato et al., 2012).

Numa linha de investigação ligeiramente diferente, Massey (2007 e também McLeod & Crawford, 1998, anteriormente descrito) conduziu uma investigação em que analisou o impacto do preconceito homofóbico (nas suas formas de heterossexismo tradicional e moderno) na avaliação da competência parental e nas atribuições causais efetuadas para o comportamento disruptivo (mas desenvolvimentalmente adequado) manifestado pela criança filha de casais homossexuais (gays ou lésbicas) ou casais heterossexuais. Dos seus resultados concluiu que o heterossexismo tradicional conduziu a atribuições causais mais externas, mas apenas quando a criança era filha de um casal do mesmo sexo. Retirou ainda outras conclusões relevantes para o presente trabalho, nomeadamente que: (1) contrariamente às previsões iniciais, as mulheres avaliaram os comportamentos parentais dos casais do mesmo sexo de forma mais favorável, do que os comportamentos parentais dos casais de sexo diferente; (2) os participantes fizeram significativamente menos atribuições causais externas do comportamento exibido pela criança (atribuindo-o à situação familiar) nos casais do mesmo sexo, do que nos casais de sexo diferente e (3) as mulheres foram menos propensas a atribuírem o comportamento disruptivo exibido pela criança à situação familiar, no caso dos casais do mesmo sexo, do que no caso dos casais de sexo diferente.

Em linha com os estudos de Massey (2007) e King e Black (1999), e tendo em conta o que Alarcão (2006) referiu, que de acordo com a investigação disponível, o maior risco para as famílias homoparentais, se prende com a atitude preconceituosa da sociedade heterossexual, relativamente a esta configuração familiar conduzimos um estudo, do qual vamos apresentar resultados em que, à semelhança do Estudo 4: (1) testamos, com base em pressupostos básicos da abordagem da identidade social e através de um aparato experimental especificamente destinado a esse efeito, a relação entre os níveis de identidade pessoal e social e as atitudes em relação à homoparentalidade, (2) analisamos a existência de diferenças nesta atitude em função de pertenças sociodemográficas distintas e (3) averiguámos se pertenças grupais distintas dos alvos, provocam avaliações diferenciadas desses alvos.

Assim, e assentes nos mesmos pressupostos teóricos anteriormente enunciados, procuraremos demonstrar que os filhos adotivos de pais homossexuais são alvo de *dupla discriminação*: por serem adotados e por serem filhos de homossexuais. Assumindo a orientação sexual como critério de categorização, em termos abstratos os homossexuais são para os heterossexuais um exogrupo tanto relevante, como, por exemplo, os espanhóis o são

para os portugueses, quando o critério de categorização é a nacionalidade. Para testar esta ideia, neste estudo, na manipulação da pertença categorial dos “pais” da criança-alvo usaremos as categorias *Pais Homossexuais vs. Pais Heterossexuais*.⁷⁸

Do que expusemos, delineámos o seguinte conjunto de hipóteses: (1) um comportamento normativo exibido por uma criança filha de pais heterossexuais deverá ser mais favorecido e um comportamento desviante seu será mais penalizado relativamente a comportamentos equivalentes exibidos por crianças filhas de pais homossexuais, mas este padrão de julgamentos apenas será exibido em relação ao comportamento de filhos biológicos (hipótese 1); (2) o comportamento normativo exibido por crianças filhas adotivas de pais heterossexuais será menos favorecido do que o equivalente exibido por crianças filhas biológicas de pais heterossexuais (hipótese 2); (3) o comportamento normativo de crianças filhas adotivas de pais heterossexuais não deverá diferenciar-se do comportamento equivalente exibido por crianças filhas quer biológicas, quer adotivas de pais homossexuais (hipótese 3); (4) o comportamento desviante de crianças filhas adotivas de pais heterossexuais será alvo de menor depreciação do que o comportamento desviante de crianças filhas biológicas de pais heterossexuais (hipótese 4); (5) o julgamento do comportamento desviante de crianças filhas adotivas de pais heterossexuais não se diferenciará do comportamento equivalente exibido por crianças filhas, quer adotivas, quer biológicas de pais homossexuais (hipótese 5). Adicionalmente, tal como no Estudo 4, tendo em conta a valorização dos níveis de autodefinição da identidade, prevemos ainda que: (6) o comportamento normativo de uma criança filha de pais heterossexuais será mais favorecido e o comportamento desviante mais penalizado, relativamente a comportamentos equivalentes exibidos por crianças filhas de pais homossexuais, quando o participante valorizar fortemente o nível social de autodefinição da sua identidade (hipótese 6); e (7) o comportamento normativo de uma criança filha biológica deverá ser mais favorecido e o comportamento desviante mais penalizado relativamente a comportamentos equivalentes

⁷⁸ Na operacionalização da pertença categorial “Pais Homossexuais”, optámos por apresentar apenas um casal de homens homossexuais. Esta nossa opção prendeu-se com questões de simplificação do desenho experimental e de coerência metodológica e empírica entre o conjunto de estudos (já tidas em conta no momento de traçar o plano global da investigação). Se, por um lado, Simon (1998) refere que o preconceito é mais forte contra homens gays, do que contra mulheres lésbicas e que o descritor “pessoas homossexuais” está mais associado a “homens gays”, do que a “mulheres lésbicas” e, por esses motivos, utilizamos esse descritor nos Estudos 1 e 2, por outro lado, não sendo de antecipar diferenças de atitude face às famílias homoparentais em função do sexo do casal homossexual, tal como referido por Gato (2012), optámos no Estudo 5 pela apresentação de um casal homossexual constituído por dois homens, o que está em continuidade com o descritor utilizado nos Estudos 1 e 2 – pessoas homossexuais – mais associado a homens homossexuais.

exibidos por crianças filhas adotivas, quando o participante valorizar fortemente o nível social de autodefinição da sua identidade (hipótese 7).

3.3.3. Método

3.3.3.1. Participantes

Participaram no estudo 211 adultos (117 mulheres), com idades compreendidas entre os 18 e os 57 anos ($M = 23.31$, $DP = 8.04$) e com escolaridade compreendida entre os quatro e os 22 anos ($M = 14.15$, $DP = 2.21$). Foram criados dois grupos etários designados de “jovens” (≤ 20 anos; $M = 19.05$, $DP = 0.75$; $n = 113$) e de “adultos” (≥ 21 anos; $M = 28.22$, $DP = 9.68$; $n = 98$). Também foram criados dois grupos quanto ao Nível de Escolaridade, com 89 participantes no grupo designado de “menos escolarizados” (≤ 13 anos; $M = 12.47$, $DP = 1.60$) e 122 no grupo “mais escolarizados” (≥ 14 anos; $M = 15.38$, $DP = 1.74$).

Os participantes foram aleatoriamente distribuídos pelas oito condições experimentais e estavam igualmente distribuídos pelas mesmas em função de Sexo ($\chi^2_7 < 1$) e de Grupo Etário ($\chi^2_7 = 3.63$, *ns*). No entanto, não estavam igualmente distribuídos pelas condições em função de Nível de Escolaridade ($\chi^2_7 = 28.63$, $p < .001$).⁷⁹

3.3.3.2. Procedimento e Plano do Estudo

Foi solicitada a colaboração de estudantes dos vários anos do Mestrado Integrado em Psicologia da FPCEUP e de estudantes de vários anos e vários cursos da Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário, no sentido de responderem ao questionário. A maioria dos questionários foi aplicada coletivamente, no início ou no final de uma aula.

O cenário experimental é similar àquele do Estudo 4, com diferenças relevantes apenas no que concerne à manipulação do fator Orientação Sexual do casal. Também à semelhança do Estudo 4 e de estudos anteriores (e.g. Gato et al., 2012; King & Black, 1999; Massey, 2007), as manipulações experimentais foram efetuadas através da apresentação de uma vinheta, onde era descrito o comportamento exibido por uma criança, em que, segundo a condição experimental era manipulada a Orientação Sexual do casal (heterossexual vs.

⁷⁹ Efetivos por condição experimental a variarem entre $n = 24$ e $n = 28$.

homossexual), o Tipo de Filiação (filiação biológica vs. filiação adotiva) e o Tipo de Comportamento exibido pela criança (normativo vs. desviante).⁸⁰

O desenho experimental intersujeitos é um 2 (Orientação Sexual do casal: Heterossexual vs. Homossexual) x 2 (Tipo de Filiação: Biológica vs. Adotiva) x 2 (Tipo de Comportamento: Normativo vs. Desviante).⁸¹

3.3.3.3. Medidas Dependentes

Globalmente, as medidas dependentes deste estudo são as mesmas descritas no Estudo 4, com alguns pequenos ajustamentos nas questões de verificação experimental (cf. Anexos 6 e 7).

3.3.3.3.1. Questões de verificação experimental.

Com o intuito de analisar até que ponto os participantes foram sensíveis às manipulações experimentais, na folha de controlo foram introduzidas três questões de controlo: (1) “A criança do caso descrito é...”, com as opções de resposta: filha biológica vs. filha adotiva vs. não especificado, (2) “O comportamento da criança é...”, com as opções de resposta: desadequado vs. adequado vs. não me lembro e (3) “O casal de adultos do agregado familiar é...”, com as opções de resposta: heterossexual vs. homossexual vs. não especificado.

Tal como no Estudo 4, foram incluídas várias outras questões, das quais destacamos: (1) “A criança do caso descrito é...”, com as opções de resposta: um rapaz vs. uma rapariga vs. não especificado. Apresentámos também os resultados da análise das respostas a esta questão.

3.3.4. Resultados⁸²

3.3.4.1. Estrutura Fatorial da Escala EIPS

⁸⁰ Também neste estudo, por questões ligadas à simplificação do desenho experimental e por questões de equivalência entre os desenhos experimentais utilizados nos Estudos 4 e 5, optámos por não manipular o grupo sexual de pertença da criança-alvo (cf. nota de rodapé 62, p. 191).

⁸¹ Também neste estudo foram utilizados dois comportamentos normativos e dois comportamentos desviantes.

⁸² Número total de dados da base = 8229; número total de valores omissos na base: 18 (0,22 %); variável com mais valores omissos = 3 (1,42 %); número máximo de valores omissos por participante = 2 (5,13 %; 2 valores omissos em 39 variáveis).

Em linha com os estudos anteriormente apresentados, a ACP revelou uma estrutura fatorial com duas componentes (forçada com base em critério gráfico), globalmente consistente com a prevista, e que explica 48.28 % da variância. O resultado desta análise é apresentado no Quadro 3.4.

Quadro 3.4.

Valorização dos Níveis de Autodefinição da Identidade. Solução Fatorial, após Rotação Varimax, Médias e Desvios-Padrão

	Saturação	Comun.	Média	DP
Componente 1 (25.7 %): <i>Identidade Social</i> (IS) ($\alpha = .83$)				
8. Encontramos nos grupos aquilo que nos define.	.82	.68	5.56	2.01
6. Os grupos têm reflexo naquilo que sou.	.80	.65	6.12	2.01
7. Definimo-nos pelos grupos a que pertencemos.	.78	.62	4.86	2.17
5. Definimo-nos pelos padrões dos grupos a que pertencemos.	.74	.55	4.71	2.18
1. Os grupos contribuem para definir quem sou.	.66	.44	6.73	1.98
2. O que acontece com os grupos a que pertenço influencia a minha vida.	.57	.33	6.53	1.90
4. Tenho fortes laços com os grupos a que pertenço.	.56	.35	7.19	1.81
Componente 2 (22.58 %): <i>Identidade Pessoal</i> (IP) ($\alpha = .79$)				
5. A "essência" de cada pessoa está dentro de si.	.79	.63	7.62	1.44
7. Definimo-nos ao sermos "nós próprios".	.78	.61	7.73	1.44
3. Definimo-nos ao procurar ser "únicos".	.70	.49	7.41	1.72
2. Aquilo que nos define como pessoas deve ser encontrado dentro de nós.	.68	.47	7.36	1.65
4. Depender apenas de mim é importante para ter mais controlo sobre o que me acontece.	.57	.35	6.11	2.16
8. Para definir quem somos temos de ser independentes dos outros.	.56	.32	5.59	2.49
6. Para ter uma opinião pessoal sobre as coisas que me importam, mais vale pensar por mim mesmo(a).	.53	.28	6.90	2.08

Notas: Os valores variam entre 1 = *discordo totalmente* e 9 = *concordo totalmente*. Na Componente 1, foi excluído o item 3 por apresentar um valor baixo de comunalidade. No fator 2, foi excluído o item 1, por apresentar um valor baixo de comunalidade.

$KMO = .769$ Teste de Esfericidade de Bartlett $\chi^2(91, N = 211) = 1012.13, p < .001$.

3.3.4.2. Valor Atribuído aos Níveis Pessoal e Social da Identidade

Tal como nos estudos anteriores, embora as medidas de valorização da Identidade Pessoal e da Identidade Social tenham sido recolhidas previamente a quaisquer manipulações experimentais, verificámos a equivalência da diferença de valorização entre estes dois níveis de identidade através das condições ($F_{7, 203} = 1.69, ns$). Em termos globais, os participantes valorizam positivamente, tanto o nível pessoal da sua identidade, como o nível social (respetivamente, $M = 6.96, DP = 1.22$ e $M = 5.96, DP = 1.43$; menor $t_{210} = 9.73, p < .001$; na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta). À semelhança do que se verificou nos estudos anteriores, os participantes valorizaram mais fortemente o nível pessoal, do que o nível social da sua identidade, $t(210) = 7.86, p < .001$.⁸³

Neste estudo, à semelhança do Estudo 4, também utilizámos dois comportamentos normativos e dois comportamentos desviantes. No entanto, os comportamentos utilizados neste estudo, ao contrário dos comportamentos utilizados no Estudo 4, não foram equivalentes entre si no estudo-piloto.⁸⁴

De seguida, apresentamos os resultados das análises comparativas que efetuamos entre os comportamentos-alvo e entre as crianças-alvo, nas várias medidas dependentes.

3.3.4.3. Avaliação do Comportamento-Alvo

3.3.4.3.1. Comportamentos normativos.

3.3.4.3.1.1. Avaliação conjunta dos dois comportamentos-alvo normativos.

Globalmente, os participantes consideraram aceitáveis ($M = 8.07, DP = 1.31$), corretos ($M = 7.92, DP = 1.36$) e merecedores de recompensa ($M = 7.22, DP = 1.52$) os comportamentos-alvo normativos (menor $t_{101} = 7.22, p < .001$ para a medida Consequência; na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta). Consideraram ainda que os comportamentos-alvo normativos são pouco frequentes ($M = 3.81, DP = 1.96$; $t_{101} = -6.12, p < .001$; na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta).

3.3.4.3.1.2. Avaliação separada de cada um dos dois comportamentos-alvo normativos

⁸³ Não foram encontradas diferenças na valorização do IS, em função de Sexo, Grupo Etário ou Nível de Escolaridade (maior $t_{209} = .41, ns$). Mas foram encontradas diferenças na valorização do IP, em função de Sexo ($t_{209} = -2.27, p = .024$; médias de 6.75 vs. 7.13, respetivamente para homens e mulheres) e em função de Grupo Etário ($t_{209} = 2.19, p = .03$; médias de 7.13 vs. 6.76, para jovens e adultos respetivamente).

⁸⁴ Cf. secção “Seleção de Comportamentos-Alvo para os Estudos 4 e 5” (pág. 178).

3.3.4.3.1.2.1. Fazer reciclagem do lixo na escola.

Os participantes consideraram que “fazer reciclagem do lixo na escola” é um comportamento aceitável ($M = 7.90$, $DP = 1.43$), correto ($M = 7.90$, $DP = 1.43$) e merecedor de recompensa ($M = 7.21$, $DP = 1.63$; menor $t_{51} = 9.81$, $p < .001$ para a medida Consequência; na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta). Consideraram também que é um comportamento normativo, nem muito, nem pouco frequente ($M = 4.60$, $DP = 2.01$; $t_{51} = -1.45$, ns , na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta).

3.3.4.3.1.2.2. Doar dinheiro a uma instituição.

Globalmente, os participantes consideraram que “doar dinheiro a uma instituição” é um comportamento aceitável ($M = 8.24$, $DP = 1.15$), correto ($M = 7.94$, $DP = 1.28$) e merecedor de recompensa ($M = 7.22$, $DP = 1.42$; menor $t_{49} = 11.07$, $p < .001$ para a medida Consequência; na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta). Também consideraram que é um comportamento pouco frequente ($M = 3.00$, $DP = 1.54$; $t_{49} = -9.19$, $p < .001$; na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta).

3.3.4.3.1.3. Comparação entre os dois comportamentos-alvo normativos.

Os participantes consideraram que os comportamentos “Fazer reciclagem do lixo na escola” e “Doar dinheiro a uma instituição” são igualmente aceitáveis, corretos e merecedores de recompensa (maior $t_{97.05} = -1.31$, ns , na medida Aceitabilidade). Contudo, consideraram o comportamento “Fazer reciclagem do lixo na escola” mais frequente ($t_{95.23} = 4.51$, $p < .001$).⁸⁵

3.3.4.3.2. Comportamentos desviantes.

3.3.4.3.2.1. Avaliação conjunta dos dois comportamentos-alvo desviantes.

Globalmente, os participantes consideraram os dois comportamentos-alvo desviantes inaceitáveis ($M = 1.78$, $DP = 1.21$), incorretos ($M = 1.55$, $DP = 0.92$) e merecedores de punição ($M = 2.72$, $DP = 1.22$; menor $t_{108} = -19.44$, $p < .001$, para a medida Consequência; na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta). Adicionalmente, consideraram

⁸⁵ Neste estudo, e ao contrário do estudo-piloto, os dois comportamentos-alvo normativos foram equivalentes nas dimensões Aceitabilidade, Correção e Consequência. Não se verificaram quaisquer interações significativas, nas várias medidas dependentes, em função dos dois comportamentos-alvo normativos, através das condições experimentais (todos $F_s < 1$).

que são comportamentos nem muito, nem pouco frequentes, ($M = 4.92$, $DP = 2.06$; $t_{108} = -.42$, ns ; na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta).

3.3.4.3.2.3. Avaliação separada de cada um dos dois comportamentos-alvo desviantes.

3.3.4.3.2.3.1. Responder com um palavrão ao professor.

Os participantes consideraram que “responder com um palavrão ao professor” é um comportamento inaceitável ($M = 1.85$, $DP = 1.22$), incorreto ($M = 1.42$, $DP = 0.76$) e merecedor de punição ($M = 2.6$, $DP = 1.18$; menor $t_{54} = -15.08$, $p < .001$, para a medida Consequência; na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta). Consideraram também que se trata de um comportamento nem muito, nem pouco frequente ($M = 5.47$, $DP = 1.93$; $t_{54} = 1.81$, ns , na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta).

3.3.4.3.2.3.2. Incendiar baldes do lixo.

Relativamente ao comportamento “incendiar baldes do lixo”, os participantes consideraram tratar-se de um comportamento igualmente inaceitável ($M = 1.70$, $DP = 1.21$), incorreto ($M = 1.69$, $DP = 1.04$) e merecedor de punição ($M = 2.85$, $DP = 1.27$; menor $t_{53} = -12.51$, $p < .001$, para a medida Consequência; na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta). Consideraram também que se trata de um comportamento desviante pouco frequente ($M = 4.35$, $DP = 2.06$; $t_{53} = -2.32$, $p = .025$, na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta).

3.3.4.3.2.3. Comparação entre os dois comportamentos-alvo desviantes.

Comparando estes dois comportamentos-alvo desviantes, verificámos que os participantes consideraram que ambos são igualmente inaceitáveis, incorretos e merecedores de castigo (maior $t_{96.99} = -1.52$, ns). Contudo, consideraram que o comportamento desviante “*Responder com um palavrão ao professor*” é mais frequente do que o comportamento desviante “*Incendiar baldes do lixo*” ($t_{107} = 2.93$, $p = .004$).⁸⁶

⁸⁶ Tal como expetável, os participantes consideraram os comportamentos-alvo normativos mais aceitáveis, mais corretos e mais merecedores de recompensa, do que os comportamentos-alvo desviantes ($t_{209} = 36.26$, $p < .001$, $t_{176.02} = 39.73$, $p < .001$ e $t_{193.95} = 23.56$, $p < .001$, respetivamente para Aceitabilidade, Correção e Consequência). E consideraram os comportamentos-alvo normativos menos frequentes, do que os comportamentos-alvo desviantes ($t_{209} = -3.98$, $p < .001$). Uma vez mais (e, de novo, contrariamente aos resultados do estudo-piloto) os dois comportamentos-alvo desviantes foram equivalentes entre si neste estudo, nas dimensões Aceitabilidade, Correção e Consequência. Assim, em função dos resultados das análises comparativas entre os comportamentos-alvo normativos e desviantes, que revelaram que os comportamentos foram globalmente equivalentes entre si, utilizaremos nas análises subsequentes os comportamentos em conjunto, e não cada comportamento em separado.

3.3.4.4. Avaliação da Criança-Alvo

3.3.4.4.1. Crianças-alvo normativas.

3.3.4.4.1.1. Avaliação média das duas crianças-alvo normativas.

Tomadas em conjunto, os participantes avaliaram positivamente as crianças que exibiram comportamentos normativos, $M = 6.68$, $DP = 1.13$ ($t_{101} = 14.93$, $p < .001$, na comparação com o ponto médio da escala [5] de resposta). Quanto ao item Impressão Geral verificou-se também que os participantes reportaram uma impressão positiva relativamente a estas crianças-alvo, $M = 7.61$, $DP = 1.34$ ($t_{101} = 19.67$, $p < .001$, na comparação com o ponto médio da escala [5] de resposta).

3.3.4.4.1.2. Avaliação separada das duas crianças-alvo normativas.

3.3.4.4.1.2.1. Criança-alvo 1 - fazer reciclagem do lixo na escola.

A criança que exibiu o comportamento normativo “fazer reciclagem do lixo na escola” recebeu uma avaliação positiva por parte dos participantes, $M = 6.70$, $DP = 1.18$ ($t_{51} = 10.38$, $p < .001$, na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta). Os participantes também reportaram uma Impressão Geral positiva acerca dela, $M = 7.47$, $DP = 1.39$ ($t_{51} = 12.82$, $p < .001$, na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta).

3.3.4.4.1.2.2. Criança-alvo 2 - doar dinheiro a uma instituição.

Verificou-se um padrão de avaliação similar relativamente à criança de quem se diz ter “doado dinheiro a uma instituição”: os participantes avaliaram-na positivamente no conjunto de características elencadas, $M = 6.65$, $DP = 1.10$, e manifestaram acerca dela uma Impressão Geral positiva, $M = 7.76$, $DP = 1.29$ (menor $t_{49} = 10.67$, $p < .001$, na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta).

3.3.4.4.1.3. Comparação entre as duas crianças-alvo normativas.

Os participantes avaliaram os dois alvos normativos de forma similar e reportaram uma Impressão Geral igualmente favorável ($t_{100} = -.18$, e $t_{100} = -1.08$, ns , respetivamente para Avaliação e Impressão Geral).

3.3.4.4.2. Crianças-alvo desviantes.

3.3.4.4.2.1. Avaliação média das duas crianças-alvo desviantes.

Tomadas as duas crianças-alvo desviantes conjuntamente, verificou-se que os participantes as avaliaram negativamente, $M = 3.74$, $DP = 1.08$ e também reportaram uma Impressão Geral negativa em relação a estas crianças, $M = 3.42$, $DP = 1.40$ (menor $t_{108} = -11.79$, $p < .001$; na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta).

3.3.4.4.2.2. Avaliação separada das duas crianças-alvo desviantes.

3.3.4.4.2.2.1. Criança-alvo 1 - responder com um palavrão ao professor.

Os participantes avaliaram negativamente a criança de quem se diz na vinheta ter “respondido com um palavrão a um professor”, $M = 3.75$, $DP = 1.14$, tendo também formado acerca dela uma Impressão Geral negativa, $M = 3.30$, $DP = 1.44$ (menor $t_{54} = -8.16$, $p < .001$; na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta).

3.3.4.4.2.2.2. Criança-alvo 2 - incendiar baldes do lixo.

Encontrámos um padrão de avaliação similar acerca da criança que “incendiou baldes de lixo na escola”: os participantes fizeram uma Avaliação Geral negativa, $M = 3.74$, $DP = 1.03$, e criaram sobre ela uma Impressão Geral também negativa, $M = 3.54$, $DP = 1.37$ (menor $t_{53} = -7.85$, $p = .006$; na comparação com o ponto médio [5] da escala de resposta).

3.3.4.4.2.3. Comparação entre as duas crianças-alvo desviantes.

Verificou-se ainda que participantes avaliaram de forma igualmente negativa as duas crianças-alvo desviantes e também reportaram uma Impressão Geral igualmente negativa (ambos $t_{107} < 1$).⁸⁷

Finalizamos, de novo, esta secção introdutória dos resultados, com os resultados das análises relativas às questões de verificação experimental.

3.3.4.5. Questões de Verificação Experimental

3.3.4.5.1. Orientação sexual do casal.

3.3.4.5.1.1. Heterossexual.

⁸⁷ De novo, como expetável, os participantes avaliaram o alvo normativo de forma significativamente mais positiva, do que o alvo desviante, $t(209) = 19.21$, $p < .001$ e reportaram uma Impressão Geral significativamente mais positiva para o alvo normativo, do que para o alvo desviante, $t(209) = 22.18$, $p < .001$. À semelhança do sucedido na avaliação do comportamento-alvo, e uma vez que as avaliações dos dois alvos para cada tipo de comportamento foram equivalentes, optámos, uma vez mais, por utilizar a média de resposta aos alvos em conjunto e não aos alvos separados. As ANOVAs Orientação Sexual x Filiação x Comportamento x Avaliação Separada dos dois Alvos, não revelaram quaisquer interações significativas de 2ª ou de 3ª ordem (maior F_1 , $195 = 2.48$, *ns*, para Avaliação Geral).

Dos 107 participantes que responderam na condição experimental *Heterossexual*, 101 (94.39 %) identificaram corretamente a orientação sexual do casal, cinco (4.67 %) falharam a focalização (referindo que a orientação sexual do casal não estava especificada) e um (0.93 %) não respondeu a esta questão.

3.3.4.5.1.2. *Homossexual.*

Dos 104 participantes que responderam à condição experimental *Homossexual*, 93 (89.42 %) identificaram corretamente a orientação sexual do casal, cinco (4.81 %) atribuíram ao casal a orientação sexual alternativa, cinco (4.81 %) falharam a focalização (referindo que a orientação sexual do casal não estava especificada) e um (0.96 %) não respondeu a esta questão.⁸⁸

3.3.4.5.2. *Filiação.*

3.3.4.5.2.1. *Filiação biológica.*

Dos 105 participantes que responderam à condição experimental *Filiação Biológica*, 83 (79.05 %) identificaram corretamente o tipo de filiação do alvo, dois (1.90 %) atribuíram ao alvo a filiação alternativa, 12 (11.43 %) falharam a focalização (referindo que a filiação do alvo não estava especificada) e oito (7.62 %) não responderam a esta questão.

3.3.4.5.2.2. *Filiação adotiva.*

Dos 106 participantes que responderam à condição experimental *Filiação Adotiva*, 82 (77.36 %) identificaram corretamente o tipo de filiação do alvo, nove (8.49 %) atribuíram ao alvo a filiação alternativa, nove (8.49 %) falharam a focalização (referindo que a filiação do alvo não estava especificada) e seis (5.66 %) não responderam a este item.⁸⁹

⁸⁸ Não se verificaram diferenças significativas na distribuição do grau de acerto na resposta a este item, nem em função de Orientação Sexual, $\chi^2(3) = 5.29$, *ns*, nem em função de Tipo de Comportamento, $\chi^2(3) = 6.40$, *ns*.

⁸⁹ (1) Não se verificaram diferenças significativas na distribuição do grau de acerto na resposta a este item, em função de Tipo de Filiação, $\chi^2(3) = 5.17$, *ns*. No entanto, existiram diferenças significativas na distribuição do grau de acerto na resposta a este item, em função de Tipo de Comportamento, $\chi^2(3) = 9.76$, $p = .021$. Concretamente, os participantes acertaram mais no Tipo de Filiação, quando o comportamento era desviante (77 vs. 88, para comportamento normativo vs. comportamento desviante); atribuíram menos filiações alternativas, quando o comportamento era desviante (7 vs. 4, para comportamento normativo vs. desviante, respetivamente); e falharam menos o foco relativamente ao Tipo de Filiação, quando o comportamento era desviante (15 vs. 6, respetivamente para comportamento normativo vs. desviante). No entanto, responderam menos a esta questão, quando o comportamento era desviante (3 vs. 11, respetivamente para comportamento normativo vs. desviante). (2). Também não se verificaram diferenças na distribuição do grau de acerto na resposta à questão de verificação experimental relativa ao Tipo de Filiação, em função de Orientação Sexual, $\chi^2(3) = 1.77$, *ns*, nem na distribuição do grau de acerto na resposta à questão de verificação experimental relativa à Orientação Sexual, em função de Tipo de Filiação, $\chi^2(3) = 2.38$, *ns*.

3.3.4.5.3. Tipo de comportamento.

3.3.4.5.3.1. Comportamento normativo.

Dos 102 participantes que responderam à condição experimental *Comportamento Normativo*, 98 (96.08 %) identificaram corretamente o tipo de comportamento do alvo, três (2.94 %) atribuíram ao alvo o tipo de comportamento alternativo e um (0.98 %) falhou a focalização (referindo que o tipo de comportamento não estava especificado).

3.3.4.5.3.2. Comportamento desviante.

Dos 109 participantes que responderam à condição experimental *Comportamento Desviante*, 106 (97.25 %) identificaram corretamente o tipo de comportamento do alvo e três (2.75 %) não responderam a esta questão.⁹⁰

3.3.4.5.4. Sexo da criança-alvo.

Dos 211 participantes, 106 (50.24 %) assinalaram corretamente a falta de especificação do sexo da criança-alvo, 59 (27.96 %) atribuíram à criança-alvo o sexo masculino, 41 (19,43 %) atribuíram à criança-alvo o sexo feminino e cinco (2.37 %) não responderam a este item.⁹¹

Seguidamente passamos à apresentação dos resultados das análises que permitem testar as nossas hipóteses.

3.3.4.6. Avaliação do Comportamento-Alvo e da Criança-Alvo, em Função de Orientação Sexual, Tipo de Filiação, Tipo de Comportamento e Valorização Diferenciada dos Níveis de Autodefinição da Identidade⁹²

A variável Valorização Diferenciada dos Níveis de Autodefinição da Identidade (doravante IPvsIS) foi criada a partir do valor da mediana da variável da diferença entre a valorização da identidade pessoal e da identidade social. Assim, criámos uma nova variável

⁹⁰ Não se verificaram diferenças significativas na distribuição do grau de acerto na resposta a este item, segundo o Tipo de Comportamento, $\chi^2(3) = 7.09$, *ns*.

⁹¹ Verificaram-se diferenças significativas na distribuição do grau de acerto na resposta a este item, segundo o Tipo de Comportamento, $\chi^2(3) = 33.68$, $p < .001$. Concretamente, os participantes acertaram mais na resposta a esta questão, quando o comportamento-alvo era normativo (63 vs. 43, para comportamento-alvo normativo vs. desviante, respetivamente). Também atribuíram mais vezes o sexo masculino à criança-alvo, quando o comportamento-alvo era desviante (10 vs. 49, para comportamento normativo vs. desviante, respetivamente) e atribuíram mais vezes o sexo feminino à criança-alvo, quando o comportamento-alvo era normativo (27 vs. 14, respetivamente para comportamento-alvo normativo vs. desviante), apesar de no estudo piloto não terem existido diferenças na avaliação dos comportamentos-alvo normativos e desviantes, em função do sexo da criança-alvo.

⁹² Os resultados obtidos neste estudo relativamente à variável Tipo de Filiação, serão subsequentemente articulados na discussão final deste capítulo, com os resultados relativos a esta mesma VI no Estudo 4.

com dois níveis, em que os participantes de um dos níveis dessa variável valorizaram significativamente mais IS e os participantes do outro nível dessa variável valorizaram significativamente mais IP.⁹³⁹⁴

Para testarmos as hipóteses deste estudo, efetuámos ANOVAs entrando os fatores Orientação Sexual, Tipo de Filiação, Tipo de Comportamento e IPvsIS, através das várias medidas dependentes em análise. As ANOVAs revelaram uma interação significativa de Orientação Sexual x Tipo de Filiação x Tipo de Comportamento, na medida Impressão Geral, $F(1, 195) = 5.69, p = .018, \eta^2 = .03$.

A decomposição da interação pelo fator Tipo de Comportamento revelou uma interação significativa de Orientação Sexual x Tipo de Filiação, $F(1, 105) = 4.47, p = .037, \eta^2 = .04$, para o comportamento desviante (não foi verificada nenhuma interação significativa para o comportamento normativo, $F(1, 98) = 2.56, ns$). A subsequente decomposição da interação Orientação Sexual x Tipo de Filiação em função do fator Orientação Sexual, não revelou a existência de nenhum efeito significativo de Tipo de Filiação (maior $F(1, 53) = 2.61, ns$). Contudo, a decomposição alternativa da interação pelo fator Tipo de Filiação, revelou diferenças significativas na Impressão Geral, em função de Orientação Sexual, para a filiação biológica, $F(1, 52) = 6.88, p = .011, \eta^2 = .12$ (não foi encontrado nenhum efeito para a filiação adotiva, $F(1, 53) < 1$). Como se ilustra no Quadro 3.5, a Impressão Geral reportada relativamente à criança-alvo desviante, filha biológica de um casal heterossexual foi significativamente mais negativa, do que aquela reportada em relação à criança-alvo equivalente, mas filha biológica de um casal homossexual ($M = 2.96$ vs. $M = 3.94$).

⁹³ Para testarmos se em cada um dos níveis existiram diferenças significativas na valorização do IP e do IS, comparámos as médias de valorização do IP e do IS em cada um dos níveis da variável IPvsIS. Os resultados confirmam que o IS é significativamente mais valorizado quando IPvsIS = 1 ($t(201.5) = 10.2, p < .001; M = 6.80, DP = 1.01$ e $M = 5.17, DP = 1.31$, para IPvsIS, nível 1 e 2, respetivamente) e o IP é significativamente mais valorizado quando IPvsIS = 2 ($t(193.58) = -8.22, p < .001; M = 6.33, DP = 1.17$ e $M = 7.55, DP = 0.94$, para IPvsIS, nível 1 e 2, respetivamente).

⁹⁴ Não foram encontradas quaisquer diferenças de distribuição na variável IPvsIS, em função de Sexo, Grupo Etário e Nível de Escolaridade (maior $\chi^2(1) = 3.31, ns$).

Quadro 3.5.

Médias e Desvios-Padrão para Impressão Geral, em Função de Tipo de Filiação, Orientação Sexual e Tipo de Comportamento

	Biológico		Adotivo	
	Heterossexual	Homossexual	Heterossexual	Homossexual
Normativo	8.02 (1.04)	7.32 (1.41)	7.48 (1.50)	7.63 (1.35)
Desviante	2.96 (1.31)	3.94 (1.43)	3.43 (1.20)	3.30 (1.54)

Notas: Os valores variam entre 1 = *muito negativa* e 9 = *muito positiva*.

Este padrão de resultados é consistente com as nossas hipóteses 3 e 5 e deu suporte parcial à nossa hipótese 1. As nossas hipóteses 2 e 4 não foram confirmadas.

3.3.4.6.1. Efeitos da valorização diferenciada do IP e do IS

As ANOVAs também revelaram uma interação significativa de Orientação Sexual x Tipo de Filiação x Tipo de Comportamento x IPvsIS na medida Frequência, $F(1, 195) = 6.71, p = .01, \eta^2 = .03$ (cf. Quadro 3.6). A decomposição desta interação pelo fator Tipo de Comportamento revelou uma interação marginalmente significativa entre Orientação Sexual x Tipo de Filiação x IPvsIS, $F(1, 94) = 3.23, p = .075, \eta^2 = .03$, para o comportamento normativo e outra interação marginalmente significativa, Orientação Sexual x Tipo de Filiação x IPvsIS, $F(1, 101) = 3.50, p = .064, \eta^2 = .03$, para o comportamento desviante.

Quadro 3.6.

Médias e Desvios-Padrão para Frequência, em Função de Tipo de Filiação, Orientação Sexual, Tipo de Comportamento e IPvsIS

	Heterossexual				Homossexual			
	Biológica		Adotiva		Biológica		Adotiva	
	IS	IP	IS	IP	IS	IP	IS	IP
Normativo	4.19 (2.46)	3.50 (1.51)	3.75 (2.38)	3.95 (2.20)	2.93 (1.83)	4.50 (1.65)	4.07 (1.82)	3.60 (1.27)
Desviante	4.81 (2.17)	5.80 (2.30)	4.00 (1.61)	4.47 (1.51)	6.10 (2.28)	4.50 (1.95)	4.67 (2.15)	5.53 (2.30)

Notas: Os valores variam entre 1 = *nada frequente* e 9 = *muito frequente*.

Decompondo a interação marginalmente significativa Orientação Sexual x Tipo de Filiação x IPvsIS, para o comportamento normativo, em função do fator Orientação Sexual, verifica-se uma interação Tipo de Filiação x IPvsIS, $F(1, 45) = 4.29, p = .044, \eta^2 = .09$, apenas para a orientação sexual homossexual (não existe interação significativa para orientação sexual heterossexual, $F(1, 49) < 1$). Por último, a decomposição desta última interação pelo fator Tipo de Filiação, revelou um efeito de IPvsIS, $F(1, 23) = 4.74, p = .04, \eta^2 = .17$, apenas para a filiação biológica (não foi encontrado nenhum efeito para a filiação adotiva, $F(1, 22) < 1$). Como pode verificar-se no Quadro 3.6, este efeito mostra que o comportamento normativo de uma criança filha biológica de um casal homossexual foi considerado de exibição mais frequente entre os participantes que valorizaram fortemente o nível pessoal de autodefinição da identidade, do que entre os participantes que valorizaram fortemente o nível social de autodefinição da identidade ($M = 4.50$ vs. $M = 2.93$).

Decompondo a interação marginalmente significativa Orientação Sexual x Tipo de Filiação x IPvsIS, para o comportamento desviante em função do fator IPvsIS verificamos uma interação Orientação Sexual x Tipo de Filiação, $F(1, 56) = 5.01, p = .029, \eta^2 = .03$, apenas para os participantes que valorizaram fortemente o IP (não foi encontrada nenhuma interação para os participantes que valorizaram fortemente o IS, $F(1, 45) < 1$). Nova decomposição, pelo fator Orientação Sexual, revelou um efeito marginal de Tipo de Filiação, $F(1, 25) = 3.32, p = .08, \eta^2 = .12$, apenas para a orientação sexual heterossexual (não foi encontrado nenhum efeito para orientação sexual homossexual, $F(1, 31) = 1.96, ns$). Neste caso verifica-se que os participantes que valorizaram fortemente a sua identidade pessoal, avaliaram como marginalmente mais frequente o comportamento desviante, quando o alvo é uma criança filha biológica de um casal heterossexual, do que o mesmo comportamento exibido por uma criança filha adotiva de um casal heterossexual ($M = 5.80$ vs. $M = 4.47$).

Decompondo alternativamente a interação marginalmente significativa, Orientação Sexual x Tipo de Filiação x IPvsIS verificada na avaliação da criança-alvo com comportamento desviante, em função do fator Orientação Sexual, encontramos uma interação Tipo de Filiação x IPvsIS, $F(1, 51) = 4.31, p = .043, \eta^2 = .08$, apenas para a orientação sexual homossexual (não foi verificada nenhuma interação significativa para orientação sexual heterossexual, $F(1, 50) < 1$). Nova decomposição pelo fator Tipo de Filiação, revelou um efeito marginal de IPvsIS, $F(1, 26) = 3.84, p = .061, \eta^2 = .13$, para a filiação biológica (não foi revelado nenhum efeito significativo para filiação adotiva, $F(1, 25) = 1.01, ns$). Concretamente, estes resultados indicam que os participantes que valorizaram

mais fortemente o IS, atribuíram uma frequência marginalmente superior ao comportamento desviante, quando este é exibido por uma criança filha biológica de um casal homossexual, do que os participantes que valorizaram mais fortemente o IP ($M = 6.10$ vs. $M = 4.50$).

Os resultados das análises com a valorização diferenciada do IP e do IS não forneceram suporte empírico para as nossas hipóteses 6 e 7.

3.3.4.7. Avaliação do Comportamento-Alvo e da Criança-Alvo, em Função de Orientação Sexual, Tipo de Filiação, Tipo de Comportamento, Sexo e Grupo Etário⁹⁵

3.3.4.7.1. Efeitos de sexo.

As ANOVAs do modelo Orientação Sexual x Tipo de Filiação x Sexo x Tipo de Comportamento, revelaram as seguintes interações: Tipo de Filiação x Sexo x Tipo de Comportamento, na medida Aceitabilidade, $F(1, 195) = 8.76, p = .003, \eta^2 = .04$; Orientação Sexual x Tipo de Filiação x Sexo x Tipo de Comportamento, na medida Avaliação Geral, $F(1, 195) = 5.82, p = .017, \eta^2 = .03$.

A decomposição da interação Tipo de Filiação x Sexo x Tipo de Comportamento, para Aceitabilidade, pelo fator Tipo de Comportamento revelou a existência de duas interações significativas Tipo de Filiação x Sexo, uma para o comportamento normativo, $F(1, 98) = 4.60, p = .034, \eta^2 = .05$ e outra para o comportamento desviante, $F(1, 105) = 4.14, p = .044, \eta^2 = .04$.

Decompondo a interação Tipo de Filiação x Sexo, na medida Aceitabilidade, para o comportamento normativo, em função do fator Sexo, verificou-se um efeito de Tipo de Filiação, $F(1, 43) = 6.32, p = .016, \eta^2 = .13$, mas apenas entre os participantes do sexo masculino (não foi revelado nenhum efeito para as participantes do sexo feminino, $F(1, 55) < 1$). Concretamente, verifica-se que os homens consideraram significativamente mais aceitável o comportamento normativo da criança filha biológica, do que o comportamento normativo equivalente exibido pela criança filha adotiva ($M = 8.22, DP = 0.95$ vs. $M = 7.27, DP = 1.52$). A decomposição alternativa desta mesma interação em função do fator Tipo de Filiação, revelou um efeito significativo de Sexo, $F(1, 49) = 8.81, p = .005, \eta^2 = .15$, mas apenas para a filiação adotiva (não foi verificado nenhum efeito para a filiação biológica, $F(1, 49) < 1$). Neste caso verifica-se que os homens consideraram menos aceitável o

⁹⁵ Não foram efetuadas análises com a variável Nível de Escolaridade, devido a efetivos insuficientes em algumas células do modelo ANOVA.

comportamento normativo exibido por uma criança filha adotiva, do que o fizeram as mulheres ($M = 7.27, DP = 1.52$ vs. $M = 8.38, DP = 1.15$).

A decomposição da interação Tipo de Filiação x Sexo, na medida Aceitabilidade, para o comportamento desviante, em função do fator Sexo, revelou um efeito marginal de Tipo de Filiação, $F(1, 58) = 3.81, p = .056, \eta^2 = .06$, apenas entre as participantes do sexo feminino (não foi encontrado nenhum efeito para os participantes do sexo masculino, $F(1, 47) = 1.04, ns$). As mulheres consideraram marginalmente menos aceitável o comportamento desviante quando este é exibido por uma criança filha adotiva, do que quando este é exibido por uma criança filha biológica ($M = 1.50, DP = 1.01$ vs. $M = 2.07, DP = 1.23$).

Finalmente, a decomposição da interação Orientação Sexual x Tipo de Filiação x Sexo x Tipo de Comportamento, para Avaliação Geral, pelo fator Tipo de Comportamento, revelou uma interação Orientação Sexual x Tipo de Filiação x Sexo, $F(1, 101) = 4.14, p = .044, \eta^2 = .04$, mas apenas para o comportamento desviante (não foi revelada nenhuma interação para o comportamento normativo, $F(1, 94) = 1.94, ns$). A decomposição desta interação em função do fator Sexo revelou a interação Orientação Sexual x Tipo de Filiação, $F(1, 56) = 4.62, p = .036, \eta^2 = .08$, apenas entre as participantes do sexo feminino (não foi verificada nenhuma interação para os participantes do sexo masculino, $F(1, 45) < 1$). Decompondo esta última pelo fator Orientação Sexual verificou-se um efeito de Tipo de Filiação, $F(1, 28) = 4.89, p = .035, \eta^2 = .15$, apenas para orientação sexual homossexual (não foi revelado nenhum efeito para orientação sexual heterossexual, $F(1, 28) < 1$). Estes resultados indicam que as mulheres fizeram uma avaliação menos desfavorável da criança que exibe um comportamento desviante, quando esta é filha biológica de um casal homossexual, do que quando esta é filha adotiva de um casal homossexual ($M = 4.20, DP = 0.89$ vs. $M = 3.36, DP = 1.18$).

3.3.4.7.2. Efeitos de grupo etário.

As ANOVAs com o modelo Orientação Sexual x Tipo de Filiação x Grupo Etário x Tipo de Comportamento, revelaram uma interação marginal Orientação Sexual x Tipo de Filiação x Grupo Etário x Tipo de Comportamento na medida Avaliação Geral, $F(1, 195) = 3.64, p = .058, \eta^2 = .02$ e duas outras interações marginais Orientação Sexual x Grupo Etário x Tipo de Comportamento: uma na medida Frequência, $F(1, 195) = 3.46, p = .065, \eta^2 = .02$ e outra na medida Impressão Geral, $F(1, 195) = 3.49, p = .063, \eta^2 = .02$. Revelaram ainda

uma interação Tipo de Filiação x Grupo Etário x Tipo de Comportamento na medida Correção, $F(1, 195) = 5.39, p = .021, \eta^2 = .03$.

A decomposição da interação marginal Orientação Sexual x Tipo de Filiação x Grupo Etário x Tipo de Comportamento que se verificou na medida Avaliação Geral, em função do fator Tipo de Comportamento, revelou uma interação Orientação Sexual x Tipo de Filiação x Grupo Etário, $F(1, 101) = 4.47, p = .037, \eta^2 = .04$, apenas para o comportamento desviante (não foi encontrada nenhuma interação para o comportamento normativo, $F(1, 94) < 1$). Decompondo-a em função do fator Grupo Etário, verificou-se uma interação Orientação Sexual x Tipo de Filiação, $F(1, 49) = 5.45, p = .024, \eta^2 = .10$, apenas entre os jovens (não foi encontrada nenhuma interação para os participantes adultos, $F(1, 52) < 1$). Nova decomposição em função do fator Orientação Sexual, revelou um efeito de Tipo de Filiação, $F(1, 24) = 4.84, p = .038, \eta^2 = .17$, apenas na condição orientação sexual homossexual (não foi revelado nenhum efeito para a condição orientação sexual heterossexual, $F(1, 25) = 1.29, ns$). Concretamente, os participantes jovens avaliaram a criança com comportamento desviante de modo menos desfavorável quando esta é filha biológica de um casal homossexual, do que quando é filha adotiva do mesmo tipo de casal ($M = 4.18, DP = 0.90$ vs. $M = 3.31, DP = 1.12$).

A decomposição alternativa da interação Orientação Sexual x Tipo de Filiação em função do fator Tipo de Filiação, revelou um efeito de Orientação Sexual $F(1, 23) = 4.05, p = .056, \eta^2 = .15$, apenas para a filiação biológica (não foi encontrado nenhum efeito para filiação adotiva, $F(1, 26) = 1.42, ns$). Isto é, os participantes jovens avaliaram de forma menos desfavorável a criança com o comportamento desviante, quando esta era filha biológica de um casal homossexual, do que quando era filha biológica de um casal heterossexual ($M = 4.18, DP = 0.90$ vs. $M = 3.27, DP = 1.35$).

A decomposição da interação marginal Orientação Sexual x Grupo Etário x Tipo de Comportamento, para Frequência, em função do fator Grupo Etário, revelou uma interação marginal Orientação Sexual x Tipo de Comportamento, $F(1, 94) = 3.64, p = .059, \eta^2 = .04$, entre os participantes adultos (mas não entre os participantes jovens, $F(1, 109) < 1$). Decompondo esta última interação em função do fator Orientação Sexual verificou-se um efeito de Tipo de Comportamento, $F(1, 49) = 9.50, p = .003, \eta^2 = .16$, na condição orientação sexual homossexual (não foi encontrado nenhum efeito para orientação sexual heterossexual, $F(1, 45) < 1$). Verificou-se que os participantes adultos, atribuíram uma frequência menor ao

comportamento normativo, do que ao comportamento desviante quando este é exibido pela criança filha de pais homossexuais ($M = 3.77$, $DP = 2.02$ vs. $M = 5.72$, $DP = 2.29$).

A decomposição da interação marginal Orientação Sexual x Grupo Etário x Tipo de Comportamento na medida Impressão Geral, em função do fator Grupo Etário, revelou uma interação Orientação Sexual x Tipo de Comportamento, $F(1, 109) = 6.72$, $p = .011$, $\eta^2 = .06$, desta feita entre os participantes jovens (não foi revelada nenhuma interação para os participantes adultos, $F(1, 94) < 1$). Nova decomposição em função do fator Tipo de Comportamento, revelou um efeito de Orientação Sexual, $F(1, 51) = 4.62$, $p = .036$, $\eta^2 = .08$, na condição comportamento desviante (não foi encontrado nenhum efeito para comportamento normativo, $F(1, 58) = 2.41$, *ns*). Neste caso, verificou-se que os participantes mais jovens reportaram uma Impressão Geral significativamente menos desfavorável em relação à criança que exibe um comportamento desviante, quando esta é filha de um casal de pais homossexuais, do que quando é filha de um casal de pais heterossexuais ($M = 3.77$, $DP = 1.45$ vs. $M = 3.00$, $DP = 1.14$).

Finalmente, a decomposição da interação Tipo de Filiação x Grupo Etário x Tipo de Comportamento na medida Correção, em função do fator Tipo de Filiação, revelou uma interação Tipo de Comportamento x Grupo Etário, $F(1, 102) = 4.73$, $p = .032$, $\eta^2 = .04$, apenas para a filiação adotiva (não foi verificada nenhuma interação para filiação biológica, $F(1, 101) = 1.26$, *ns*). Subsequentemente, a decomposição pelo fator Tipo de Comportamento, revelou um efeito marginal de Grupo Etário, $F(1, 49) = 3.75$, $p = .059$, $\eta^2 = .07$, apenas na condição em que o comportamento da criança é normativo (nenhum efeito foi revelado para o comportamento desviante, $F(1, 53) < 1$). Este efeito mostra que os participantes mais jovens tendem a considerar o comportamento normativo da criança filha adotiva mais correto, do que o fazem os participantes adultos ($M = 8.28$, $DP = 1.28$ vs. $M = 7.55$, $DP = 1.41$).

3.4. Discussão Geral dos Estudos 4 e 5

Nesta discussão conjunta dos resultados dos Estudos 4 e 5, temos como propósito articular os resultados de ambos os estudos, evidenciando resultados convergentes e eventuais resultados divergentes, de forma a estabelecer uma base de referência no conjunto de dimensões em análise.

3.4.1. O Padrão Global de Resultados

À imagem dos estudos anteriores, verificámos de novo que, embora ambos os níveis de autodefinição da identidade tenham sido valorizados positivamente, o nível pessoal de autodefinição da identidade foi o mais valorizado pelos participantes.⁹⁶

Quanto às análises que testaram as hipóteses em estudo, no Estudo 4, a confirmação da hipótese principal (hipótese 1) pressupunha a existência de uma interação significativa de segunda ordem, que não se verificou. No entanto, no Estudo 5, a interação Orientação Sexual x Tipo de Filiação x Tipo de Comportamento revelou (parcialmente) o padrão de resultados previstos na hipótese principal (hipótese 1) deste estudo. Concretamente, assistiu-se à emergência de um padrão de julgamentos parcialmente consistente com o designado *efeito ovelha negra*, que discutimos no enquadramento conceptual do presente trabalho, no que concerne aos comportamentos desviantes, mas não nos comportamentos normativos. Concretamente, os participantes reportaram impressões menos desfavoráveis relativamente aos alvos desviantes, filhos biológicos de pais homossexuais, do que relativamente aos alvos desviantes, filhos biológicos de pais heterossexuais. No entanto, o comportamento normativo, não produziu avaliações diferenciadas dos alvos, nem o tipo de filiação espoletou a manifestação de diferenças nos julgamentos efetuados.

3.4.2. Atitudes Face à Nacionalidade, Adoção e Homoparentalidade

Apesar de no Estudo 4 não se ter verificado a interação que nos permitiria testar a hipótese 1, foram ainda assim, obtidos resultados, ora com a nacionalidade, ora com a filiação que merecem, em nosso entender, aprofundamento. Relativamente à *nacionalidade*, as análises globais revelaram a existência de um viés endogrupal, com o favorecimento do alvo desviante português, relativamente ao seu congénere espanhol, muito embora o comportamento normativo do alvo português tenha sido considerado menos frequente, do que o comportamento normativo do alvo normativo espanhol. Adicionalmente também se verificou um padrão oposto entre os participantes que valorizaram pouco o nível pessoal de autodefinição da identidade, isto é, um viés exogrupal, quando avaliaram mais favoravelmente o alvo normativo espanhol, do que o alvo normativo português.

Quanto às atitudes direcionadas à *adoção*, constatámos a existência de resultados que, ora sustentam a existência de um efeito ovelha negra, quando se assiste à derrogação mais forte do desviante biológico, face ao desviante adotivo, ora sustentam vieses

⁹⁶ O padrão de valorização revelado no conjunto dos quatro estudos será mais detalhadamente analisado no capítulo da Conclusão.

endogrúpicos, em que emergem favoritismos relativamente ao alvo normativo biológico, face ao alvo normativo adotivo, quer por parte dos participantes que valorizaram menos a sua identidade social, quer por parte dos participantes adultos. Tanto o viés endogrupal, como o efeito ovelha negra consubstanciam mecanismos de diferenciação intergrupala positiva. De facto, de acordo com o modelo da dinâmica de grupos subjetiva, quando não é possível uma recategorização, será de esperar um viés endogrupal relativamente ao comportamento normativo e a derrogação do comportamento desviante.

3.4.2.1. Potenciais efeitos de uma dupla categorização.

No Estudo 4, verificaram-se padrões diferenciados consoante alguns dos fatores: o comportamento desviante desencadeou um viés endogrupal quando a nacionalidade estava saliente, mas desencadeou o padrão oposto, ou seja, a sua derrogação quando era a filiação que estava saliente. Ou seja, aparentemente apenas a *filiação* desencadeou o padrão endogrupal derogatório preconizado por aquele modelo, o que poderá indiciar a importância significativa que os participantes atribuíram a esta categorização. Por outro lado, a categorização em função da *nacionalidade* não conduziu à manifestação das reações punitivas previstas pelo modelo da dinâmica de grupos subjetiva. Pelo contrário, levou à manifestação de um viés endogrupal, tal como previsto pela teoria da identidade social. Este resultado pode indicar que a nacionalidade não se constituiu como critério de categorização importante para os participantes neste estudo.

A confirmação das hipóteses 3 e 5 do Estudo 5 vão, também, de encontro aos pressupostos teóricos da abordagem da identidade social, designadamente: por um lado, o padrão de julgamentos não revelou diferenças na avaliação dos comportamentos normativos e desviantes das crianças filhas adotivas de casais heterossexuais, comparativamente aos mesmos comportamentos exibidos por crianças filhas, quer biológicas, quer adotivas de casais homossexuais; e, por outro, o padrão de resultados obtido entre os participantes que valorizaram fortemente o nível pessoal da sua identidade (e, portanto, menos as suas pertenças grupais) e que consideraram que serão mais frequentes os comportamentos desviantes nas crianças filhas biológicas de casais heterossexuais, do que nas crianças filhas adotivas destes casais.

Segundo aquela abordagem, favorecemos os endogrúpicos, relativamente a exogrúpicos, em quaisquer dimensões de comparação relevantes e este favoritismo endogrupal assume a forma de derrogação de comportamentos desviantes endogrúpicos, que sejam relevantes para a manutenção de uma identidade social positiva. Ou seja, num contexto saliente de

comparação com um exogrupo relevante, o comportamento exibido por um filho de pais do endogrupo origina maior focalização normativa. Um comportamento normativo dessa criança deverá ser mais favorecido e um comportamento desviante mais penalizado, relativamente a comportamentos equivalentes exibidos por crianças filhas de pais exogrupoais. No entanto, sendo a adoção percebida como uma “segunda melhor via” para a parentalidade, será, para os indivíduos, menos relevante do ponto de vista da definição ou construção de uma identidade social, pelo que estes deverão exibir este padrão de julgamentos apenas em relação ao comportamento de filhos biológicos.

Apesar destes resultados encontrados com a filiação, alguns resultados do Estudo 5 não foram de encontro ao que havíamos previsto. Nas análises globais, a criança-alvo filha biológica de pais heterossexuais não foi, nem melhor avaliada (quando o seu comportamento foi normativo), nem pior avaliada (quando o seu comportamento foi desviante), do que a criança filha adotiva de pais heterossexuais. Estes resultados podem indiciar que, no Estudo 5, a *filiação* não foi um critério de categorização tão saliente quanto se previa. Mais ainda se considerarmos, tal como anteriormente referido, que o padrão previsto nas nossas hipóteses (i.e., derrogação mais forte do desviante endogrupal) foi encontrado, mas apenas quando o critério de categorização foi a *orientação sexual*.

Seródio (2006) refere-se à saliência contextual como o resultado dinâmico de uma categorização em contexto, em que o significado dessa categorização depende da interação que se estabelece entre a acessibilidade relativa de uma categoria em particular e da adequação, quer comparativa, quer normativa, na situação concreta onde o sujeito se encontra. Por seu turno, Dasgupta (2009) referiu que, na presença de dois ou mais critérios de categorização em simultâneo, os indivíduos vão categorizar de acordo com o critério que estiver mais saliente no contexto de julgamento e que as avaliações do mesmo alvo podem ser muito diferentes conforme se use um ou outro critério de categorização. Os resultados do Estudo 5 acima apresentados poderão, então, dever-se a uma sobrevalorização da categorização relativa à orientação sexual, relativamente à categorização relativa à filiação, num contexto em que os participantes foram colocados numa situação de julgamentos onde ocorria uma dupla categorização.

3.4.2.2. O papel das expectativas na emissão dos julgamentos.

Relativamente ao impacto da *orientação sexual* verificaram-se resultados significativos nos julgamentos relativos à avaliação da frequência dos comportamentos-alvo.

No Estudo 5, os participantes que valorizaram fortemente o nível social de autodefinição (e, portanto, as pertenças grupais) revelaram um padrão de resultados de certa forma equivalente ao padrão de julgamentos que seria previsto pelo modelo da dinâmica de grupos subjetiva: consideraram menos frequente o comportamento normativo numa criança filha biológica de pais homossexuais, e mais frequente o comportamento desviante dessa criança, do que os participantes que valorizaram fortemente o nível pessoal de autodefinição da sua identidade.

Tal padrão de resultados parece fornecer alguns indicadores relativamente às expectativas comportamentais, espoletadas pelas pertenças categoriais, no contexto em que efetuaram os seus julgamentos. Concretamente, a valorização forte da identidade social pareceu elencar expectativas mais “pobres” relativamente ao comportamento das crianças filhas de casais homossexuais, quando comparadas com as expectativas dos indivíduos que, alternativamente, valorizaram mais fortemente a sua identidade pessoal.

3.4.3. Efeitos das Pertenças Categoriais dos Participantes nos Julgamentos Efetuados

3.4.3.1. Quanto à filiação.

3.4.3.1.1. Efeitos de grupo etário.

Nas análises segmentadas com as *variáveis sociodemográficas*, encontramos também resultados que julgamos merecerem destaque. No Estudo 4, e relativamente à *filiação*, verificou-se um certo padrão de atitudes no qual os participantes adultos tenderam a favorecer, mais do que os participantes jovens, os alvos biológicos, e os jovens tenderam a favorecer, mais do que os adultos, os alvos adotivos. Em nosso entender, este padrão é passível de ser interpretado como o resultado da existência de uma norma para a igualdade, à qual as pessoas são mais ou menos sensíveis, consoante o padrão de socialização a que estiveram subordinados. Por terem tido uma socialização mais provavelmente no seio de uma sociedade na qual os valores igualitários não eram tão salientes como na contemporaneidade e na qual as atitudes face à adoção seriam ainda bastante preconceituosas, os participantes adultos tenderão a manter e manifestar atitudes menos favoráveis face a esta categoria.

Por outro lado, a sobrevalorização da criança filha adotiva que exhibe um comportamento normativo, por parte dos mais jovens pode, em si mesma, configurar, para além da subordinação e efetiva interiorização de uma atitude igualitária, uma atitude de diferenciação negativa. De acordo com os modelos teóricos que abordam as formas

modernas de preconceito a que nos referimos no capítulo 1, pode estabelecer-se uma atitude de diferenciação negativa, que neste contexto poderíamos designar de “síndrome do coitadinho”, segundo a qual se assiste à sobrevalorização do comportamento normativo e/ou desculpabilização do comportamento desviante exibido pela criança filha adotiva. No entanto, esta interpretação alternativa é mera conjectura nossa, pois, embora os participantes jovens tenham favorecido mais o alvo adotivo, do que os adultos, não favoreceram também mais o alvo adotivo, do que o alvo biológico. De forma análoga, no Estudo 5, os participantes mais jovens “exaltaram”, mais do que os adultos, o comportamento normativo de uma criança adotiva, embora tenham avaliado de forma igualmente benevolente o comportamento normativo, quer do alvo biológico, quer do alvo adotivo. Este resultado está em linha com a sobrevalorização do alvo normativo adotivo por parte dos participantes mais jovens, no Estudo 4.

Uma exceção única a este padrão de resultados com os participantes mais jovens relativamente à filiação foi encontrada, quando estes favoreceram o alvo desviante filho biológico de um casal homossexual, relativamente ao alvo desviante filho adotivo do mesmo tipo de casal. Neste caso, pareceu existir um favorecimento da filiação biológica, isto é, um viés endogrupal.

Pode sempre avançar-se com uma explicação alternativa à “síndrome do coitadinho” e que reside na menor experiência dos participantes mais jovens com crianças, o que os poderá levar a valorizarem mais o bom comportamento.

3.4.3.1.2. Efeitos de sexo.

Ainda relativamente à *filiação*, foram encontradas no Estudo 5 algumas outras diferenças nos julgamentos efetuados, em função do *sexo do participante*. Os participantes do sexo masculino manifestaram um viés endogrupal, considerando mais aceitável o comportamento normativo exibido por uma criança filha biológica, relativamente a uma criança filha adotiva. Por seu turno, as mulheres manifestaram esse mesmo viés quando o comportamento era desviante, ou seja, consideraram menos aceitável o comportamento desviante exibido por uma criança filha adotiva, do que o comportamento desviante exibido por uma criança filha biológica. Adicionalmente, as mulheres reportaram esse mesmo viés endogrupal quando o alvo, para além de ser filho biológico ou adotivo era simultaneamente filho de pais homossexuais, avaliando de forma menos desfavorável o alvo desviante filho biológico de um casal homossexual, do que o alvo desviante filho adotivo desse tipo de casal.

Isto significa que as mulheres não apresentaram viés endogrupal relativamente à filiação quando o comportamento era normativo, mas manifestam esse viés quando o comportamento era desviante, ocorrendo o padrão inverso nos homens. Estes resultados parecem traduzir sensibilidades diferenciadas às pertenças grupais, nos participantes de ambos os sexos, mediadas pelo tipo de comportamento. Poder-se-ia dizer que, enquanto pertencentes a um grupo dominado, para as mulheres os comportamentos desviantes são mais ameaçantes à distintividade intergrupar do que para os homens. Já os homens, membros de um grupo dominante, utilizaram mais a sobrevalorização do normativo para estabelecerem uma distintividade intergrupar favorável.

3.4.3.2. Quanto à orientação sexual.

Finalmente, no Estudo 5, encontrámos alguns resultados envolvendo o *grupo etário* associados à orientação sexual do casal de pais da criança-alvo. A sobrevalorização do comportamento normativo das crianças filhas adotivas, por parte dos participantes mais jovens, no Estudo 4, encontrou, no Estudo 5, um paralelo, com a desculpabilização do comportamento desviante exibido por uma criança filha de pais homossexuais (e, também com a desculpabilização desse mesmo comportamento desviante, quando a criança-alvo é filha biológica de um casal homossexual, e não de um casal heterossexual). Tal como anteriormente, questionamo-nos se esta desculpabilização não resulta de uma “síndrome do coitadinho”, impulsionada pela norma social cada vez mais saliente da igualdade, à qual os participantes mais jovens serão particularmente sensíveis.⁹⁷ No entanto, podemos sempre questionar se uma verdadeira adesão a uma norma igualitária não deveria conduzir a julgamentos similares quando, face a uma diferença na orientação sexual, tudo o resto permanece igual?

Por fim, o grupo dos participantes mais velhos avaliou como mais frequentes os comportamentos desviantes, do que os normativos exibidos por crianças filhas de casais homossexuais (embora tenha avaliado como igualmente frequentes os comportamentos normativos e desviantes das crianças filhas de casais heterossexuais), o que remete, de novo, para a existência de expectativas mais pobres em relação a crianças filhas de pais homossexuais, por parte de indivíduos mais velhos.

⁹⁷ No capítulo da Conclusão iremos articular os resultados dos quatro estudos empíricos realizados, que envolveram a variável Grupo Etário e que nos permitem, de certa forma, estabelecer diferenças nas atitudes manifestadas devidas, quer a processos de socialização diferenciados, quer a sensibilidades diferenciadas a novas normas sociais igualitárias.

3.4.4. Algumas Limitações e Considerações⁹⁸

Tal como na discussão geral dos Estudos 1 e 2, finalizamos referindo algumas limitações, bem como tecemos algumas considerações sobre o potencial contributo dos estudos aqui apresentados.

À semelhança dos Estudos 1 e 2, também não questionámos os participantes do Estudo 5 acerca da sua orientação sexual. No entanto, pelos mesmos motivos apresentados na discussão dos Estudos 1 e 2, esta limitação não invalida, por si mesma, as conclusões extraídas.⁹⁹

Nestes dois estudos, também foram utilizadas amostras de conveniência (ainda que tenhamos tentado incluir participantes de idade e escolaridade variada e de ambos os sexos), pelo que a generalização dos resultados deve ser feita com cautela.

Estes estudos, articulados entre si, contribuíram para analisar, em duas amostras, as atitudes face à adoção e, em particular, face à homoparentalidade, que ainda permanece uma temática insuficientemente estudada em Portugal.

Finalmente, pela articulação dos resultados destes estudos, no quadro da abordagem da identidade social, parece-nos que podemos ter dado um modesto contributo para a análise das atitudes face à homoparentalidade, na sua relação com as dinâmicas identitárias e grupais.

⁹⁸ Remetemos, de novo, para a secção “Limitações, Contributos e Pistas para o Futuro” (p. 267), do capítulo da Conclusão, para uma apresentação mais exaustiva das principais limitações do conjunto de estudos e demais considerações e sugestões para investigações futuras.

⁹⁹ Também não inquirimos os participantes do Estudo 4, acerca da sua nacionalidade e tipo de filiação, nem os participantes do Estudo 5, acerca do seu tipo de filiação. No entanto, no quadro global deste trabalho, é a orientação sexual que assume maior relevância.

Terceira Parte

Capítulo IV

Conclusão

4. Conclusão

A partir dos vários referenciais teóricos apresentados, constatámos que estes continuam a fornecer evidências acerca da existência de preconceito e de discriminação face aos membros das categorias sociais minoritárias que foram objeto de análise neste trabalho. Estes apontam também para a existência de mecanismos psicológicos específicos das relações intergrupais, sustentadores desse preconceito e discriminação. Assim, nesta conclusão focamo-nos essencialmente na articulação dos resultados obtidos nos quatro estudos empíricos, com esses referenciais teóricos, e em particular, com quadro teórico da abordagem da identidade social.

Depois de abordarmos a valorização dos níveis de autodefinição da identidade, analisámos as formas de expressão do preconceito e a sua relação com a norma de não discriminação, na emissão dos julgamentos. De seguida analisamos o papel diferenciado dos níveis de autodefinição da identidade e a sua relação com o contexto, na emissão desses julgamentos. Analisámos depois as atitudes face à adoção e face à homoparentalidade e o papel desempenhado pelas pertenças categoriais dos participantes nessas atitudes.

Concluimos com as elações finais, onde avançamos com algumas conclusões retiradas do conjunto de resultados obtidos. Na secção final da conclusão apresentamos algumas limitações, contributos e pistas para o futuro.

4.1. O Predomínio da Identidade Pessoal

Um primeiro resultado a referir, prende-se com a sistemática sobrevalorização do nível pessoal de autodefinição da identidade, encontrado ao longo dos quatro estudos apresentados.

Esta sobrevalorização da dimensão pessoal da identidade, face à dimensão social, tinha já sido descrita por Simon (1997) quando analisou a relação estabelecida entre os *selves* individual e coletivo e a progressiva predominância, nas sociedades ocidentais, do *self* individual, em detrimento do *self* coletivo, na autodefinição dos indivíduos. Torna-se, a nosso ver, particularmente relevante na discussão e interpretação dos resultados dos primeiros dois estudos do plano.¹⁰⁰

¹⁰⁰ Cf. Trafimov (2000), para a análise da relação entre atitudes, normas, intenção comportamental, autoconceito privado e coletivo e ideologia cultural, individualista e coletivista.

De facto, se a identidade social dos participantes não lhes foi muito relevante, como interpretar a existência de um *self-serving bias* no Estudo 1 e alguns resultados obtidos nos Estudos 1 e 2, que vão de encontro ao padrão de resultados que prevíamos e que estava teoricamente fundamentado no quadro da abordagem da identidade social, que preconiza como fundamental a saliência da dimensão social da identidade, na emergência do preconceito?

4.2. As Formas de Expressão de Preconceito

4.2.1. *Self-serving bias* e diferenciação interpessoal.

No Estudo 1, inspirando-nos nos trabalhos de Miller et al. (2000), pedimos aos participantes que reportassem a sua atitude em relação a pessoas homossexuais e o grau de rejeição em relação a pessoas homossexuais e que atribuíssem uma atitude e um grau de rejeição aos outros. Para além disso, estas medidas eram, consoante as condições, intersujeitos ou intrasujeitos. De forma interessante, o *self-serving bias* encontrado foi bastante mais robusto nas condições onde existiu um contexto de comparação “eu-outros” saliente, ou seja, nas condições intrasujeitos. Nas condições intersujeitos, as diferenças foram muito menos acentuadas.

Portanto, quando não existiu um contexto de comparação saliente, os participantes reportaram atitudes próprias e graus de rejeição à proximidade e atribuíram aos outros, atitudes e graus de rejeição à proximidade, bastante semelhantes. No entanto, quando esse contexto de comparação se tornou saliente (nas condições intrasujeitos), essa saliência comparativa “eu-outros” tornou-se relevante, passando estes a fazerem atribuições atitudinais “aos outros” bem mais desfavoráveis, do que as que reportaram para si. Estaremos perante uma ilustração do carácter contextualmente dependente da manifestação da identidade, como preconiza a teoria da autocategorização.

Tal padrão, é parcialmente sobreponível ao padrão obtido por Miller et al. (2000), na medida em que existiu uma diferença nas atitudes e grau de rejeição à proximidade próprias e os que foram atribuídos aos outros. Mas é também mais revelador, pois na condição intersujeitos “outros” (i.e., na condição onde os participantes apenas atribuíram uma atitude e um grau de rejeição à proximidade aos outros) o posicionamento atribuído aos outros foi sensivelmente semelhante ao posicionamento próprio reportado em todas as condições. No entanto, quando o indivíduo respondia numa condição *intrasujeitos*, não só o posicionamento atribuído aos outros era significativamente mais desfavorável, como o

posicionamento atribuído aos outros nessas condições intrasujeitos, era significativamente mais desfavorável do que o posicionamento atribuído aos outros na condição intersujeitos “outros”. Tais resultados parecem demonstrar a importância de contextos de comparação salientes, e revelam ainda uma certa tendência para a camuflagem das “reais” atitudes dos indivíduos, que as parecem projetar nos outros, quando o contexto lhes fornece essa oportunidade.¹⁰¹

No Estudo 2, e ao contrário do Estudo 1, sempre que o participante foi focalizado no nível social de autodefinição da identidade, o contexto de comparação intergrupar tornou-se saliente. Recordemos que a recolha de dados relativamente à valorização dos níveis de autodefinição foi feita previamente à manipulação experimental que focalizava os participantes, ora no nível pessoal de autodefinição da identidade, ora no nível social de autodefinição da identidade. Assim, apesar de os participantes não valorizarem a priori o nível social de autodefinição da identidade, logo que o contexto tornou saliente este nível de autodefinição da identidade (i.e., quando foram focalizados em IS), puderam ser espoletados os mecanismos de diferenciação intergrupar antecipados pela abordagem da identidade social, com o concomitante posicionamento mais desfavorável face a pessoas homossexuais.¹⁰²

Estes resultados parecem-nos fornecer, assim, evidência acerca da importância de contextos de comparação salientes, sejam estes contextos de comparação “eu-outros”, como parece ser o caso quando emerge o *self-serving bias*, sejam contextos de comparação “nós-eles”, como é o caso quando as pertenças grupais são elicitadas pela saliência da identidade social.

4.2.2. Manifestações subtis de preconceito.

Um outro aspeto que nos parece relevante prende-se com a ausência de qualquer efeito ou interação significativa verificados na medida Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais no Estudo 1 e o facto das interações globais de 2^a-ordem encontradas no

¹⁰¹ Conformando eventualmente uma forma indireta de expressão de preconceito, tal como preconizado pelas teorias mais recentes acerca de novas formas de preconceito (cf. Teoria do Racismo Subtil, de Pettigrew & Meertens (1995) ou Teoria do Racismo Ambivalente, de Katz & Hass (1988) ou ainda, Teoria do Racismo Aversivo, de Gaertner & Dovidio, 1986), que propõem que face à existência de normas sociais de não discriminação, os indivíduos podem adotar formas mais subtis de expressarem as suas atitudes preconceituosas, que lhes permitam continuarem a ser coerentes consigo próprios, ao mesmo tempo que se “submetem” à norma social vigente.

¹⁰² Se bem que na apresentação de resultados do Estudo 2 com a variável Focalização, pareceu que foi mais a fraca valorização da identidade pessoal e não a forte valorização da identidade social, que produziu atitudes decorrentes das pertenças grupais, elicitadas pela focalização em IS (cf. Discussão Geral dos Estudos 1 e 2, p. 167).

Estudo 2, apenas se terem expressado nas medidas Atitude Desfavorável e Rejeição à Proximidade Distante.

Analisando os itens que constituíram a dimensão Atitude Favorável, é possível verificar que estavam mais direcionados para a igualdade e para os direitos universais, apelando, por isso, à concordância com a uma norma social de não discriminação e de igualdade. Já os itens constituintes da dimensão Atitude Desfavorável apelavam mais para a preservação dos valores tradicionais: percepção de que as pessoas homossexuais não aderem às normas sociais do grupo heterossexual dominante, acentuando as diferenças culturais, o que pode ter permitido aos participantes uma forma mais legitimada de discriminarem (para explicações mais detalhadas acerca destas formas mais subtis de preconceito, cf. Gaertner & Dovidio, 1986; Katz & Hass, 1988; Lacerda et al., 2002; Pettigrew & Meertens, 1995).

Por outro lado, segundo Morrison et al. (2005), as formas modernas de preconceito predizem de forma mais significativa do que as formas tradicionais e flagrantes de preconceito, formas indiretas de discriminação, como sejam o distanciamento social. Assim, nos itens da medida da rejeição à proximidade, os itens da medida Proximidade Distante, podem ser vistos como itens menos “sensíveis”, uma vez que remetem para cenários de contacto menos pessoais (e.g. trabalho, escola, conversar com uma pessoa homossexual), por oposição aos itens constituintes da medida Proximidade Íntima (como ter um/a filho/a homossexual, morar com pessoas homossexuais, ver casais homossexuais a namorar) o que poderá ter levado os participantes a sentirem-se menos pressionados a darem respostas socialmente desejáveis (e favoráveis) nesta medida.¹⁰³

Também os resultados das análises de regressão do Estudo 1, ao revelarem a existência de padrões inversos de correlações entre a medida mais explícita Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais e a medida mais implícita Rejeição à Proximidade Atribuída aos Outros, parecem aportar alguns indicadores acerca da existência de manifestações mais subtis de preconceito (cf. Discussão Geral dos Estudos 1 e 2, p. 162, para discussão mais pormenorizada).

4.2.3. A norma social de não discriminação.

¹⁰³ Em nosso entender, no Estudo 2, as medidas de preconceito Atitude Favorável e Rejeição à Proximidade Íntima, podem enquadrar-se como medidas mais diretas de preconceito, enquanto Atitude Desfavorável e Rejeição à Proximidade Distante são medidas mais subtis (e.g. a medida Rejeição à Proximidade Distante pode ser vista como uma medida menos “quente” de distanciamento social).

A articulação destes resultados, com aqueles obtidos no Estudo 1, onde parece operar um *self-serving bias*, reforça ainda a ideia de podermos estar em presença de manifestações mais subtis de preconceito em relação às pessoas homossexuais.

A norma social vigente é a norma de não discriminação (Lima & Vala, 2004), que inclui a não discriminação das pessoas em função da sua orientação sexual. Esta norma poderá estar na atualidade particularmente saliente, dadas as recentes alterações legislativas que têm vindo a ocorrer envolvendo a categoria social das pessoas com orientação sexual não heterossexual (por exemplo, em 2001, a inclusão dos casais homossexuais na Lei das Uniões de Facto; em 2004, a inclusão da orientação sexual no Princípio da Igualdade da Constituição Portuguesa; a aprovação, em 2010, da possibilidade do casamento civil entre pessoas do mesmo; e ainda, em 2016 a aprovação da possibilidade de adoção e co-adoção de crianças por casais homossexuais).

Stangor (2009) propôs que estereótipos e preconceito mais não são do que normas sociais e que as pessoas têm e expressam estereótipos e preconceitos na medida em que, subjetivamente, o percebem como adequado de acordo com o seu contexto social. Assim, face a uma norma social de não discriminação os indivíduos vêm-se coartados na expressão de formas mais flagrantes de preconceito, optando por utilizar formas mais subtis para expressarem o seu preconceito. Tal estratégia é funcional, permitindo a obtenção de benefícios de duas ordens: por um lado, permite que o sujeito se sinta conforme à norma social, enquanto, por outro lado, lhe fornece uma via socialmente mais aceitável para continuar a discriminar, o que lhe permite manter-se fiel e coerente com as suas crenças pessoais. Ou, como se pode ler, nas palavras de Lacerda et al. (2002) “(...) nos últimos tempos, a indesejabilidade social do preconceito gerou um processo mais refinado de discriminação” (p. 166).

De facto, constatámos nos Estudos 1 e 2 que as atitudes reportadas pelos participantes foram globalmente bastante favoráveis, muito embora tenhamos recolhido também alguma evidência que nos permite conjecturar acerca da possível existência de mecanismos de expressão do preconceito mais subtis. Resta saber se a favorabilidade geral das atitudes reportadas não poderá ter sido ainda mais incrementada pelo contexto sócio histórico particular que estamos a atravessar (e que tornou particularmente saliente a norma de não discriminação). Ou seja, se tivéssemos realizado estes estudos em momento anterior, teriam sido as atitudes reportadas menos favoráveis?

A respeito da favorabilidade das atitudes reportadas, Stangor (2009) referiu que raramente se vê preconceito nas populações que são estudadas, sendo que as avaliações da maioria dos exogrupos são globalmente positivas (ou pelo menos situam-se acima do ponto neutro das escalas de resposta; cf. Brewer, 1999, Brewer & Silver, 1978, cit in Stangor, 2009). Para Stangor (2009), tal constatação origina uma questão conceptual: até que ponto avaliações positivas de exogrupos (que são ainda assim menos positivas do que as avaliações dos endogrupos) podem representar formas de preconceito? E ainda, o favorecimento endogrupal representa de facto um problema, se não for acompanhado de derrogação exogrupal?

Para Gaertner e Dovidio (2009), nas situações em que a categorização social conduza à manifestação de vieses intergrupais, o tipo de viés devido aos processos de categorização assumirá primordialmente uma orientação endogrupal (isto é, uma preferência pelos membros do endogrupo) em vez de uma orientação antiexogrupal, normalmente associada a hostilidade e agressão. Acrescentam ainda que esse favoritismo endogrupal pode ser tão pernicioso como a discriminação.

Por seu turno, Brown (1996), ao tentar interpretar a existência de discrepâncias entre medidas mais diretas e controláveis de atitudes e medidas mais encobertas e espontâneas, apresentou alguns resultados experimentais que suportaram a ideia que se o contexto for o adequado, as pessoas manifestam de forma mais explícita os seus preconceitos (e.g. investigações onde se recorreu a estratégias de diminuição dos efeitos da desejabilidade social, como o *bogus pipe-line*, ou paradigmas de ajuda em contextos naturalísticos, entre outras já anteriormente referidas). Ou seja, segundo Brown (1996), os comportamentos discriminatórios continuam a manifestar-se, ora de forma mais flagrante, ora de forma mais subtil, consoante o contexto, os custos e benefícios associados à sua expressão e o grau de internalização das normas sociais de não discriminação.¹⁰⁴

As assunções destes autores, mais do que contrariarem a existência de efeitos de desejabilidade social, complementam as interpretações que podem ser feitas dos resultados maioritariamente obtidos em investigações que medem as atitudes direccionadas a exogrupos.

De facto, em nosso entender, e em linha com estes autores, serão de esperar avaliações relativamente favoráveis face aos exogrupos o que, no entanto, não significa que não estejam a operar mecanismos de desejabilidade social, aliás, sugeridos nos resultados

¹⁰⁴ Mais à frente retomamos a temática relativa à internalização da norma social de não discriminação.

que obtivemos, no Estudo 1. Mas também no Estudo 5, no qual utilizámos um formato de recolha de dados diferente e onde os participantes, não cientes das manipulações experimentais a que foram submetidos, acabaram por revelar o padrão de resultados teoricamente previsto.

Também Miller et al. (2000), referindo-se à inconsistência muitas vezes encontrada entre as normas e o comportamento, alegaram que em cenários públicos (e a resposta a um questionário, ainda que garantidos o anonimato e a confidencialidade das respostas, não deixa de ser em “evento” público), as normas sociais influenciam diretamente o comportamento das pessoas, não afetando as suas intenções comportamentais, nem as suas atitudes.

Por exemplo, o indivíduo face a uma norma social de não discriminação pode manifestar publicamente um comportamento em consonância com essa norma, não discriminando, mas mantém em privado uma atitude preconceituosa. As normas sociais têm assim, segundo estes autores, um efeito de influência social homogeneizadora no comportamento público. No entanto, e ainda segundo Miller et al. (2000), a inconsistência entre atitudes (privadas) e comportamentos (públicos) pode ainda dever-se ao fenómeno da ignorância pluralística. Esta é definida como uma forma de inferência social incorreta, ao mesmo tempo causa e consequência da inconsistência literal entre atitude e comportamento e que pode conduzir a fenómenos de conformidade social à norma, em larga escala. A este respeito, relembremos o estudo de Katz e Allport (1928), referido por Miller et al. (2000), no qual foi pedido aos participantes que indicassem a atitude que acreditavam que os outros participantes tinham, tendo-se verificado que a maioria dos inquiridos achava que os outros participantes tinham uma atitude contrária à deles e que tinha sido por acreditarem que essa era a opinião generalizada, que tinham manifestado o comportamento.

Ora, no Estudo 1 os participantes atribuíram às outras pessoas atitudes consistentemente diferentes e, neste caso, mais desfavoráveis, do que as atitudes próprias que reportaram, nas condições intrasujeitos. Se estivéssemos em presença de um fenómeno de ignorância pluralística, a Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais reportada e a Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros, teriam de coincidir. Assim sendo, ou os participantes achariam que os outros tinham uma atitude favorável e, em consequência, reportariam uma Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais igualmente favorável (muito embora pudessem ter em privado uma atitude desfavorável), ou

supondo que a atitude dos outros era desfavorável, reportariam atitudes próprias igualmente desfavoráveis (independentemente de poderem ter em privado atitudes favoráveis).

Tal não sucedeu, o que nos leva a sugerirmos que os possíveis motivos subjacentes à inconsistência entre a Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais reportada (favorável) e a Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros (desfavorável) são de duas ordens: (1) por um lado, como uma manifestação do fenómeno da desejabilidade social, tal como proposto pela *self-presentation theory* (Goffman, 1959, cit in Miller et al., 2000). Esta propugna que as pessoas querem ser vistas como membros adequados dos seus grupos de pertença e da sociedade em geral, orientando o seu comportamento (público) por definições socialmente partilhadas a respeito do modo como acham que os outros esperam que se comportem. No presente caso, levaria a que reportassem atitudes próprias consonantes com a norma social de não discriminação; (2) por outro lado, como estratégia de maximização da diferenciação positiva entre o “eu” e os “outros”, com consequente incremento do autoconceito.

Os nossos resultados apoiam esta última explicação, que assenta na operação de um *self-serving bias*, dadas as diferenças significativas encontradas na Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros, consoante o contexto de comparação estava ou não saliente. Quando não existiu um contexto de comparação saliente, a Atitude em Relação a Pessoas Homossexuais Atribuída aos Outros foi significativamente mais favorável (e próxima da Atitude Própria em Relação a Pessoas Homossexuais reportada), o que teoricamente poderia ou não derivar de um fenómeno de ignorância pluralística. No entanto, quando o contexto de comparação “eu-outros” se tornou saliente, o posicionamento atribuído aos outros foi bastante mais desfavorável, do que o próprio. Concluímos, ressalvando que, embora pareça que a desejabilidade social e a diferenciação positiva face aos outros possam estar a operar, e a conduzirem os participantes a expressarem esse padrão de respostas, o facto de os participantes atribuírem aos outros posicionamentos pouco favoráveis deve-nos levar a ponderar se essa atribuição pouco favorável feita aos outros não revela, em si mesma, indícios da existência de preconceito?

De facto, se a maioria das pessoas acha que os outros têm posicionamentos pouco favoráveis face às pessoas homossexuais, não poderá isto significar que, independentemente de a pessoa ter ou não um posicionamento próprio favorável, essa perceção acerca dos outros resulta das pessoas, em geral, verem nos seus contextos de vida muitas outras pessoas a

manifestarem atitudes e posicionamentos que são, de facto, pouco favoráveis em relação às pessoas homossexuais?

4.3. Identidade Pessoal e Identidade Social

4.3.1. O impacto do nível pessoal de autodefinição da identidade nos *outputs* das dinâmicas de grupo.

No Estudo 1, as análises globais com a valorização dos níveis de autodefinição da identidade, revelaram que a valorização forte e simultânea de ambos os níveis de autodefinição da identidade conduziu a níveis mais elevados de rejeição à proximidade própria, do que apenas a valorização forte de um dos níveis de autodefinição da identidade. No Estudo 2, os resultados das análises globais, quando articulados com os resultados das análises parciais, evidenciam um padrão que, embora não tenha sido conceptualmente previsto é, em nosso entender, relevante na análise das atitudes dirigidas à categoria social das pessoas homossexuais em particular, mas, porventura também, nas atitudes em geral, face a grupos que sejam alvo de discriminação social.

Estes resultados e alguns outros dos Estudos 4 e 5, fornecem indicadores acerca do papel que a valorização do nível pessoal de autodefinição da identidade pode ter na expressão das atitudes.

Verificou-se que quando a uma forte valorização da identidade pessoal se conjugou um contexto que focalizou os participantes mesmo nível de autodefinição (no Estudo 2), se assistiu à emergência de atitudes de diferenciação negativa em relação a pessoas homossexuais. Neste estudo, constatámos também que, nem a valorização do nível social de autodefinição da identidade, nem a focalização neste nível de autodefinição da identidade contribuíram, por si só, para a manifestação de posicionamentos mais desfavoráveis em relação a pessoas homossexuais. De facto, a focalização no IS, conduziu a atitudes mais desfavoráveis, apenas quando o IP foi pouco valorizado, e a valorização forte do IS, conduziu a julgamentos mais desfavoráveis, apenas quando a identidade pessoal foi pouco valorizada. Isto é, a baixa valorização da identidade pessoal pareceu particularmente relevante para que as pertenças grupais (elicitadas quer pela focalização em IS, quer pela forte valorização do IS) se tenham tornado salientes, conduzindo à manifestação de atitudes discriminatórias.

Estes resultados do Estudo 2, parecem dar indicadores do importante papel desempenhado pela identidade pessoal na manifestação de comportamentos de diferenciação negativa, face a membros do exogrupo.

Este mesmo viés endogrupal foi de novo revelado em alguns resultados do Estudo 4: os participantes que valorizaram mais fortemente o IP, avaliaram o alvo normativo português de forma mais favorável, do que os participantes que valorizam menos o IP e assistiu-se também a uma avaliação mais favorável do alvo normativo espanhol, por comparação ao alvo normativo português, por parte dos participantes que valorizaram o IP abaixo do valor da mediana.

E no Estudo 5, os participantes que valorizaram fortemente o IP atribuíram frequências diferenciadas a comportamentos desviantes, consoante a filiação, esperando mais comportamentos desviantes nas crianças filhas biológicas de casais heterossexuais, do que nas crianças filhas adotivas destes casais, ou seja, derogaram mais fortemente o desviante endogrupal.

Tais resultados poderão ser explicados se tivermos em conta o que Biernat, Vescio, Theno e Crandall (1996, cit in Monteith & Mark, 2009) referem relativamente às orientações valorativas, como por exemplo, o individualismo, atribuindo-lhes um relevante papel na propensão para o viés endogrupal e preconceito exogrupal e aquilo que Trafimov (2000) referiu, propondo um maior peso das cognições pessoais (e portanto do nível pessoal de autodefinição da identidade) no comportamento, nas sociedades individualistas.¹⁰⁵ De facto, na identidade pessoal, o foco encontra-se na diferenciação entre o *self* e os outros, e a identidade é definida a partir das características que diferenciam o indivíduo dos outros indivíduos. Ou, como referiu Simon (1997), quando o *self* pessoal está saliente, embora exista ausência de perceção de um endogrupo, ainda assim não é inibida a construção/perceção de exogrupos. Isto porque as características partilhadas pelos outros e que não são partilhadas pelo sujeito, se tornam mais salientes, do que aquelas que o sujeito partilha com as outras pessoas.

Ainda que o sujeito não se autocategorize em termos de um *self* coletivo, constrói cognitiva e psicologicamente exogrupos distintos, apresentando perceção e comportamento intergrupual em relação aos membros desses exogrupos, e não em relação a membros de um endogrupo. Isto é, Simon (1997) defende que ocorrem fenómenos grupais como a

¹⁰⁵ Retomaremos Trafimov (2000), em maior detalhe, mais à frente nesta Conclusão.

estereotípias, a derrogação ou a discriminação de membros do exogrupo, mesmo quando o *self* social não está saliente.

Assim sendo, quando o sujeito valoriza mais fortemente a dimensão pessoal da sua identidade, qualquer outro indivíduo que apresente características não partilhadas com ele poderá ser alvo de apreciações mais desfavoráveis, na tentativa de preservação do *self* e da sua individualidade. Em função dos objetivos dos Estudos 1 e 2 recorreremos a um grupo social particular – as pessoas homossexuais. Para se testar a hipótese de que as atitudes discriminatórias que verificámos resultaram de um processo de individualização, seria necessário acrescentar outro(s) alvo(s) pertencente(s) a outra(s) categoria(s) social(ais). Se o mesmo padrão de resultados ocorresse, tal evidência sustentaria esta interpretação. A este respeito, como já anteriormente apresentámos, Long e Spears (1997) sustentaram empiricamente um papel mais relevante para a autoestima pessoal na manifestação de comportamentos de autofavorecimento e na emergência de viéses endogrúpicos.

Parece-nos que o *self-serving bias* encontrado no Estudo 1, nas condições experimentais intrasujeitos (que tornaram salientes um contexto de comparação “eu-outros”) poderá também (ainda que parcialmente) derivar destes mecanismos de diferenciação.

4.3.2. Impacto diferenciado dos níveis de autodefinição da identidade nas manifestações atitudinais.

Apesar do conjunto de resultados anteriormente apresentados, que forneceram indicadores acerca do impacto do nível pessoal de autodefinição da identidade na manifestação de atitudes de diferenciação, alguns outros resultados encontrados foram no sentido de um impacto mais relevante do nível social de autodefinição da identidade. Ou de impactos diferenciados destes dois níveis de autodefinição da identidade, consoante as pertenças categoriais dos indivíduos.

No Estudo 5, a forte valorização da identidade social conduziu os participantes a anteciparem mais comportamentos desviantes e menos comportamentos normativos nas crianças filhas biológicas de pais homossexuais, do que os participantes que valorizaram fortemente a identidade pessoal. Já no Estudo 1, nas análises efetuadas com Grupo Etário, o impacto da forte valorização do nível pessoal da identidade não foi consistente, parecendo influenciar jovens e adultos de formas opostas. Se nos primeiros, os conduziu a atribuições de atitudes mais desfavoráveis, nos segundos conduziu à manifestação de maiores níveis de rejeição à proximidade. A fraca valorização dos níveis de autodefinição da identidade

(incluindo a fraca valorização do IP) reverteu por completo o padrão anterior, com os jovens a fazerem atribuições atitudinais mais favoráveis do que os adultos. Também os adultos que valorizaram fortemente o IP, ou os que valorizaram fortemente o IP e o IS em simultâneo, reportaram maior rejeição à proximidade, do que os jovens nas mesmas condições.

Tal como referido anteriormente a respeito do *self-serving bias* verificado no Estudo 1, e das interações globais encontradas no Estudo 2, alguns resultados parciais deste último parecem fornecer evidências acerca de uma efetiva mudança de atitudes, no que concerne à interiorização de uma norma social de não discriminação das pessoas homossexuais.¹⁰⁶ Por um lado, os participantes adultos focalizados na dimensão social da sua identidade manifestaram maior rejeição à proximidade, do que os participantes jovens nas mesmas condições e também do que os adultos focalizados na dimensão pessoal da sua identidade. Por outro lado, entre os mais jovens, tanto a valorização do nível social de autodefinição, como a focalização neste nível de autodefinição, conduziu à manifestação de atitudes mais favoráveis e menor rejeição à proximidade, do que a valorização do nível pessoal de autodefinição ou a focalização neste nível de autodefinição. Isto é, enquanto os jovens, quando focalizados na dimensão social da sua identidade reportaram atitudes mais favoráveis, do que os jovens focalizados na dimensão pessoal da sua identidade, com os adultos verificou-se o oposto.

Como já anteriormente aludimos, a interpretação conjunta destes resultados permite, em nosso entender, sugerir que quando os mais velhos (cuja socialização ocorreu, em parte, num contexto social onde não era saliente a norma de não discriminação) são confrontados com um contexto que torna saliente as suas pertenças grupais, adotam os comportamentos de diferenciação positiva preconizados pela abordagem da identidade social, derogando os membros deste exogrupo relevante. Já entre os mais jovens (cujo processo de socialização ocorreu mais provavelmente num contexto social onde a norma de não discriminação esteve saliente) a evocação de um contexto que os focaliza nas suas pertenças grupais, não conduz à manifestação de diferenciação positiva face à categoria social das pessoas homossexuais.

Porventura, tal sucederá porque o critério diferenciador – a *orientação sexual* – é menos relevante socialmente para elicitar tais atitudes discriminatórias entre os mais jovens.

¹⁰⁶ Perante a alteração da norma (para uma norma de não discriminação) os indivíduos podem comportar-se essencialmente de três formas: ou continuam a manifestar preconceito de forma flagrante, ou passam a manifestar formas mais subtis de preconceito ou, através de processos de interiorização da norma, deixam de ter preconceito ou nunca chegam a ter esse preconceito. A manifestação de cada um destes três tipos de comportamento, prende-se com vários fatores, sendo um desses fatores a influência do contexto de socialização do indivíduo (terem ou não sofrido socialização num contexto congruente com a nova norma).

Isto não quer necessariamente dizer que os indivíduos mais jovens não possam manifestar atitudes desfavoráveis, decorrentes de um contexto que torne salientes as suas pertenças grupais. Para se poder aferir se se trata de uma mudança de atitude em relação a uma categoria social em particular, ou se se trata de uma efetiva interiorização da norma de não discriminação e de igualdade, seria necessário realizar outros estudos, no sentido de verificar se o padrão de resultados aqui encontrado se replica relativamente a membros de outras categorias sociais, com critérios de diferenciação (ainda) socialmente relevantes para este grupo etário.

4.3.3. O papel primordial do contexto na emissão de julgamentos.

Em nosso entender, estes resultados indiciam, tal como anteriormente referido por Haslam (1997) e Stangor (2009), o importante papel desempenhado pelo contexto social na codeterminação da cognição do sujeito. As pessoas expressam preconceitos, na medida em que subjetivamente o percebem como adequado, de acordo com o seu contexto social e através de processos de influência social que decorrem das relações intra e intergrupais. Retomando as ideias de Terry et al. (2001) e de Reynolds e Turner (2001), diríamos que as manifestações atitudinais se materializam no seio de um contexto que contenha normas grupais e sociais legitimadoras dessas atitudes.

As investigações de Ybarra e Trafimow (1998), de Trafimov (2000) e de Verkuyten e Hagendoorn (2002) (e também a de Simon, 1997, anteriormente já referida) podem também fornecer algumas pistas que contribuam para a explicação dos resultados encontrados no presente trabalho. Por um lado, Ybarra e Trafimow (1998) analisaram como a ativação diferenciada do *self* privado e do *self* coletivo faz variar o peso relativo das atitudes e normas subjetivas na intenção comportamental do indivíduo, tendo concluído que quando é o *self* privado que é ativado, a atitude torna-se preponderante, e se for o *self* coletivo, então é a norma subjetiva que assume primazia. Nesta lógica, quando os indivíduos estão num contexto que torne saliente a sua identidade pessoal (por analogia ao *self* privado de Ybarra & Trafimow, 1998) serão de esperar manifestações comportamentais mais de acordo com as atitudes dos sujeitos. Este processo poderia explicar os resultados encontrados na nossa investigação, na medida em que os participantes que se encontravam num contexto situacional de alta saliência do nível pessoal de autodefinição (em todos os estudos o nível pessoal de autodefinição da identidade foi globalmente mais valorizado), se poderão ter socorrido da sua atitude pessoal para se posicionarem face às pessoas homossexuais,

manifestando atitudes mais desfavoráveis face às pessoas homossexuais quando a identidade pessoal era fortemente valorizada.

Também Trafimov (2000), anteriormente referido, propôs que uma cultura individualista contribui para uma acessibilidade mais forte das autocognições privadas e, em consequência, para um maior peso das atitudes na determinação da intenção comportamental. Pelo contrário, uma cultura coletivista conduz a uma maior acessibilidade das autocognições coletivas e, portanto, a uma maior preponderância das normas subjetivas na determinação da intenção comportamental. Contudo, referiu também, ao analisar a relação entre atitudes e normas que, segundo a abordagem da identidade social as atitudes serão provavelmente consistentes com as normas de grupo.

Por outro lado, Verkuyten e Hagendoorn (2002) concluíram que o favoritismo endogrupal pode ser espoletado tanto pelo autoconceito pessoal, como pelo autoconceito social, dependendo do nível saliente da identidade. Quando está saliente a identidade pessoal, o autoconceito pessoal prediz o favoritismo endogrupal e quando está saliente a identidade social é o autoconceito social quem prediz o favoritismo endogrupal. Na nossa investigação não foram recolhidos dados acerca do endogrupo, pelo que não foi possível recolher qualquer índice de favoritismo endogrupal. No entanto, sendo possível estabelecer uma analogia entre o favoritismo endogrupal, por um lado, e a derrogação exogrupal, por outro, seria possível tentar explicar alguns dos resultados obtidos na nossa investigação, que tornou alternadamente salientes os níveis pessoal e social de autodefinição da identidade, na atitude manifestada em relação às pessoas homossexuais.

De facto, também as análises de regressão efetuadas parecem fornecer alguns indicadores acerca do potencial efeito dos níveis de autodefinição da identidade nas atitudes reportadas. Dos resultados dessas análises parece poder inferir-se, uma vez mais e de acordo com o anteriormente exposto acerca do potencial impacto, tanto do nível pessoal de autodefinição da identidade, como do nível social de autodefinição (cf. Simon, 1997; Verkuyten & Hagendoorn, 2002; Ybarra & Trafimov, 1998) que, quer uma maior valorização do nível pessoal de autodefinição, quer uma valorização mais acentuada do nível social de autodefinição contribuíram para posicionamentos mais desfavoráveis em relação a pessoas homossexuais. Se as pertenças categoriais estão salientes, o indivíduo procura incrementar a sua identidade social, diferenciando-se positivamente dos membros do exogrupo. Se é o nível pessoal de autodefinição da identidade que está saliente, então essa

diferenciação positiva é feita entre o indivíduo e os outros, como forma de reforçar o seu autoconceito pessoal.

Dos resultados dos nossos estudos parece surgir evidência que confirma o papel fulcral desempenhado pelos processos de categorização e de comparação social na emissão dos julgamentos, tal como preconizado pela abordagem da identidade social e pelas investigações mais recentes acerca do papel dos níveis de autodefinição da identidade (e.g. Simon, 1997; Verkuyten & Hagendoorn, 2002; Ybarra & Trafimov, 1998). Por um lado, processos de *comparação intergrupai*, espoletados em contextos onde existe saliência intergrupai, conduzem os indivíduos a categorizarem-se em termos das suas pertenças grupais e a fazerem comparações intergrupais favoráveis ao endogrupo. Nomeadamente, através da derrogação de membros do exogrupo ou de viéses endogrupais. Por outro lado, processos de *comparação interpessoais*, espoletados em contextos de elevada saliência do *self* pessoal, conduzem os indivíduos a fazerem comparações interpessoais e a categorizarem-se enquanto indivíduos, por oposição “aos outros”. Estes conduzirão à diferenciação interpessoal positiva para o indivíduo e para o seu autoconceito pessoal, como o demonstram o *self-serving bias* do Estudo 1, ou vários resultados encontrados ao longo do conjunto dos estudos, nos quais a valorização do nível pessoal de autodefinição da identidade conduziu à expressão de atitudes menos favoráveis face a diferentes objetos-alvo.

4.4. Adoção e Homoparentalidade

Se no bloco dos dois primeiros estudos analisamos a atitude em relação às pessoas homossexuais, no segundo bloco de estudos (Estudos 4 e 5), elaborámos o cenário conceptual e analisámos a atitude em relação a formas de parentalidade alternativas. Primeiramente, no Estudo 4, em relação à parentalidade adotiva e finalmente, no Estudo 5, em relação à homoparentalidade.

A análise da atitude em relação à parentalidade adotiva pareceu-nos pertinente, não em si mesma, uma vez que o objetivo central deste conjunto de investigações não se centrou na análise das atitudes em relação à adoção *per se*, mas porque a homoparentalidade implica a adoção, em casais homossexuais. Pareceu-nos, por isso, relevante, analisarmos primeiramente a atitude em relação à parentalidade adotiva, para num segundo momento, analisarmos o potencial impacto da orientação sexual na atitude.

A operacionalização dos Estudos 4 e 5 foi feita de tal forma que existia apenas uma variação entre eles, nomeadamente o segundo critério de categorização dos alvos (no Estudo

4 o critério selecionado foi a nacionalidade e no Estudo 5 foi a orientação sexual). Desta forma procurámos assegurar uma continuidade empírica e maior grau de sustentação nas conclusões que se retirassem.¹⁰⁷

4.4.1. Atitudes face à adoção *per se*.

Dos dados recolhidos no Estudo 4 pudemos constatar que, relativamente à adoção *per se* existiu globalmente uma tendência em favorecer uma criança-alvo que exhibe um comportamento desviante, “mas” é filha adotiva. E entre aqueles participantes que valorizaram pouco o nível social da sua identidade, verificou-se uma tendência em favorecerem o alvo normativo biológico, face ao seu congénere adotivo.¹⁰⁸

Quando tomados em conjunto, estes dois resultados consubstanciam um padrão de julgamento próximo do designado efeito ovelha negra, tal como preconizado pelo modelo da dinâmica de grupos subjetiva (e.g. Marques et al., 1998), e no qual entram em jogo dois processos normativos distintos. Por um lado, processos normativos descritivos, em que os indivíduos diferenciam entre categorias, favorecendo o membro normativo do endogrupo (viés endogrupal) e, por outro lado, processos normativos prescritivos, face a comportamentos desviantes, potencialmente ameaçadores da identidade social dos indivíduos, em que o membro desviante endogrupal é mais derogado, quando comparado com o membro desviante do exogrupo.

Estas diferenças nos julgamentos constituem manifestações de diferenciação intergrupala, dado que os comportamentos avaliados foram objetivamente os mesmos. Em nosso entender, revelam, em linha com os pressupostos da abordagem da identidade social (Tajfel, 1978; Tajfel & Turner, 1986; Turner, 1975), a ação de mecanismos identitários. Estão ainda em consonância com investigações anteriores que revelaram a existência de discriminação dos adotados (e. g. Grotevant et al., 2007).

4.4.2. Atitudes face à adoção em relação com a homoparentalidade.

¹⁰⁷ Tanto a nacionalidade, como a orientação sexual se revelaram como relevantes critérios de categorização, como foi estabelecido em investigações anteriores (cf. Gato et al., 2010; King & Black, 1999; McLeod et al., 1997; Seródio, 2006).

¹⁰⁸ Contrariamente ao previsto, mas de acordo com investigação já apresentada (e.g. Simon, 1997; Verkuyten & Hagendoorn, 2002; Ybarra & Trafimov, 1998), verificámos uma ausência de impacto da valorização do nível social de autodefinição da identidade, nas avaliações reportadas. Outro resultado não esperado foi a fraca valorização do nível social de autodefinição da identidade (mas não necessariamente a forte valorização do nível pessoal de autodefinição da identidade) conduzir, também, à existência de um viés endogrupal.

No Estudo 5 encontramos, tal como previmos e em linha com o quadro da abordagem da identidade social, e mais especificamente, com modelo da dinâmica de grupos subjetiva, uma interação significativa entre a orientação sexual, o tipo de filiação e o tipo de comportamento na avaliação do alvo desviante, mas não relativamente ao alvo normativo. Concretamente, os participantes reportaram impressões mais favoráveis relativamente a crianças que eram filhas biológicas de pais homossexuais e exibiam comportamentos desviantes, do que relativamente a crianças com os mesmos comportamentos, mas que eram filhas biológicas de pais heterossexuais. O tipo de filiação não espoletou a manifestação de diferenças nos julgamentos efetuados, mas a orientação sexual conduziu os participantes a uma derrogação mais forte dos alvos desviantes endogrúpis (assumindo a heterossexualidade da maioria dos participantes).

Este resultado foi complementado ao verificar-se que os participantes que valorizaram fortemente a sua identidade social (e, portanto, as suas pertenças grupais) atribuíram uma menor frequência ao comportamento normativo quando exibido por uma criança filha biológica de pais homossexuais, mas uma maior frequência ao comportamento desviante desse mesmo alvo, do que os participantes que valorizaram fortemente a sua identidade pessoal.

Estes resultados demonstraram, no seu conjunto, o efeito da *orientação sexual* nos padrões de julgamento efetuados, que estiveram em consonância com os pressupostos da abordagem da identidade social e com investigação anterior (e.g. King & Black, 1999). Contudo, não revelaram o efeito do tipo de filiação.

Relativamente ao *tipo de filiação*, de forma consistente com os resultados obtidos no Estudo 4, onde a filiação conduziu a diferenças nos julgamentos efetuados (viés endogrupal em relação ao normativo e derrogação do desviante), no Estudo 5 os participantes que valorizaram fortemente o nível pessoal da sua identidade efetuaram julgamentos diferenciados em função do tipo de filiação, atribuindo uma maior frequência ao comportamento desviante quando este era apresentado como sendo exibido por filhos biológicos de pais heterossexuais, do que quando este era apresentado como sendo exibido por filhos adotivos de pais heterossexuais.

Também os efeitos encontrados com o *tipo de filiação* nos julgamentos estão em linha com os pressupostos da abordagem da identidade social, acerca dos fenómenos intergrupais (Tajfel, 1978; Tajfel & Turner, 1986; Turner, 1975).

4.4.3. Pertencas categoriais do respondente e sua relação com as atitudes face à adoção e homoparentalidade.

Finalmente, os resultados das análises que efetuámos com as pertencas categoriais dos participantes revelaram que o *grupo sexual de pertença* apenas impactou nos julgamentos dos alvos em função do seu tipo de filiação.

As mulheres foram mais benevolentes relativamente aos alvos desviantes com filiação biológica e os homens foram mais benevolentes em relação aos alvos normativos com filiação biológica, o que de qualquer modo, consubstancia vieses endogrupais, baseados na filiação, tal como seria de esperar segundo os pressupostos teóricos anteriormente enunciados.

Relativamente ao *grupo etário de pertença*, constatámos a existência de impacto, tanto em função da orientação sexual, como em função do tipo de filiação. Relativamente a esta última, encontrámos diferenças na avaliação do comportamento normativo, sendo que os participantes mais velhos tenderam a favorecer os alvos com filiação biológica, relativamente aos alvos com filiação adotiva e os participantes mais jovens tenderam a favorecer mais o alvo adotivo, do que os adultos. Quando o comportamento era desviante, os participantes mais jovens revelaram um viés endogrupal, julgando de forma mais benevolente o alvo filho biológico de pais homossexuais, do que o alvo filho adotivo de pais homossexuais.

Por outro lado, e relativamente à *orientação sexual*, pudemos constatar que os participantes mais velhos esperaram mais comportamentos problemáticos, do que comportamentos não problemáticos nas crianças filhas de pais homossexuais. Por seu turno, os participantes mais jovens voltaram a ser mais benevolentes em relação aos comportamentos desviantes de crianças filhas de pais homossexuais, do que relativamente ao mesmo comportamento exibido por crianças filhas de pais heterossexuais e também avaliaram de forma menos desfavorável a criança com o comportamento desviante, quando esta era filha biológica de pais homossexuais, do que a criança com o mesmo tipo de comportamento, que era filha biológica de pais heterossexuais.

Isto é, os participantes mais jovens apresentaram um padrão coerente com o encontrado no Estudo 4 relativamente à filiação adotiva, em que favoreceram o alvo normativo e filho adotivo. Já no Estudo 5, desculpabilizaram o alvo desviante filho de pais homossexuais.

4.5. Elações Finais

Da articulação do conjunto de resultados apresentados e discutidos até agora, parecem ser possível avançar com algumas interpretações e conclusões.

Pareceu-nos emergir, ao longo dos estudos apresentados, um padrão relativamente consistente de diferenças de atitudes, entre indivíduos mais jovens e indivíduos mais velhos.

Retomamos aqui a esse propósito, tal como já tínhamos feito na discussão geral dos Estudos 1 e 2, a questão dos processos de socialização diferenciados assentes em normas sociais e grupais distintas para estes dois amplos grupos etários. Vistos no seu conjunto, os resultados obtidos com os participantes mais jovens (cujo processo de socialização ocorreu já, maioritariamente, num contexto social onde as normas de não discriminação e de igualdade estavam mais salientes), parecem fornecer indicadores que nos permitem pensar que poderemos estar perante uma verdadeira transformação da norma social relativa à discriminação de categorias sociais dominadas, minoritárias ou estigmatizadas. Estes (os mais jovens) manifestaram consistentemente atitudes mais favoráveis, quer em relação às pessoas homossexuais, quer em relação à adoção, quer ainda em relação à homoparentalidade, do que os indivíduos mais velhos.¹⁰⁹¹¹⁰

Por outro lado, os resultados dos Estudos 1 e 2, relativamente à atitude face às pessoas homossexuais, parecem revelar atitudes globalmente positivas. Contudo, tal como já referimos, existem alguns indícios que nos podem levar a pensar que estamos face a formas mais subtis de preconceito: por exemplo, o *self serving bias* do Estudo 1, ou a existência, no Estudo 2, de efeitos apenas nas medidas menos “quentes” de preconceito.

Também os resultados dos Estudos 4 e 5 parecem fornecer alguma evidência acerca da subsistência do preconceito. Nas análises globais destes estudos foram encontrados alguns padrões de julgamento consistentes com os pressupostos da abordagem da identidade social, nomeadamente a derrogação de membros desviantes do endogrupo, tal como preconizado pelo modelo da dinâmica de grupos subjetiva (e.g. Marques et al., 1998), que revelam atitudes preconceituosas, quer em relação à adoção, quer em relação à

¹⁰⁹ A exceção a este padrão verificou-se no Estudo 5, quando os participantes mais jovens derogaram mais fortemente o alvo desviante filho adotivo de pais homossexuais, do que o alvo desviante filho biológico de pais homossexuais. No entanto, em termos globais, o padrão encontrado com os participantes mais jovens, foi o de uma sistemática atitude mais favorável face aos alvos, membros de grupos minoritários

¹¹⁰ Cf. pp. 256 e 257, onde se aborda necessidade de interpretar com cautela estes resultados, como uma efetiva interiorização de uma norma de não discriminação e a concomitante necessidade de efetuar outros estudos, para se poderem ter mais certeza nessa interpretação, uma vez que estes resultados com os participantes mais jovens também se podem dever ao facto de certos critérios de categorização (e.g. a orientação sexual), já não serem critérios de categorização identitariamente tão relevantes para essa faixa etária.

homoparentalidade. Ambas são formas de parentalidade que contrariam uma ideologia tradicional género-sexualidade-família (assente num modelo familiar tradicional heterossexista e baseado em laços biológicos de parentesco), sobre as quais era expectável recaírem atitudes menos favoráveis, quer segundo os pressupostos da abordagem da identidade social, quer segundo investigações anteriores relativamente à adoção (e.g. Balcom, 2006, cit in Rocha, 2009; Ceccarelli, 2007; Schettini et al., 2006; Wegar, 2000) e relativamente à homoparentalidade (e.g. Biblarz & Stacey, 2010; Crawford et al., 1999; Fraser et al., 1995; Gato, 2012; Gato et al., 2010; Gato et al., 2012; King & Black, 1999; McLeod & Crawford, 1998).

De facto, já McLeod e Crawford (1998) referiam parecer existir uma clara divisão de atitudes, em que, por um lado, a maioria das pessoas concordavam com a igualdade entre pessoas homossexuais e heterossexuais, mas por outro lado, não concordavam com essa igualdade no domínio familiar, demonstrando discrepâncias nas atitudes face aos indivíduos isolados e face às famílias homoparentais. Conjugando isto, com o que Stangor (2009) e Gaertner e Dovidio (2009) referiram acerca das formas de manifestação de preconceito (que se processa mais pela existência de vieses endogrupais, do que pela derrogação exogrupal explícita), com os pressupostos avançados pelas teorias acerca das formas modernas de preconceito, com as distintas operacionalizações que decidimos utilizar nos dois blocos de estudos e com o conjunto de resultados discutidos até agora, parece-nos ser possível avançar com uma interpretação mais global.¹¹¹

Julgamos que estão a ocorrer em simultâneo nas sociedades ocidentais (e em particular em Portugal), dois tipos de movimentos de mudança social. Por um lado, e tal como Simon (1997) refere e os resultados dos nossos estudos com a valorização mais forte do nível pessoal de autodefinição da identidade atestam, assiste-se a um crescente individualismo, que rouba protagonismo e se substitui às pertenças categoriais das sociedades coletivistas, na definição identitária dos indivíduos. Este movimento conduz, também ele, à manifestação de atitudes de diferenciação positiva entre o *self* e os outros, com a consequente manifestação de atitudes menos favoráveis relativamente aos outros. Este padrão foi evidenciado por diversos resultados ao longo dos quatro estudos empíricos

¹¹¹ Vale a pena lembrar que nos Estudos 1 e 2 optámos pela recolha de medidas de autorrelato (ainda que tenhamos introduzido pequenas manipulações experimentais, como a recolha de medidas de “atitudes próprias vs. atribuídas aos outros” no Estudo 1, ou a manipulação da focalização nos níveis de autodefinição da identidade pessoal vs. social, no Estudo 2). Já nos Estudos 4 e 5 optámos por uma clara manipulação experimental das pertenças categoriais dos “alvos” em julgamento.

apresentados, nos quais, por vezes, a mais forte valorização do nível pessoal de autodefinição conduziu à manifestação de atitudes menos favoráveis face aos diferentes alvos.

Por outro lado, e assente nos princípios universais de igualdade entre as pessoas, assiste-se a um “movimento”, assente na emergência de uma norma social de não discriminação, que entra em choque com valores e normas sociais anteriores e que coloca os indivíduos numa situação de transição normativa, mais ou menos acentuada. Face à emergência de uma norma social de não discriminação, e à existência de pressões sociais normativas para a igualdade (Lima & Vala, 2004), os indivíduos tentam adaptar-se a essas mudanças, socorrendo-se de diversos mecanismos.

Tal como Pettigrew e Meertens (1995) referem, na sociedade europeia ocidental, a norma contra a expressão flagrante de preconceito conduz a três tipos distintos de comportamento. Em alguns indivíduos mais igualitários (por exemplo, em algumas pessoas mais jovens) a mudança de norma conduz (aparentemente) à internalização da norma e à expressão de atitudes mais favoráveis, como sucedeu nos nossos estudos. Os indivíduos mais subtis, obedecem à norma, e expressam a sua atitude de forma não preconceituosa, reportando atitudes favoráveis. No entanto, quando o contexto lhes fornece a oportunidade de discriminarem de forma mais legitimada, ou em situações onde não tenham consciência de estarem a ser “avaliados” (como sucedeu com as manipulações experimentais dos nossos Estudos 4 e 5), expressam o preconceito de formas mais subtis (como se verificou em alguns resultados dos Estudos 1 e 2), ou até de formas mais flagrantes, como mostraram alguns dos resultados apresentados dos Estudos 4 e 5. Finalmente, as pessoas intolerantes ignoram a norma.¹¹²

Ou seja, face ao confronto de valores, próprio da sociedade em transição, as diferentes gerações e estratos sociais reagem ao modelo normativo emergente de forma diferenciada. Em alguns a “nova” norma social encontra-se já interiorizada e noutros o processo de internalização poderá estar ainda em curso, levando-os a, na procura de um estado de coerência interna, manifestarem atitudes preconceituosas subtis e socialmente legitimadas, tal como referem Monteith e Mark (2009). Segundo estes autores, as novas formas de preconceito, poderão ser estratégias de disfarce, ou estratégias de gestão da ambiguidade entre crenças opostas, dependendo da motivação que o indivíduo tenha para não discriminar. Estando envolvidos no preconceito processos automatizados, que tornam

¹¹² Em nosso entender, o *self-serving bias* encontrado no Estudo 1, ou os efeitos encontrados no Estudo 2, com as medidas menos “quentes” de preconceito, são exemplos de expressões mais subtis do preconceito.

difícil a sua inibição, nos indivíduos motivados para aderir aos ideais igualitários, a existência concomitante de crenças preconceituosas enraizadas e difíceis de inibir, pode conduzi-los à expressão de preconceito de formas mais indiretas. Tais relações parecem adequar-se aos resultados obtidos nos nossos estudos.

Também Terry et al. (2001) ao analisarem o potencial efeito moderador das crenças dos sujeitos acerca das relações estabelecidas entre o endogrupo e exogrupos relevantes, referem que contextos identitariamente ameaçantes conduzem a identidades sociais inseguras. Nestes casos aumenta a probabilidade de membros do grupo dominante expressarem atitudes discriminatórias face aos membros dos grupos minoritários que ameacem essa identidade. É possível que, no atual contexto social que propugna a não discriminação, para as gerações mais velhas que foram socializadas num modelo onde a norma era a da discriminação das pessoas não heterossexuais e cuja identidade se construiu nesse modelo de diferenciação negativa, os membros de grupos minoritários sejam mais ameaçantes à sua identidade social. Em consequência, manifestarão atitudes mais preconceituosas, como estratégia de incremento/manutenção da positividade da sua identidade e autoconceito.

Ainda a respeito das diferenças geracionais encontradas nos nossos estudos, Terry et al. (2001) e Reynolds e Turner (2001), defendem que as manifestações atitudinais se materializam no seio de um contexto que contenha normas grupais e sociais legitimadoras dessas atitudes. Pode ser que no grupo das pessoas mais velhas, não exista concordância entre a norma endogrupal (de discriminação) e a norma social mais ampla (de não discriminação). Sendo esse o caso, esses indivíduos poderão adotar estratégias indiretas de manifestação de atitudes, que consigam dar resposta, quer à norma grupal, quer à norma social. A expressão de formas mais subtis de preconceito poderá ser a forma mais fácil de conciliar essas normas.

Concluimos estas relações finais, dizendo que gostaríamos que este trabalho possa ter dado um contributo, ainda que modesto, para a discussão e reflexão, em nosso entender necessárias, acerca das alterações que têm vindo a ocorrer na estrutura familiar e nas implicações dessas alterações nas relações e dinâmicas sociais.

A homoparentalidade constitui-se como um “caso particular”, pois é a única forma de parentalidade “pública” por definição, ao contrário das outras formas de parentalidade e de configurações familiares. Também as mais recentes evoluções legais no domínio da

parentalidade, como a possibilidade de recorrer à maternidade de substituição, ou o alargamento da reprodução medicamente assistida a todas as mulheres, são opções que podem permanecer no domínio privado para as pessoas heterossexuais (singulares ou em casal), ou para as pessoas homossexuais singulares, mas não para casais do mesmo sexo. Tal implica uma “obrigatoriedade” em lidar com essa configuração familiar, por parte da sociedade no seu todo: as crianças, os pais e mães, os “outros” e a comunidade em geral.

Porventura, o maior desafio será o confronto “real” com estes novos modelos, nas escolas, na vizinhança, na comunidade, em que teremos de gerir o nosso *self* na interação com as crianças que vivem nestas novas configurações familiares.

Não querendo ser demasiadamente otimistas, pois muito há ainda a fazer para uma efetiva igualdade para as pessoas com orientação sexual não heterossexual, e muitas são ainda as situações onde essas pessoas são alvo de atitudes discriminatórias, atrevemo-nos a concluir com uma nota em tom mais positivo. Decorrendo das conclusões que retiramos do nosso trabalho, talvez seja possível ter esperança num futuro mais igualitário e de maior respeito pela diversidade, à medida que as novas gerações sejam socializadas numa sociedade onde a norma vigente é a de não discriminação e de igualdade - os resultados com os nossos participantes mais jovens assim o auguram.

4.6. Limitações, Contributos e Pistas para o Futuro

Terminámos esta conclusão, apresentando algumas limitações, alguns contributos e avançando com algumas pistas para investigação futura.

4.6.1. As limitações.¹¹³

Entre as limitações, consideramos relevante desde logo assinalar as questões ligadas a aspetos das operacionalizações utilizadas. Nomeadamente ao nível das medidas de preconceito utilizadas nos Estudos 1 e 2 e, também, ao nível da operacionalização utilizada na manipulação experimental das pertenças categoriais dos alvos dos Estudos 4 e 5. Ainda ao nível do tipo de desenho experimental utilizado nos últimos dois estudos e, finalmente, na ausência de alguns controlos, eventualmente importantes, que não foram incluídos e que implicam, pela sua ausência, a assunção de determinados a priori.

¹¹³ Para apresentação das limitações mais gerais das investigações realizadas, consultar secções “Algumas Limitações e Considerações” das discussões gerais dos Estudos 1 e 2 (p. 169) e 4 e 5 (p. 240).

Quanto às *medidas de preconceito* utilizadas, Tougas et al. (2004) referem que as formas mais abertas de preconceito são, na atualidade, utilizadas apenas por uma minoria de pessoas. Katz e Hass (1988) referem que nas medidas tradicionais de preconceito aberto ou flagrante, os dados recolhidos parecem indicar um claro decréscimo no preconceito contra grupos minoritários (muito embora permaneçam as desigualdades sociais; cf. Lima & Vala, 2004). Também Morrison et al. (2005), referem que as formas modernas de preconceito predizem de forma mais significativa formas indiretas de discriminação, como sejam o distanciamento social, do que as formas tradicionais e flagrantes de preconceito.

No entanto, Nosek et al. (2007) referem que, embora exista uma grande variedade de medidas, explícitas e implícitas, de atitudes, as formas implícitas não são necessariamente melhores do que as explícitas e que as medidas explícitas terão os melhores resultados a longo prazo, uma vez que estas medidas são aquelas que são mais sensíveis aos efeitos das normas sociais. Acrescentam ainda que, em muitos casos, ambos os tipos de medidas conduzem a resultados similares. Adicionalmente, verificaram nas análises que conduziram que, do conjunto de 17 tópicos em análise, o tópico relativo à orientação sexual foi o que apresentou o mais alto valor de correlação entre a medida implícita (IAT - Implicit Association Test) e a medida explícita (medida de autorrelato).

Assim, tentámos utilizar medidas de avaliação do preconceito distintas, umas mais diretas, outras mais indiretas, numa tentativa de, não só captar cambiantes, mas também de comparação entre umas e outras. Complementámos o uso destas diferentes medidas, com a utilização de diferentes aparatos experimentais de recolha de dados. Nos primeiros dois estudos, optámos por um modelo de recolha de dados baseado em medidas de autorrelato, cuja adequabilidade é quase sempre debatível (embora tenhamos tentado, ainda assim, contornar as limitações próprias adstritas a esse tipo de medida, com certos controlos experimentais). Nos últimos dois estudos, utilizámos um modelo de recolha de dados, baseado num aparato experimental, desenhado numa tentativa de dirimir o mais possível a desejabilidade social.

No entanto, e apesar dos cuidados que tivemos, devido a estas diferenças de metodologia utilizada, não podemos estar seguros se as diferenças que encontrámos nos resultados entre estes dois blocos de estudos (em que relativamente às atitudes face às pessoas homossexuais, analisadas nos Estudos 1 e 2, estas foram maioritariamente favoráveis, mas em que as manipulações experimentais dos Estudos 4 e 5, revelaram as diferenças teoricamente expectáveis de diferenciação intergrupar) se devem, tal como

referido por McLeod e Crawford (1998), à existência de uma divisão de atitudes, demonstrando discrepâncias nas atitudes face aos indivíduos isolados e face às famílias homoparentais. Ou então, se as atitudes globais reportadas nos dois blocos de estudos foram afetadas/induzidas pelas distintas operacionalizações utilizadas, as primeiras mais passíveis de estarem imbuídas de desajabilidade social, do que as segundas.

Quanto à operacionalização utilizada na *manipulação experimental das pertencas categoriais* dos alvos dos Estudos 4 e 5, colocámos em ambos os estudos, por questões de exigência teórica e empírica, os participantes perante alvos duplamente categorizados. Tal opção poderá ter tido implicações nos resultados obtidos. Como assinalámos em discussão anterior, Dasgupta (2009), refere que a presença de dois ou mais critérios de categorização em simultâneo, leva os indivíduos a categorizar de acordo com o critério que estiver mais saliente no contexto de julgamento e as avaliações do mesmo alvo podem ser muito diferentes conforme se use um ou outro critério de categorização. Também Ellemers e Van Knippenberg (1997) propõe que, consoante a saliência das categorizações sociais, o mesmo grupo pode ser percebido de forma diferente, uma vez que as pessoas procuram dar sentido ao seu ambiente social, selecionando as categorias e conteúdos estereotípicos que são mais informativos em cada contexto ou situação particular. Esta seleção é guiada por critérios de categorização que permitam ao indivíduo organizar o conjunto de estímulos em presença no contexto de uma forma que seja consistente com as suas expectativas e teorias explicativas da realidade, ou seja, os processos de categorização e de estereotipia são contextualmente dependentes e a mesma informação (ou *set* informacional) não é necessariamente processada de forma idêntica por indivíduos diferentes, nem pelo mesmo indivíduo em diferentes contextos.

Também Devine e Sharp (2009), referindo uma investigação de Macrae, Bodenhausen e Milne (1995) sobre o processo de inibição lateral (estratégia indireta de regulação dos estereótipos), onde o alvo era passível de ser estereotipado em mais do que uma dimensão estereotípica, concluíram ser possível a existência de um efeito de anulamento mútuo.

No entanto, baseando-nos em pressupostos do modelo da dinâmica de grupos subjetiva (segundo os quais os indivíduos são capazes de efetuarem categorizações simultâneas, em níveis diferentes) e segundo os resultados das análises efetuadas às questões de controlo (nas quais a clara maioria dos participantes foram capazes de assinalar corretamente as categorias sociais de pertença manipuladas dos alvos), parece-nos que os

riscos associados a esses potenciais efeitos da dupla categorização foram, a existir, de baixo impacto.¹¹⁴

Ao nível do tipo de *desenho experimental* utilizado nos Estudos 4 e 5, optámos por um desenho experimental intersujeitos. A este respeito, Spears e Haslam (1997) referem que em cenários (experimentais) onde se contrastam grupos (intrasujeitos), é mais provável que ocorram categorizações em termos de categorias, do que em cenários onde não existe este contraste (intersujeitos). Também Ellemers e Van Knippenberg (1997) dizem que contextos comparativos intergrupais (entre dois ou mais grupos) tendem a eliciar, mais do que contextos comparativos intragrupo (dentro de um grupo), uma percepção em termos categoriais (e menos individualizada). Portanto, ao utilizarmos um desenho experimental intersujeitos, poderemos ter diminuído o tamanho dos efeitos. No entanto, uma vez que utilizámos nos nossos estudos o *prime* do estereótipo associado à categoria social do alvo (porque o alvo é descrito em termos categóricos), assumimos, a priori, que a menção a esse *prime* fosse capaz de, por si só, desencadear psicologicamente um contraste categorial.¹¹⁵

Finalmente, relativamente à ausência de algumas *medidas de controlo metodológico*, (e que implicaram a assunção de alguns a priori), apesar do que alguns autores referem a respeito da importância dos estereótipos na manifestação do preconceito (e.g. Haslam, 1997; Stangor, 2009; Stangor & Jost, 1997), nos nossos estudos, nem descrevemos os alvos em termos estereotípicos (apenas utilizámos o *prime*), nem recolhemos dados acerca das representações estereotípicas dos participantes, que poderiam eventualmente contribuir para julgamentos diferenciados, decorrentes da carga valorativa associada a esses estereótipos.

No entanto, e tal como Haslam (1997) refere, muito embora o conteúdo estereotípico atribuído a determinado grupo possa variar ao longo do tempo, existe ainda assim um considerável consenso acerca do conteúdo estereotípico atribuído a determinado grupo estereotipado, num dado contexto sócio-histórico-temporal, existindo um potencial de influência homogeneizadora no comportamento muito abrangente. Assim sendo, e assumindo, a priori, a existência desse consenso, e a capacidade do *prime* em eliciar o estereótipo, pareceu-nos relativamente diminuto o risco associado à ausência desses controlos.

¹¹⁴ Ainda que nos tenha parecido, como anteriormente referimos, que em ambos os estudos, um dos critérios de categorização tenha assumido uma certa primazia sobre o outro (cf. pp. 235 e 236).

¹¹⁵ Na secção seguinte (“Alguns contributos”, p. 271), apresentámos a vantagem da utilização de desejos experimentais intersujeitos.

4.6.2. Alguns contributos.

Apesar das (inevitáveis) limitações inerentes a qualquer trabalho de investigação, realçamos, ainda assim, alguns possíveis contributos do presente trabalho.

O primeiro prende-se com a “ambição-base” subjacente ao trabalho realizado. Dada a ainda reduzida investigação relativamente às atitudes face à homoparentalidade em Portugal, pretendemos com este trabalho dar um contributo no sentido de aumentar o conhecimento sobre essa temática e, dessa forma contribuir, ainda que modesta e indiretamente, para a redução e/ou prevenção deste tipo de preconceito. Também a utilização de desenhos quasi-experimentais (e essencialmente) intersujeitos (que não fornecem, à priori, aos indivíduos contextos com pistas comparativas, diminuindo a potencial influência dos processos de comparação; cf. Spears & Haslam, 1997), procurou contornar e/ou limitar possíveis efeitos de desejabilidade social, que quase sempre se apresentam neste tipo de investigações.

Finalmente, alguns contributos originais também merecem um certo destaque. Entre eles, a escolha dos alvos a avaliar. A maioria da investigação quasi-experimental anterior na temática das atitudes face à homoparentalidade, focou-se na avaliação da competência parental, ou nas expectativas desenvolvimentais em várias dimensões, ou ainda no grau de concordância com decisões judiciais relativas a atribuições de custódia/adoção. Parece-nos que medidas de avaliação focadas sobre os adultos (principalmente medidas de avaliação da competência parental face a comportamentos disruptivos exibidos pela criança) podem levar à existência de um *confound* entre a atitude face à categoria-alvo e a *função social* de responsabilização dos adultos, conferindo ao participante a possibilidade de camuflar posicionamentos preconceituosos, com atribuições de responsabilidades “a quem de direito”, que são socialmente mais desejáveis (i.e. ao avaliar de forma desfavorável a competência parental, face a um comportamento disruptivo exibido pela criança, o participante pode “justificar” essa avaliação desfavorável, atribuindo-lhe uma função social de “responsabilização dos adultos”).¹¹⁶

Assim, neste trabalho ao solicitarmos avaliações, quer do comportamento da criança, quer da criança em si mesma, ao mesmo tempo que poderemos ter levado os participantes a serem mais “benevolentes” nessas avaliações, porque estavam a avaliar uma criança (e a

¹¹⁶ Dado que nos nossos estudos os participantes avaliam comportamentos (normativos ou desviantes) praticados pelo alvo, que é uma criança, pareceu-nos particularmente importante, evitar a potencial existência desse *confound*.

norma social é a de “proteção das crianças” e de “responsabilização dos adultos”), tornamos também mais expectável que quaisquer diferenças de julgamento encontradas derivem mais de reais posicionamentos dos participantes face aos objetos-alvo, do que de efeitos de desajustabilidade social, ao mesmo tempo que tornámos mais clara a interpretação dos resultados.

Outro contributo foi a inclusão dos níveis de autodefinição da identidade no estudo das atitudes relativamente a categorias sociais minoritárias. A inclusão destas variáveis decorreu do quadro teórico subjacente à nossa investigação, e pretendeu analisar tanto os pressupostos “clássicos” da abordagem da identidade social, como os seus desenvolvimentos mais recentes.

Finalmente, julgamos merecer destaque o próprio *objetivo intrínseco* do presente trabalho. A maioria das investigações anteriores neste domínio focou-se mais na descrição das atitudes face à homoparentalidade (procurando dar resposta ao *como* e *quem*). Na nossa investigação, e a partir do referencial teórico que a sustenta, procuramos dar resposta ao *porquê*, estabelecendo relações de causalidade, isto é, procuramos dar resposta à questão “Porque é que existe preconceito em relação à homoparentalidade?”. Esperamos ter dado algum contributo neste sentido.

4.6.3. Pistas para futura investigação.

Terminámos esta conclusão, avançando com algumas pistas para investigação futura. Como em todas as investigações, também nós tivemos de fazer escolhas quando planeámos os nossos estudos, por causa das naturais limitações metodológicas, com que cada investigador é confrontado. Estas obrigaram a “deixar de fora” várias outras variáveis, potencialmente relevantes no domínio analisado.

Algumas dessas opções foram sendo apresentadas (e justificadas) ao longo do texto (e.g. os desenhos experimentais utilizados não terem contemplado outras variáveis, como por exemplo, nos Estudos 4 e 5, o estado civil, ou o grupo sexual de pertença do alvo, que tinham sido anteriormente utilizadas noutras investigações e que se revelaram como variáveis importantes), outras foram-nos surgindo à medida que o trabalho analítico se ia processando, como (quase) sempre acontece.

Entre estas últimas, parece-nos que seria interessante analisarem-se também as relações estabelecidas entre os estereótipos existentes (e quais os conteúdos estereotípicos) e as atitudes manifestadas, tal como referimos nas limitações. Ou ainda, e tendo em conta a

valorização da identidade pessoal encontrada nos nossos estudos, analisar de forma mais aprofundada, a forma como as atitudes se relacionam com a adesão a ideologias culturais diversificadas, como o individualismo emergente. Parece-nos também que poderia ser pertinente a utilização de operacionalizações de natureza (quasi)experimental no estudo das atitudes dirigidas à categoria social das pessoas homossexuais (à semelhança das que utilizámos nos Estudos 4 e 5), complementando-as com outras já existentes que utilizam medidas de autorrelato.

Seria também interessante, e tendo em conta os resultados encontrados nos nossos estudos, analisar de forma mais aprofundada se existem pressões normativas potencialmente contraditórias e simultâneas (e.g. não discriminação vs. autenticidade vs. desejabilidade social), que colocam os indivíduos em situações de julgamento ambíguas, e de que formas são resolvidas essas inconsistências. Adicionalmente, a análise das atitudes dirigidas às pessoas homossexuais e à homoparentalidade poderia beneficiar-se com o planeamento de investigações experimentalmente operacionalizadas a partir dos pressupostos teóricos e empíricos acerca das novas formas de preconceito.

Poderiam ainda complementar-se estas investigações, com outras realizadas junto das pessoas com orientação sexual não heterossexual, que permitissem contrastar os resultados obtidos, junto de uns e outros. A investigação no domínio das atitudes tem-se centrado essencialmente nas atitudes das pessoas heterossexuais, relativamente às pessoas com orientação sexual não heterossexual (e dentro destas, maioritariamente, relativamente às pessoas com orientação sexual homossexual). No entanto, pouco se sabe das atitudes das pessoas com orientação sexual não heterossexual, relativamente às pessoas com a orientação sexual dominante, sendo bastante comum assumir-se que, face à orientação sexual dominante, as atitudes sejam naturalmente favoráveis. Este tipo de investigação poderia contribuir para uma perceção mais abrangente das dinâmicas sociais e grupais, que decorrem da interação entre indivíduos com orientações sexuais diversificadas.

Outra possível área de investigação prende-se com a análise do potencial impacto da orientação sexual (dominante vs. não dominantes) e adesão a ideologias mais tradicionais ou mais liberais, no domínio do desenvolvimento humano. Este tipo de investigação (comparativa) é ainda incipiente, ainda que existam já muitas investigações que analisam o impacto de uma adesão a papéis de género mais ou menos rigidamente tradicionais (ainda muito ligada à orientação sexual heterossexual) no posterior desenvolvimento pessoal,

profissional e psicológico dos homens e das mulheres e que muitas vezes contribuem para a perpetuação de desigualdades sociais com base no género.

Deixamos também algumas pistas que podem ser, eventualmente, utilizadas no futuro para a elaboração de estratégias que tenham em vista uma mudança nas atitudes, conducentes a uma maior igualdade social. Na análise que Miller et al. (2000) fizeram a respeito da existência de inconsistência entre as atitudes (privadas) e os comportamentos (públicos) das pessoas, estes propuseram que mecanismos psicológicos de ignorância pluralística poderiam estar na base da perpetuação de inferências que contribuem para a manutenção do *status quo*, defendendo a implementação conciliada e congregada de ações que procurem alterar favoravelmente as atitudes enquanto, simultaneamente, se desconstroem as bases sobre as quais se alicerçam os fenómenos de ignorância pluralística.

Também Simon (1998), relativamente à relação entre estereótipos e atitudes, e apoiando-se nos pressupostos da “hipótese do contacto”, propõe que uma análise cuidada do estereótipo associado às pessoas homossexuais é fundamental para a construção de cenários de contacto que maximizem o efeito de redução de preconceito (e.g. seleção de um alvo com o qual deve ser estabelecido o contacto, que congregue uma mistura ótima entre prototipicidade e agradabilidade e que seja capaz de infirmar de forma positiva o estereótipo, mantendo ao mesmo tempo um grau de prototipicidade suficiente para ativar o estereótipo associado à categoria, ou ainda a utilização de membros do exogrupo em subgrupos, similares em alguns aspetos, mas em que alguns subgrupos confirmam o estereótipo, enquanto outros o infirmam).

Outro aspeto importante prende-se com os cuidados a ter na aplicabilidade das interpretações teóricas, derivadas das investigações realizadas, às situações reais. Ou como Oakes e Haslam (2001) e Platow e Hunter (2001) argumentaram, na sociedade real existem desigualdades objetivas na distribuição do poder e dos recursos, sendo uns grupos favorecidos e outros desfavorecidos. A solução passa pela ação política com a finalidade de criar sociedades caracterizadas pela estabilidade e justiça social, uma vez que, em última análise, é a desigualdade social, a exploração e o uso indevido e egoísta do poder de influência, usado por aqueles que se beneficiam com a negação da igualdade, que são, de facto, os verdadeiros responsáveis pelo preconceito e discriminação.

Referências Bibliográficas

- Aberson, C. L., Healy, M., & Romero, V. (2000). Ingroup bias and self-esteem: A meta-analysis. *Personality and Social Psychology Review*, 4(2), 157-173.
- Abrams, D., & Hogg, M. A. (1988). Comments on the motivational status of self-esteem in social identity and intergroup discrimination. *European Journal of Social Psychology*, 18(3), 317-334.
- Ahmad, S., & Bhugra, D. (2010). Homophobia: An updated review of the literature. *Sexual and Relationship Therapy*, 25 (4), 447–455 doi: 10.1080/14681994.2010.515206
- Ajzen, I. (1987). Attitudes, traits, and actions: Dispositional prediction of behavior in personality and social psychology. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology*, (Vol. 20, pp. 1-63). San Diego, CA: Academic Press.
- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50, 179-211. doi: 10.1016/0749-5978(91)90020-T
- Alarcão, M. (2006). *(Des)equilíbrios familiares: Uma visão sistémica*. Coimbra: Quarteto.
- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice: A comprehensive and penetrating study of the origin and nature of prejudice*. New York: Addison-Wesley Publishing Company, Inc.
- Allport, G. W. (1979). *The nature of prejudice* (25th anniversary edition). Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company, Inc.
- Bagley, C., & Tremblay, P. (1998). On the prevalence of homosexuality and bisexuality, in a random community survey of 750 men aged 18 to 27. *Journal of Homosexuality*, 36(2), 1-18. doi: 10.1300/J082v36n02_01
- Bettencourt, B. A., Brewer, M. B, Croak, M. R., & Miller, N. (1992). Cooperation and the reduction of intergroup bias: The role of reward structure and social orientation. *Journal of Experimental Social Psychology*, 28, 301-319. doi: 10.1016/0022-1031(92)90048-O
- Biblarz, T. J., & Stacey, J. (2010). How does the gender of parents matter? *Journal of Marriage and Family*, 72, 3-22. doi:10.1111/j.1741-3737.2009.00678.x
- Billig, M., & Tajfel, H. (1973). Social categorization and similarity in intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 3(1), 27-52. doi: 10.1002/ejsp.2420030103

- Bizumic, B., & Duckitt, J. (2012). What is and is not ethnocentrism? A conceptual analysis and political implications. *Political Psychology*, 33(6), 887-909. doi: 10.1111/j.1467-9221.2012.00907.x
- Bobo, L., & Hutchings, V. L. (1996). Perceptions of racial group competition: Extending Blumer's theory of group position to a multiracial social context. *American Sociological Review*, 61, 951-972. doi: 10.2307/2096302
- Bourhis, R. Y., Turner, J. C., & Gagnon, A. (1997). Interdependence, social identity and discrimination. In R. Spears, P. J. Oakes, N. Ellemers, & S. A. Haslam (Eds.), *The social psychology of stereotyping and group life* (pp. 273-295). Oxford: Blackwell.
- Brewaeys, A., Ponjaert, I., Van Hall, E. V., & Golombok, S. (1997). Donor insemination: child development and family functioning in lesbian mother families. *Human Reproduction*, 12(6), 1349-1359. doi: 10.1093/humrep/12.6.1349
- Brodzinsky, D. M., Schechter, M. D., & Henig, R. M. (1992). *Being adopted: The lifelong search for self*. New York: Doubleday.
- Brown, R. (1996). *Prejudice: Its social psychology*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Camilleri, P., & Ryan, M. (2006). Social work students' attitudes toward homosexuality and their knowledge and attitudes toward homosexual parenting as an alternative family unit: An Australian study. *Social Work Education* 25(3), 288-304. doi: 10.1080/02615470600565244
- Campo-Arias, A., & Herazo, E. (2008). Homofobia en estudiantes de medicina: Una revisión de los últimos diez años [Homophobia in medicine students: A review of the last 10 years]. *Revista MedUNAB*, 11, 120-123.
- Carneiro, N. S. (2006). *Ser, pertencer e participar: Construção da identidade homossexual, redes de apoio e participação comunitária* (Dissertação de doutoramento não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Carneiro, N. S. (2009). *Homossexualidades: Uma psicologia entre ser, pertencer e participar*. Porto: Livpsic.

- Catita, L. C. M. (2008). *Reacção a comportamentos desviantes na escola: Efeitos do contexto Escolar, da pertença grupal e da gravidade do comportamento – podem os “vilões” ser os heróis da escola?* (Tese de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Ceccarelli, P. R. (2007). Novas configurações familiares: Mitos e verdades. *Jornal de Psicanálise*, 40(72), 89-102.
- Costa, P. A., & Davies, M. (2012). Portuguese adolescents' attitudes toward sexual minorities: Transphobia, homophobia, and gender role beliefs. *Journal of Homosexuality*, 59, 1424–1442 doi: 10.1080/00918369.2012.724944
- Costa, C. G., Pereira, M., Oliveira, J. M., & Nogueira, C. (2010). Imagens sociais das pessoas LGBT. In C. Nogueira, & J. M. Oliveira (Org), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género* (pp. 93-147). Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Cowan, G., Heiple, B., Marquez, C., Khatchadourian, D., & McNevin, M. (2005). Heterosexuals' attitudes toward hate crimes and hate speech against gays and lesbians. *Journal of Homosexuality*, 49(2), 67-82. doi: 10.1300/J082v49n02_04
- Crawford, I., McLeod, A., Zamboni, B.D., & Jordan, M. B. (1999). Psychologists' attitudes toward gay and lesbian parenting. *Professional Psychology: Research and Practice*, 30(4), 394-401. doi:10.1037/0735-7028.30.4.394
- Dasgupta, N. (2009). Mechanisms underlying the malleability of implicit prejudice and stereotypes: The role of automaticity and cognitive control. In T. D. Nelson (Ed.), *Handbook of prejudice, stereotyping and discrimination* (pp. 267-284). New York: Psychology Press.
- Devine, P. G. (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 5-18. doi: 10.1037/0022-3514.56.1.5
- Devine, P. G., & Sharp, L. B. (2009). Automaticity and control in stereotyping and prejudice. In T. D. Nelson (Ed.), *Handbook of prejudice, stereotyping and discrimination* (pp. 61-87). New York: Psychology Press.

- Duckitt, J., & Mphuntning, T. (1998). Group identification and intergroup attitudes: A longitudinal analysis in South Africa. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 80-85. doi: 10.1037/0022-3514.74.1.80
- Ellemers, N., & Van Knippenberg, A. (1997). Stereotyping in social context. In R. Spears, P. J. Oakes, N. Ellemers, & S. A. Haslam (Eds.), *The social psychology of stereotyping and group life* (pp. 208-235). Oxford: Blackwell.
- Eurobarómetro (2012). Discrimination in the European Union 2012, Results for Portugal. Consultado em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_393_fact_pt_en.pdf. Acedido em 7 de Dezembro de 2012.
- Festinger, L. (1954). A theory of social comparison processes. *Human Relations*, 7(2), 117-140. doi:10.1177/001872675400700202
- Finkel, S. E., Sigelman, L., & Humphries, S. (1999). Democratic values and political tolerance. In J. P. Robinson, P. R. Shaver, & L. S. Wrightsman, (Eds.), *Measures of political attitudes* (pp. 203-296). San Diego: Academic Press.
- Fishbein, M., & Ajzen, I. (1975). *Belief, attitude, intention, and behavior: An introduction to theory and research*. Reading, Mass: Addison-Wesley.
- Fitzgerald, B. (1999). Children of lesbian and gay parents. *Marriage & Family Review*, 29(1), 57-75. doi: 10.1300/J002v29n01_05
- Fraser, I. H., Fish, T. A., & Mackenzie, T. M. (1995). Reactions to child custody decisions involving homosexual and heterosexual parents. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 27(1), 52-63. doi: 10.1037/0008-400X.27.1.52
- Freijo, E. A., & Delgado, A. O. (2010). *Desarrollo psicológico en las nuevas estructuras familiares*. Madrid: Ediciones Pirámide.
- Gaertner, S. L., & Dovidio, J. F. (1986). The aversive form of racism. In J. F. Dovidio, & S. L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 61-89). New York: Academic Press.
- Gaertner, S. L., & Dovidio, J. F. (2009). A common ingroup identity: A categorization-based approach for reducing intergroup bias. In T. D. Nelson (Ed.), *Handbook of prejudice, stereotyping and discrimination* (pp. 489-505). New York: Psychology Press.

- Gato, J. (2012). *Homoparentalidades num contexto heteronormativo* (Dissertação de doutoramento não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Gato, J., & Fontaine, A. M. (2010). Parentalidade lésbica e gay: Mitos e evidências. In M. Magalhães, M. Tavares, S. Coelho, M. Góis, & E. Seixas (Orgs.), *Quem tem medo dos feminismos? Congresso Feminista 2008 – Actas I* (415-422). Funchal: Nova Delphi.
- Gato, J. & Fontaine, A. M. (2011a). Impacto da orientação sexual e de género na parentalidade: Uma revisão dos estudos empíricos com famílias homoparentais. *Revista Ex Aequo*, 23, 83-96.
- Gato, J. & Fontaine, A. M. (2011b). Factores associados ao preconceito homossexual numa amostra de estudantes universitários portugueses: A influência do sexo, do contacto interpessoal com lésbicas e gays, dos valores sociais e das atitudes de género. In S. Neves (Coord.), *Género e ciências sociais* (pp. 155-172). Castelo da Maia: Edições ISMAI.
- Gato, J. C., Fontaine, A. M., & Carneiro, N. S. (2010). Percepção de futuros profissionais de áreas psicossociais sobre o desenvolvimento psicológico de crianças educadas em famílias homoparentais. *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*, Universidade do Minho, Portugal, 4 a 6 de Fevereiro de 2010.
- Gato, J., Freitas, D., & Fontaine, A. M. (2012). Atitudes relativamente à homoparentalidade de futuros/as intervenientes da rede social. *Psicologia*, 26(1), 71-95.
- Golombok, S. (2000). *Parenting: What really counts?* London: Routledge.
- Golombok, S. & Tasker, F. (1996). Do parents influence the sexual orientation of their children? Findings from a longitudinal study of lesbian families. *Developmental Psychology*, 32(1), 3-11 doi: 10.1037/0012-1649.32.1.3
- Grotevant, H. D., Dunbar, N., Kohler, J. K., & Lash Esau, A. M. (2007). Adoptive identity: How contexts within and beyond the family shape developmental pathways. In R.A. Javier, A. L. Baden, F. A. Biafora, & A. Camachog-Gingerich (Eds), *Handbook of adoption: Implications for researchers, practitioners, and families* (pp. 77-89). Thousand Oaks: Sage Publications.

- Hamilton, D. L., Sherman, S. J., Crump, S.A., & Spencer-Rodgers, J. (2009). The role of entitativity in stereotyping. Processes and parameters. In T. D. Nelson (Ed.), *Handbook of prejudice, stereotyping and discrimination* (pp. 179-198). New York: Psychology Press.
- Harvey, O. J., White, B. J., Hood, W. R., & Sherif, C. W. (1961). *Intergroup conflict and cooperation: The Robbers Cave experiment*. Norman, OK: University of Oklahoma Press.
- Haslam, S. A. (1997). Stereotyping and social influence: Foundations of stereotype consensus. In R. Spears, P. J. Oakes, N. Ellemers, & S. A. Haslam (Eds.), *The social psychology of stereotyping and group life* (pp. 119-143). Oxford: Blackwell.
- Herek, G. M. (1991). Stigma, prejudice, and violence against lesbians and gay men. In J.C. Gonsiorek, & J. D. Weinrich (Eds.), *Homosexuality: Research implications for public policy* (pp. 60-80). Newbury Park: Sage Publications.
- Herek, G. M. (1994). Assessing heterosexuals' attitudes toward lesbians and gay men: A review of empirical research with the ATLG scale. In B. Greene, & G. M. Herek (Eds.), *Lesbian and gay psychology: Theory, research, and clinical applications* (Vol.1, pp. 206-228). London: SAGE Publications, Inc.
- Herek, G. M. (1998). *Stigma and sexual orientation: Understanding prejudice against lesbians, gay men and bisexuals*. London: SAGE Publications, Inc.
- Herek, G. M. (2000). The psychology of sexual prejudice. *Current Directions in Psychological Science*, 9(1), 19-22.
- Herek, G. M. (2007). Confronting sexual stigma and prejudice: Theory and practice. *Journal of Social Issues*, 63(4), 905-925. doi: 10.1111/j.1540-4560.2007.00544.x
- Herek, G. M., & Capitanio, J. P. (1995). Black heterosexuals' attitudes towards lesbian and gay men in the United States. *Journal of Sex Research*, 32 (2), 95-105.
- Herek, G. M., & Glunt, E. K. (1993). Interpersonal contact and heterosexuals' attitudes toward gay men: Results from a national survey. *Journal of Sex Research*, 30(3), 239-244.
- Hogg, M. A., & Abrams, D. (1992). *Social identifications: a social psychology of intergroup relations and group processes*. London: Routledge

- Hogg, M. A., & Terry, D. J. (2000). Social contextual influences on attitude-behavior correspondence, attitude change, and persuasion. In D. J. Terry, & M. A. Hogg (Eds.), *Attitudes, behavior and social context: The role of norms and group membership* (pp. 1- 9). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Katz, I., & Hass, R. G. (1988). Racial ambivalence and American value conflict: Correlational and priming studies of dual cognitive structures. *Journal of Personality and Social Psychology, 55*(6), 893-905. doi: 10.1037/0022-3514.55.6.893
- Kelly, C. (1988). Intergroup differentiation in a political context. *British Journal of Social Psychology, 27*(4), 319-332. doi: 10.1111/j.2044-8309.1988.tb00835.x
- King, B. R., & Black, K. N. (1999). College students' perceptual stigmatization of the children of lesbian mothers. *American Journal of Orthopsychiatry, 69*(2), 220-227. doi: 10.1037/h0080423
- Knight, K. (1999). Liberalism and conservatism. In J. P. Robinson, P. R. Shaver, & L. S. Wrightsman (Eds.), *Measures of political attitudes* (Vol.2, pp. 59-158). San Diego: Academic Press.
- Lacerda, M., Pereira, C., & Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 15*(1), 165-178. doi: 10.1590/S0102-79722002000100018
- Leon, I. G. (2002). Adoption losses: Naturally occurring or socially constructed? *Child Development, 73*(2), 652–663.
- Lima, M. E.O., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia, 9*(3), 401-411. doi: 10.1590/S1413-294X2004000300002
- Locke, V., & Johnston, L. (2001). Stereotyping and prejudice: A social cognitive approach. In M. Augoustinos, & K. J. Reynolds (Eds.), *Understanding prejudice, racism and social conflict* (pp. 107-125). London: Sage Publications.
- Long, K., & Spears, R. (1997). The self-esteem hypothesis revisited: Differentiation and disaffected. In R. Spears, P. J. Oakes, N. Ellemers, & S. A. Haslam (Eds.), *The social psychology of stereotyping and group life* (pp. 296-317). Oxford: Blackwell.

- MacCallum, F., & Golombok, S. (2004). Children raised in fatherless families from infancy: A follow-up of children of lesbian and single heterosexual mothers at early adolescence. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, *45*(8), 1407–1419. doi: 10.1111/j.1469-7610.2004.00324
- Macrae, C. N., & Bodenhausen, G. V. (2000). Social cognition: Thinking categorically about others. *Annual Review of Psychology*, *51*, 93–120.
- Marques, J. M. (1990). The black sheep effect: Outgroup homogeneity in social comparison settings. In D. Abrams, & M. Hogg (Eds.), *Social identity theory: Construction and critical advances* (pp. 131-151). London: Harvester Wheatsheaf.
- Marques, J. M., Abrams, D., Páez, D., & Hogg, M. A. (2001). Social categorization, social identification, and rejection of deviant group members. In M. A. Hogg, & S. Tindale (Eds.), *Blackwell handbook of social psychology: Group processes* (Vol. 3, pp. 400-424). New Jersey: Wiley-Blackwell.
- Marques, J. M., Abrams, D., Páez, D., & Taboada, C. M. (1998). The role of categorization and ingroup norms in judgments of groups and their members. *Journal of Personality and Social Psychology*, *75*(4), 976-988. doi: 10.1037/0022-3514.75.4.976
- Marques, J. M., Paez, D., & Abrams, D. (1998). Social identity and intragroup differentiation as subjective social control. In S. Worchel, J. F. Morales, D. Paez, & J. C. Deschamps (Eds.), *Social identity: International perspectives* (pp. 124-141). London: Sage Publications.
- Marques, J. M., Páez, D., & Pinto, I. R. (2013). Estereótipos: Antecedentes e consequências das crenças sobre os grupos. In M. B. Monteiro, & J. Vala (Eds.), *Psicologia social* (9ª ed., pp. 435-492). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Marques, J. M., & Yzerbyt, V. Y. (1988). The black sheep effect: Judgmental extremity towards ingroup members and inter- and intra-group situations. *European Journal of Social Psychology*, *18*(3), 287-292.
- Marques, J. M., Yzerbyt, V. Y., & Leyens, J.-Ph. (1988). The 'Black Sheep Effect': Extremity of judgments towards ingroup members as a function of group identification. *European Journal of Social Psychology*, *18*(1), 1-16.

- Massey, S. G. (2007). Sexism, heterosexism, and attributions about undesirable behavior in children of gay, lesbian, and heterosexual parents. *Journal of GLBT Family Studies*, 3(4), 457-483. doi:10.1300/J461v03n04_05
- Mateus, G., & Relvas, A. P. (2007). Adopção e parentalidade. In A. P. Relvas, & M. Alarcão (Eds.), *Novas formas de família* (2ª Ed., pp. 121-187). Coimbra: Quarteto.
- Matias, D. (2007). Psicologia e orientação sexual: Realidades em transformação. *Análise Psicológica*, 25(1), 149-152.
- McLeod, A., & Crawford, I. (1998). The postmodern family: An examination of the psychosocial and legal perspectives of gay and lesbian parenting. In G. M. Herek (Ed.), *Stigma and sexual orientation: Understanding prejudice against lesbians, gay men and bisexuals* (pp. 211-222). London: SAGE Publications, Inc.
- McLeod, A., Crawford, I., & Zechmeister, J. (1997). Heterosexual undergraduates' attitudes toward gay fathers and their children. *Journal of Psychology & Human Sexuality*, 11(1), 43-62. doi:10.1300/J056v11n01_03
- Miall, C. E. (1987). The stigma of adoptive parent status: Perceptions of community attitudes toward adoption and the experience of informal social sanctioning. *Family Relations*, 36(1), 34-39.
- Miller, D. T., Monin, B., & Prentice, D. (2000). Pluralistic ignorance and inconsistency between private attitudes and public behaviors. In D. J. Terry, & M. A. Hogg (Eds.), *Attitudes, behavior and social context: The role of norms and group Membership* (pp. 95- 113). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Monteiro, A., Ribeiro, A., & Serôdio, R. G. (2009, Fevereiro). Contextual dependency of the Self: Contrasting the value of personal and social identities. Poster apresentado no *II Encontro de Jovens Cientistas da Universidade do Porto: Investigação Jovem na Universidade do Porto*. Porto.
- Monteith, M. J., & Mark, A. Y. (2009). The self-regulation of prejudice. In T. D. Nelson (Ed.), *Handbook of prejudice, stereotyping and discrimination* (pp. 507-523). New York: Psychology Press.

- Moreno, K. N., & Bodenhausen, G.V. (2001). Intergroup affect and social judgment: Feelings as inadmissible information. *Group Processes Intergroup Relations*, 4(1), 21-29. doi: 10.1177/1368430201041002
- Morin, S. F. (1977). Heterosexual bias in psychological research on lesbian and male homosexuality. *American Psychologist*, 32(8), 629-637. doi: 10.1037/0003-066X.32.8.629
- Morrison, T.G., Kenny, P., & Harrington, A. (2005). Modern prejudice toward gay men and lesbian women: Assessing the viability of a measure of modern homonegative attitudes within an Irish context. *Genetic, Social, and General Psychology Monographs*, 131(3), 219–250.
- Morrison, M. A., Morrison, T. G., & Franklin, R. (2009). Modern and old-fashioned homonegativity among samples of Canadian and American university students. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 40(4), 523-542. doi: 10.1177/0022022109335053
- Nogueira, C., & Oliveira, J. M. (2010). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Nosek, B. A., Smyth, F. L., Hansen, J. J., Devos, T., Lindner, N. M., Ranganath, K.A.,...Banaji, M. R. (2007). Pervasiveness and correlates of implicit attitudes and stereotypes. *European Review of Social Psychology*, 18, 335-390. doi: 10.1080/10463280701489053
- Oakes, P. J., & Haslam S. A. (2001). Distortion vs. meaning: Categorization on trial for inciting intergroup hatred. In M. Augoustinos, & K. J. Reynolds (Eds.), *Understanding prejudice racism and social conflict* (pp. 159-178). London: Sage Publications.
- Oakes, P. J., Haslam, S. A., & Turner, J. C. (1994). *Stereotyping and social reality*. Oxford, UK: Blackwell.
- Oakes, P. J., & Reynolds, K. J. (1997). Asking the accuracy question: Is measurement the answer? In R. Spears, P. J. Oakes, N. Ellemers, & S. A. Haslam (Eds.), *The social psychology of stereotyping and group life* (pp. 51-71). Oxford: Blackwell.

- Oskamp, S. (2000). *Reducing prejudice and discrimination*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Patterson, C. J. (1992). Children of lesbian and gay parents. *Child Development*, *63*, 1025-1042. doi: 10.1111/1467-8624.ep9301201145
- Patterson, C. J. (2006). Children of lesbian and gay parents. *Current Directions in Psychological Science*, *15*(5), 241-244. doi: 10.1111/j.1467-8721.2006.00444.x.
- Pereira, A., Monteiro, M. B., & Camino, L. (2009). Estudo da validação das escalas de crenças sobre a natureza da homossexualidade e de preconceito contra homossexuais. *Laboratório de Psicologia*, *7*(1), 21-32.
- Pereira, C. R., Torres, A. R. R., Pereira, A., & Falcão, L. C. (2011). Preconceito contra homossexuais e representações sociais da homossexualidade em seminaristas católicos e evangélicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *27*(1), 73-82. doi: 10.1590/S0102-37722011000100010
- Pettigrew, T. F., & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in western Europe. *European Journal of Social Psychology*, *25*(1), 57-75.
- Pinto, I. R., Marques, J. M., & Cameira, M. (2012). Focalização normativa, reacções ao desvio e identidade social: A perspectiva da dinâmica de grupos subjectiva sobre os mecanismos de controlo social nos grupos. In C. R. Pereira, & R. Costa-Lopes (Org.), *Normas, atitudes e comportamento social* (pp. 45-71). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Platow, M. J., & Hunter, J. A. (2001). Realistic intergroup conflict: Prejudice, power, and protest. In M. Augoustinos, & K. J. Reynolds (Eds.), *Understanding prejudice racism and social conflict* (pp. 195-212). London: Sage Publications.
- Reicher, S., Hopkins, N., & Condor, S. (1997). Stereotype construction as a strategy of influence. In R. Spears, P. J. Oakes, N. Ellemers, & S. A. Haslam (Eds.), *The social psychology of stereotyping and group life* (pp. 94-118). Oxford: Blackwell.
- Reynolds, K. J., & Turner, J. C. (2001). Prejudice as a group process: The role of social identity. In M. Augoustinos, & K. J. Reynolds (Eds.), *Understanding prejudice racism and social conflict* (pp. 159-178). London: Sage Publications.

- Rocha, M. B.A. S. M. (2009). *Ideias e crenças sobre a adoção: Estudo com candidatos e pais adotivos*. (Tese de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Rodrigues, N. V. F. (2011). *As representações sociais que orientam a tomada de decisão judicial no âmbito da adoção em Portugal – Estudo exploratório junto dos auditores públicos*. (Tese de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Salvaterra, F., & Veríssimo, M. (2008). A adoção: O direito e os afectos. Caracterização das famílias adotivas do distrito de Lisboa. *Análise Psicológica*, 26(3), 501-517.
- Savin-Williams, R. C. (2006). Who's gay? Does it matter? *Current Directions in Psychological Science*, 15(1), 40-44. doi: 10.1111/j.0963-7214.2006.00403.x
- Schettini, S. S. M., Amazonas, M. C. L. A., & Dias, C. M. S. B. (2006). Famílias adotivas: Identidade e Diferença. *Psicologia em Estudo*, 11(2), 285-293. doi: 10.1590/S1413-73722006000200007
- Seltzer, R. (1992). The social location of those holding antihomosexual attitudes. *Sex Roles*, 26(9/10), 391-398.
- Seródio, R. N. G. (2006). *Causes and consequences of reactions to deviance: A subjective group dynamics approach*. (Dissertação de doutoramento não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Sherif, M. (1966). *In common predicament. Social psychology of intergroup conflict and cooperation*. Boston: Houghton Mifflin Company.
- Sherif, M., Harvey, O. J., White, B. J., Hood, W. R., & Sherif, C. W. (1961). *Intergroup conflict and cooperation: The Robbers Cave experiment (Vol. 10, pp. 155–184)*. Norman, OK: University Book Exchange.
- Sherman, J. W., Kruschke, J. K., Sherman, S. J., Percy, E. J., Petrocelli, J. V., & Conrey, F. R. (2009). Attentional processes in stereotype formation: A common model for category accentuation and illusory correlation. *Journal of Personality & Social Psychology*, 96 (2), 305-323. doi: 10.1037/a0013778
- Simon, A. (1998). The relationship between stereotypes of and attitudes toward lesbians and gay. In G. M. Herek (Ed.), *Stigma and sexual orientation: Understanding prejudice*

- against lesbian, gay men, and bisexuals* (pp. 62-81). London: SAGE Publications, Inc.
- Simon, B. (1997). Self and group in modern Society: Ten theses on the individual self and the collective self. In R. Spears, P. J. Oakes, N. Ellemers, & S. A. Haslam (Eds.), *The social psychology of stereotyping and group life* (pp. 318-335). Oxford: Blackwell.
- Spears, R., & Haslam, S. A. (1997). Stereotyping and the burden of cognitive load. In R. Spears, P. J. Oakes, N. Ellemers, & S. A. Haslam (Eds.), *The social psychology of stereotyping and group life* (pp. 171-207). Oxford: Blackwell.
- Stacey, J. & Biblarz, T. J. (2001). (How) does the sexual orientation of parentes matter. *American Sociological Review*, 66(2), 159-183.
- Stangor, C. (2009). The study of stereotyping, prejudice, and discrimination within social Psychology: A quick history of theory and research. In T. D. Nelson (Ed.), *Handbook of prejudice, stereotyping and discrimination* (pp. 3-27). New York: Psychology Press.
- Stangor, C., & Jost, J. T. (1997). Commentary: Individual, group and system levels of analysis and their relevance for stereotyping and intergroup relations. In R. Spears, P. J. Oakes, N. Ellemers, & S. A. Haslam (Eds.), *The social psychology of stereotyping and group life* (pp. 336-358). Oxford: Blackwell.
- Stangor, C., & Lange, J. E. (1994). Mental representations of social groups: Advances in understanding stereotypes and stereotyping. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 26, pp. 357-416). New York: Academic Press.
- Stephan, W. G., & Stephan, C. W. (1993). Cognition and affect in stereotyping: Parallel interaction networks. In D. M. Mackie, & D. L. Hamilton (Eds.), *Affect, cognition, and stereotyping: interaction processes in group perception* (pp. 111-136). San Diego: Academic Press.
- Stephan, W. G., & Stephan, C. W. (1996). *Intergroup relations*. Colorado: Westview Press.
- Stephan, W. G., & Stephan, C. W. (2000). An integrated threat theory of prejudice. In S. Oskamp (Ed.), *Reducing prejudice and discrimination* (pp. 23-45). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

- Strutch, N., & Schwartz, S. H. (1989). Intergroup aggression: Its predictors and distinctiveness from ingroup bias. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56(3), 364-373. doi: 10.1037/0022-3514.56.3.364
- Szymanski, D. M. (2005). Heterosexism and sexism as correlates of psychological distress in lesbians. *Journal of Counseling and Development*, 83(3), 355-360.
- Tajfel, H. (1969). Cognitive aspects of prejudice. *Journal of Social Issues*, 25(4), 79-97.
- Tajfel, H. (1972). Social categorization. In S. Moscovici (Ed.), *Introducion a la psicologie sociale* (pp. 272-302). Paris: Larousse.
- Tajfel, H. (1978). *Differentiation between social groups: Studies in the social psychology of intergroup relations*. London: Academic Press.
- Tajfel, H. (1981). *Grupos humanos e categorias sociais: Estudos em psicologia social*. (Vol. 1). Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H., Flament, C., Billig, M., & Bundy, R. P. (1971). Social categorization and intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 1(2), 149-178.
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1986). The social identity theory of intergroup behavior. In S. Worchel, & W. G. Austin (Eds.), *Psychology of intergroup relations* (pp. 7-24) Chicago, Il.: Nelson-Hall Publishers.
- Tajfel, H., & Wilkes, A.L. (1963). Classification and quantitative judgment. *British Journal of Psychology*, 54, 101-114. doi: 10.1111/j.2044-8295.1963.tb00865.x
- Taylor, D. M., & Moghaddam, F. M. (1994). *Theories of intergroup relations: International social psychological perspectives*. London: Praeger.
- Terry, D. J., Hogg, M. A., & Blackwood, L. (2001). Prejudiced attitudes, group norms, and discriminatory behavior. In M. Augoustinos, & K. J. Reynolds (Eds.), *Understanding prejudice, racism and social conflict* (pp. 140-155). London: Sage Publications.
- Terry, D. J., Hogg, M. A., & White, K.M. (2000). Attitude-behavior relations: Social identity and group membership. In D. J. Terry, & M. A. Hogg (Eds.), *Attitudes, behavior and social context: The role of norms and group membership* (pp. 67- 93). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

- Tomeh, A. K. (1978). Sex-role orientation: An analysis of structural and attitudinal predictors. *Journal of Marriage & Family*, 40(2), 341-354.
- Tougas, F., Desruisseaux, J.C., Desrochers, A., St.Pierre, L., Perrino, A., & La Sablonnière, R. (2004). Two forms of racism and their related outcomes: The bad and the ugly. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 36(3), 177-189. doi: 10.1037/h0087228
- Trafimov, D. (2000). A theory of attitudes, subjective norms and private versus collective self-concepts. In D. J. Terry, & M. A. Hogg (Eds.), *Attitudes, behavior and social context: The role of norms and group membership* (pp. 47-65). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Turner, J. C. (1975). Social comparison and social identity: Some prospects for intergroup behavior. *European Journal of Social Psychology*, 5(1), 1-34. doi: 10.1002/ejsp.2420050102
- Turner J. C. (1984). Social identification and psychological group formation. In H. Tajfel (Ed.), *The social dimension: European developments in social psychology* (Vol. 2, pp. 518-538). Cambridge: Cambridge University Press e Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Turner, J. C., Hogg, M. A., Oakes, P. J., Reicher, S. D., & Wetherell, M. S. (1987). *Rediscovering the social group: A self-categorization theory*. London: Blackwell.
- Tuner, J. C., Oakes, P. J., Haslam, S. A., & McGarty, C. (1994). Self and collective: Cognition and social context. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 20, 454-463. doi: 10.1177/0146167294205002
- Turner, J. C., & Reynolds, K. J. (2004). The social identity perspective in intergroup relations: Theories, themes, and controversies. In M. Brewer, & M. Hewstone (Eds.), *Self and social identity* (pp. 259-277). Cornwall: Blackwell Publishing.
- Verkuyten, M., & Hagendoorn, L. (2002). In-group favoritism and self-esteem: The role of identity level and trait valence. *Group Processes and Intergroup Relations*, 5(4), 285-297. doi: 10.1177/1368430202005004002
- Wegar, K. (2000). Adoption, family ideology, and social stigma: Bias in community attitudes, adoption research, and practice. *Family Relations*, 49(4), 363-370.
- Weinberg, G. (1972). *Society and the healthy homosexual*. New York: St. Martin's Press.

- Wilder, D. A., & Shapiro, P. N. (1989). Role of competition induced anxiety in influencing the beneficial impact of positive behavior by an outgroup member. *Journal of Personality and Social Psychology*, *56*(1), 60-69. doi: 10.1037/0022-3514.56.1.60
- Yang, A. (1997). The polls-trends: Attitudes toward homosexuality. *Public Opinion Quarterly*, *61*(3), 477-507. doi: 10.1086/297810
- Ybarra, O., & Trafimov, D. (1998). How priming the private self or collective self affects the relative weights of attitudes and subjective norms. *Personality and Social Psychology Bulletin*, *24*(4), 362-370. doi: 10.1177/0146167298244003
- Zamostny, K. P., Wiley, M. O., O'Brian, K. M., Lee, R. M., & Baden, A. L. (2003). Breaking the silence: Advancing knowledge about adoption for counseling psychologists. *The Counseling Psychologist*, *31*(6), 647-650. doi: 10.1177/0011000003258082

Anexos

Anexo 1
Questionário Estudo 1

O presente questionário enquadra-se numa investigação mais ampla no âmbito do Programa Doutoral em Psicologia, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Apresentamos-lhe abaixo um conjunto de questões sobre as quais gostaríamos que nos desse a sua opinião. Não existem respostas certas nem erradas, a sua participação é anónima e os dados recolhidos são confidenciais. Deve colocar uma cruz (☒) no ponto da escala que melhor traduz a sua opinião.

Sexo: M F Idade: _____ Grau de escolaridade: _____

Apresentamos de seguida um primeiro conjunto de afirmações e pedimos-lhe que indique o seu grau de acordo com cada uma delas.

A escala de resposta que se segue tem 9 pontos e varia entre “Discordo totalmente” e “Concordo totalmente”. Ou seja, quanto mais concordar com a afirmação, mais à direita deve colocar a sua resposta; quanto mais discordar, mais à esquerda a deve colocar.

	Discordo totalmente			Nem concordo nem discordo			Concordo totalmente		
As pessoas que dependem apenas de si próprias progredem mais facilmente na vida.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os grupos sociais a que eu pertenço contribuem para definir a pessoa que eu sou.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aquilo que nos define como pessoas deve ser encontrado dentro de nós.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Habitualmente, aquilo que acontece com um grupo a que pertenço tem influência na minha vida.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O que partilhamos com as pessoas dos grupos a que pertencemos é a essência daquilo que somos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tenho fortes laços com os grupos sociais a que pertenço.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ao definirmo-nos como pessoas devemos procurar ser “únicos”.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Definimo-nos como pessoas pelos padrões dos grupos a que pertencemos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Quem não depende emocionalmente dos outros tem mais controlo sobre si mesmo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A “essência” de cada pessoa está dentro de si.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os grupos sociais de que faço parte têm reflexo naquilo que eu sou.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Definimo-nos como pessoas pelos grupos a que pertencemos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Encontramos nos grupos de que fazemos parte aquilo que nos define como pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Para ter uma opinião pessoal sobre as coisas que me importam, mais vale pensar por mim mesmo(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Definimo-nos como pessoas ao sermos “nós próprios”.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não dependo dos outros para definir quem sou.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

No conjunto de afirmações que seguem pedimos-lhe, de novo, que nos indique o seu grau de acordo.

	Discordo totalmente			Nem concordo nem discordo			Concordo totalmente		
Devemos ser mais tolerantes relativamente às pessoas que vivem de acordo com os seus valores, mesmo que esses valores sejam muito diferentes dos nossos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A mulher deve poder ter uma profissão mesmo que tenha de passar noites fora de casa, enquanto o homem fica a tomar conta dos filhos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Este país estaria melhor se se valorizassem mais os laços familiares tradicionais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Uma das coisas mais importantes que um pai pode fazer pela sua filha é prepará-la para ter uma profissão e uma família.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A função de “cabeça de casal” não deve ser apenas do marido.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Quando um(a) filho(a) fica doente, tanto o marido como a mulher devem estar disponíveis a ficar em casa para tomar conta da criança.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Deve ser permitida a suspensão de direitos democráticos no interesse do povo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Devem ser garantidos todos os direitos democráticos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Deve existir a possibilidade de silenciar aqueles que se opõem ao povo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As responsabilidades principais de um homem casado devem ser igualmente divididas entre o trabalho e a família.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um homem casado deve aceitar que a carreira da sua esposa pode interferir na sua carreira.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os novos estilos de vida estão a contribuir para a decadência da nossa sociedade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O mundo está em constante mudança e nós devemos fazer um esforço para tentarmos integrar as mudanças de valores no nosso próprio padrão de valores.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
No casamento, a responsabilidade do marido para com a esposa e filhos é mais do que económica.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Como questão de princípio, uma mulher e um homem que vivem juntos devem partilhar, de forma igual, o trabalho doméstico.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Discordo totalmente		Nem concordo nem discordo				Concordo totalmente	
Deve ser permitida a proibição da expressão de crenças e valores que se oponham ao povo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um homem casado deve estar na disposição de ter uma família menos numerosa, para que a esposa possa trabalhar se quiser.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Vão sempre existir pessoas que pensam e se comportam de forma diferente, e não existe nada de mal nisso.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Deve ser garantido o direito de expressão de crenças e valores pessoais, quaisquer que sejam.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Deve existir tolerância relativamente a todos, incluindo oponentes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A esposa ganhar um salário maior do que o marido não deve ser motivo de conflito no casal.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não deve ser permitido deter ninguém antes de ter sido julgado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Deve existir total liberdade de expressão.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Deve tratar-se com dureza aqueles que se opõem ao estado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O homem não deve esperar que a sua família se ajuste às exigências colocadas pela sua profissão.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Se necessário, deve ser permitido deter “inimigos” do estado, mesmo antes do julgamento.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A sociedade deveria ser mais tolerante com pessoas cuja aparência ou valores sejam muito diferentes dos da maioria.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mudanças nos estilos de vida, como o divórcio ou as uniões de facto, são sinal de decadência moral.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mulheres qualificadas devem ter a mesma oportunidade que homens qualificados de assumirem posições de autoridade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Deve ser permitido impedir manifestações de protesto dos “inimigos” do estado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Deve ser garantido que todos possam organizar manifestações de protesto.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Existe demasiada liberdade sexual e de estilos de vida nos dias de hoje.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Na atualidade as questões ligadas à diversidade estão na ordem do dia. A diversidade cultural, religiosa, étnica, racial, orientação sexual, etc., são uma componente importante das sociedades contemporâneas. Gostaríamos de lhe colocar algumas questões a este respeito.

De entre um vasto conjunto de grupos possíveis, nesta versão do questionário pedimos a sua opinião relativamente a um deles.

Para responder às questões que se seguem deve proceder de forma semelhante à que utilizou até aqui. Poderá verificar que a única diferença é a escala que deve usar, sendo que existe uma escala de resposta “Não/Sim” e outra que varia entre “Nunca” e “Muitas vezes”.

Na minha vizinhança (actual ou anteriores) há (havia) pessoas homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	
Tenho (tive) colegas de trabalho que são homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	(Não se aplica <input type="checkbox"/>)
Tenho (tive) colegas de escola que são homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	
Tenho (tive) amigos que são homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	
Tenho (tive) colegas de desporto/ <i>hobbies</i> que são homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	(Não se aplica <input type="checkbox"/>)
Conheço (conheci) pessoas que são homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	

	Nunca					Muitas vezes				
No meu dia-a-dia interajo com pessoas que são homossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

[Condição experimental “Eu”]

No seguinte conjunto de afirmações, pedimos-lhe, novamente, que indique o seu grau de acordo com cada uma. Mais uma vez, a escala tem 9 pontos, variando entre “Discordo totalmente” e “Concordo totalmente”.

	Discordo totalmente			Nem concordo nem discordo			Concordo totalmente		
Seria melhor para os homossexuais se, em relação à sexualidade, adotassem os valores dos heterossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A homossexualidade fragiliza a nossa cultura e costumes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os homossexuais contribuem para a diversidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os homossexuais devem sentir-se livres para interagir socialmente com as outras pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Devíamos tratar os homossexuais como iguais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os casais homossexuais devem sentir-se igualmente livres para manifestarem publicamente os seus afetos, assim como os casais heterossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A presença de pessoas com orientação sexual homossexual enriquece as dinâmicas das relações entre as pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O problema dos homossexuais irem para uma boa vizinhança é que eles vão-lhe dando, gradualmente, uma atmosfera tipicamente homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
De modo a manter uma boa vizinhança é melhor evitar que aí vivam homossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Finalmente, apresentamos-lhe um conjunto de afirmações que dizem respeito a situações hipotéticas. Pedimos-lhe que nos indique o grau de constrangimento que sentiria em cada uma dessas situações.

A escala que se segue tem 9 pontos e varia entre “Nada constrangido(a)” e “Muitíssimo constrangido(a)”.

Em que medida se sentiria constrangido(a) com cada uma das situações descritas nos itens:

	Nada constrangido(a)			Nem pouco nem muito constrangido(a)			Muitíssimo constrangido(a)		
Ter no seu trabalho uma pessoa homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Receber em sua casa um casal homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter amigos que sejam homossexuais assumidos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ver casais homossexuais a namorar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter um(a) filho(a) homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Saber que um familiar próximo é homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter um(a) professor(a) homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conversar com homossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Se um(a) filho(a) seu (sua) tivesse amizades com homossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Morar com homossexuais assumidos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Muito obrigado pela sua participação.

[Condição experimental “Outros”]

No seguinte conjunto de afirmações, pedimos-lhe que indique o grau de acordo que acha que a maioria das outras pessoas tem a respeito de cada afirmação, ou seja, deve colocar a cruz de acordo com aquilo que acha que é a opinião da maioria das **OUTRAS PESSOAS**.

Mais uma vez, a escala tem 9 pontos, variando entre “Discordam totalmente” e “Concordam totalmente”.

	Discordam totalmente			Nem concordam nem discordam			Concordam totalmente		
Seria melhor para os homossexuais se, em relação à sexualidade, adoptassem os valores dos heterossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A homossexualidade fragiliza a nossa cultura e costumes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os homossexuais contribuem para a diversidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os homossexuais devem sentir-se livres para interagir socialmente com as outras pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Devíamos tratar os homossexuais como iguais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os casais homossexuais devem sentir-se igualmente livres para manifestarem publicamente os seus afectos, assim como os casais heterossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A presença de pessoas com orientação sexual homossexual enriquece as dinâmicas das relações entre as pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O problema dos homossexuais irem para uma boa vizinhança é que eles vão-lhe dando, gradualmente, uma atmosfera tipicamente homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
De modo a manter uma boa vizinhança é melhor evitar que aí vivam homossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Finalmente, apresentamos-lhe um conjunto de afirmações que dizem respeito a situações hipotéticas. Pedimos-lhe que nos indique o grau de constrangimento que considera que a maioria das **OUTRAS PESSOAS** sentiria em cada uma dessas situações.

A escala que se segue tem 9 pontos e varia entre “Nada constrangidas” e “Muitíssimo constrangidas”.

Em que medida considera que as **OUTRAS PESSOAS** se sentiriam constrangidas com cada uma das situações descritas nos itens:

	Nada constrangidas			Nem pouco nem muito constrangidas			Muitíssimo constrangidas		
Ter no seu trabalho uma pessoa homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Receber em sua casa um casal homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter amigos que sejam homossexuais assumidos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ver casais homossexuais a namorar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter um(a) filho(a) homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Saber que um familiar próximo é homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter um(a) professor(a) homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conversar com homossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Se um(a) filho(a) seu (sua) tivesse amizades com homossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Morar com homossexuais assumidos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Muito obrigado pela sua participação.

[Condição experimental “Eu-Outros”]

No seguinte conjunto de afirmações, pedimos-lhe que indique o seu grau de acordo com cada uma delas. Pedimos-lhe também que indique o grau de acordo que acha a maioria das outras pessoas tem com as mesmas. A escala de resposta tem 9 pontos, variando, como antes, entre “Discordo totalmente” e “Concordo totalmente”. Deverá indicar o seu grau de acordo na linha que diz “**A MINHA**”. Deverá indicar a sua opinião acerca do grau de acordo da maioria das outras pessoas na linha que diz “**A DOS OUTROS**”.

		Discordo totalmente				Nem concordo nem discordo				Concordo totalmente
Seria melhor para os homossexuais se, em relação à sexualidade, adotassem os valores dos heterossexuais.	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A homossexualidade fragiliza a nossa cultura e costumes.	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os homossexuais contribuem para a diversidade.	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os homossexuais devem sentir-se livres para interagir socialmente com as outras pessoas.	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Devíamos tratar os homossexuais como iguais.	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os casais homossexuais devem sentir-se igualmente livres para manifestarem publicamente os seus afetos, assim como os casais heterossexuais.	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A presença de pessoas com orientação sexual homossexual enriquece as dinâmicas das relações entre as pessoas.	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O problema dos homossexuais irem para uma boa vizinhança é que eles vão-lhe dando, gradualmente, uma atmosfera tipicamente homossexual.	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
De modo a manter uma boa vizinhança é melhor evitar que aí vivam homossexuais.	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Finalmente, apresentamos-lhe um conjunto de afirmações que dizem respeito a situações hipotéticas. Pedimos-lhe que nos indique o grau de constrangimento que sentiria em cada uma destas situações e também o grau de constrangimento que considera que a maioria das outras pessoas sentiria em cada uma destas situações. Deverá indicar o seu grau de constrangimento na linha que diz “**A MINHA**”. Deverá indicar a sua opinião acerca do grau de constrangimento da maioria das outras pessoas na linha que diz “**A DOS OUTROS**”. A escala que se segue tem 9 pontos e varia entre “Nada constrangido(a)” e “Muitíssimo constrangido(a)”

Em que medida se sentiria (**ou** a maioria das outras pessoas se sentiriam) constrangido(a) (**ou** constrangidas) com cada uma das situações descritas nos itens:

		Nada constrangido(a)			Nem pouco nem muito constrangido(a)			Muitíssimo constrangido(a)		
Ter no seu grupo de trabalho da Faculdade uma pessoa homossexual.	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Receber em sua casa um casal homossexual.	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter amigos que sejam homossexuais assumidos.	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ver casais homossexuais a namorar.	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter um(a) filho(a) homossexual.	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Saber que um familiar próximo é homossexual.	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter um(a) professor(a) homossexual.	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conversar com homossexuais.	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Se um(a) filho(a) seu (sua) tivesse amizades com homossexuais.	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Morar com homossexuais assumidos.	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Muito obrigado pela sua participação.

[Condição experimental “Outros-Eu”]

No seguinte conjunto de afirmações, pedimos-lhe que indique o seu grau de acordo com cada uma delas. Pedimos-lhe também que indique o grau de acordo que acha a maioria das outras pessoas tem com as mesmas. A escala de resposta tem 9 pontos, variando, como antes, entre “Discordo totalmente” e “Concordo totalmente”. Deverá indicar o seu grau de acordo na linha que diz “**A MINHA**”. Deverá indicar a sua opinião acerca do grau de acordo da maioria das outras pessoas na linha que diz “**A DOS OUTROS**”.

		Discordo totalmente			Nem concordo nem discordo			Concordo totalmente		
Seria melhor para os homossexuais se, em relação à sexualidade, adotassem os valores dos heterossexuais.	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A homossexualidade fragiliza a nossa cultura e costumes.	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os homossexuais contribuem para a diversidade.	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os homossexuais devem sentir-se livres para interagir socialmente com as outras pessoas.	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Devíamos tratar os homossexuais como iguais.	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os casais homossexuais devem sentir-se igualmente livres para manifestarem publicamente os seus afetos, assim como os casais heterossexuais.	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A presença de pessoas com orientação sexual homossexual enriquece as dinâmicas das relações entre as pessoas.	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O problema dos homossexuais irem para uma boa vizinhança é que eles vão-lhe dando, gradualmente, uma atmosfera tipicamente homossexual.	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
De modo a manter uma boa vizinhança é melhor evitar que aí vivam homossexuais.	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Finalmente, apresentamos-lhe um conjunto de afirmações que dizem respeito a situações hipotéticas. Pedimos-lhe que nos indique o grau de constrangimento que sentiria em cada uma destas situações e também o grau de constrangimento que considera que a maioria das outras pessoas sentiria em cada uma destas situações. Deverá indicar o seu grau de constrangimento na linha que diz “**A MINHA**”. Deverá indicar a sua opinião acerca do grau de constrangimento da maioria das outras pessoas na linha que diz “**A DOS OUTROS**”. A escala que se segue tem 9 pontos e varia entre “Nada constrangido(a)” e “Muitíssimo constrangido(a)”

Em que medida se sentiria (**ou** a maioria das outras pessoas se sentiriam) constrangido(a) (**ou** constrangidas) com cada uma das situações descritas nos itens:

		Nada constrangido(a)			Nem pouco nem muito constrangido(a)			Muitíssimo constrangido(a)		
Ter no seu grupo de trabalho da Faculdade uma pessoa homossexual.	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Receber em sua casa um casal homossexual.	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter amigos que sejam homossexuais assumidos.	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ver casais homossexuais a namorar.	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter um(a) filho(a) homossexual.	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Saber que um familiar próximo é homossexual.	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter um(a) professor(a) homossexual.	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conversar com homossexuais.	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Se um(a) filho(a) seu (sua) tivesse amizades com homossexuais.	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Morar com homossexuais assumidos.	A DOS OUTROS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A MINHA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Muito obrigado pela sua participação.

Anexo 2
Questionário Estudo 2

O presente questionário enquadra-se numa investigação mais ampla no âmbito do Programa Doutoral em Psicologia, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Apresentamos-lhe abaixo um conjunto de questões sobre as quais gostaríamos que nos desse a sua opinião. Não existem respostas certas nem erradas, a sua participação é anónima e os dados recolhidos são confidenciais. Deve colocar uma cruz (☒) no ponto da escala que melhor traduz a sua opinião.

Sexo: M F Idade: _____ Anos de escolaridade: _____

No conjunto de afirmações que seguem pedimos-lhe, de novo, que nos indique o seu grau de acordo.

	Discordo totalmente									Concordo bastante		Concordo totalmente
Devemos ser mais tolerantes relativamente às pessoas que vivem de acordo com os seus valores, mesmo que esses valores sejam muito diferentes dos nossos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Quando um(a) filho(a) fica doente, tanto o marido como a mulher devem estar disponíveis a ficar em casa para tomar conta da criança.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A esposa ganhar um salário maior do que o marido não deve ser motivo de conflito no casal.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
No casamento, a responsabilidade do marido para com a esposa e filhos é mais do que económica.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mudanças nos estilos de vida, como o divórcio ou as uniões de facto, são sinal de decadência moral.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os novos estilos de vida estão a contribuir para a decadência da nossa sociedade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Uma das coisas mais importantes que um pai pode fazer pela sua filha é prepará-la para ter uma profissão e uma família.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A sociedade deveria ser mais tolerante com pessoas cuja aparência ou valores sejam muito diferentes dos da maioria.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um homem casado deve estar na disposição de ter uma família menos numerosa, para que a esposa possa trabalhar se quiser.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Existe demasiada liberdade sexual e de estilos de vida nos dias de hoje.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Discordo totalmente		Discordo bastante		Nem concordo, nem discordo		Concordo bastante		Concordo totalmente
Vão sempre existir pessoas que pensam e se comportam de forma diferente, e não existe nada de mal nisso.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O mundo está em constante mudança e nós devemos fazer um esforço para tentarmos integrar as mudanças de valores no nosso próprio padrão de valores.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A função de “cabeça de casal” não deve ser apenas do marido.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A mulher deve poder ter uma profissão mesmo que tenha de passar noites fora de casa, enquanto o homem fica a tomar conta dos filhos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um homem casado deve aceitar que a carreira da sua esposa pode interferir na sua carreira.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As responsabilidades principais de um homem casado devem ser igualmente divididas entre o trabalho e a família.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Este país estaria melhor se se valorizassem mais os laços familiares tradicionais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O homem não deve esperar que a sua família se ajuste às exigências colocadas pela sua profissão.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Como questão de princípio, uma mulher e um homem que vivem juntos devem partilhar, de forma igual, o trabalho doméstico.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mulheres qualificadas devem ter a mesma oportunidade que homens qualificados de assumirem posições de autoridade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

[Condição experimental “Familiaridade Antes; Focalização IP”]

Na atualidade as questões ligadas à diversidade estão na ordem do dia. A diversidade cultural, religiosa, étnica, racial, orientação sexual, etc., é uma componente importante das sociedades contemporâneas. Gostaríamos de lhe colocar algumas questões a este respeito.

Para responder às questões que se seguem deve proceder de forma semelhante à que utilizou até aqui.

Poderá verificar que a única diferença é a escala que deve usar, sendo que existe uma escala de resposta “Não/Sim” e outra que varia entre “Nunca” e “Muitas vezes”.

Na minha vizinhança (atual ou anteriores) há (havia) pessoas homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	
Tenho (tive) colegas de trabalho que são homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	(Não se aplica <input type="checkbox"/>)
Tenho (tive) colegas de escola que são homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	
Tenho (tive) amigos que são homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	
Tenho (tive) colegas de desporto/ <i>hobbies</i> que são homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	(Não se aplica <input type="checkbox"/>)
Conheço (conheci) pessoas que são homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	

	Nunca	Poucas vezes	Nem muitas, nem poucas vezes	Bastantes vezes	Muitas vezes
No meu dia-a-dia interajo com pessoas que são homossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Apresentamos-lhe abaixo um conjunto de questões às quais gostaríamos que respondesse.

1. Das características a seguir apresentadas, assinale com uma cruz (☒) aquelas que acha que tem.

Otimista	<input type="checkbox"/>	Simpático(a)	<input type="checkbox"/>	Determinado(a)	<input type="checkbox"/>
Ambicioso(a)	<input type="checkbox"/>	Criativo(a)	<input type="checkbox"/>	Orgulhoso(a)	<input type="checkbox"/>

2. Pense agora noutras características que acha que também o(a) descrevem. Indique-as nas linhas abaixo.

3. Das características que assinalou nas duas questões anteriores, escreva na linha abaixo as três que considera que são mais importantes para a sua definição enquanto pessoa.

4. Nas perguntas que se seguem pedimos-lhe que pense em apenas uma das características que assinalou na questão 3.

Por favor, comece por indicar, na linha que se segue, daquelas três, qual a característica pessoal que considera mais importante na sua definição enquanto pessoa:

Responda agora às seguintes questões acerca dessa característica.

4.1. Em que medida é importante para si ser _____?

Nada importante	Pouco importante	Nem muito, nem pouco importante	Bastante importante	Muito importante
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4.2. Gosta de ser uma pessoa _____?

Não gosto nada	Gosto pouco	Nem gosto, nem desgosto	Gosto bastante	Gosto muito
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4.3. Gosta de ser visto pelos outros como uma pessoa que tem esta característica?

Não gosto nada	Gosto pouco	Nem gosto, nem desgosto	Gosto bastante	Gosto muito
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4.4. Em que medida se identifica como sendo uma pessoa que tem esta característica?

Nada	Pouco	Nem muito, nem pouco	Bastante	Muito
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Na actualidade acontece com alguma frequência ser pedida a colaboração das pessoas em estudos/investigações, através da resposta a questionários. A disponibilidade das pessoas para colaborarem implica que utilizem algum do seu tempo para o poderem fazer.

Sendo esta colaboração uma preciosa ajuda para quem faz investigação, gostaríamos de saber como se sentiu até agora a responder a este questionário, para podermos melhorar no futuro o grau de satisfação sentido pelas pessoas que colaboram neste tipo de estudos.

Assim, pedimos-lhe que nos diga como se sentiu até agora ao responder a este questionário:

Nada satisfeito(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito satisfeito(a)
Muito ansioso(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Nada ansioso(a)
Nada contente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito contente
Nada bem disposto(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito bem disposto(a)
Muito aborrecido(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Nada aborrecido(a)
Muito constrangido(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Nada constrangido(a)
Muito preocupado(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Nada preocupado(a)
Senti-me nada útil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Senti-me muito útil

No seguinte conjunto de afirmações, pedimos-lhe, novamente, que indique o seu grau de acordo com cada uma. Mais uma vez, a escala tem 9 pontos, variando entre “Discordo totalmente” e “Concordo totalmente”.

	Discordo totalmente									Concordo totalmente
Seria melhor para os homossexuais se, em relação à sexualidade, adotassem os valores dos heterossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A homossexualidade fragiliza a nossa cultura e costumes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os homossexuais contribuem para a diversidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os homossexuais devem sentir-se livres para interagir socialmente com as outras pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Devíamos tratar os homossexuais como iguais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os casais homossexuais devem sentir-se igualmente livres para manifestarem publicamente os seus afetos, assim como os casais heterossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A presença de pessoas com orientação sexual homossexual enriquece as dinâmicas das relações entre as pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O problema dos homossexuais irem para uma boa vizinhança é que eles vão-lhe dando, gradualmente, uma atmosfera tipicamente homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
De modo a manter uma boa vizinhança é melhor evitar que aí vivam homossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Finalmente, apresentamos-lhe um conjunto de afirmações que dizem respeito a situações hipotéticas. Pedimos-lhe que nos indique o grau de constrangimento que sentiria em cada uma dessas situações. A escala que se segue tem 9 pontos e varia entre “Muitíssimo constrangido(a)” e “Nada constrangido(a)”.

Em que medida se sentiria constrangido(a) com cada uma das situações descritas nos itens:

	Muitíssimo constrangido(a)		Bastante constrangido(a)		Nem muito, nem nada constrangido(a)		Pouco constrangido(a)		Nada constrangido(a)
Ter no seu trabalho uma pessoa homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Receber em sua casa um casal homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter amigos que sejam homossexuais assumidos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ver casais homossexuais a namorar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter um(a) filho(a) homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Saber que um familiar próximo é homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter um(a) professor(a) homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conversar com homossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Se um(a) filho(a) seu (sua) tivesse amizades com homossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Morar com homossexuais assumidos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Muito obrigado pela sua participação.

[Condição experimental “Familiaridade Antes; Focalização IS”]

Na atualidade as questões ligadas à diversidade estão na ordem do dia. A diversidade cultural, religiosa, étnica, racial, orientação sexual, etc., é uma componente importante das sociedades contemporâneas. Gostaríamos de lhe colocar algumas questões a este respeito.

Para responder às questões que se seguem deve proceder de forma semelhante à que utilizou até aqui.

Poderá verificar que a única diferença é a escala que deve usar, sendo que existe uma escala de resposta “Não/Sim” e outra que varia entre “Nunca” e “Muitas vezes”.

Na minha vizinhança (atual ou anteriores) há (havia) pessoas homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	
Tenho (tive) colegas de trabalho que são homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	(Não se aplica <input type="checkbox"/>)
Tenho (tive) colegas de escola que são homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	
Tenho (tive) amigos que são homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	
Tenho (tive) colegas de desporto/ <i>hobbies</i> que são homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	(Não se aplica <input type="checkbox"/>)
Conheço (conheci) pessoas que são homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	

	Nunca	Poucas vezes	Nem muitas, nem poucas vezes	Bastantes vezes	Muitas vezes
No meu dia-a-dia interajo com pessoas que são homossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Apresentamos-lhe abaixo um conjunto de questões às quais gostaríamos que respondesse.

1. Dos grupos a seguir apresentados, assinale com uma cruz (☒) aqueles a que pertence.

Homem	<input type="checkbox"/>	Estudante	<input type="checkbox"/>	Adepto do clube _____	<input type="checkbox"/>
				(preencher o nome)	
Mulher	<input type="checkbox"/>	Pai/mãe	<input type="checkbox"/>	Português	<input type="checkbox"/>

2. Pense agora noutros grupos sociais a que você também pertence e indique-os abaixo (coletividades, associações, grupos académicos, grupos desportivos, etc.).

3. Dos grupos que assinalou nas duas questões anteriores, escreva na linha abaixo os três que considera que são mais importantes para a sua definição enquanto pessoa.

4. Nas perguntas que se seguem pedimos-lhe que pense em apenas um dos grupos sociais que assinalou na questão 3.

Por favor, comece por indicar, na linha que se segue, daqueles três, qual o grupo social que considera mais importante na sua definição enquanto pessoa:

Responda agora às seguintes questões acerca deste grupo.

4.1. Em que medida é importante para si ser uma pessoa do grupo _____?

Nada importante		Pouco importante		Nem muito, nem pouco importante		Bastante importante		Muito importante
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4.2. Gosta de ser uma pessoa do grupo _____?

Não gosto nada		Gosto pouco		Nem gosto, nem desgosto		Gosto bastante		Gosto muito
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4.3. Gosta de ser visto pelos outros como uma pessoa deste grupo?

Não gosto nada		Gosto pouco		Nem gosto, nem desgosto		Gosto bastante		Gosto muito
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4.4. Em que medida se identifica como sendo um membro deste grupo?

Nada		Pouco		Nem muito, nem pouco		Bastante		Muito
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Na atualidade acontece com alguma frequência ser pedida a colaboração das pessoas em estudos/investigações, através da resposta a questionários. A disponibilidade das pessoas para colaborarem implica que utilizem algum do seu tempo para o poderem fazer.

Sendo esta colaboração uma preciosa ajuda para quem faz investigação, gostaríamos de saber como se sentiu até agora a responder a este questionário, para podermos melhorar no futuro o grau de satisfação sentido pelas pessoas que colaboram neste tipo de estudos.

Assim, pedimos-lhe que nos diga como se sentiu até agora ao responder a este questionário:

Nada satisfeito(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito satisfeito(a)
Muito ansioso(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Nada ansioso(a)
Nada contente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito contente
Nada bem disposto(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito bem disposto(a)
Muito aborrecido(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Nada aborrecido(a)
Muito constrangido(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Nada constrangido(a)
Muito preocupado(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Nada preocupado(a)
Senti-me nada útil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Senti-me muito útil

No seguinte conjunto de afirmações, pedimos-lhe, novamente, que indique o seu grau de acordo com cada uma. Mais uma vez, a escala tem 9 pontos, variando entre “Discordo totalmente” e “Concordo totalmente”.

	Discordo totalmente									Concordo totalmente
Seria melhor para os homossexuais se, em relação à sexualidade, adotassem os valores dos heterossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A homossexualidade fragiliza a nossa cultura e costumes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os homossexuais contribuem para a diversidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os homossexuais devem sentir-se livres para interagir socialmente com as outras pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Devíamos tratar os homossexuais como iguais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os casais homossexuais devem sentir-se igualmente livres para manifestarem publicamente os seus afetos, assim como os casais heterossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A presença de pessoas com orientação sexual homossexual enriquece as dinâmicas das relações entre as pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O problema dos homossexuais irem para uma boa vizinhança é que eles vão-lhe dando, gradualmente, uma atmosfera tipicamente homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
De modo a manter uma boa vizinhança é melhor evitar que aí vivam homossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Finalmente, apresentamos-lhe um conjunto de afirmações que dizem respeito a situações hipotéticas. Pedimos-lhe que nos indique o grau de constrangimento que sentiria em cada uma dessas situações. A escala que se segue tem 9 pontos e varia entre “Muitíssimo constrangido(a)” e “Nada constrangido(a)”.

Em que medida se sentiria constrangido(a) com cada uma das situações descritas nos itens:

	Muitíssimo constrangido(a)		Bastante constrangido(a)		Nem muito, nem nada constrangido(a)		Pouco constrangido(a)		Nada constrangido(a)
Ter no seu trabalho uma pessoa homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Receber em sua casa um casal homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter amigos que sejam homossexuais assumidos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ver casais homossexuais a namorar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter um(a) filho(a) homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Saber que um familiar próximo é homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter um(a) professor(a) homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conversar com homossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Se um(a) filho(a) seu (sua) tivesse amizades com homossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Morar com homossexuais assumidos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Muito obrigado pela sua participação.

[Condição experimental “Familiaridade Depois; Focalização IP”]

Apresentamos-lhe abaixo um conjunto de questões às quais gostaríamos que respondesse.

1. Das características a seguir apresentadas, assinale com uma cruz (☒) aquelas que acha que tem.

Otimista	<input type="checkbox"/>	Simpático(a)	<input type="checkbox"/>	Determinado(a)	<input type="checkbox"/>
Ambicioso(a)	<input type="checkbox"/>	Criativo(a)	<input type="checkbox"/>	Orgulhoso(a)	<input type="checkbox"/>

2. Pense agora noutras características que acha que também o(a) descrevem. Indique-as nas linhas abaixo.

3. Das características que assinalou nas duas questões anteriores, escreva na linha abaixo as três que considera que são mais importantes para a sua definição enquanto pessoa.

4. Nas perguntas que se seguem pedimos-lhe que pense em apenas uma das características que assinalou na questão 3.

Por favor, comece por indicar, na linha que se segue, daquelas três, qual a característica pessoal que considera mais importante na sua definição enquanto pessoa:

Responda agora às seguintes questões acerca dessa característica.

4.1. Em que medida é importante para si ser _____?

Nada importante		Pouco importante		Nem muito, nem pouco importante		Bastante importante		Muito importante
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4.2. Gosta de ser uma pessoa _____?

Não gosto nada		Gosto pouco		Nem gosto, nem desgosto		Gosto bastante		Gosto muito
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4.3. Gosta de ser visto pelos outros como uma pessoa que tem esta característica?

Não gosto nada		Gosto pouco		Nem gosto, nem desgosto		Gosto bastante		Gosto muito
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4.4. Em que medida se identifica como sendo uma pessoa que tem esta característica?

Nada		Pouco		Nem muito, nem pouco		Bastante		Muito
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Na atualidade acontece com alguma frequência ser pedida a colaboração das pessoas em estudos/investigações, através da resposta a questionários. A disponibilidade das pessoas para colaborarem implica que utilizem algum do seu tempo para o poderem fazer.

Sendo esta colaboração uma preciosa ajuda para quem faz investigação, gostaríamos de saber como se sentiu até agora a responder a este questionário, para podermos melhorar no futuro o grau de satisfação sentido pelas pessoas que colaboram neste tipo de estudos.

Assim, pedimos-lhe que nos diga como se sentiu até agora ao responder a este questionário:

Nada satisfeito(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito satisfeito(a)
Muito ansioso(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Nada ansioso(a)
Nada contente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito contente
Nada bem disposto(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito bem disposto(a)
Muito aborrecido(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Nada aborrecido(a)
Muito constrangido(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Nada constrangido(a)
Muito preocupado(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Nada preocupado(a)
Senti-me nada útil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Senti-me muito útil

No seguinte conjunto de afirmações, pedimos-lhe, novamente, que indique o seu grau de acordo com cada uma. Mais uma vez, a escala tem 9 pontos, variando entre “Discordo totalmente” e “Concordo totalmente”.

	Discordo totalmente									Concordo totalmente
Seria melhor para os homossexuais se, em relação à sexualidade, adotassem os valores dos heterossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A homossexualidade fragiliza a nossa cultura e costumes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os homossexuais contribuem para a diversidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os homossexuais devem sentir-se livres para interagir socialmente com as outras pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Devíamos tratar os homossexuais como iguais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os casais homossexuais devem sentir-se igualmente livres para manifestarem publicamente os seus afetos, assim como os casais heterossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A presença de pessoas com orientação sexual homossexual enriquece as dinâmicas das relações entre as pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O problema dos homossexuais irem para uma boa vizinhança é que eles vão-lhe dando, gradualmente, uma atmosfera tipicamente homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
De modo a manter uma boa vizinhança é melhor evitar que aí vivam homossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Apresentamos-lhe agora um conjunto de afirmações que dizem respeito a situações hipotéticas. Pedimos-lhe que nos indique o grau de constrangimento que sentiria em cada uma dessas situações. A escala que se segue tem 9 pontos e varia entre “Muitíssimo constrangido(a)” e “Nada constrangido(a)”.

Em que medida se sentiria constrangido(a) com cada uma das situações descritas nos itens:

	Muitíssimo constrangido(a)		Bastante constrangido(a)		Nem muito, nem pouco constrangido(a)		Pouco constrangido(a)		Nada constrangido(a)
Ter no seu trabalho uma pessoa homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Receber em sua casa um casal homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter amigos que sejam homossexuais assumidos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ver casais homossexuais a namorar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter um(a) filho(a) homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Saber que um familiar próximo é homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter um(a) professor(a) homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conversar com homossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Se um(a) filho(a) seu (sua) tivesse amizades com homossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Morar com homossexuais assumidos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Na atualidade as questões ligadas à diversidade estão na ordem do dia. A diversidade cultural, religiosa, étnica, racial, orientação sexual, etc., é uma componente importante das sociedades contemporâneas. Gostaríamos de lhe colocar algumas questões a este respeito.

Para responder às questões que se seguem deve proceder de forma semelhante à que utilizou até aqui.

Poderá verificar que a única diferença é a escala que deve usar, sendo que existe uma escala de resposta “Não/Sim” e outra que varia entre “Nunca” e “Muitas vezes”.

Na minha vizinhança (atual ou anteriores) há (havia) pessoas homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	
Tenho (tive) colegas de trabalho que são homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	(Não se aplica <input type="checkbox"/>)
Tenho (tive) colegas de escola que são homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	
Tenho (tive) amigos que são homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	
Tenho (tive) colegas de desporto/ <i>hobbies</i> que são homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	(Não se aplica <input type="checkbox"/>)
Conheço (conheci) pessoas que são homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	

	Nunca		Poucas vezes		Nem muitas, nem		Bastantes vezes		Muitas vezes
No meu dia-a-dia interajo com pessoas que são homossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Muito obrigado pela sua participação.

[Condição experimental “Familiaridade Depois; Focalização IS”]

Apresentamos-lhe abaixo um conjunto de questões às quais gostaríamos que respondesse.

1. Dos grupos a seguir apresentados, assinale com uma cruz (☒) aqueles a que pertence.

Homem	<input type="checkbox"/>	Estudante	<input type="checkbox"/>	Adepto do clube _____	<input type="checkbox"/>
				(preencher o nome)	
Mulher	<input type="checkbox"/>	Pai/mãe	<input type="checkbox"/>	Português	<input type="checkbox"/>

2. Pense agora noutros grupos sociais a que você também pertence e indique-os abaixo (coletividades, associações, grupos académicos, grupos desportivos, etc.).

3. Dos grupos que assinalou nas duas questões anteriores, escreva na linha abaixo os três que considera que são mais importantes para a sua definição enquanto pessoa.

4. Nas perguntas que se seguem pedimos-lhe que pense em apenas um dos grupos sociais que assinalou na questão 3.

Por favor, comece por indicar, na linha que se segue, daqueles três, qual o grupo social que considera mais importante na sua definição enquanto pessoa:

Responda agora às seguintes questões acerca deste grupo.

4.1. Em que medida é importante para si ser uma pessoa do grupo _____?

Nada importante		Pouco importante		Nem muito, nem pouco importante		Bastante importante		Muito importante
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4.2. Gosta de ser uma pessoa do grupo _____?

Não gosto nada		Gosto pouco		Nem gosto, nem desgosto		Gosto bastante		Gosto muito
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4.3. Gosta de ser visto pelos outros como uma pessoa deste grupo?

Não gosto nada		Gosto pouco		Nem gosto, nem desgosto		Gosto bastante		Gosto muito
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4.4. Em que medida se identifica como sendo um membro deste grupo?

Nada		Pouco		Nem muito, nem pouco		Bastante		Muito
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Na atualidade acontece com alguma frequência ser pedida a colaboração das pessoas em estudos/investigações, através da resposta a questionários. A disponibilidade das pessoas para colaborarem implica que utilizem algum do seu tempo para o poderem fazer.

Sendo esta colaboração uma preciosa ajuda para quem faz investigação, gostaríamos de saber como se sentiu até agora a responder a este questionário, para podermos melhorar no futuro o grau de satisfação sentido pelas pessoas que colaboram neste tipo de estudos.

Assim, pedimos-lhe que nos diga como se sentiu até agora ao responder a este questionário:

Nada satisfeito(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito satisfeito(a)
Muito ansioso(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Nada ansioso(a)
Nada contente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito contente
Nada bem disposto(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Muito bem disposto(a)
Muito aborrecido(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Nada aborrecido(a)
Muito constrangido(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Nada constrangido(a)
Muito preocupado(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Nada preocupado(a)
Senti-me nada útil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Senti-me muito útil

No seguinte conjunto de afirmações, pedimos-lhe, novamente, que indique o seu grau de acordo com cada uma. Mais uma vez, a escala tem 9 pontos, variando entre “Discordo totalmente” e “Concordo totalmente”.

	Discordo totalmente		Discordo bastante		Nem concordo, nem discordo		Concordo bastante		Concordo totalmente
Seria melhor para os homossexuais se, em relação à sexualidade, adotassem os valores dos heterossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A homossexualidade fragiliza a nossa cultura e costumes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os homossexuais contribuem para a diversidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os homossexuais devem sentir-se livres para interagir socialmente com as outras pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Devíamos tratar os homossexuais como iguais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os casais homossexuais devem sentir-se igualmente livres para manifestarem publicamente os seus afetos, assim como os casais heterossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A presença de pessoas com orientação sexual homossexual enriquece as dinâmicas das relações entre as pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O problema dos homossexuais irem para uma boa vizinhança é que eles vão-lhe dando, gradualmente, uma atmosfera tipicamente homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
De modo a manter uma boa vizinhança é melhor evitar que aí vivam homossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Apresentamos-lhe agora um conjunto de afirmações que dizem respeito a situações hipotéticas. Pedimos-lhe que nos indique o grau de constrangimento que sentiria em cada uma dessas situações. A escala que se segue tem 9 pontos e varia entre “Muitíssimo constrangido(a)” e “Nada constrangido(a)”.

Em que medida se sentiria constrangido(a) com cada uma das situações descritas nos itens:

	Muitíssimo constrangido(a)		Bastante constrangido(a)		Nem muito, nem pouco constrangido(a)		Pouco constrangido(a)		Nada constrangido(a)
Ter no seu trabalho uma pessoa homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Receber em sua casa um casal homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter amigos que sejam homossexuais assumidos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ver casais homossexuais a namorar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter um(a) filho(a) homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Saber que um familiar próximo é homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter um(a) professor(a) homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conversar com homossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Se um(a) filho(a) seu (sua) tivesse amizades com homossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Morar com homossexuais assumidos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Na atualidade as questões ligadas à diversidade estão na ordem do dia. A diversidade cultural, religiosa, étnica, racial, orientação sexual, etc., é uma componente importante das sociedades contemporâneas. Gostaríamos de lhe colocar algumas questões a este respeito.

Para responder às questões que se seguem deve proceder de forma semelhante à que utilizou até aqui.

Poderá verificar que a única diferença é a escala que deve usar, sendo que existe uma escala de resposta “Não/Sim” e outra que varia entre “Nunca” e “Muitas vezes”.

Na minha vizinhança (atual ou anteriores) há (havia) pessoas homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	
Tenho (tive) colegas de trabalho que são homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	(Não se aplica <input type="checkbox"/>)
Tenho (tive) colegas de escola que são homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	
Tenho (tive) amigos que são homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	
Tenho (tive) colegas de desporto/ <i>hobbies</i> que são homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	(Não se aplica <input type="checkbox"/>)
Conheço (conheci) pessoas que são homossexuais.	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	

	Nunca		Poucas vezes		Nem muitas, nem		Bastantes vezes		Muitas vezes
No meu dia-a-dia interajo com pessoas que são homossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Muito obrigado pela sua participação.

Anexo 3
Questionário Estudo 3

O presente questionário enquadra-se numa investigação mais ampla no âmbito do Programa Doutoral em Psicologia, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. O objetivo é conhecer a opinião das pessoas acerca daquilo que consideram comportamentos adequados ou inadequados em ambiente escolar.

Apresentamos-lhe abaixo um conjunto de questões para vários comportamentos que podem ocorrer numa escola, sobre as quais gostaríamos que nos desse a sua opinião.

Não existem respostas certas nem erradas, o importante é que responda com sinceridade.

A sua participação é anónima e os dados recolhidos são confidenciais.

Em cada questão deve colocar uma cruz (☒) na opção que melhor traduz a sua opinião relativamente ao comportamento apresentado. Existem 9 opções de resposta, ordenadas gradualmente do lado esquerdo para o lado direito.

A sua participação é muito importante para esta investigação. Agradecemos, desde já, a sua participação.

Sexo: M F Idade: _____ Anos de escolaridade: _____

[Condição experimental “Desviante; Feminino”. Na versão masculina o nome “Joana” é substituído por “João”, com as devidas adaptações na flexão de gênero]

1. Na escola a Joana partiu a calculadora da sua colega de carteira.

1.1. Na sua opinião, este é um comportamento:

Nada frequente					Nem pouco, nem muito frequente					Muito frequente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1.2. Para si, este comportamento é:

Muito incorreto					Nem incorreto, nem correto					Muito correto
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1.3. Acha que este comportamento deve ser:

Muito castigado					Nem castigado, nem recompensado					Muito recompensado
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2. Na quinta-feira da semana passada, a Joana saltou o portão da escola e fugiu.

2.1. Na sua opinião, este é um comportamento:

Nada frequente					Nem pouco, nem muito frequente					Muito frequente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.2. Para si, este comportamento é:

Muito incorreto					Nem incorreto, nem correto					Muito correto
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.3. Acha que este comportamento deve ser:

Muito castigado					Nem castigado, nem recompensado					Muito recompensado
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3. Na aula de matemática o professor chamou a atenção da Joana, e ela respondeu-lhe com um palavrão.

3.1. Na sua opinião, este é um comportamento:

Nada frequente					Nem pouco, nem muito frequente					Muito frequente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3.2. Para si, este comportamento é:

Muito incorreto					Nem incorreto, nem correto					Muito correto
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3.3. Acha que este comportamento deve ser:

Muito castigado					Nem castigado, nem recompensado					Muito recompensado
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4. Às escondidas, a Joana levou uma faca para a escola.

4.1. Na sua opinião, este é um comportamento:

Nada frequente					Nem pouco, nem muito frequente					Muito frequente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4.2. Para si, este comportamento é:

Muito incorreto					Nem incorreto, nem correto					Muito correto
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4.3. Acha que este comportamento deve ser:

Muito castigado					Nem castigado, nem recompensado					Muito recompensado
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5. No decorrer de uma aula de Língua Portuguesa, a Joana esteve a trocar mensagens no seu telemóvel.

5.1. Na sua opinião, este é um comportamento:

Nada frequente					Nem pouco, nem muito frequente					Muito frequente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5.2. Para si, este comportamento é:

Muito incorreto					Nem incorreto, nem correto					Muito correto
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5.3. Acha que este comportamento deve ser:

Muito castigado					Nem castigado, nem recompensado					Muito recompensado
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

6. No dia de uma apresentação em Estudo do Meio, a Joana esqueceu-se de levar os materiais escolares.

6.1. Na sua opinião, este é um comportamento:

Nada frequente					Nem pouco, nem muito frequente					Muito frequente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

6.2. Para si, este comportamento é:

Muito incorreto					Nem incorreto, nem correto					Muito correto
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

6.3. Acha que este comportamento deve ser:

Muito castigado					Nem castigado, nem recompensado					Muito recompensado
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7. Há alguns dias atrás, no recreio a Joana pintou, sem autorização, o muro da escola.

7.1. Na sua opinião, este é um comportamento:

Nada frequente Nem pouco, nem muito frequente Muito frequente

| | | | | | | | |

7.2. Para si, este comportamento é:

Muito incorreto Nem incorreto, nem correto Muito correto

| | | | | | | | |

7.3. Acha que este comportamento deve ser:

Muito castigado Nem castigado, nem recompensado Muito recompensado

| | | | | | | | |

8. Na escola, a Joana e o seu grupo de amigas estão sempre metidas em problemas.

8.1. Na sua opinião, este é um comportamento:

Nada frequente Nem pouco, nem muito frequente Muito frequente

| | | | | | | | |

8.2. Para si, este comportamento é:

Muito incorreto Nem incorreto, nem correto Muito correto

| | | | | | | | |

8.3. Acha que este comportamento deve ser:

Muito castigado Nem castigado, nem recompensado Muito recompensado

| | | | | | | | |

9. A Joana levou acendalhas e fósforos para a escola e incendiou vários baldes do lixo.

9.1. Na sua opinião, este é um comportamento:

Nada frequente Nem pouco, nem muito frequente Muito frequente

| | | | | | | | |

9.2. Para si, este comportamento é:

Muito incorreto Nem incorreto, nem correto Muito correto

| | | | | | | | |

9.3. Acha que este comportamento deve ser:

Muito castigado Nem castigado, nem recompensado Muito recompensado

| | | | | | | | |

Muito obrigado pela sua participação.

[Condição experimental “Normativo; Feminino”; na versão masculina o nome “Joana” é substituído por “João”, com as devidas adaptações na flexão de gênero]

1. Algumas amigas da Joana levaram cigarros para a escola e ofereceram-lhe um, mas ela recusou.

1.4. Na sua opinião, este é um comportamento:

Nada frequente					Nem pouco, nem muito frequente					Muito frequente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1.5. Para si, este comportamento é:

Muito incorreto					Nem incorreto, nem correto					Muito correto
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1.6. Acha que este comportamento deve ser:

Muito castigado					Nem castigado, nem recompensado					Muito recompensado
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2. Três crianças estavam a brigar no recreio, e a Joana foi apartá-las.

2.1. Na sua opinião, este é um comportamento:

Nada frequente					Nem pouco, nem muito frequente					Muito frequente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.2. Para si, este comportamento é:

Muito incorreto					Nem incorreto, nem correto					Muito correto
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.3. Acha que este comportamento deve ser:

Muito castigado					Nem castigado, nem recompensado					Muito recompensado
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3. Ontem a Joana ajudou a Ana a compor o compasso que se tinha partido.

3.1. Na sua opinião, este é um comportamento:

Nada frequente					Nem pouco, nem muito frequente					Muito frequente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3.2. Para si, este comportamento é:

Muito incorreto					Nem incorreto, nem correto					Muito correto
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3.3. Acha que este comportamento deve ser:

Muito castigado					Nem castigado, nem recompensado					Muito recompensado
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4. Quando estava na fila para a cantina, a Joana deixou passar à frente uma outra criança que tinha um pé engessado.

4.1. Na sua opinião, este é um comportamento:

Nada frequente					Nem pouco, nem muito frequente					Muito frequente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4.2. Para si, este comportamento é:

Muito incorreto					Nem incorreto, nem correto					Muito correto
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4.3. Acha que este comportamento deve ser:

Muito castigado					Nem castigado, nem recompensado					Muito recompensado
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5. A Joana costuma levar sempre para a escola uma lapiseira a mais, para o caso de alguma outra criança precisar.

5.1. Na sua opinião, este é um comportamento:

Nada frequente					Nem pouco, nem muito frequente					Muito frequente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5.2. Para si, este comportamento é:

Muito incorreto					Nem incorreto, nem correto					Muito correto
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5.3. Acha que este comportamento deve ser:

Muito castigado					Nem castigado, nem recompensado					Muito recompensado
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

6. A Joana ajudou a apagar um fogo, que outras crianças atearam no pátio da escola.

6.1. Na sua opinião, este é um comportamento:

Nada frequente					Nem pouco, nem muito frequente					Muito frequente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

6.2. Para si, este comportamento é:

Muito incorreto					Nem incorreto, nem correto					Muito correto
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

6.3. Acha que este comportamento deve ser:

Muito castigado					Nem castigado, nem recompensado					Muito recompensado
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7. A Joana desliga sempre o telemóvel antes de entrar nas aulas.

7.1. Na sua opinião, este é um comportamento:

Nada frequente					Nem pouco, nem muito frequente					Muito frequente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7.2. Para si, este comportamento é:

Muito incorreto					Nem incorreto, nem correto					Muito correto
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7.3. Acha que este comportamento deve ser:

Muito castigado					Nem castigado, nem recompensado					Muito recompensado
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8. A Joana faz parte do grupo “Os ecológicos”, que se dedicam a fazer a reciclagem do lixo.

8.1. Na sua opinião, este é um comportamento:

Nada frequente					Nem pouco, nem muito frequente					Muito frequente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8.2. Para si, este comportamento é:

Muito incorreto					Nem incorreto, nem correto					Muito correto
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8.3. Acha que este comportamento deve ser:

Muito castigado					Nem castigado, nem recompensado					Muito recompensado
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9. A Joana ganhou um concurso de poesia e recebeu um prémio de 100 €, que decidiu doar a uma instituição que ajuda crianças necessitadas.

9.1. Na sua opinião, este é um comportamento:

Nada frequente					Nem pouco, nem muito frequente					Muito frequente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9.2. Para si, este comportamento é:

Muito incorreto					Nem incorreto, nem correto					Muito correto
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9.3. Acha que este comportamento deve ser:

Muito castigado					Nem castigado, nem recompensado					Muito recompensado
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Muito obrigado pela sua participação.

Anexo 4
Questionário Estudo 4

Modelo 3 – Protocolo de recolha de dados (Versão Definitiva)

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Universidade do Porto

PDIC



Março, 2013

O presente questionário enquadra-se numa investigação mais ampla no âmbito do Programa Doutoral em Psicologia, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e resulta de uma parceria entre as Universidades do Noroeste Peninsular (UNP), representadas pela Universidade do Porto (PORTUGAL) e a Universidade de Santiago de Compostela (ESPANHA) e a Associação Regional de Escolas do Norte Ibérico (ARENI), ao abrigo do Programa de Desenvolvimento Integral da Criança (PDIC).

Neste sentido, foi solicitada a colaboração das UNP, na prestação de serviços de orientação e consultoria à ARENI. Esta colaboração permitirá a recolha e tratamento de dados relativos a vários aspetos desenvolvimentais das crianças em contexto escolar, numa dinâmica de participação na comunidade e para a comunidade.

A opinião dos membros da comunidade geral é vital para a prossecução deste objetivo. Assim, solicitamos a sua participação através da resposta a este questionário, no qual pedimos a sua opinião acerca de um conjunto de questões.

Enfatizamos que não existem respostas certas nem erradas, o importante é que responda com sinceridade, sendo a sua participação anónima e os dados recolhidos confidenciais.

Em cada questão deve colocar uma cruz (☒) na opção de resposta que melhor traduz a sua opinião. Existem 9 opções de resposta, ordenadas gradualmente do lado esquerdo para o lado direito.

A sua participação é fundamental neste projeto. Desde já agradecemos a sua disponibilidade.

Sexo: M F Idade: _____ Anos de escolaridade: _____

Pedimos-lhe que indique o seu grau de acordo com cada uma das afirmações que se seguem. A escala de resposta tem 9 pontos e varia entre “Discordo totalmente” e “Concordo totalmente”. Ou seja, quanto mais concordar com a afirmação, mais à direita deve colocar a sua resposta; quanto mais discordar, mais à esquerda a deve colocar.

	Discordo totalmente			Nem discordo, nem concordo			Concordo totalmente		
As pessoas que dependem apenas de si próprias progridem mais facilmente na vida.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os grupos sociais a que eu pertença contribuem para definir a pessoa que eu sou.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aquilo que nos define como pessoas deve ser encontrado dentro de nós.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Habitualmente, aquilo que acontece com um grupo a que pertença tem influência na minha vida.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O que partilhamos com as pessoas dos grupos a que pertencemos é a essência daquilo que somos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tenho fortes laços com os grupos sociais a que pertença.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ao definirmo-nos como pessoas devemos procurar ser “únicos”.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Definimo-nos como pessoas pelos padrões dos grupos a que pertencemos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Depender apenas de mim é importante para ter mais controlo sobre o que me acontece.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A “essência” de cada pessoa está dentro de si.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os grupos sociais de que faço parte têm reflexo naquilo que eu sou.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Definimo-nos como pessoas pelos grupos a que pertencemos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Encontramos nos grupos de que fazemos parte aquilo que nos define como pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Para ter uma opinião pessoal sobre as coisas que me importam, mais vale pensar por mim mesmo(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Definimo-nos como pessoas ao sermos “nós próprios”.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Para definir quem somos temos de ser independentes dos outros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

[Condição experimental “Endogrupo; Adotivo; Desviante2”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças de nacionalidade **Portuguesa**. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 114/2012

Case: 114/2012

Nationality: Portugal

School: [Redacted]

[Redacted]

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança, foi apresentada uma situação em que foi vista a saltar o portão da escola e a fugir. [Redacted]

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Patrícia, a sua mãe adotiva, e Tomás o seu companheiro atual.

[Condição experimental “Endogrupo; Biológico; Desviante1”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças de nacionalidade **Portuguesa**. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 496/2012

Case: 496/2012

Nationality: Portugal

School: [Redacted]

[Redacted]

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança, foi apresentada uma situação em que foi vista a pintar o muro da escola sem autorização. [Redacted]

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Rita, mãe biológica da criança, e Manuel o seu companheiro atual.

[Condição experimental “Endogrupo; Biológico; Desviante2”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças de nacionalidade **Portuguesa**. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 602/2012

Case: 602/2012

Nationality: Portugal

School: [Redacted]

[Redacted]

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança, foi apresentada uma situação em que foi vista a saltar o portão da escola e a fugir. [Redacted]

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Marta, mãe biológica da criança, e André o seu companheiro atual.

[Condição experimental “Endogrupo; Biológico; Normativo1”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças de nacionalidade **Portuguesa**. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 635/2012

Case: 635/2012

Nationality: Portugal

School: [REDACTED]

[REDACTED]

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança, foi apresentada uma situação em que foi vista a recusar um cigarro oferecido por um colega, que insistia fortemente para que o experimentasse. [REDACTED]

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Luísa, mãe biológica da criança, e João o seu companheiro atual.

[Condição experimental “Endogrupo; Biológico; Normativo2”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças de nacionalidade **Portuguesa**. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 512/2012

Case: 512/2012

Nationality: Portugal

School: [Redacted]

[Redacted]

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança, foi apresentada uma situação em que foi vista a interromper uma briga de colegas. [Redacted]

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Paula, mãe biológica da criança, e Jorge o seu companheiro atual.

[Condição experimental “Exogrupo; Adotivo; Desviante1”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças de nacionalidade **Espanhola**. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 256/2012

Case: 256/2012

Nationality: Spain

School: ...

...

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança, foi apresentada uma situação em que foi vista a pintar o muro da escola sem autorização. ...

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Margarita, a sua mãe adotiva, e Andrés, seu companheiro atual.

[Condição experimental “Exogrupo; Adotivo; Desviante2”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças de nacionalidade **Espanhola**. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 164/2012

Case: 164/2012

Nationality: Spain

School: [Redacted]

[Redacted]

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança, foi apresentada uma situação em que foi vista a saltar o portão da escola e a fugir...

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Micaela, a sua mãe adotiva, e Cristóbal, seu companheiro atual.

[Condição experimental “Exogrupo; Adotivo; Normativo1”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças de nacionalidade **Espanhola**. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 473/2012

Case: 473/2012

Nationality: Spain

School: [fictício]

[fictício]

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança, foi apresentada uma situação em que foi vista a recusar um cigarro oferecido por um colega, que insistia fortemente para que o experimentasse.

[fictício]

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Rosalía, a sua mãe adotiva, e Alfonso, seu companheiro atual.

[Condição experimental “Exogrupo; Adotivo; Normativo2”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças de nacionalidade **Espanhola**. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 331/2012

Case: 331/2012

Nationality: Spain

School: [Redacted]

[Redacted]

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança, foi apresentada uma situação em que foi vista a interromper uma briga de colegas. [Redacted]

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Andrea, a sua mãe adotiva, e Gerardo, seu companheiro atual.

[Condição experimental “Exogrupo; Biológico; Desviante1”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças de nacionalidade **Espanhola**. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 401/2012

Case: 401/2012

Nationality: Spain

School: [redacted]

Foi realizada uma reunião com a família da criança para discutir o seu desenvolvimento social e a sua integração na escola. Foi apresentado o relatório de avaliação social e o plano de intervenção social. Foi discutido o desempenho académico, o desenvolvimento afetivo e social da criança e a sua integração na escola.

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança, foi apresentada uma situação em que foi vista a pintar o muro da escola sem autorização. Foi discutido o caso com a família e a escola e foi acordado um plano de intervenção social para a criança.

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Esperanza, mãe biológica da criança, e Esteban, seu companheiro atual.

[Condição experimental “Exogrupo; Biológico; Desviante2”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças de nacionalidade **Espanhola**. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 650/2012

Case: 650/2012

Nationality: Spain

School:

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança, foi apresentada uma situação em que foi vista a saltar o portão da escola e a fugir.

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Yolanda, mãe biológica da criança, e Juan, seu companheiro atual.

[Condição experimental “Exogrupo; Biológico; Normativo1”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças de nacionalidade **Espanhola**. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 647/2012

Case: 647/2012

Nationality: Spain

School: [redacted]

[redacted]

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança, foi apresentada uma situação em que foi vista a recusar um cigarro oferecido por um colega, que insistia fortemente para que o experimentasse.

[redacted]

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Carlota, mãe biológica da criança, e Pablo, seu companheiro atual.

[Condição experimental “Exogrupo; Biológico; Normativo2”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças de nacionalidade **Espanhola**. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 563/2012

Case: 563/2012

Nationality: Spain

School:

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança, foi apresentada uma situação em que foi vista a interromper uma briga de colegas.

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Graciela, mãe biológica da criança, e Ramón, seu companheiro atual.

Agora que leu o excerto apresentado, pedimos-lhe que se posicione face a um conjunto de aspetos relativamente ao comportamento descrito na situação apresentada.

	Nada aceitável			Mais ou menos aceitável				Totalmente aceitável	
Em que medida considera aceitável o comportamento desta criança?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Nada frequente			Nem pouco, nem muito frequente				Muito frequente	
Na sua opinião, este é um comportamento:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Muito incorreto			Nem incorreto, nem correto				Muito correto	
Para si, este comportamento é:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Muito castigado			Nem castigado, nem recompensado				Muito recompensado	
Acha que este comportamento deve ser:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

A seguir apresentamos-lhe um conjunto de características. Tendo em conta o que leu no excerto, pedimos-lhe que nos diga em que medida acha que cada uma delas poderá aplicar-se à criança do caso que lhe apresentamos.

	Não se aplica nada		Não se aplica muito nem pouco				Aplica-se muito	
Bem comportada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Inteligente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Altruísta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Bem ajustada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Responsável	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Honesta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sensível	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Bem-educada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Com bom carácter	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Boa amiga	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sensível	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dócil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sociável	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Respeitadora de regras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Competente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Com temperamento fácil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Muito negativa		Nem negativa, nem positiva				Muito positiva	
Em termos gerais, com que impressão ficou a respeito desta criança?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Anexo 5

Questões de verificação experimental do Estudo 4



Por questões de controlo e validação dos dados da investigação, finalizamos este questionário, com um conjunto de questões relativas ao próprio questionário.

Qual a sua avaliação dos seguintes aspetos do questionário?	Muito negativa			Nem negativa, nem positiva				Muito Positiva		
Clareza das instruções	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Clareza das questões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Facilidade de resposta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Extensão do questionário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Qual o seu grau de acordo com as seguintes afirmações sobre este estudo?	Discordo totalmente			Nem discordo, nem concordo				Concordo totalmente		
Este tipo de estudos é útil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Acho importante as pessoas participarem neste tipo de estudos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Relativamente ao excerto do caso que lhe calhou analisar, responda às seguintes questões.		Nada clara			Nem muito, nem pouco clara				Muito clara		
Como avalia a clareza da informação acerca da situação descrita?		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A criança do caso descrito é:		Portuguesa <input type="checkbox"/>			Espanhola <input type="checkbox"/>			Não especificado <input type="checkbox"/>			
		Um rapaz <input type="checkbox"/>			Uma rapariga <input type="checkbox"/>			Não especificado <input type="checkbox"/>			
		Filha biológica <input type="checkbox"/>			Filha adotada <input type="checkbox"/>			Não especificado <input type="checkbox"/>			
O comportamento da criança é:		Disruptivo <input type="checkbox"/>			Adequado <input type="checkbox"/>			Não me lembro <input type="checkbox"/>			
Os pais da criança estão:		Casados <input type="checkbox"/>			Separados <input type="checkbox"/>			Não me lembro <input type="checkbox"/>			
Do que se lembra, quem da família esteve presente na reunião na escola?		_____									

Obrigada pela sua participação.

Anexo 6
Questionário Estudo 5



O presente questionário enquadra-se numa investigação mais ampla no âmbito do Programa Doutoral em Psicologia, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, dando um contributo para a implementação do Programa de Desenvolvimento Integral da Criança (PDIC).

Neste sentido, foi solicitada a colaboração na recolha e tratamento de dados relativos a vários aspetos desenvolvimentais das crianças em contexto escolar.

A opinião dos membros da comunidade geral é vital para a prossecução deste objetivo. Assim, solicitamos a sua participação através da resposta a este questionário, no qual pedimos a sua opinião acerca de um conjunto de questões.

Enfatizamos que não existem respostas certas nem erradas, o importante é que responda com sinceridade, sendo a sua participação anónima e os dados recolhidos confidenciais.

Em cada questão deve colocar uma cruz (☒) na opção de resposta que melhor traduz a sua opinião. Existem 9 opções de resposta, ordenadas gradualmente do lado esquerdo para o lado direito.

A sua participação é fundamental neste projeto. Desde já agradecemos a sua disponibilidade.

Sexo: M F Idade: _____ Anos de escolaridade: _____

Pedimos-lhe que indique o seu grau de acordo com cada uma das afirmações que se seguem. A escala de resposta tem 9 pontos e varia entre “Discordo totalmente” e “Concordo totalmente”. Ou seja, quanto mais concordar com a afirmação, mais à direita deve colocar a sua resposta; quanto mais discordar, mais à esquerda a deve colocar.

	Discordo totalmente			Nem discordo, nem concordo			Concordo totalmente		
As pessoas que dependem apenas de si próprias progridem mais facilmente na vida.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os grupos sociais a que eu pertença contribuem para definir a pessoa que eu sou.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aquilo que nos define como pessoas deve ser encontrado dentro de nós.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Habitualmente, aquilo que acontece com um grupo a que pertença tem influência na minha vida.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O que partilhamos com as pessoas dos grupos a que pertencemos é a essência daquilo que somos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tenho fortes laços com os grupos sociais a que pertença.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ao definirmo-nos como pessoas devemos procurar ser “únicos”.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Definimo-nos como pessoas pelos padrões dos grupos a que pertencemos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Depender apenas de mim é importante para ter mais controlo sobre o que me acontece.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A “essência” de cada pessoa está dentro de si.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os grupos sociais de que faço parte têm reflexo naquilo que eu sou.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Definimo-nos como pessoas pelos grupos a que pertencemos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Encontramos nos grupos de que fazemos parte aquilo que nos define como pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Para ter uma opinião pessoal sobre as coisas que me importam, mais vale pensar por mim mesmo(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Definimo-nos como pessoas ao sermos “nós próprios”.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Para definir quem somos temos de ser independentes dos outros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

[Condição experimental “Heterossexual; Adotivo; Desviante1”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 220/2013

Case: **220/2013**

Escola: [REDACTED]

Técnicos presentes: Diretor de turma Psicóloga Investigador do projeto

Agregado familiar: Pai adotivo + companheira do pai + criança

[REDACTED]

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança foi apresentada uma situação em que a criança foi vista a incendiar vários baldes do lixo no recreio da escola.

[REDACTED]

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Tiago, pai adotivo da criança, e Raquel a sua companheira atual.

[Condição experimental “Heterossexual; Adotivo; Desviante2”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 114/2013

Case: **114/2013**

Escola: [REDACTED]

Técnicos presentes: Diretor de turma Psicóloga Investigador do projeto

Agregado familiar: Pai adotivo + companheira do pai + criança

[REDACTED]

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança foi apresentada uma situação em que a criança respondeu com um palavrão ao professor de Matemática, quando este a chamou à atenção.

[REDACTED]

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Tomás, pai adotivo da criança, e Patrícia a sua companheira atual.

[Condição experimental “Heterossexual; Adotivo; Normativo1”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 404/2013

Caso: **404/2013**

Escola: [nome da escola]

Técnicos presentes: Diretor de turma Psicóloga Investigador do projeto

Agregado familiar: Pai adotivo + companheira do pai + criança

[Frase de introdução do relatório]

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança foi apresentada uma situação em que se analisou a vontade da criança em iniciar um grupo de reciclagem do lixo da escola.

[Frase de transição]

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Rui, pai adotivo da criança, e Ana a sua companheira atual.

[Condição experimental “Heterossexual; Adotivo; Normativo2”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 375/2013

Case: **375/2013**

Escola: [REDACTED]

Técnicos presentes: Diretor de turma Psicóloga Investigador do projeto

Agregado familiar: Pai adotivo + companheira do pai + criança

[REDACTED]

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança foi apresentada a situação em que se analisou a vontade da criança doar a uma instituição que ajuda crianças, o prémio (100€) que recebeu por ganhar um concurso de poesia.

[REDACTED]

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Pedro, pai adotivo da criança, e Joana a sua companheira atual.

[Condição experimental “Heterossexual; Biológico; Desviante1”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 496/2013

Case: **496/2013**

Escola: [REDACTED]

Técnicos presentes: Diretor de turma Psicóloga Investigador do projeto

Agregado familiar: Pai biológico + companheira do pai + criança

[REDACTED]

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança foi apresentada uma situação em que a criança foi vista a incendiar vários baldes do lixo no recreio da escola.

[REDACTED]

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Manuel, pai biológico da criança, e Rita a sua companheira atual.

[Condição experimental “Heterossexual; Biológico; Desviante2”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 602/2013

Case: **602/2013**

Escola: [REDACTED]

Técnicos presentes: Diretor de turma Psicóloga Investigador do projeto

Agregado familiar: Pai biológico + companheira do pai + criança

[REDACTED]

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança foi apresentada uma situação em que a criança respondeu com um palavrão ao professor de Matemática, quando este a chamou à atenção.

[REDACTED]

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião André, pai biológico da criança, e Marta a sua companheira atual.

[Condição experimental “Heterossexual; Biológico; Normativo1”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 635/2013

Caso: **635/2013**

Escola: [REDACTED]

Técnicos presentes: Diretor de turma Psicóloga Investigador do projeto

Agregado familiar: Pai biológico + companheira do pai + criança

[REDACTED]

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança foi apresentada uma situação em que se analisou a vontade da criança em iniciar um grupo de reciclagem do lixo da escola.

[REDACTED]

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião João, pai biológico da criança, e Luisa a sua companheira atual.

[Condição experimental “Heterossexual; Biológico; Normativo2”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 512/2013

Case: **512/2013**

Escola: Escola Municipal de Educação Básica - 1ª Fase

Técnicos presentes: Diretor de turma Psicóloga Investigador do projeto

Agregado familiar: Pai biológico + companheira do pai + criança

Foram apresentadas informações sobre o desempenho acadêmico, desenvolvimento afetivo e social.

Foram apresentadas informações sobre o desempenho acadêmico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança foi apresentada a situação em que se analisou a vontade da criança doar a uma instituição que ajuda crianças, o prêmio (100€) que recebeu por ganhar um concurso de poesia.

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Jorge, pai biológico da criança, e Paula a sua companheira atual.

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Jorge, pai biológico da criança, e Paula a sua companheira atual.

[Condição experimental “Homossexual; Adotivo; Desviante1”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 256/2013

Caso: **256/2013**

Escola: Escola Secundária do 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico

Técnicos presentes: Diretor de turma Psicóloga Investigador do projeto

Agregado familiar: Pai adotivo + companheiro do pai + criança

Foi realizada uma reunião com o pai adotivo, o pai biológico e o investigador do projeto. Foi apresentada uma situação em que a criança foi vista a incendiar vários baldes do lixo no recreio da escola.

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança foi apresentada uma situação em que a criança foi vista a incendiar vários baldes do lixo no recreio da escola.

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Daniel, pai adotivo da criança, e Carlos o seu companheiro atual.

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Daniel, pai adotivo da criança, e Carlos o seu companheiro atual.

[Condição experimental “Homossexual; Adotivo; Desviante2”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 164/2013

Caso: **164/2013**

Escola: [REDACTED]

Técnicos presentes: Diretor de turma Psicóloga Investigador do projeto

Agregado familiar: Pai adotivo + companheiro do pai + criança

[REDACTED]

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança foi apresentada uma situação em que a criança respondeu com um palavrão ao professor de Matemática, quando este a chamou à atenção.

[REDACTED]

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião José, pai adotivo da criança, e Sérgio o seu companheiro atual.

[Condição experimental “Homossexual; Adotivo; Normativo1”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 473/2013

Caso: **473/2013**

Escola: [nome da escola]

Técnicos presentes: Diretor de turma Psicóloga Investigador do projeto

Agregado familiar: Pai adotivo + companheiro do pai + criança

[Frase muito desenfocada]

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança foi apresentada uma situação em que se analisou a vontade da criança em iniciar um grupo de reciclagem do lixo da escola.

[Frase muito desenfocada]

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Xavier, pai adotivo da criança, e Filipe o seu companheiro atual.

[Condição experimental “Homossexual; Adotivo; Normativo2”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 331/2013

Caso: **331/2013**

Escola: **Escola Secundária do 1.º Ciclo do Ensino Básico de São João**

Técnicos presentes: Diretor de turma Psicóloga Investigador do projeto

Agregado familiar: Pai adotivo + companheiro do pai + criança

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança foi apresentada a situação em que se analisou a vontade da criança doar a uma instituição que ajuda crianças, o prémio (100€) que recebeu por ganhar um concurso de poesia.

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Rafael, pai adotivo da criança, e Miguel o seu companheiro atual.

[Condição experimental “Homossexual; Biológico; Desviante1”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 401/2013

Caso: **401/2013**

Escola: ...

Técnicos presentes: Diretor de turma Psicóloga Investigador do projeto

Agregado familiar: Pai biológico + companheiro do pai + criança

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança foi apresentada uma situação em que a criança foi vista a incendiar vários baldes do lixo no recreio da escola.

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Vítor, pai biológico da criança, e Gaspar o seu companheiro atual.

[Condição experimental “Homossexual; Biológico; Desviante2”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 650/2013

Caso: **650/2013**

Escola: [REDACTED]

Técnicos presentes: Diretor de turma Psicóloga Investigador do projeto

Agregado familiar: Pai biológico + companheiro do pai + criança

[REDACTED]

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança foi apresentada uma situação em que a criança respondeu com um palavrão ao professor de Matemática, quando este a chamou à atenção.

[REDACTED]

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Ricardo, pai biológico da criança, e Diogo o seu companheiro atual.

[Condição experimental “Homossexual; Biológico; Normativo1”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 647/2013

Caso: **647/2013**

Escola: [nome da escola]

Técnicos presentes: Diretor de turma Psicóloga Investigador do projeto

Agregado familiar: Pai biológico + companheiro do pai + criança

[texto muito pequeno e ilegível]

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança foi apresentada uma situação em que se analisou a vontade da criança em iniciar um grupo de reciclagem do lixo da escola.

[texto muito pequeno e ilegível]

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Alfredo, pai biológico da criança, e António o seu companheiro atual.

[Condição experimental “Homossexual; Biológico; Normativo2”]

Nesta versão do questionário, são apresentadas questões que se focam no desenvolvimento social da criança.

Por favor, leia com atenção o seguinte excerto retirado do relatório de uma das crianças. Esta foi selecionada aleatoriamente do conjunto total de crianças da população escolar em análise. (Por questões de confidencialidade os nomes apresentados são fictícios e foram ocultadas algumas informações)

[INSERT BOX]

Excerto de Relatório - Caso 563/2013

Caso: **563/2013**

Escola: [REDACTED]

Técnicos presentes: Diretor de turma Psicóloga Investigador do projeto

Agregado familiar: Pai biológico + companheiro do pai + criança

[REDACTED]

Foram apresentadas informações sobre o desempenho académico, desenvolvimento afetivo e social.

Relativamente à criança foi apresentada a situação em que se analisou a vontade da criança doar a uma instituição que ajuda crianças, o prémio (100€) que recebeu por ganhar um concurso de poesia.

[REDACTED]

Foi convidada a família com quem a criança reside atualmente para discutir esta e outras situações a seu respeito. Compareceram à reunião Hugo, pai biológico da criança, e Eduardo o seu companheiro atual.

Agora que leu o excerto apresentado, pedimos-lhe que se posicione face a um conjunto de aspetos relativamente ao comportamento descrito na situação apresentada.

	Nada aceitável			Mais ou menos aceitável				Totalmente aceitável	
Em que medida considera aceitável o comportamento desta criança?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Nada frequente			Nem pouco, nem muito frequente				Muito frequente	
Na sua opinião, este é um comportamento:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Muito incorreto			Nem incorreto, nem correto				Muito correto	
Para si, este comportamento é:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Muito castigado			Nem castigado, nem recompensado				Muito recompensado	
Acha que este comportamento deve ser:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

A seguir apresentamos-lhe um conjunto de características. Tendo em conta o que leu no excerto, pedimos-lhe que nos diga em que medida acha que cada uma delas poderá aplicar-se à criança do caso que lhe apresentamos.

	Não se aplica nada		Não se aplica muito nem pouco				Aplica-se muito	
Bem comportada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Inteligente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Altruísta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Bem ajustada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Responsável	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Honesta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sensível	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Bem-educada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Com bom carácter	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Boa amiga	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dócil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sociável	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Respeitadora de regras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Competente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Com temperamento fácil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Muito negativa		Nem negativa, nem positiva				Muito positiva	
Em termos gerais, com que impressão ficou a respeito desta criança?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Anexo 7

Questões de verificação experimental do Estudo 5



Por questões de controlo e validação dos dados da investigação, finalizamos este questionário, com um conjunto de questões relativas ao próprio questionário.

Qual a sua avaliação dos seguintes aspetos do questionário?	Muito negativa			Nem negativa, nem positiva			Muito Positiva		
Clareza das instruções	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Clareza das questões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Facilidade de resposta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Extensão do questionário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Qual o seu grau de acordo com as seguintes afirmações sobre este estudo?	Discordo totalmente			Nem discordo, nem concordo			Concordo totalmente		
Este tipo de estudos é útil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Acho importante as pessoas participarem neste tipo de estudos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

A criança do caso descrito é:	Um rapaz	<input type="checkbox"/>	Uma rapariga	<input type="checkbox"/>	Não especificado	<input type="checkbox"/>
	Filha biológica	<input type="checkbox"/>	Filha adotada	<input type="checkbox"/>	Não especificado	<input type="checkbox"/>
O comportamento da criança é:	Desadequado	<input type="checkbox"/>	Adequado	<input type="checkbox"/>	Não me lembro	<input type="checkbox"/>
Os pais da criança estão:	Casados	<input type="checkbox"/>	Separados	<input type="checkbox"/>	Não me lembro	<input type="checkbox"/>
O casal de adultos do agregado familiar é:	Heterossexual	<input type="checkbox"/>	Homossexual	<input type="checkbox"/>	Não especificado	<input type="checkbox"/>

Do que se lembra, quem da família esteve presente na reunião na escola?

ERRATA

Errata referente à tese de doutoramento intitulada “Atitudes face à homoparentalidade: Uma abordagem centrada nas dinâmicas identitárias”, realizada por Irene Maria dos Santos Gomes

Página	Linha(s)	Onde se lê	Deve ler-se
108	14	(hipótese 7)	(hipótese 8)
129	14	hipóteses 5 e 6	hipóteses 5, 6 e 7
129	29	hipóteses 5 e 6	hipóteses 5, 6 e 7
131	28	hipótese 7	hipótese 8
165	2	primeiras seis hipóteses de cada um dos estudos (com exceção parcial da hipótese 3 do Estudo 1, e exceção da hipótese 2, do mesmo estudo)	primeiras sete hipóteses do estudo 1 (com exceção parcial da hipótese 3 e exceção da hipótese 2) e as primeiras 6 hipóteses do Estudo 2
165	13	As hipóteses 7	As hipóteses 8 do Estudo 1 e 7 do Estudo 2
165	22	hipótese 7	hipótese 8
167	3	hipótese 7 do Estudo 1	hipótese 8 do Estudo 1
168	25	semelhança do Estudo 1	semelhança da hipótese 8 do Estudo 1
156	11, 13	Por lapso, mantiveram-se no Quadro 2.13 os caracteres supraescritos que assinalariam diferenças de médias numa ANOVA One-Way. Contudo essa análise não é reportada	